ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

Porto Alegre, v. 10, n. 20
Jul./Dez. 2025

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CEGOV
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE GOVERNO

NERINT

CEBRAFRICA
UFRGS | BRASIL

Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v. 10	n. 20	p. 1-227	Jul./Dez. 2025

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

INDEXADORES

Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS

Programa de apoio à Edição de Periódicos

EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM

EDITOR CHEFE /EDITOR-IN-CHIEF
Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR
Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ASSISTENTE /ASSISTANT EDITOR
Rafaela Pinto Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

ASSISTENTE DE EDIÇÃO /EDITION ASSISTANT
Augusto Lorenzo Esposito (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL /EDITORIAL BOARD
Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)
Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)
Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)
Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)
Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Frédéric Jean Marie Monié (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)
Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia) - IN MEMORIAM
Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)
Li Anshan (Peking University, China)
Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD
Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)
Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)
Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)
Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)
Fantu Cheru (American University, EUA)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina)
Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)
Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)
John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)
José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)
Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)
Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)
Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)
Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)
Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)
Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)
Tim Murithi (Free State University, África do Sul)
Renu Modi (University of Mumbai, Índia)
Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Essa edição também contou com a avaliação dos pesquisadores: Aldomar Arnaldo Rückert, Camila Castro Kowalski, Guilherme de Araujo Grigoli, Josias Marcos de Resende Silva, Nilton César Fernandes Cardoso, Rodrigo Stumpf González, Sofia Isabel Vizcarra Castillo e Sylvio de Souza Ferreira.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS
Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos - UFRGS

Acompanhamento Editorial: Michele Bandeira
Capa: Janaína Horn
Projeto gráfico: Janaína Horn
Diagramação: Augusto Lorenzo Esposito
Revisão de padrão: Felipe Raskin Cardon e Marcos Viola Cardoso
Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em www.seer.ufrgs.br/rbea

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CEGOV - Centro de Estudos Internacionais sobre Governo.
Av. João Pessoa, 31, Salas 303 e 304.
CEP: 90040-001 – Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: +55 51 3308.3272 / 3308.3348
E-mail: cebrafrica@ufrgs.br

seer.ufrgs.br/rbea
ufrgs.br/cebrafrica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Imagem de capa: Menino e soldado no campo de refugiados em Uganda.

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 10, n. 20 (jul./dez. 2025). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2025 -

Semestral.
ISSN 2448-3907.
e-ISSN 2448-3923

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional. 4. Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

SUMÁRIO

EDITORIAL **6**
Analúcia Danilevicz Pereira

EL CAMBIO GEOPOLÍTICO EN EL SAHEL: EL FORTALECIMIENTO SINO-RUSO VS EL DECLIVE FRANCO-ESTADOUNIDENSE **9**
Yoslán Silverio González

REFÚGIO, INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO SUL–SUL: UGANDA EM PERSPECTIVA E A PROJEÇÃO DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL **33**
Guilherme de Araujo Grigoli

PAZ EM PEDAÇOS: A POLÍTICA E AS ARMADILHAS DA CONSTRUÇÃO DA PAZ NO SUDÃO DO SUL **60**
Ibrahim Bangura

A CONFEDERAÇÃO AFRICANA DE FUTEBOL (CAF) E A COPA AFRICANA DE NAÇÕES (CAN) COMO EXEMPLOS DE UM PAN-AFRICANISMO EFETIVO: UMA BREVE DISCUSSÃO **88**
Guilherme Silva Pires de Freitas
Felipe Antonio Honorato

O PANSOMALISMO NA CONSTRUÇÃO E NA CRISE DO ESTADO SOMALI: INTEGRAÇÃO E IRREDENTISMO **113**
Rafaela Pinto Serpa

UM OLHAR PARA O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA EM GUINÉ-BISSAU **141**
Angelita de Carvalho
Vavito Andre da Costa

CONSTRUÇÃO ENDÓGENA DA PAZ NO DELTA DO NÍGER: ABORDAGENS CENTRADAS NA COMUNIDADE E CAMINHOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO **164**
Tope Shola Akinyetun
Ikponmwosa Ebomoyi
Ambrose Osariyekemwen Iyase

***SHARIA* NO TERRITÓRIO IORUBÁ: EXPLORANDO O PLURALISMO RELIGIOSO E AS TENSÕES ÉTNICAS NO SUDOESTE NIGERIANO** **190**
Olasupo Thompson
Tokunbo Stephen Dada
Olugbenga Seun Aina
Bamidele Jinadu
Surajudeen Oladotun Oladele

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Dezembro/2025

O contexto mundial atual, no qual a África adquire relevância, apresenta um conjunto de tensões sobrepostas e multifacetadas, cujo epicentro estamos atravessando. A crise atual é bastante peculiar, principalmente pela simultaneidade de vários eventos que convergem em direção aos conflitos e às guerras. Por outro lado, o desgaste político, ideológico e econômico do Ocidente descortinou, no continente africano, uma diversidade de projetos, novos regimes políticos e intenso crescimento econômico que ampliou o lugar da África na economia global. As mudanças de caráter sistêmico na posição do continente africano, como espaço geopolítico e geoeconômico, decorrem do estabelecimento de um novo padrão político de interações internacionais, com o desenvolvimento das parcerias africanas nos marcos da Cooperação Sul-Sul e Sul-Leste, paralelamente à erosão do monopólio político e econômico de cinco séculos do Ocidente. A África caminha, nesse sentido, em direção à defesa da adequação da ordem internacional às realidades do século XXI.

É preciso considerar que, com o final da Guerra Fria, os EUA emergiram como Estado desestabilizador, conduzindo à descrença no sistema econômico liberal e à crise da globalização neoliberal. Na esteira desse processo, a União Europeia declinou e perdeu, gradativamente, sua área de influência. Ao mesmo tempo, novos polos economicamente dinâmicos (inclusive no campo tecnológico) ascenderam e revelaram a crise do Ocidente como centro de poder mundial. A proatividade africana, árabe e asiática combinada com as alianças táticas das chamadas "potências emergentes" em relação às ações dos EUA impulsionou realinhamentos internacionais na busca de novos modelos socioeconômicos. Trata-se de uma transição geopolítica em curso demonstrada, também, pela intensificação das crises e conflitos.

Considerando a nova realidade geopolítica mundial, bem como a posição do continente africano e seus desafios, no presente número contamos com a contribuição de acadêmicos do Brasil, de Cuba, da Nigéria e de Serra Leoa que abordam, por diferentes eixos, tal problemática. No artigo intitulado

El cambio geopolítico en el Sahel: el fortalecimiento sino-ruso vs el declive franco-estadounidense, Yoslán Silverio González analisa como a insegurança no Sahel impacta sobre o cenário geopolítico mundial. Segundo o autor, o esgotamento do modelo de cooperação euroamericano e o fracasso na contenção do terrorismo provocaram uma onda de golpes de Estado em oposição a presença militar francesa, fortalecendo a presença sino-russa na região. Guilherme de Araujo Grigoli, em *Refúgio, Integração e Cooperação Sul–Sul: Uganda em perspectiva e a projeção do Brasil no Atlântico Sul*, discute a resposta de Uganda ao deslocamento forçado originado, sobretudo, do conflito no Sudão do Sul, articulando o arcabouço jurídico-institucional doméstico, os compromissos regionais africanos e a implementação programática recente. Para o autor, derivam-se implicações para cooperação Sul–Sul Brasil–África (Atlântico Sul) em consonância com o regionalismo africano contemporâneo.

No artigo *Paz em pedaços: a política e as armadilhas da construção da paz no Sudão do Sul,* Ibrahim Bangura examina a política e as dificuldades da construção da paz no Sudão do Sul, analisando por que ela permanece inatingível, apesar dos compromissos assumidos no âmbito do R-ARCSS. Já Guilherme Silva Pires de Freitas e Felipe Antonio Honorato, no artigo intitulado *A Confederação Africana de Futebol (CAF) e a Copa Africana de Nações (CAN) como exemplos de um Pan-africanismo efetivo: uma breve discussão,* analisam como tanto a CAN quanto a CAF foram usadas para o reforço de identidades nacionais e regionais, para a integração regional e a projeção internacional de África. Segundo os autores, o futebol rapidamente se mostrou uma importante ferramenta diplomática, política e de integração para os líderes da África independente.

Em *O Pansomalismo na construção e na crise do Estado somali: integração e Irredentismo*, Rafaela Pinto Serpa discute o pansomalismo como ideal e movimento na construção e na crise do Estado somali. A autora argumenta que o pansomalismo operou em duas dimensões simultâneas: como vetor interno de integração nacional e como projeto externo de reunificação territorial dos povos somalis no Chifre da África. Na sequência, Angelita de Carvalho e Vavito Andre da Costa discutem em *Um olhar para o processo de transição demográfica em Guiné-Bissau* a transição demográfica entre 1950 e 2020, bem como futuras tendências populacionais de Guiné-Bissau. Os autores buscam apresentar e discutir os processos históricos, sociais e políticos do país e sua relação com a transição demográfica. E ainda, estimar e compreender o modelo de transição demográfica vivenciado por Guiné-Bissau e países na região da África Subsaariana.

Por fim, no artigo *Construção endógena da paz no Delta do Níger: abordagens centradas na comunidade e caminhos alternativos de desenvolvimento*, Tope Shola Akinyetun Ikponmwosa Ebomoyi e Ambrose Osariyekemwen Iyase analisam as práticas endógenas de construção da paz, mais enraizadas no contexto local que, segundo os autores, priorizam a inclusão, a responsabilização, a diversificação dos meios de subsistência e a restauração ecológica como pilares centrais. E, em *Sharia no território Iorubá: explorando o pluralismo religioso e as tensões étnicas no sudoeste nigeriano,* Olasupo Thompson, Tokunbo Stephen Dada, Olugbenga Seun Aina, Bamidele Jinadu e Surajudeen Oladotun Oladele discutem como a reintrodução de tribunais da *sharia* no território iorubá reacendeu debates sobre pluralismo religioso, relações étnicas e constitucionalismo na democracia multiétnica da Nigéria. Os autores examinam as dimensões históricas, jurídicas, sociopolíticas e culturais da controvérsia da *sharia* na região, avaliando suas implicações para a harmonia entre grupos, a governança e a unidade nacional.

A RBEA, contudo, é uma publicação eletrônica bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com ele.

***

Agradecemos ao Assistente de Edição Augusto Lorenzo Esposito, bem como à equipe do Cebrafrica que trabalhou na tradução e revisão dos artigos, Augusto Camatti, Gabriela Gampe Bonness, Gabriele Lima de Souza, Giuseppe Camargo Pulice, Isabella Cruzichi, Ítalo Daniel Fonseca, Letícia Soares Rosa, Luca Franklin Primon, Luiza Gabriel de Souza, Kauane Santos de Oliveira, Maria Eduarda Lameira Nascimento, Maria Manoela Ribeiro Spolavori, Mariana Reali Vitola, Matheus Severiano Marques Xavier, Pedro Henrique Galante Zandoná, Rebeca Martins de Lima, Vinicius Zanchin Baldissera e Vitor Redivo Ferreira.

EL CAMBIO GEOPOLÍTICO EN EL SAHEL: EL FORTALECIMIENTO SINO-RUSO VS EL DECLIVE FRANCO-ESTADOUNIDENSE

Yoslán Silverio González[1]

Introducción

Los cambios políticos producidos en el Sahel en los últimos cinco años han sido resultado del sostenido contexto de inseguridad que experimenta la región y también una expresión de la transformación de las dinámicas en el escenario geopolítico internacional. El agotamiento del modelo de cooperación euro-estadounidense en materia de seguridad y su fracaso en la contención del terrorismo provocaron una oleada de golpes de Estado contestatarios a la presencia militar francesa en Mali, Níger y Burkina Faso. Los gobiernos "golpistas" asumieron una narrativa antifrancesa que ha tenido incluso repercusiones sobre los otrora países vitrina de Occidente, como Senegal, Chad y Costa de Marfil, los cuales han solicitado la retirada de las tropas francesas. La crisis política afectó la estructura de la CEDEAO, cuando los países del Sahel decidieron retirarse y crear la Alianza de Estados del Sahel. En esta región del Sur Global se ha erosionado la tradicional hegemonía franco-estadounidense.

Por otro lado, estas modificaciones han permitido, en primer lugar, la consolidación de las posiciones chinas, no solo en el Sahel, sino en toda la región subsahariana. China ha logrado desplazar por completo a actores tradicionales — Francia, Estados Unidos y la Unión Europea (UE) — del control económico, en términos de volumen de comercio e inversiones extranjeras directas, y se ha consolidado como el principal socio estratégico de África e

1 Centro de Estudios de Asia y África, Colegio de México. Ciudad de México, México. E-mail: yosilglez@yahoo.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8533-4234.

https://doi.org/10.22456/2448-3923.154853

impulsa su propia agenda de seguridad. En segundo lugar, estos cambios políticos han permitido una mayor confluencia rusa en los temas de seguridad para el enfrentamiento al terrorismo. Rusia ha incrementado su rol a nivel internacional no solo por su actuación en Siria y Ucrania, sino también en el Sahel, una zona donde la tradicional influencia euro-estadounidense está en declive.

Esta ponencia demuestra cómo, en los últimos cinco años, la zona Sahelo-sahariana se ha convertido en el epicentro africano de las modificaciones del orden geopolítico internacional, el cual experimenta una transición hacia un sistema multipolar con la pérdida de la hegemonía euro-estadounidense. El escenario a mediano plazo se presenta como el fortalecimiento del eje chino-ruso en detrimento del "bloque" Francia-EE.UU en África Subsahariana.

Deterioro de la Seguridad en el Sahel: Presencia Militar Euro-Estadounidense (2012-2022)

El terrorismo se ha convertido en uno de los problemas de seguridad más serios en el continente africano debido a la forma en la que se interconecta con otras actividades ilícitas como el narcotráfico, el tráfico de armas y personas, así como con las dinámicas interétnicas e intercomunitarias. Al realizar una valoración general sobre el mismo en el Sahel habría que comenzar diciendo que esta región posee atributos geográficos particulares: la extensión de sus amplias zonas desérticas y semidesérticas, su baja densidad demográfica, una gran heterogeneidad cultural y lingüística expresada en la diversidad de sus grupos étnicos, además de una situación socioeconómica muy deteriorada. Todos estos factores han hecho del área, un bastión para el surgimiento y expansión de grupos armados de diferentes tendencias, entre ellos, los terroristas. Por ende, se trata de un fenómeno intersectorial que dificulta su definitiva erradicación, debido a que actúan en las mismas zonas donde existen otros grupos armados y que suelen confundirse con los vinculados a las redes internacionales del terrorismo de Al Qaeda.

En el contexto global de la lucha contra el terrorismo, Estados Unidos había incorporado a la región del Sahel dentro de sus programas militares. La administración de George W. Bush fue la encargada de inaugurar dos iniciativas para "combatir" a Al Qaeda. En 2003 se estableció la Iniciativa Pan Sahel (*Pan Sahel Initiative,* PSI), que perseguía garantizar las fronteras, combatir el terrorismo y fomentar la cooperación de los países de la zona

para lograr una mayor estabilidad política. Luego, este programa se amplió con la Iniciativa Transahariana de Lucha contra el Terrorismo (TSCTI), creada en 2005, la cual extendió el área de operaciones hacia Argelia, Marruecos, Túnez, Senegal, Ghana, Nigeria, Sudán y Sudán del Sur. En líneas generales, la TSCTI se mantiene hasta la actualidad, ahora bajo la dirección del AFRICOM, el Comando estadounidense para África, surgido en 2007 (Sánchez y Pujol 2005).

El 2007 también estaría marcado por la creación del grupo Al Qaeda del Magreb Islámico (AQMI), comenzando el fortalecimiento del activismo terrorista a nivel regional. Fue a partir de 2012, cuando el terrorismo se diversificaría con el surgimiento de otros grupos como Ansar el Dine, el Movimiento para la Unicidad de la Yihad en el África Occidental (MUYAO) y varias células que se crearían en torno a líderes específicos como Mokthar Belmokhtar. Sería a partir de la guerra en el norte de Mali que se produce su primera gran dispersión por el Sahel.

A pesar de los programas existentes de Estados Unidos, la presencia militar extranjera multinacional en el Sahel estaría encabezada por Francia, a partir de 2012. La crisis en el Sahel fue también el pretexto para que la Unión Europa (UE) y la ONU establecieran diferentes misiones militares y civiles. Junto a los efectivos africanos, la diversificación de la presencia militar provocó la dispersión y fraccionamiento de los grupos terroristas. Estos no fueron derrotados sino más bien saldrían fortalecidos a partir de 2014-2015. En este año entró a escena la organización internacional del Estado Islámico (EIIS), la cual activó varios grupos en el Sahel: el Estado Islámico en el Gran Sahara (EIGS) y la Provincia del Estado Islámico en África Occidental (ISWAP). Por otra parte, se crearon otros grupos aliados a Al Qaeda, como el Frente de Liberación de Macina, dirigido por Amadou Koufa (enero 2015) y Ansarou Islam fundado por Ibrahim Malam Dicko, en Burkina Faso, en 2016. Esta amplia variedad de grupos, su dispersión geográfica, su extensión hacia Burkina Faso y los niveles de coordinación que existían entre ellos, hicieron del Sahel el epicentro del terrorismo en África.

En el periodo comprendido entre el 2015 y el 2025, el comportamiento del terrorismo en la vasta zona sahelo-sahariana se ha caracterizado por el incremento del número de actores involucrados, la creación de nuevas alianzas, el fraccionamiento y surgimiento de otros grupos sin una filiación determinada. De aquí se deriva que los sistemas de lealtades y de alianzas establecidos entre ellos sean confusos y maleables. Esto complejizó el panorama de seguridad e introdujo nuevas dinámicas en las relaciones entre los grupos. En este sentido, se evidenciaron altos niveles de "coordinación" entre

ellos por respetar las zonas de influencia de cada uno. Ello quiere decir que la disputa entre Al Qaeda y EIIS fue muy sutil en el Sahel. Cada uno de ellos utiliza métodos adaptados a las particularidades del Sahel y poseen un fuerte apoyo social. La derrota del EIIS en Medio Oriente no significó la desaparición de sus filiales en el Sahel. Sin embargo, no han podido superar a AQMI, por lo que el Sahel ha seguido estando controlado por Al Qaeda.

En cuanto a las políticas "antiterroristas", habría que mencionar que estas solo tuvieron resultados parciales y muy superficiales en el periodo 2013-2014 cuando la Operación Serval de Francia en Mali logró desarticular, solo de manera coyuntural, a los grupos vinculados a AQMI. Con la emergencia del EIIS en 2014, los grupos en el Sahel se reorganizaron. Desde 2015 y hasta el 2022, tal diversidad de grupos terroristas y su concentración en determinadas áreas dentro de un mismo país, provocó que las agendas antiterroristas implementadas por los actores estatales, regionales e internacionales no hayan tenido ningún resultado. La existencia de múltiples estrategias para enfrentar estas redes dificultó la coherencia de dichos programas de seguridad.

Sólo la operación militar francesa en el norte de Mali, conocida como Serval, podría considerarse como la única que cumplió con su objetivo de detener la ofensiva de los grupos armados hacia Bamako, pero sus resultados a largo plazo fueron negativos, debido a que con esta acción franco-africana, los grupos se dispersaron. Por su parte la UE había establecido varios programas cívico-militares para la capacitación de los ejércitos de Mali y Níger. El primero de estos fue lanzado en julio de 2012: la Misión de Capacitación de la Unión Europea en Níger (EUCAP Sahel Níger). Tuvo un carácter civil y estaba enfocado en el asesoramiento a las fuerzas de seguridad internas de Níger (Council of the European Union 2020) en particular la Policía Nacional, la Gendarmería y la *Garde Nationale*. El segundo se oficializó el 18 de febrero de 2013: la Misión de Entrenamiento de la Unión Europea en Mali (*EUTM Mali*), de carácter militar y cuyo objetivo era el asesoramiento, educación y formación de las fuerzas armadas malienses (European External Action Service 2020).

Francia por su parte, impulsaría otra iniciativa: el grupo G5 del Sahel (G5S), desde febrero de 2014. Este mecanismo de concertación estaría conformado por Mauritania, Mali, Níger, Burkina Faso y Chad, como una respuesta regional a los problemas transnacionales derivados de los flujos migratorios, la radicalización islámica, el extremismo violento y el crimen organizado. A partir de agosto de 2014, Francia puso en funcionamiento su Operación Barkhane de Lucha contra el Terrorismo para toda la zona transahariana, con

lo cual se colocaba al frente de la coordinación de las actividades antiterroristas de la UE en el Sahel.

Otra de las iniciativas por parte de la UE fue adoptada el 15 de enero de 2015, cuando el Consejo Europeo aprobara la misión civil de gestión de crisis de la UE en Mali: Misión de la Unión Europea de Desarrollo de las Capacidades en Mali (EUCAP Sahel Mali). Estaba centrada en apoyar la reforma del sector de la seguridad y el fortalecimiento de la gobernanza y la rendición de cuentas de las fuerzas de seguridad interna malienses (EUCAP Sahel Mali 2021). Como se ha evidenciado, Francia y la UE priorizaron la zona del Sahel desde el punto de vista de la seguridad y la defensa, pero los resultados no fueron los esperados. En 2017, se decidió crear la fuerza militar del G5S conocida como Fuerzas Conjuntas del G5 del Sahel (FCG5S), bajo la coordinación de la Operación Barkhane. Francia mantenía su liderazgo en su "*pré carré*" o zona de influencia postcolonial.

Por su parte, Estados Unidos tampoco se quedaba rezagado. En noviembre de 2017, Níger había dado la aprobación para que drones estadounidenses portasen armas y realizaran ataques en su territorio contra los grupos terroristas. De acuerdo con el AFRICOM, EE.UU armaría los drones, del tipo MQ-9, emplazados en Níger para labores de recolección de inteligencia, vigilancia y reconocimiento. Estos se encontraban en la Base Aérea 101 en Niamey, que servía tanto a los 800 soldados estadounidenses como a los 1500 efectivos franceses acantonados aquí (Arslan 2023). También utilizaron la Base Aérea 201 (AB201) en la región del Agadez. Su construcción se había iniciado en 2016, con un presupuesto de 50 millones de dólares, pero llegó a sobrepasar los 100 millones (Pillalamarri 2018). Entró en operaciones en 2019 como parte de un acuerdo con Níger por diez años, que concluiría en 2024. Con esta base aérea, las fuerzas del AFRICOM podían hacer vuelos de vigilancia por todo el Sahel, al encontrarse justo en el centro de esta zona. Dicha instalación constituía una muestra clara de la ampliación de la presencia militar de Estados Unidos en África, al ser la segunda mayor instalación construida en el continente, después de Camp Lemonier, en Djiboutí. Así, EE.UU podía seguir el mismo patrón de Somalia contra Al Shabaab: los ataques con drones.

En octubre de 2019, el gobierno francés anunció el lanzamiento de una nueva operación europea en la región de Liptako-Gourma (Mali-Níger-Burkina Faso), denominada Operación Takuba. Sus acciones militares comenzaron en julio de 2020 (Mali Actu 2020). Esta etapa coincide con la de un incremento exponencial del activismo terrorista en dicha zona, conocida como la triple frontera. Todos los informes elaborados por el *Africa Center*

for Strategic Studies (ACSS), dan cuenta de dicho crecimiento del terrorismo en el Sahel desde el 2015 y hasta la actualidad (Africa Center for Strategic Studies 2020).

La amplitud de los programas militares antiterroristas occidentales se correspondía con un incremento exponencial del activismo terrorista, lo cual denota que esta diversificación de la presencia militar bilateral — Francia y Estados Unidos — y multilateral — con la UE y la ONU — no estaba dando los resultados esperados. La crisis de seguridad se combinó con la agudización de las crisis políticas nacionales que conllevaron a una oleada de golpes de Estados profundamente interconectados entre sí, ante el fracaso de los gobiernos en el poder para resolver los problemas de seguridad, luego de más de una década de subordinación militar directa a las potencias occidentales.

Transformaciones Políticas en el Sahel: Reactivación de los Golpes de Estado (2020-2023)

En tan solo cuatro años, la región sahelo-sahariana experimentó ocho golpes de Estado; cuatro derrocamientos de gobiernos, incluido el polémico caso de Chad; dos intentos fallidos y tres autogolpes en contra de las propias juntas militares. El resurgimiento de los golpes de Estado ha sacudido la zona poniendo en jaque a Francia, la UE y hasta las instituciones subregionales africanas. Hacía décadas que no se veía en África Subsahariana tal concentración de golpes de Estado, casi en efecto dominó, en una sola zona y en países que comparten fronteras. Esto no ocurría desde 1980, momento en el que hubo más golpes de Estado efectivos en un solo año y desde 1999 segunda ocasión en la que esta cifra fue récord en un año (Powell 2022).

Una combinación de factores internos tales como, la profunda crisis socioeconómica postpandémica, decenas de miles de desplazados-refugiados y el impacto de los problemas de seguridad, marcaron la profundización de la crisis político-institucional de los países de la zona. El avance de los grupos vinculados a Al Qaeda y el Estado Islámico elevaron las críticas sobre la ya cuestionada efectividad de la presencia militar extranjera encabezada por Francia. Al mismo tiempo, se agudizaron las contradicciones entre las cúpulas militares y la burocracia política gubernamental. Los gobiernos derivados de las juntas militares en el poder, han sido una expresión de la profunda crisis político-institucional por la que atravesaban Mali, Burkina Faso y Níger. Sin embargo, sus posicionamientos los han llevado a un enfrentamiento

directo con Francia y la UE, mientras que tienden a fortalecer sus relaciones con el eje chino-ruso.

El país epicentro de la crisis de seguridad en el Sahel, por más de una década, ha sido Mali. Una vez más, este país se pondría en el centro de las transformaciones políticas con implicaciones geopolíticas de largo plazo. Se repetía el escenario golpista de 2012, pero en condiciones peores: una escalada en el descontento popular por los resultados de unos "fraudulentos" comicios legislativos y demandas de renuncia del presidente por su mala gestión frente al terrorismo. El 18 de agosto de 2020, se inició el complot militar contra el mandatario Ibrahim Boubacar Keïta, obligado a dimitir (Bèle 2020); pero las contradicciones entre los miembros de la junta militar llevarían a una segunda acción golpista por parte del mismo coronel Assimi Goita, el 24 de mayo de 2021. A partir de aquí, las relaciones con Francia se comenzarían a deteriorar al extremo.

El segundo país en el cual detonaría otro golpe de Estado fue Guinea Conakry, el 5 de septiembre de 2021, dirigido por el coronel Mamady Doumbouya (Deutsche Welle 2021). Este proceso no podría situarse en la misma dinámica del Sahel, pero sin dudas generó tensiones a lo interno de la organización subregional: la Comunidad Económica de Estados de África Occidental (CEDEAO). El tercer escenario golpista se situaría en otro Estado saheliano: Burkina Faso, en enero de 2022. El país estaba profundamente afectado por una crisis de seguridad desde el 2015. Aquí otro grupo de oficiales, dirigidos por el coronel Paul-Henri Sandaogo Damiba, derrocaron al mandatario Roch Marc Christian Kaboré.

En febrero de 2022, Francia anunciaba oficialmente la decisión de retirar sus tropas de Malí, proceso que se completaría hacia agosto de ese mismo año. Para el 8 de noviembre de 2022, el presidente francés, Emmanuel Macron, anunciaba el fin oficial de la Operación Barkhane en el Sahel. El descalabro militar de Francia en África Occidental, no hacía más que iniciar. La forma en la que fueron obligados a retirarse, de manera escalonada y sin posibilidades de negociación, era un escenario que casi ningún analista pudo prever. En medio de los antagonismos entre Francia y los gobiernos militares en el poder, el Consejo Europeo acordaba, en enero de 2023, la prolongación del mandato de su misión EUCAP Sahel Malí, hasta el 31 de enero de 2025, con una nueva asignación de 73 millones de euros (Swissinfo 2023). Sin embargo, las contradicciones a lo interno de la UE, llevaron a la conclusión de esta misión, antes de la fecha programada y debido al voto contrario de Francia.

Con respecto a las misiones en Níger, la UE autorizaba en febrero de 2023, el lanzamiento de otro programa para este país: la *European Union Military Partnership Mission* (EUMPM), el cual tendría un mandato hasta mayo de 2024. El parlamento alemán llegó a aprobar, en abril de 2023, el despliegue de hasta 60 soldados alemanes en Níger como parte de esta nueva misión (Anadolu 2023). Mientras tanto, se mantenía la EUCAP Sahel Níger, además de una misión bilateral por parte de Italia: *Bilateral Support Mission* (MISIN) que entrenaba soldados nigerianos desde 2018. Italia tendría unos 350 efectivos como parte de la MISIN y de la EUMPM (Arslan 2023). Es importante señalar que Alemania junto a España han sido los dos países europeos con mayor presencia en las diferentes misiones de la UE en el Sahel.

El último de los golpes de Estado en el Sahel se producía precisamente en Níger, el 26 de julio de 2023. Elementos de la guardia presidencial dirigidos por el general Abdourahamane Tchiani, detuvieron al presidente Mohamed Bazoum. Esta acción castrense en Niamey no fue antecedida de protestas antigubernamentales como sí ocurrió en Mali y Burkina Faso. Sin embargo, las críticas principales de los militares recaían en la ineficacia y la no colaboración de dicho gobierno con el resto de los países del Sahel, en el enfrentamiento al terrorismo. Níger enfrenta acciones terroristas desde su frontera con Mali y Burkina Faso por el oeste, pero también las acciones de Boko Haram desde el sureste con la frontera nigeriana-chadiana.

La UE había suspendido todo el apoyo financiero a Níger como respuesta a las sanciones frente al golpe de Estado. Como resultado, la junta militar concluyó los dos acuerdos en materia de seguridad con la UE: el programa EUMPM y el EUCAP Sahel Níger, activo desde el 2012 (Tasamba 2023). La situación en Níger complicaba aún más la presencia militar de Francia en el Sahel, puesto que hacia aquí se habían relocalizado sus efectivos, expulsados de Mali y Burkina Faso. La junta asumió el discurso antifrancés de sus vecinos y enseguida comenzaron los antagonismos con Francia. Una medida sin precedentes adoptada por la junta militar nigerina fue decretar la suspensión de las exportaciones de uranio y de oro hacia Francia. El 3 de agosto de 2023, también anunciaban el fin de los acuerdos militares con Francia y, por ende, la salida de los 1 500 efectivos galos presentes en su territorio.

El desmontaje paulatino de todos los programas cívico-militares de la UE afectaría desde luego los organismos de seguridad regional patrocinados por ellos, como era el caso del Grupo del G5 del Sahel. El 15 de mayo de 2022, Malí anunció que abandonaba la alianza como protesta por el hecho de que no se le permitió asumir la presidencia del grupo (Le Monde 2022). A su vez, el 3 de diciembre de 2023, Níger y Burkina Faso se retiraban de

los mecanismos de esta "alianza". Solo días después, el 6 de diciembre, los restantes miembros (Chad y Mauritania) anunciaron su definitiva disolución y con ello, otro fracaso rotundo de uno de los engranajes de seguridad que los europeos, liderados por Francia, venían construyendo en el Sahel. El último golpe a la presencia europea llegaría el 17 de mayo de 2024, cuando concluyó el mandato de otra de las misiones de la UE en el Sahel: la EUTM Mali. El fiasco de los programas de seguridad africanos ponía en crisis la llamada Política Común de Seguridad y Defensa de la UE.

Los golpes de Estado experimentados en estos años respondieron más a procesos internos y a las contradicciones o luchas por el poder político de los actores domésticos que a intereses extranjeros, aunque, informaciones tendenciosas trataron de vender la idea de que Rusia y el Grupo Wagner estuvieron detrás de estas acciones. Pero, lo más probable es que ninguno de los golpes se produjo por presión externa, ni de Rusia ni de Francia o de Estados Unidos, como había sido la característica en las décadas de 1960-1980. Más bien, estos golpes (2020-2023) se originaron por factores internos y con la excepción del de Guinea, se posicionaron rápidamente en contra de la presencia militar francesa en el Sahel.

En el caso de Chad, en abril de 2021, respondió a otros causantes e incluso aquí no se habló de un golpe de Estado clásico, sino más bien de un golpe palaciego. En diciembre de 2022 hubo un intento fallido de golpe de Estado en Chad, pero sin mayores repercusiones. Este país, que había sido uno de los principales aliados de Francia, desde el punto de vista militar, tuvo posiciones encontradas con respecto a sus relaciones con el resto de las juntas militares del Sahel occidental e incluso se llegó a manejar la idea de que participaría en una posible intervención militar en Níger, lo que no ocurrió. La tendencia más evidente lo que apunta a una crisis golpista en la zona francófona — si se incluye también el golpe de Estado en Gabón (2023) —, después de más de una década de programas europeos de capacitación, entrenamiento, asesoramiento y financiamiento a los ejércitos africanos locales.

Frente a esta dinámica, los protocolos de la UA, el de los organismos subregionales de integración como la CEDEAO, e incluso los de los actores internacionales occidentales — EE.UU, UE, ONU — se suele rechazar a los gobiernos militares inconstitucionales. Por ende, se adoptan un conjunto de sanciones, hasta que se restablezca el orden constitucional, la democracia multipartidista y el regreso de un gobierno civil electo. En este contexto, ninguna de las sanciones o presiones diplomáticas internacionales surtieron efecto. Las sanciones de la CEDEAO no pudieron ser mantenidas por mucho

tiempo e incluso dichos países no fueron del todo excluidos del mecanismo subregional de integración como era la costumbre.

Las juntas militares han alargado su permanencia en el poder sin que haya intenciones de propiciar un regreso al orden constitucional, en el corto plazo. Esto ha sido fuertemente criticado por los organismos africanos. Por ende, el periodo de transición hacia gobiernos civiles va a ser mucho más extendido de lo normal, lo que permite hablar de una profunda transformación política en el Sahel con impactos en las dinámicas geopolíticas regionales.

Estos golpes de Estado no generaron una ola de violencia social como ocurría en el pasado. La retórica discursiva de los respectivos jefes militares malienses, nigerinos y burkinabés ha sido de un enfoque antifrancés muy marcado, como no se había visto hasta la fecha, propiciado también por ese sentimiento antipopular contra la presencia militar de Francia en el Sahel, de ahí, el fuerte respaldo social que han tenido. Se evidencia un resurgimiento de ideas antineocoloniales y antimperialistas. Esto puede ser sólo retórica discursiva, pero hasta la fecha se ha mantenido y ha sido efectiva. Podrían ser catalogados como gobiernos militares populistas y antioccidentales.

Los "contragolpes" o destituciones de las juntas militares por otro golpe de Estado, tal y como ocurrió en Mali y en Burkina Faso, podría haber indicado la no existencia de consensos a lo interno de las fuerzas armadas. Sin embargo, hasta el momento, las juntas militares en el poder han consolidado sus respectivos liderazgos, como es el caso del joven capitán burkinabé Ibrahim Traoré y no se han producido otros intentos de golpes de Estado. También su legitimidad social interna no parece ser cuestionada, más allá de los partidos políticos tradicionales que respondían a los intereses de los gobiernos depuestos.

Desde finales de 2023 se había planteado el escenario de una intervención militar de la CEDEAO en Níger, que no se cumplió. Esto sin dudas había dividido las posturas dentro de la organización. Los gobiernos de facto en Mali, Burkina Faso y Guinea declararon que apoyarían a la junta militar nigerina frente a una posible intervención militar encabezada por Nigeria (Mednick 2023), lo que considerarían como una "declaración de guerra contra ellos" (Agenzia Nova 2023). Esta posición de la CEDEAO respondía más a presiones externas, provenientes de Francia que, a una lógica interna subregional, debido a que en los otros escenarios golpista nunca se llegó a plantear una intervención para restablecer el orden en dichos países, como sí fue el caso de Níger.

De haberse llevado a cabo la intervención, los gobiernos de las juntas militares de Mali y Burkina Faso retirarían a sus países de la CEDEAO. Los medios de comunicación hablaban de una "alianza golpista" y los catalogaban como "juntas militares prorrusas". El resultado final de este proceso fue el fortalecimiento de las posiciones de los países dirigidos por las juntas militares. Estos lograron no solo evitar que la región se viera inmersa en una nueva guerra interafricana a nivel subregional e internacionalizada por los intereses geopolíticos de todos los actores implicados, sino también resistieron a las presiones diplomáticas provenientes tanto de África como del exterior. Al final, la CEDEAO quedó debilitada, porque se confirmó la salida de su seno de los países del Sahel y la creación por parte de estos de un nuevo mecanismo de concertación: la Alianza de Estados del Sahel (AES), a la que recientemente mostró interés de pertenecer, otro país como Togo, también ex colonia francesa y miembro de la CEDEAO. Esto es otro ejemplo de cómo las transformaciones políticas impactaron la institucionalidad africana.

Es importante prestar mayor atención al cambio de posicionamiento de Chad con respecto a Francia. Este país ha tenido un rol fundamental en el enfrentamiento a Boko Haram en la Cuenca del Lago Chad y ha sido un aliado indiscutible de Francia desde la descolonización. Tropas francesas han permanecido de manera ininterrumpida en su territorio desde entonces. Tras el golpe de Estado "palaciego" de abril de 2021, no hubo ningún cuestionamiento serio en contra de Chad. Este país fue receptor de las tropas francesas expulsadas de Níger y se perfilaba como uno de los principales que respondería a una intervención de la CEDEAO en Níger, sin embargo, su gobierno declaró que no participaría en una acción de este tipo.

El cambio en el posicionamiento de Chad tomó a varios por sorpresa, pero ya había algunos indicios de un diferendo. En octubre de 2024, Francia no apoyó a Chad en su operación *Haskanite* contra Boko Haram y en julio, el mandatario chadiano cancelaría una visita oficial a Paris. El anuncio contundente llegaría el 28 de noviembre de 2024, cuando declararon también el fin de sus acuerdos de defensa con Francia[2], aunque no la ruptura de relaciones diplomáticas. Un total de mil efectivos galos se encontraban repartidos en tres bases militares: la base aérea 172 en N´Djamena (capital), Faya Largeau (norte) y la base Croci en Abéché (este). Esta ruptura con Francia, lo colocaba en la órbita del resto de los países del Sahel occidental, debido a la necesidad de establecer buenas relaciones con dichos gobiernos. A su vez, se refuerzan las posturas de la AES con un posible acercamiento de Chad y ahora de Togo.

2 El acuerdo de cooperación en materia de defensa estaba vigente desde 1976 y había sido revisado el 5 de septiembre de 2019.

Hechos como la expulsión de las tropas francesas de Mali, Burkina Faso y Níger e incluso la ruptura de relaciones diplomáticas, en el caso de Mali y la decisión de abandonar el francés como lengua oficial y hasta la retirada de la Organización Internacional de la Francofonía, podrían ser hechos entendidos como medidas coyunturales y no estructurales. Sin embargo, no existen antecedentes, dígase en los últimos 50 años, en que efectivos militares franceses hayan sido obligados a abandonar un país africano por mandato de un gobierno de facto, ni ha sido tal el antagonismo multidimensional contra Francia. Cuestionamientos y posicionamientos como estos no se veían desde la época de la descolonización. Por ello, la manera en la que se ha producido esta transformación de las relaciones con Francia apunta a un escenario en el que no parece que pueda retomar su rol político-militar en el resto del África Occidental y Central.

Esta idea se refuerza con el cambio en el posicionamiento de Chad, de terminar sus acuerdos de defensa con Paris y las declaraciones realizadas por los mandatarios de Senegal y Costa de Marfil con respecto a concluir la presencia militar gala en sus respectivos países. El presidente de Senegal, Bassirou Diomaye Faye, declaró que el fin de toda la presencia militar extranjera en el país se iniciará en este 2025, en especial de los 350 efectivos franceses. De igual manera, el presidente de Costa de Marfil, Alassane Ouattara, informó la «retirada concertada y organizada de las tropas francesas» del país (Swissinfo 2025). Ya Francia anunció que había iniciado la transferencia a Senegal dos bases militares en los distritos de Marechal y Saint-Exubery de Dakar, como parte del plan de retirada total de sus soldados y la devolución de las bases para finales de 2025 (France 24 2025).

Si bien el foco de atención han sido los cuestionamientos a Francia, Estados Unidos parece pasar desapercibido. Su presencia militar más importante se encontraba precisamente en Níger, en la región de Agadez, donde establecieron una base militar de gran envergadura hasta 2024. Coincidiendo con los efectos del golpe de Estado y la retirada de los efectivos franceses de Níger, se producía el cese de la presencia militar estadounidense en el país. Este proceso inició el 19 de mayo de 2024, tras un acuerdo mutuo en el que establecieron las condiciones para la retirada de las fuerzas de Estados Unidos de la Base Área 101, en Niamey, para julio y de la Base Área 201, en Agadez, para agosto de 2024. La retirada se completó, de manera ordenada y segura, el 15 de septiembre de 2024 (United States Africa Command 2024).

Todos estos procesos denotan el desmantelamiento absoluto de los programas de defensa de Europa en el Sahel y, por lo tanto, no se trata sólo de un fracaso de Francia sino de la UE en su conjunto. Es una crisis sisté-

mica de todo el aparato de seguridad y defensa que los europeos han venido estableciendo en África Occidental y Central, por más de una década, lo cual es una manifestación del desprestigio de sus iniciativas antiterroristas y del retroceso que está teniendo Europa en el continente africano. Las transformaciones geopolíticas que se están dando en este espacio africano, como parte del Sur Global, son otra manifestación de los cambios en el sistema internacional en favor de una multipolaridad encabezada por China y Rusia.

China y Rusia en el Juego Geopolítico del Sahel: Iniciativas en el Sector de la Seguridad

El primer cuarto del siglo XXI ha marcado el inicio de la transformación de la histórica dependencia africana a los poderes occidentales. Esto se ha evidenciado con la emergencia y consolidación de nuevos actores no tradicionales que han ampliado sus vínculos político-diplomáticos, económico-comerciales y hasta de seguridad con el continente africano. Sin dudas, el principal de todos ellos ha sido China, que se ha afianzado como el principal socio comercial de África, desplazando a los tradicionales socios europeos y al mercado estadounidense como principal destino de las exportaciones africanas.

Este desplazamiento del mercado africano hacia la región del indo-pacífico en detrimento del eje comercial atlántico-mediterráneo, también ha venido acompañado de un incremento de las inversiones extranjeras chinas, indias, y japonesas, así como las procedentes de países árabes del Golfo, de Turquía, Israel, Irán y Rusia. Esta diversificación de las relaciones económicas de África hace que ya se pueda incluso hablar de una disminución de la dependencia histórica de África a Occidente, aunque todavía en el plano de la seguridad y la defensa, la "subordinación" a Estados Unidos es aún más evidente. Mientras tanto, con Europa, esta dependencia en materia de seguridad, se ha erosionado casi por completo y está siendo un espacio que empieza a ser ocupado por países como Rusia, sobre todo, en el Sahel.

El regreso de la influencia rusa a África Subsahariana se enmarca en el contexto de la llegada al poder de Vladimir Putin (2000). Fue así que se comenzó a concebir la idea de restablecer los vínculos políticos con la región. Desde el fin de la URSS, ningún mandatario ruso había viajado al continente, hasta la visita de Vladimir Putin en 2006 a Marruecos y Sudáfrica, el primer país subsahariano en recibir a un mandatario ruso. El interés de Rusia estuvo centrado en invertir e incrementar la cooperación entre ambos países en el

sector minero (Wines 2006) y desde aquí comenzaría un camino ascendente en el que se fueron ampliando los vínculos económicos para darle paso ahora a los de seguridad.

Cada tres años como promedio, se realizaría al menos un viaje a África Subsahariana por parte de un presidente ruso. Putin visitaría Libia en 2008 y en 2009, durante la extensa visita oficial a la región por parte del mandatario Dimitri Medvédev, que lo llevó a Egipto, Nigeria, Namibia y Angola, se reconoció cómo Rusia había descuidado sus relaciones con estos países desde el fin de la época soviética. En su gira africana, las más larga realizada por un presidente ruso a la región, Medvédev se reunió con las principales figuras políticas de dichas naciones (AFP 2009). Cuando Putin retoma la presidencia, visitaría de nuevo Sudáfrica en 2013; Egipto en 2015 y Sudáfrica en 2018.

La inversión extranjera rusa en el continente, en una década (2005-2015) creció en un 185% según la ONU, y solo en 2017, lo hizo en un 25% hasta 17 400 millones. En ello desempeñó un rol significativo la pertenencia de Sudáfrica a los BRICS desde el 2010 (Rodríguez-Marín 2019). En estos montos también inciden además de los acuerdos comerciales, la venta de armamento. Según los datos del balance comercial, presentado en la Cumbre Rusia-África en Sochi (2019), en los últimos cinco años (2014-2019) el total del comercio ruso-africano alcanzó la cifra de 20 mil millones dólares, pero las inversiones están en el 1% (Pandiella 2023).

Se plantea que solo el 3.7% de los bienes exportados por Rusia tenía como destino la región africana y de este, más del 2.7% con la subregión de África del Norte. Mientras, las exportaciones procedentes de África eran solo el 1.1% del total de las importaciones de Rusia. Este volumen comercial todavía está muy lejos de los 204 200 millones de China y los 63 mil millones de la India, registrados en 2018 (Tih 2019). Sin dudas, es un paso muy positivo y un elemento adicional que permite comprender el por qué de una primera Cumbre Rusia-África, en Sochi en 2019 y luego la realización de una Segunda Cumbre, en San Petersburgo, en 2023, en la que, por ejemplo, participó el líder de la junta militar maliense, Ibrahim Traoré. En esta última, la asistencia de líderes africanos fue mucho menor — 43 contra 17 jefes de Estado en 2023 — por el tema de Ucrania. Sin embargo, se alcanzaron importantes acuerdos en materia de alimentos — cereales —, y se anunció la cancelación de 90 millones de dólares en deuda (Pandiella 2023).

En el sector de la seguridad, Rusia se ha hecho presente en varios escenarios de conflictos africanos como República Centroafricana, Sudán, Libia y ahora en los países del Sahel, a través del polémico grupo Wagner.

El tema de los mercenarios rusos ha suscitado grandes debates en sectores políticos y académicos, que forman parte también de una narrativa antirrusa. El mercenarismo en el continente no es nuevo y fueron precisamente los franceses, británicos y estadounidenses lo que utilizaron este método, desde la época de la descolonización. La colaboración rusa con países africanos en temas de seguridad, viene acompañada del fracaso de los programas militares euro-estadounidenses y hasta como una extensión de la guerra en Ucrania: la "ucranización de África".

Rusia ha sabido ir ocupando esos espacios, no solo con el entonces Grupo Wagner, rebautizado ahora como *Africa Corps*, sino también por el incremento de la venta de armas a países africanos y la colaboración militar directa en el escenario saheliano. Las primeras operaciones del *Africa Corps* se llevaron a cabo en Mali, donde el ejército maliense, con el respaldo de Rusia, retomaron el control de la estratégica ciudad de Kidal, en noviembre de 2023. A raíz de este hecho, su activismo se ha incrementado, extendiendo sus operaciones hacia Burkina Faso (Lechner y Eledinov 2024). También la junta militar en Níger se ha acercado a Rusia. En diciembre de 2023, la cancelación de los acuerdos con la UE se produjo en el contexto de una visita rusa a Niamey tras la cual se firmaron acuerdos de cooperación en materia de defensa entre el Russian Deputy Minister of Defense Colonel-General Yunus-Bek Yevkurov and Nigerien Defense Minister General Salifou Mody (Tasamba 2023).

Es evidente que el objetivo ruso está centrado en tratar de equiparar el nivel de las relaciones políticas, con las económicas y las militares, puesto que todos forman parte de su proyección hacia la región. Hasta la fecha, las relaciones económico y de cooperación de Rusia con África están muy lejos de compararse con los volúmenes de intercambio entre China, India y Japón con la región y sus primeros pasos en temas de seguridad se realizan en un contexto internacional marcado por su victoria contra el terrorismo del Estado Islámico en Siria, el fortalecimiento de sus posiciones frente a Estados Unidos y la UE en Ucrania y ahora, disputando espacios geopolíticos de tradicional control francés.

Es importante señalar que a partir de la llegada del Grupo Wagner a Mali en 2021 y la retirada posterior de Francia en 2022, en los informes elaborados por el *Africa Center for Strategic Studies*, institución perteneciente al Departamento de Defensa de Estados Unidos, se incluye a Rusia en las estadísticas sobre víctimas civiles como resultado de las acciones militares y alegan "violaciones a los derechos humanos". Es decir, antes, los reportes de víctimas civiles estaban solo asociados a los ataques de los grupos terroristas,

ahora los ponen vinculados a los ataques de Rusia y de las fuerzas de seguridad estatales (Africa Center for Strategic Studies 2025). También mantienen la narrativa de que a partir de estas fechas se produjo un incremento del terrorismo. Este enfoque resulta algo tendencioso, en el sentido de que antes no daban cuenta de las víctimas civiles por acciones conjuntas de Estados Unidos y Francia. Además, pretenden dar la idea de que el terrorismo se ha incrementado como resultado de la retirada francesa, cuando este era un proceso que venía en ascenso desde el 2015.

Por su parte, China ha ido tomado medidas para mejorar sus aportes a la estabilización y mantenimiento de la paz en África, a través de acuerdos de cooperación militar, ya sea en forma de contratos de ventas de armamento o de formación de militares africanos. Esta cooperación se expresa de manera bilateral o multilateral. La cooperación bilateral se basa en las ventas de armas, las donaciones de equipo y los programas de formación y adiestramiento. En 2015, China fue, después de Rusia, el segundo proveedor de armamento a África subsahariana, cubriendo el 22% de las armas que se transfirieron a la región. Según un informe del Instituto Internacional de Estudios Estratégicos (IISS22) de Londres, 35 países africanos (el 68%) emplean equipamiento militar chino (Tebas 2016). Además de los importantes convenios económicos chinos en Malí, como un contrato por más de 11 mil millones para financiar dos importantes proyectos ferroviarios: la rehabilitación de la línea ferroviaria Bamako-Dakar y la construcción de la línea ferroviaria entre Malí y el puerto de Conakry o un contrato para establecer una fábrica de cemento, China proporcionó a Malí más de 9 millones en equipo militar, incluidas armas, municiones, camiones, equipo de transporte y seguridad, como parte de un Memorando de Entendimiento firmado en 2021.

En lo que se refiere a la cooperación multilateral, esta se expresa a través de la UA y las organizaciones subregionales africanas o por la participación de sus tropas en las Operaciones de Mantenimiento de la Paz de Naciones Unidas. China llegó a tener más de 2000 soldados y personal desplegado en misiones de mantenimiento de la paz de la ONU en la República Democrática del Congo, Malí, Sudán, Sudán del Sur y la República Centroafricana. Solo en el caso de Mali, como parte de la MINUSMA, tuvo 403 cascos azules. Desde 2007, ha sido el miembro permanente del Consejo de Seguridad que más efectivos ha aportado a los contingentes de mantenimiento de paz, siendo actualmente el octavo contribuyente, con 3 044 efectivos en todo el mundo, de los cuales 2 217, el 74%, están desplegados en África.

China no solo ha ofrecido un fuerte respaldo a las posiciones de la UA en los debates que sobre cuestiones de seguridad tienen lugar en la ONU,

sino que ha realizado donaciones financieras para la lucha contra el terrorismo y la misión de estabilización en Somalia. Por ejemplo, en septiembre de 2015, el presidente Xi Jinping ofreció ayuda militar, de hasta 100 millones de dólares, a los mecanismos de respuesta rápida de la UA (*African Standby Forces*) y durante la Sexta Cumbre China-África (Johannesburgo-Sudáfrica, 4 diciembre de 2015) ofreció a la UA, 60 millones de dólares para financiar sus operaciones de mantenimiento de la paz.

Con respecto a las organizaciones subregionales, destaca la ayuda militar con fondos, transferencia de equipos y entrenamiento para misiones de mantenimiento de la paz a la CEDEAO o la IGAD. China ha apoyado las operaciones de seguridad y contraterrorismo del G5 Sahel, trabajando con Burkina Faso, Chad, Malí, Mauritania y Níger. Prometió más de 45 millones de dólares, a principios de 2019, a la ahora extinta Fuerza Conjunta del G5-Sahel. También destinó 1.5 millones de dólares por las operaciones de la Secretaría Permanente del G5, mecanismos completamente desarticulados por la crisis franco-europea en el Sahel.

A pesar de la apertura de su base militar en Djiboutí en 2017, el otorgamiento de becas a estudiantes burkineses y representantes gubernamentales para asistir a academias militares en China, ofrecer entrenamiento a militares de Burkina Faso y mantener acuerdos de cooperación militar con al menos 11 países del continente: Angola, Argelia, Egipto, Ghana, Nigeria, Sudáfrica, Sudán del Sur, Tanzania, Uganda, Zambia y Zimbabue, la presencia militar china en África sigue siendo discreta. Sin embargo, esta se ha ido incrementado. Por ejemplo, en 2015, las fuerzas armadas nigerianas utilizaron un Vehículo Aéreo No Tripulado (UAV20) armado, de fabricación china (modelo CH-3) en operaciones contra Boko Haram. En 2018 realizaron el Primer Foro de Seguridad y Defensa China-África, organizado en Beijing, por el Ministerio de Defensa chino. Esta fue una oportunidad para definir los ejes de esta cooperación y en particular el tema de la "asistencia mutua para la seguridad". El 25 de julio de 2022 efectuaron la Segunda Reunión Ministerial del Foro de Paz y Seguridad China-África.

Los temas de defensa y seguridad ya se incorporaron como parte de los ejes centrales del Foro China-África (FOCAC). Así se expresó en la Octava Conferencia Ministerial de la FOCAC, en Dakar, entre el 29 y 30 de noviembre de 2021, donde plantearon "salvaguardar sólidamente la soberanía, la seguridad y los intereses de desarrollo de China y de los países africanos, y proteger los intereses comunes de los países en desarrollo" (Ministry of Foreign Affairs of the People´s Republic of China 2021). En la reunión ministerial se aprobó la Declaración de Dakar, el Plan de Acción de Dakar (2022-2024), la

Declaración sobre la Cooperación China-África en Materia de Respuesta al Cambio Climático y la Visión 2035 de la Cooperación China-África.

Todos estos aspectos son reflejo de una postura más abierta de los Estados africanos en demandar una participación más proactiva de Beijing en la lucha contra el terrorismo, el crimen organizado y la inestabilidad general en el Sahel. China está pasando a ocupar un espacio predominante en la seguridad de la región, pero aún está muy lejos de desplazar por completo el rol militar de EEUU. Con respecto al Sahel, se puede afirmar que la balanza se ha revertido a su favor.

Conclusión

El deterioro sistemático y progresivo de la seguridad en el Sahel occidental ha sido el resultado del avance imparable de los grupos terroristas vinculados a las redes de Al Qaeda y a las del Estado Islámico. La estrategia de lucha contra el terrorismo liderada por Estados Unidos a nivel mundial ha sido un fracaso, no sólo no se eliminó esta supuesta amenaza en el Medio Oriente, sino que se expandió hacia África, convirtiendo el Sahel en el epicentro de su desarrollo. Por lo tanto, el enfoque que ha mantenido Estados Unidos y sus aliados en la región no ha dado tampoco ningún resultado real, ni en el Sahel ni en el Cuerno Africano.

Durante toda la etapa comprendida entre el 2012 y el 2022, en la cual estuvieron presentes los programas de "cooperación" militar implementados por Estados Unidos y la UE en el Sahel, así como las operaciones militares de Francia, el terrorismo nunca disminuyó. Esto ratifica la hipótesis de la ineficacia y el descrédito de todos estos programas de seguridad en Malí, Níger y Burkina Faso. Por lo tanto, en una década (2012-2022), las potencias occidentales no solo han perdido la iniciativa en el Sahel y fracasado, sino también han perdido el control de un espacio geoestratégico frente a Rusia y China.

Francia quedó en una situación de franco deterioro, retroceso y desprestigio frente a los gobiernos saheliano. Esto, junto al desgaste político de los líderes tradicionales africanos, provocó la emergencia de nuevos actores internos: figuras militares con un discurso articulado en términos nacionalistas y antinjerencistas. Por ello, una de las principales acciones realizadas por ellos tras llegar al poder por un golpe de Estado, fue apropiarse de una narrativa antifrancesa, apoyada en acciones contundentes y concretas. Los

cambios geopolíticos causados por los gobiernos militares en el Sahel no han tenido otro correlato en la historia más reciente del continente.

A nivel de la institucionalidad africana, los cambios también son notables. Las contradicciones a lo interno de la CEDEAO, debilitaron el posicionamiento de la organización. La desarticulación del Grupo del G5 del Sahel, dio paso a la emergencia de un nuevo grupo de concertación regional, por la propia iniciativa africana: la Alianza de Estados del Sahel (AES). Este grupo va camino a su fortalecimiento con la posible ampliación de su membresía. Por lo tanto, se está produciendo una reconfiguración del bloque subregional. Por un lado, se ve una CEDEAO más debilitada y con una postura de conciliación con Occidente, frente a una AES, más fortalecida y con una narrativa más "nacionalista" y antinjerencista.

Esto explica, sin duda, un cambio en la forma de gestionar las crisis de seguridad, rechazando los métodos tradicionales occidentales — de Francia en particular —, donde solo ha prevalecido la perspectiva militar. Mientras tanto, dichos gobiernos africanos se acercan a una opción alternativa y multidimensional en el plano de la seguridad, no solo centrada en el tema militar, sino también con un enfoque de inversiones y desarrollo económico como es el caso de China. Con respecto a Rusia, el país está representando otra alternativa, a pesar de la campaña internacional antirrusa y los enfoques tendenciosos que hablan de un incremento de la violencia en el Sahel como resultado de las acciones militares conjuntas en contra de los grupos armados.

La presencia chino-rusa, aunque EE.UU sigue teniendo la hegemonía militar en esta zona, ya ha dado pasos en función de una agenda centrada en la seguridad del Sahel. China y Rusia están en mejor posición para ampliar su legitimidad en esta área, con propuestas más concretas que las tradicionalmente ofrecidas por Occidente. Por lo tanto, los países afectados ven en Rusia y China una alternativa de apoyo más serio. Los pasos dados por Pekín y Moscú a nivel militar en la región subsahariana han sido motivo de preocupación por parte de EE.UU y los europeos.

No obstante, la alianza euro-estadounidense en el Sahel, con la nueva administración republicana de Donald Trump debe debilitarse aún más. África nunca ha estado dentro de las prioridades para Donald Trump. Vale la pena recordar que al final de su primer mandato ordenó la retirada de las tropas de Somalia y duplicó la suma total de los ataques con drones en dicho país. Su segunda administración se inaugura con una retirada — septiembre de 2024 — de las tropas estadounidenses de Níger. Sus presiones contra la UE para que incrementen su participación en los gastos de defensa de la OTAN, así como la evidente derrota europea, en el espacio ucraniano frente

a Rusia, hacen que la colaboración con los europeos para "rescatar" sus espacios perdidos en el Sahel, no vaya a ser un tema importante para EE.UU. El AFRICOM seguirá activo en África, pero no en función de restablecer los niveles de coordinación que tenían con las fuerzas europeas, al menos, en África Occidental y Central, sino por el contrario, intentará centrar su retórica en frenar la ofensiva militar de Rusia en el Sahel y el control económico de China en África.

Estos acontecimientos han sido la expresión, a nivel subregional, de un proceso de transición en las relaciones internacionales, donde se consolidan las alianzas sino-rusas, sino-africanas y ruso-africanas, ajeno a la histórica subordinación de África a las potencias Occidentales. De esta manera, esta parte del Sur Global: el Sahel, se convierte en el epicentro africano de las contradicciones entre los ejes chino-ruso y euro-estadounidense, como una expresión del cambio geopolítico en las relaciones internacionales y que tiene a estos dos actores como protagonistas.

REFERENCIAS

AFP. 2009. "Medvedev viaja a África para reinstaurar la influencia rusa en el continente." *El Economista*, 21 de junio. https://www.eleconomista.es/mercados-cotizaciones/noticias/1346759/06/09/Medvedev-viaja-a-Africa-para-reinstaurar-la-influencia-rusa-en-el-continente.html.

Africa Center for Strategic Studies. 2020. "African Militant Islamist Groups Set Record for Violent Activity." 21 de julio. https://africacenter.org/spotlight/african-militant-islamist-groups-new-record-violent-activity/.

Africa Center for Strategic Studies. 2025. "Militant Islamist Groups in Africa Sustain High Pace of Lethality." 18 de febrero. https://africacenter.org/spotlight/mig2025-militant-islamist-groups-in-africa/.

Agenzia Nova. 2023. "Malí, Burkina Faso y Guinea reconocen a la junta militar de Níger: nace la 'alianza de los golpistas'." *Agenzia Nova*, 1 de agosto. https://www.agenzianova.com/es/news/mali-burkina-faso-y-guinea-reconocen-junta-militar-nigerina-nace-alianza-de-golpistas/.

Anadolu Agency. 2023. "Germany to participate in EU military mission in Niger." *AA*, 28 de abril. https://www.aa.com.tr/en/africa/germany-to-participate-in-eu-military-mission-in-niger/2884190.

Arslan, Fatma Esma. 2023. "Western military presence in Niger faces uncertainty following coup." *Anadolu Agency*, 2 de agosto. https://www.aa.com.tr/en/africa/western-military-presence-in-niger-faces-uncertainty-following-coup/2959863.

Bèle, Patrick. 2020. "Coup d'État au Mali: le président Ibrahim Boubacar Keïta démissionne après son arrestation par des soldats mutins." *Le Figaro*, 18 de agosto. https://www.lefigaro.fr/flash-actu/mali-coups-de-feu-dans-un-camp-militaire-proche-de-bamako-20200818.

Chaudhury, Dipanjan Roy. 2023. "China's strategic inroads in African Sahel region." *The Economic Times*, 12 de enero. https://economictimes.indiatimes.com/news/international/world-news/chinas-strategic-inroads-in-african-sahel-region/articleshow/96937105.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst.

Council of the European Union. 2020. "EUCAP Sahel Niger: Council appoints new head of mission." 16 de diciembre. https://www.consilium.europa.eu/de/press/press-releases/2020/12/16/eucap-sahel-niger-council-appoints-new-head-of-mission/.

Deutsche Welle. 2021. "Unión Africana suspende a Guinea por golpe de Estado." *DW*, 10 de septiembre. https://www.dw.com/es/uni%C3%B3n-africana-suspende-a-guinea-por-golpe-de-estado/a-59147717.

EUCAP Sahel Mali. 2021. "About EUCAP Sahel Mali." https://www.eeas.europa.eu/eucap-sahel-mali/about-eucap-sahel-mali_en.

European External Action Service. 2020. "EUTM Mali: European Union Training Mission in Mali - Military Mission." 30 de noviembre. https://www.eeas.europa.eu/eutm-mali/eutm-mali-european-union-training-mission-mali-military-mission_en.

France 24. 2025. "Francia inicia la cesión de bases militares a Senegal en un primer paso hacia la retirada total." *France 24*, 7 de marzo. https://www.france24.com/es/%C3%A1frica/20250307-francia-inicia-la-cesi%C3%B3n-de-bases-militares-a-senegal-en-un-primer-paso-hacia-la-retirada-total.

Lechner, John A., y Sergey Eledinov. 2024. "Is Africa Corps a Rebranded Wagner Group?" *Foreign Policy*, 7 de febrero. https://foreignpolicy.com/2024/02/07/africa-corps-wagner-group-russia-africa-burkina-faso/.

Leigh, Asia Jane. 2021. "The Dragon's Game in the Sahel." *ACCORD*, 10 de diciembre. https://www.accord.org.za/analysis/the-dragons-game-in-the-sahel/.

Le Monde. 2022. "Le Mali annonce son retrait de l'organisation régionale G5 Sahel." *Le Monde*, 16 de mayo. https://www.lemonde.fr/afrique/article/2022/05/16/le-mali-annonce-son-retrait-de-l-organisation-regionale-g5-sahel_6126249_3212.html.

Mali Actu. 2020. "Mali: Opex: Barkhane en lieu étroit avec la mission de Takuba dans la BSS." *Mali Actu*, 24 de julio. https://maliactu.net/mali-opex-barkhane-en-lieu-etroit-avec-la-mission-de-takuba-dans-la-bss/.

Mednick, Sam. 2023. "Juntas militares prometen defender a golpistas en Níger ante la amenaza de intervención regional." *The San Diego Union-Tribune*, 1 de agosto. https://www.sandiegouniontribune.com/en-espanol/noti-

cias/story/2023-07-31/juntas-militares-prometen-defender-a-niger-ante-la-amenaza-de-intervencion-contra-los-golpistas.

Ministry of Foreign Affairs of the People´s Republic of China. 2021. "La VIII Conferencia Ministerial del FOCAC Ha Sido un Éxito Rotundo." 1 de diciembre. https://www.mfa.gov.cn/esp/wjb/zzjg/fzs/xwlb/202112/t20211202_10461234.html.

Pandiella, Lluís Muñoz. 2023. "Rusia trata de seducir a África: Putin asegura que estudia plan de paz sobre Ucrania." *France 24*, 28 de julio. https://www.france24.com/es/europa/20230728-rusia-trata-de-seducir-a-%C3%A1frica-putin-asegura-que-estudia-plan-de-paz-sobre-ucrania.

Pillalamarri, Akhilesh. 2018. "Is the New US Drone Base in Niger Worth the Cost?" *Defense News,* 16 de octubre. https://www.defensenews.com/opinion/commentary/2018/10/16/is-the-new-us-drone-base-in-niger-worth-the-cost/.

Powell, Jonathan. 2022. "Burkina Faso coup: latest sign of a rise in the ballot box being traded for bullets." *The Conversation*, 25 de enero. https://theconversation.com/burkina-faso-coup-latest-sign-of-a-rise-in-the-ballot-box-being-traded-for-bullets-175642.

Rodríguez-Marín, Alicia G. 2019. "Rusia en la carrera comercial por África." *El Orden Mundial (EOM),* 21 de febrero. https://elordenmundial.com/rusia-carrera-comercial-por-africa/.

Sánchez, Julio César y Juan B. Pujol. 2005. "Relación de Estados Unidos con África en la última década del siglo XX y principios del siglo XXI. Perspectivas en el segundo mandato de la administración Bush." *Cuadernos de Estudio,* n. 1. Madrid: Centro de Estudios de Información de la Defensa.

Sandnes, Marie y Ilaria Carrozza. 2023. "Russia, China and New Power Dynamics in the Sahel Region." *PRIO Blogs (Peace Research Institute Oslo*), 16 de enero. https://blogs.prio.org/2023/01/russia-china-and-new-power-dynamics-in-the-sahel-region/.

Swissinfo. 2023. "La UE prolonga hasta 2025 su misión de apoyo de capacidades militares de Mali." *Swissinfo*, 10 de enero. https://www.swissinfo.ch/spa/la-ue-prolonga-hasta-2025-su-misi%C3%B3n-de-apoyo-de-capacidades-militares-de-mali/48193868.

Swissinfo. 2025. "Senegal anuncia que 2025 marcará el fin de la presencia militar extranjera." *Swissinfo*, 1 de enero. https://www.swissinfo.ch/spa/senegal-anuncia-que-2025-marcar%C3%A1-el-fin-de-la-presencia-militar-extranjera/88663661.

Tasamba, James. 2023. "Niger ends EU defense, security partnerships." *Anadolu Agency,* 5 de diciembre. https://www.aa.com.tr/en/africa/niger-ends-eu-defense-security-partnerships/3073237.

Tebas, Juan Alberto Mora. 2016. "China: Nueva estrategia [paz y seguridad] en África China." *Documento de Análisis 56/2016* (13 de septiembre). Madrid: Institu-

to Español de Estudios Estratégicos. https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2016/DIEEEA56-2016_China_NvaEstrategia__Africa-JAMT.pdf.

Tih, Felix Nkambeh. 2019. "El retorno de Rusia a África aumenta la competencia por el continente." *Anadolu Agency,* 5 de noviembre. https://www.aa.com.tr/es/mundo/el-retorno-de-rusia-a-%C3%A1frica-aumenta-la-competencia-por-el-continente/1636518.

United States Africa Command (AFRICOM). 2024. "Withdrawal from Niger completed." *U.S. Africa Command Public Affairs,* 16 de septiembre. https://www.africom.mil/pressrelease/35590/us-withdrawal-from-niger-completed.

Wines, Michael. 2006. "Putin Visits South Africa, Seeking Good Will and Trade." *The New York Times,* 6 de septiembre. https://www.nytimes.com/2006/09/06/world/europe/06putin.html.

Xinhua. 2022. "Defense minister urges enhanced China-Africa peace, security cooperation." *The State Council of the People's Republic of China*, 26 de julio. https://english.www.gov.cn/statecouncil/weifenghe/202207/26/content_WS62df83c4c6d02e533532e7b6.html.

Zimmerman, Katherine. 2020. "No Competition Without Presence." *PRISM, Institute for National Strategic Security* 9 (1): 68-87. https://www.jstor.org/stable/10.2307/26940160.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo de investigación es evaluar cómo el contexto de inseguridad en el Sahel ha impactado el escenario geopolítico internacional. El agotamiento del modelo de cooperación euroamericana en materia de seguridad y su fracaso en la contención del terrorismo provocaron una ola de golpes de Estado en oposición a la presencia militar francesa en Mali, Níger y Burkina Faso. Los gobiernos golpistas adoptaron una narrativa nacionalista antifrancesa que ha tenido repercusiones en los antiguos aliados occidentales, como Senegal, Chad y Costa de Marfil, que han solicitado la retirada de las tropas francesas. La crisis política afectó a la CEDEAO, cuando la junta militar decidió abandonar este bloque de integración debido a su intento de organizar una intervención militar en Níger; así surgió la Alianza de Estados del Sahel. Nos encontramos ante una región del Sur Global donde la hegemonía tradicional francesa se ha erosionado. Por otro lado, estas modificaciones han permitido la consolidación de las posiciones de China y Rusia en el Sahel. China ha logrado desplazar por completo a actores tradicionales como Estados Unidos y también ha comenzado a promover su propia agenda de seguridad en el Sahel. En segundo lugar, estos cambios políticos han permitido una mayor influencia rusa en materia de seguridad para combatir el terrorismo. Demostramos que, en los últimos cinco años, la zona sahelo-sahariana se ha convertido en el epicentro africano de las modificaciones del orden geopolítico internacional. El escenario a corto y medio

plazo se presenta como un fortalecimiento del eje chino-ruso en detrimento del bloque franco-estadounidense en África.

PALABRAS-CLAVE

Seguridad. Terrorismo. Golpe de Estado. Alianza de Estados del Sahel. Grupo Wagner. Francia. Estados Unidos. Rusia. China. África Subsahariana. Unión Europea.

Recibido el 30 de marzo de 2026
Aceptado el 6 de mayo de 2026[3]

3 Cómo citar: González, Yoslán Silverio. "El cambio geopolítico en el Sahel: el fortalecimiento Sino-Ruso vs el declive Franco-Estadounidense." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (20): 9-32. https://doi.org/10.22456/2448-3923.154853.

REFÚGIO, INTEGRAÇÃO E GOVERNANÇA REGIONAL EM UGANDA: IMPLICAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASIL--ÁFRICA NO ATLÂNTICO SUL

Guilherme de Araujo Grigoli[1]

Introdução

A resposta de Uganda ao êxodo sul-sudanês consolidou-se como um caso analiticamente relevante para observar a interação entre normas africanas, arranjos sub-regionais e capacidades estatais de implementação sob choques recorrentes de segurança e orçamento (International Crisis Group 2015; OCHA 2018; UNHCR 2018). No plano continental, a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA)/ União Africana (UA) de 1969 e a Convenção de Kampala de 2009 formam um alicerce normativo ampliado para proteção, enquanto, no plano sub-regional, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) conforma compromissos e coordenação de soluções duráveis em diálogo com o *Comprehensive Refugee Response Framework* (CRRF) (AUC e IOM 2024; IGAD 2022; IGAD e EAC 2023). Em Uganda, o *Refugees Act* (2006) e os *Refugees Regulations* (2010) ancoram a integração progressiva em sistemas nacionais e o reconhecimento em massa, constituindo um desenho legal singular na África Oriental (Republic of Uganda 2006, 2010).

Diante desse contexto, o artigo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: em que medida o arranjo normativo continental e sub-regional de proteção a deslocados forçados, articulado em torno da Convenção de

1 Instituto Meira Mattos, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: guigrigoli@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0406-3239.

https://doi.org/10.22456/2448-3923.149809

Kampala e dos compromissos da UA e da IGAD, condiciona os resultados das políticas de refúgio em Uganda no período 2013–2025?

A hipótese de trabalho sustenta que a combinação entre um marco normativo regional relativamente denso e capacidades estatais domésticas assimétricas produz uma implementação seletiva e incremental desses compromissos, com avanços importantes em termos de acolhimento e inclusão, mas também zonas de fricção e vulnerabilidade persistente, sobretudo no eixo meios de vida–integração local (World Bank Group 2016; Doyel 2022; U-LEARN e REACH 2023). A escolha de Uganda decorre tanto de seu papel de "caso-laboratório" para a agenda de autossuficiência e integração local na África Oriental quanto da centralidade do país nas reformas recentes de proteção no âmbito da UA e da IGAD (African Union 2009; IGAD 2023).

O artigo contribui em três frentes: primeiro, sistematiza o elo normativo-operacional que liga UA, IGAD e CRRF aos dispositivos legais e planos ugandenses, explicando os mecanismos de transmissão entre compromissos regionais e execução doméstica (IGAD e EAC 2023; UNHCR 2022). Segundo, reconstrói a implementação em perspectiva temporal (2013–2025), identificando variações territoriais, pressões de demanda e "testes de estresse" de financiamento e coordenação setorial (UNHCR 2024a, 2025b). Por último, deriva implicações operacionais para a cooperação Brasil–África (Atlântico Sul), com ênfase em módulos de integração setorial, meios de vida e monitoramento por resultados (Komakech et al. 2024; U-LEARN e REACH 2023).

Metodologia

O desenho é de estudo de caso único com unidade principal Uganda e horizonte temporal 2013–2025, escolhidos por combinarem arcabouço normativo avançado, adesão a compromissos regionais e ampla disponibilidade documental para rastrear mecanismos causais entre normas e resultados setoriais (UNHCR 2022; IGAD 2022; IGAD e EAC 2023). O caso permite observar o nexo entre UA/IGAD/CRRF e dispositivos domésticos sob choques exógenos, oferecendo condições para inferência processual em contextos de política pública de proteção (AUC e IOM 2024; UNHCR 2024b). A estratégia privilegia variação temporal de políticas e resultados, bem como heterogeneidade territorial entre assentamentos e distritos de acolhida (UNHCR 2024a, 2025b).

O corpus principal reúne documentos programáticos e regulatórios de 2020–2025, tais como o *Uganda Country Refugee Response Plan* (UCRRP)

2022–2025, planejamento detalhado 2024–2025, estratégia multianual 2023–2025 e *Refugee Policy Review Framework* (RPRF), legislações e planos nacionais (Refugees Act/Regulations; NDP III), além de relatórios globais/regionais e estratégias setoriais de educação e saúde (UNHCR 2022, 2025b; OPM e UNHCR 2024). As fontes incluem ainda o *Global Trends* e panoramas sub-regionais do Leste e Chifre da África e Grandes Lagos (EHAGL), buscando triangulação entre estatísticas, narrativas institucionais e avaliações de implementação (UNHCR 2024a, 2024b). A seleção prioriza reprodutibilidade e aderência direta ao caso, preservando peças anteriores quando indispensáveis ao encadeamento histórico (Republic of Uganda 2020, 2023).

Operacionalmente, empregou-se o *process tracing* para identificar passos intermediários entre compromissos regionais e decisões programáticas, codificando evidências em seis eixos: normativo, programático, operacional, socioeconômico, financeiro e governança (UNHCR 2022; UNHCR e World Bank 2024). A mensuração combina respostas (metas, coberturas, arranjos de coordenação) e resultados (acessos, inclusão e autossuficiência), com ênfase em setores de educação, saúde, *Water, sanitation and hygiene* (WASH) e meios de vida (OPM e UNHCR 2024; UNHCR 2025b). Estudos setoriais e marcos de referência em saúde e meios de vida ancoram a leitura dos resultados (WHO 2022; Komakech et al. 2024; U-LEARN e REACH 2023).

Para séries temporais de fluxo, utiliza-se a extração direta de painéis oficiais do *Operational Data Portal (*ODP/UNHCR) quando necessário, evitando imputações e garantindo rastreabilidade da origem e dos filtros aplicados (UNHCR 2024a, 2024b). Divergências entre documentos e painéis são resolvidas por hierarquia de fonte (dados mais granulares e recentes prevalecem) e registro explícito de datas de acesso e cortes de atualização (UNHCR 2025b; UNHCR e World Bank 2024). Choques exógenos e mudanças metodológicas são tratados como variáveis contextuais no exame longitudinal (AUC e IOM 2024; IGAD 2022).

O recorte temporal abrange 2013–2025 e o escopo espacial inclui níveis continental e sub-regional (UA/IGAD), nacional (Uganda) e local (assentamentos), privilegiando evidências documentais recentes, estratégias plurianuais e avaliações setoriais com acesso público (WHO 2022; Republic of Uganda 2023; UNHCR 2025b). A abordagem de análise articula rastreamento de processos e triangulação de fontes primárias e secundárias, evitando extrapolações não verificadas e ancorando a inferência causal em marcos e planos com metas explícitas (OPM e UNHCR 2024; UNHCR 2022). A estrutura do texto segue a esta seção metodológica, uma seção abordando o referencial teórico, seguido pelo debate sobre o elo normativo-operacional UA/IGAD/CRRF e Uganda, em prosseguimento a discussão sobre a implementação

2013–2025, perfazendo os debates sobre as implicações Brasil–África e, finalizando com as conclusões.

Referencial Teórico

A literatura sobre regionalismo africano sustenta que normas continentais e arranjos sub-regionais funcionam como vetores de harmonização regulatória e coordenação de políticas, especialmente quando há choques transfronteiriços que excedem a capacidade de resposta estatal isolada (AUC e IOM 2024). A Convenção da OUA/UA de 1969 e a Convenção de Kampala de 2009 compõem a base jurídico-normativa que amplia a proteção a refugiados e deslocados internos, influenciando o desenho doméstico em países de primeira acolhida (AUC e IOM 2024). No Leste da África, a IGAD atua como plataforma de compromissos políticos e de soluções duráveis, dialogando com o CRRF e induzindo convergência programática entre Estados e agências (IGAD 2022; IGAD e EAC 2023). Essa arquitetura dá lastro à leitura de Uganda como caso de interação entre normas regionais, compromissos multilaterais e políticas nacionais de inclusão (UNHCR 2022).

A literatura recente tem enfatizado que a Convenção de Kampala não é apenas um marco de codificação normativa, mas também um dispositivo de reconfiguração institucional em escala continental, com efeitos diretos e indiretos sobre as políticas domésticas (Adeola 2019; Addadzi-Koom 2023). A adoção do *Harare Plan of Action* (2017–2022) pela Conferência dos Estados Partes, em 2017, conferiu densidade operacional a esse arranjo, ao estabelecer prioridades concretas em matéria de legislação interna, mecanismos de coordenação, coleta de dados e acompanhamento (African Union 2017). Esses desenvolvimentos reforçam a ideia de que o regime africano de proteção a deslocados forçados constitui um "complexo normativo" em que normas de hard law, planos de ação e práticas de monitoramento passam a funcionar de forma relativamente integrada (ICRC 2016; IDMC 2012).

Do ponto de vista de governança e implementação de políticas, adota-se a premissa de que a tradução de normas em resultados depende da congruência entre marcos legais, instrumentos de planejamento, capacidades administrativas e financiamento previsível (UNHCR 2022). Planos interagências como o UCRRP operam como mecanismos de coordenação, alocando metas e responsabilidades setoriais e reduzindo custos de transação entre múltiplos atores (OPM e UNHCR 2024). O *Refugee Policy Review Framework* fornece um quadro comparável para avaliar direitos, práticas e instituições,

permitindo aferir o quanto a ambição normativa encontra aderência operacional (UNHCR e World Bank 2024). A literatura de administração pública realça que a governança multinível requer *accountability* e alinhamento orçamentário, sob pena de efeitos regressivos na entrega de serviços (Republic of Uganda 2020).

A integração de refugiados em sistemas nacionais de saúde e educação é tratada como estratégia preferencial para ganhos de sustentabilidade, qualidade e equidade, desde que acompanhada de reforço de capacidades e financiamento de custeio (WHO 2022). Evidências recentes em saúde mostram avanços de governança e coordenação quando há incorporação plena ao sistema nacional, mas também apontam gargalos de recursos humanos, insumos e cobertura territorial (Komakech et al. 2024). Em educação, a continuidade do *Education Response Plan for Refugees and Host Communities* (ERP II) sugere que a coordenação multissetorial e a previsibilidade de insumos são determinantes para manter matrículas e progressão escolar (Republic of Uganda 2023). No plano programático, a estratégia multi anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) reforça o nexo humanitário-desenvolvimento-paz e condiciona a inclusão a metas e indicadores verificáveis (UNHCR 2025b).

A autossuficiência é tratada tanto como objetivo de política quanto como hipótese de impacto, mas enfrenta condicionantes de economia política, qualidade da terra, encadeamentos de mercado e acesso a capital e assistência técnica (U-LEARN e REACH 2023). Estudos recentes problematizam a sustentabilidade de trajetórias de renda quando a assistência é volátil ou quando mercados locais permanecem segmentados e de baixa profundidade (Mastrorillo et al. 2024). Relatórios sub-regionais mostram que choques climáticos, variações de preços e novas ondas de deslocamento podem reverter ganhos de meios de vida em horizontes curtos (UNHCR 2024b). Assim, a literatura recomenda cautela na leitura linear de "autossuficiência", sugerindo metas graduais e estratégias diferenciadas por território (AUC e IOM 2024).

Análises críticas ressaltam, contudo, que o enquadramento da autossuficiência como paradigma central da política de refúgio em Uganda desloca parte dos custos e riscos para indivíduos e comunidades, ao mesmo tempo em que a inclusão jurídica ampla convive com capacidades materiais e financeiras insuficientes para assegurar proteção efetiva e direitos substantivos (Doyel 2022; Grzeskowiak 2024). Nesse sentido, a *self-reliance* aparece menos como condição já alcançada e mais como horizonte normativo permanentemente negociado entre atores domésticos, regionais e doadores.

As abordagens de economia política do refúgio destacam a centralidade da responsabilidade compartilhada e dos incentivos de financiamento para a estabilidade do arranjo de inclusão, notadamente em países de primeira acolhida (IGAD e EAC 2023). A pressão demográfica e a volatilidade do financiamento humanitário, evidenciadas nos *Global Trends*, testam limites de capacidade e revelam dependência de fluxos externos para manutenção de pisos sociais (UNHCR 2024a, 2025a). A crítica ao "modelo Uganda" alerta contra idealizações descoladas da heterogeneidade territorial e das restrições fiscais, propondo leitura situada por assentamento e por setor (U-LEARN e REACH 2023). Esse enquadramento teórico orienta a análise subsequente ao conectar normas, instrumentos e resultados em perspectiva temporal e multiescala (UNHCR 2022).

Por fim, no caso ugandês, esse complexo normativo continental não opera no vazio: ele se acopla a um arcabouço doméstico já reconhecido como progressivo em termos de direitos de trabalho, mobilidade e acesso a serviços básicos por parte de refugiados, mas atravessado por assimetrias territoriais e por fortes condicionantes fiscais (World Bank Group 2016). Relatórios da própria União Africana e de organismos especializados mostram que Uganda foi um dos primeiros países a ser envolvido em iniciativas de "domesticação" da Convenção de Kampala, inclusive por meio de oficinas específicas com atores governamentais e da sociedade civil (IDMC 2012; ICRC 2016). Assim, o país se torna um terreno privilegiado para observar como normas regionais se traduzem – ou não – em arranjos institucionais e em resultados setoriais concretos.

A Sistematização do Elo Normativo-Operacional entre UA/IGAD/CRRF e os Dispositivos Legais e Programáticos de Uganda

O elo normativo-operacional descreve como normas continentais e compromissos sub-regionais são traduzidos em regras, planos e rotinas de implementação no nível nacional, vinculando princípios de proteção a instrumentos de gestão e orçamento (AUC e IOM 2024). Na África, a Convenção da OUA/UA de 1969 e a Convenção de Kampala de 2009 ampliam a proteção e orientam soluções internas e transfronteiriças, servindo de referência para arranjos domésticos em países de primeira acolhida (AUC e IOM 2024). No Leste da África, a IGAD conforma compromissos políticos e programáticos alinhados ao CRRF, operando como ponte entre consensos regionais

e planos implementáveis (IGAD 2022; IGAD e EAC 2023). Em Uganda, a domesticação se materializa em lei e regulamento específicos, que estabelecem direitos, procedimentos e arranjos institucionais compatíveis com esses marcos (Republic of Uganda 2006, 2010). O UCRRP fornece a moldura programática que organiza metas, setores e responsabilidades, convertendo o consenso normativo em entregas verificáveis (UNHCR 2022).

A arquitetura desse elo envolve três arenas interdependentes: definição de direitos e critérios de elegibilidade, programação plurianual com metas e indicadores e coordenação operacional multissetorial com mecanismos de reporte e revisão (UNHCR 2022). A primeira arena é ancorada pelo *Refugees Act* e pelos *Refugee Regulations*, que autorizam reconhecimento em massa e detalham atribuições administrativas, reduzindo custos de transação na resposta (Republic of Uganda 2006, 2010). A segunda arena é o UCRRP 2022–2025 e suas atualizações 2024–2025, que distribuem produtos, prazos e responsáveis por setor e território, conectando objetivos de proteção à rotina orçamentária e de compras (OPM e UNHCR 2024). A terceira arena é monitorada pelo *Refugee Policy Review Framework*, que compara arranjos institucionais e práticas de implementação, produzindo incentivos reputacionais e financeiros para convergência com padrões regionais (UNHCR e World Bank 2024).

O conteúdo normativo-operacional de Uganda inclui liberdade de movimento, acesso à documentação, reconhecimento *prima facie* em afluxos massivos, gestão de assentamentos e integração progressiva em serviços públicos, compondo um regime de direitos compatível com a ambição africana (Republic of Uganda 2006, 2010). Esses direitos são operacionalizados por planos interagências que fixam coberturas mínimas e orientam a coordenação com ministérios setoriais e governos locais, reduzindo paralelismos e duplicações (UNHCR 2022). A lógica de inclusão é incorporada ao planejamento de desenvolvimento por meio do *National Development Plan* (NDP III), que reconhece refugiados e comunidades anfitriãs como público de políticas e integra ações em educação, saúde e meios de vida (Republic of Uganda 2020). A congruência entre direitos, planejamento e rotinas administrativas explica a previsibilidade da resposta, ainda que sujeita a ciclos de financiamento e variações territoriais de capacidade (UNHCR 2022). Esse arranjo cria condições para que compromissos regionais sejam internalizados sem ruptura com as engrenagens do Estado (IGAD e EAC 2023).

A tradução para setores ocorre por instrumentos próprios que conectam o UCRRP às políticas nacionais, como o ERP II em educação e o plano integrado de saúde para refugiados e anfitriões, que normatizam fluxos assis-

tenciais, responsabilidades e padrões de qualidade (Republic of Uganda 2023; WHO 2022). Em saúde, a integração ao sistema nacional melhora governança e coordenação, mas exige reforço contínuo de pessoal, insumos e financiamento para evitar sobrecarga e erosão de resultados (Komakech et al. 2024). Em educação, a manutenção de matrículas e a progressão escolar dependem de coordenação multissetorial e previsibilidade logística e orçamentária nos distritos de acolhida (Republic of Uganda 2023). No setor de WASH, a opção por sistemas públicos implica manutenção local e contratos de desempenho, condicionando a sustentabilidade a rotinas de custeio e supervisão técnica (UNHCR 2022). Essas engrenagens setoriais são parte constitutiva do elo normativo-operacional, pois transformam princípios em padrões verificáveis de entrega (OPM e UNHCR 2024).

O componente financeiro desse vínculo combina recursos humanitários e janelas de desenvolvimento, com incentivos associados à observância de direitos e à qualidade de políticas, segundo leituras comparáveis do RPRF (UNHCR e World Bank 2024). A previsibilidade do financiamento condiciona a efetividade do planejamento, pois metas interagências e compromissos de inclusão dependem de custeio estável para serviços e de investimentos em infraestrutura nos distritos (OPM e UNHCR 2024). Relatórios sub-regionais indicam que choques de preços e novas ondas de deslocamento tensionam alocações, testando a resiliência do arranjo e a capacidade de proteger pisos sociais (UNHCR 2024b). A experiência regional e continental sugere que responsabilidade compartilhada é requisito para a estabilidade do modelo, dada a combinação de pressão demográfica e assimetrias fiscais (AUC e IOM 2024). Assim, a dimensão financeira é mediadora entre ambição normativa e execução cotidiana, sendo central para a durabilidade do elo (UNHCR 2022).

A governança de dados e a integridade programática reforçam o elo ao viabilizar focalização e prestação de contas, com verificação biométrica, integração de bases e rotinas de monitoramento e avaliação por resultados (OPM e UNHCR 2024). A gestão por indicadores requer transparência e salvaguardas para grupos vulneráveis, incluindo protocolos de prevenção e resposta à violência baseada em gênero (VBG) e mecanismos de queixa acessíveis (WHO 2022). Avaliações independentes sobre meios de vida mostram que metas graduais e estratégias diferenciadas por território são mais realistas do que trajetórias lineares de autossuficiência (U-LEARN e REACH 2023). A estratégia multi anual do ACNUR formaliza objetivos, marcos e métricas que ancoram compromissos de proteção e inclusão ao horizonte de planejamento (UNHCR 2025b). Em síntese, a qualidade do elo depende tanto da existência de normas e planos quanto da capacidade de medir, corrigir e responder a riscos e assimetrias (UNHCR 2022).

Por fim, a dimensão político-institucional do elo pressupõe coordenação vertical e horizontal, com o Gabinete do Primeiro-Ministro do Uganda e ministérios setoriais articulando-se a governos locais e parceiros, sob incentivos regionais e globais de convergência de práticas (OPM e UNHCR 2024). A Declaração Ministerial IGAD–EAC (*Intergovernmental Authority on Development–East African Community*) cristaliza expectativas de soluções duráveis e de integração em sistemas nacionais, reforçando a prioridade para inclusão e responsabilidade compartilhada (IGAD e EAC 2023). O arranjo ugandense revela que a internalização de compromissos regionais é viável quando há instrumentos programáticos claros, governança multinível funcional e financiamento minimamente previsível (UNHCR 2022). Onde esses requisitos falham, multiplicam-se gargalos de capacidade e riscos de regressividade em proteção e serviços, exigindo ajustes finos de desenho e de incentivos (UNHCR 2024b). Assim, o elo normativo-operacional é uma construção dinâmica que depende da coevolução entre normas, capacidades e recursos ao longo do tempo (AUC e IOM 2024).

O direito material e processual vigente em Uganda estabelece um conjunto de garantias que reduz custos de transação e encurta o tempo entre afluxo e proteção efetiva, articulando reconhecimento *prima facie* em cenários de fluxo massivo, liberdade de movimento, documentação e acesso a serviços públicos, além de procedimentos de revisão e apelação administrativa quando aplicável (Republic of Uganda 2006, 2010). A compatibilidade com a definição ampliada africana e com salvaguardas para grupos vulneráveis reforça a aderência ao arcabouço continental e limita zonas cinzentas em triagem e registro inicial (AUC e IOM 2024). Essas regras processuais são o ponto de entrada do elo normativo-operacional, pois convertem princípios em rotinas administrativas com efeitos observáveis na ponta (UNHCR 2022). Ao padronizar etapas, a política reduz assimetrias decisórias e cria previsibilidade para gestores distritais e parceiros implementadores (OPM e UNHCR 2024).

O mecanismo de reconhecimento em massa funciona como válvula de alívio em picos de chegada, evitando gargalos de *Refugee Status Determination* (RSD) individual e deslocando recursos para proteção e serviços essenciais, com benefícios imediatos na estabilização de assentamentos (Republic of Uganda 2010). A literatura e os *policy briefs* regionais sugerem que a clareza dos gatilhos e a publicidade de critérios reduzem litigiosidade e fortalecem a legitimidade social do arranjo (IGAD 2022). Em avaliações comparáveis, o RPRF registra ganhos quando o reconhecimento em massa vem acompanhado de integridade cadastral e verificação biométrica, o que protege o sistema contra fraudes e exclusões indevidas (UNHCR e World Bank 2024).

Essa combinação confere densidade institucional ao elo, conectando decisão jurídica, cadastro e planejamento setorial (UNHCR 2022).

A integração orçamentária é o segundo pilar do elo, pois traduz metas do UCRRP em rubricas de custeio e investimento nos ciclos setoriais, vinculando volumes físicos a contratos de fornecimento e manutenção, com calendários compatíveis com o ano fiscal e com o cronograma escolar e sanitário (UNHCR 2022). O NDP III reconhece refugiados e anfitriões como público de políticas, abrindo caminho para a entrada de linhas de ação no planejamento governamental e para o uso de sistemas nacionais de compras e auditoria (Republic of Uganda 2020). O *Detailed Planning* 2024–2025 explicita responsáveis, prazos e indicadores, fortalecendo a lógica de "um plano, um orçamento, um monitoramento" (OPM e UNHCR 2024). A previsibilidade interanual modera choques e melhora eficiência na alocação territorial de insumos essenciais (UNHCR 2025b).

O RPRF opera como mecanismo de *benchmarking* regulatório e institucional, criando incentivos reputacionais e financeiros à convergência com boas práticas e ampliando a transparência sobre direitos, procedimentos e coordenação intersetorial (UNHCR e World Bank 2024). Ao padronizar domínios analíticos e escalas de avaliação, melhora a comparabilidade entre países de primeira acolhida e encoraja reformas incrementais baseadas em evidência (UNHCR 2024b). Essa camada externa de avaliação reduz assimetria de informação entre doadores e governos e ajuda a alinhar janelas de desenvolvimento com metas programáticas verificáveis (AUC e IOM 2024). O resultado é um ciclo de aprendizado que retroalimenta o planejamento e corrige vieses de desenho institucional (UNHCR 2022).

Nos setores, a tradução do princípio de inclusão ocorre por instrumentos como o ERP II em educação e por diretrizes de integração plena ao sistema nacional de saúde, com metas de cobertura, qualidade e continuidade assistencial distribuídas por distrito de acolhida (Republic of Uganda 2023). Em saúde, evidências sugerem ganhos de governança e coordenação quando redes e linhas de cuidado são geridas pelo ministério setorial com apoio técnico de parceiros e métricas auditáveis (WHO 2022). Em WASH, a adoção de sistemas públicos implica contratos de desempenho e rotinas de manutenção, cujo sucesso depende de custeio estável e supervisão técnica regular (UNHCR 2022). Esse desenho reduz paralelismos e ancora o elo normativo-operacional na gramática cotidiana de entrega de políticas (OPM e UNHCR 2024).

A dimensão de proteção, com ênfase em VBG, exige protocolos intersetoriais, equipes especializadas e canais de queixa acessíveis, integrados à

rotina de serviços e à governança local de segurança e justiça comunitária (WHO 2022). As atualizações sub-regionais registram a persistência de riscos e recomendam salvaguardas específicas para crianças, mulheres e pessoas com deficiência, inclusive com respostas sensíveis a contexto e cultura (UNHCR 2024b). A formalização de fluxos de referência reduz traumatização e perda de seguimento, melhorando a responsabilização e a eficiência na proteção de direitos (UNHCR 2022). Essas práticas consolidam o elo ao trazer o núcleo da proteção para dentro dos sistemas regulares de provisão (OPM e UNHCR 2024).

A governança de dados fecha o triângulo do elo ao assegurar integridade cadastral via biometria, integração de bases e painéis públicos com indicadores desagregados e metas por assentamento e por distrito, favorecendo focalização e prestação de contas (OPM e UNHCR 2024). Estratégias plurianuais formalizam métricas e marcos temporais, permitindo avaliações intermediárias e correção de rumo em ciclos curtos (UNHCR 2025b). A transparência reduz fraude e facilita coordenação entre múltiplos atores, inclusive para alocação de insumos em logística complexa (UNHCR 2022). A qualidade da informação torna-se, assim, um insumo de política tão central quanto finanças e recursos humanos (AUC e IOM 2024).

Riscos e salvaguardas devem ser explicitados no desenho institucional: choques climáticos, variações de preços e oscilações de segurança podem interromper cadeias de suprimento e pressionar serviços, recomendando cláusulas de contingência e reservas técnicas em contratos (UNHCR 2024a). A experiência comparada sugere que fundos de estabilização e protocolos de resposta rápida mitigam regressividade territorial e protegem serviços essenciais durante contrações de recursos (AUC e IOM 2024). Esses instrumentos alinham incentivos e preservam bens públicos mínimos em cenários adversos, mantendo o elo normativo-operacional funcional (UNHCR e World Bank 2024). Ao institucionalizar amortecedores, o arranjo aumenta a resiliência e reduz perdas de bem-estar acumuladas (UNHCR 2022).

À luz desse desenho normativo-operacional, a análise em perspectiva temporal busca rastrear como a combinação entre coerência regulatória, integração orçamentária, mecanismos de coordenação e governança de dados se traduz, ou não, em resultados concretos de proteção, inclusão setorial e meios de vida. Em termos causais, espera-se que marcos continentais e sub-regionais internalizados em leis e planos nacionais produzam arranjos de implementação mais estáveis e responsivos, desde que sustentados por capacidades administrativas e por financiamento previsível. A seção seguinte examina, portanto, o período 2013–2025 justamente como um laboratório

para testar essa hipótese sob sucessivos "testes de estresse" de fluxo, orçamento e coordenação interagências (UNHCR 2018, 2024a, 2025a; OPM e UNHCR 2024).

Avaliação Analítica da Implementação em Perspectiva Temporal (2013–2025)

Entre 2013 e 2025, Uganda consolidou-se como o maior país de acolhida de refugiados na África e um dos principais do mundo, com populações oriundas sobretudo do Sudão do Sul, da República Democrática do Congo e do Burundi (UNHCR 2018, 2025). A combinação entre legislação progressista, modelo de assentamentos com distribuição de terra e integração a serviços nacionais foi acompanhada por pressões intensas sobre orçamentos distritais, infraestrutura social e meios de vida das comunidades anfitriãs, em contextos marcados por pobreza estrutural e baixa resiliência a choques externos (World Bank Group 2016). Esse pano de fundo reforça a pertinência de observar a trajetória 2013–2025 como um recorte crítico para avaliar em que medida a coerência normativa e a coordenação interagências foram suficientes para sustentar inclusão, proteção e estabilidade territorial.

No período de 2013 a 2015, a combinação de escalada de violência e deterioração humanitária no Sudão do Sul manteve rotas de saída ativas, enquanto Uganda consolidava rotinas de registro e provisão inicial em assentamentos com forte protagonismo de governos distritais (International Crisis Group 2015). O uso de instrumentos de proteção de civis no interior do país de origem não eliminou pressões transfronteiriças, transferindo ao sistema ugandense a tarefa de estabilizar proteção e serviços básicos sob capacidade limitada (OCHA 2018). Essa fase evidenciou que o arranjo normativo doméstico era condição de possibilidade, mas insuficiente para enfrentar picos sem coordenação interagências e reforço logístico (UNHCR 2018). A heterogeneidade territorial começou a despontar como variável crítica de eficiência e equidade (UNHCR 2022).

O biênio 2016–2017 registrou picos de chegada que testaram limites de recepção, exigindo reconhecimento em massa e reforço de registro biométrico, com ganhos de integridade cadastral e *back-office* administrativo (UNHCR 2018). A partir desse choque, a política migrou de um regime predominantemente emergencial para a lógica de inclusão progressiva, com acoplamento a sistemas nacionais e coordenação setorial (UNHCR 2022). O custo de transação caiu à medida que fluxos assistenciais, compras e manu-

tenção passaram a operar com calendários setoriais e padrões mínimos (OPM e UNHCR 2024). Ainda assim, distritos de acolhida com infraestrutura frágil continuaram sob risco de sobrecarga e regressividade local (UNHCR 2024b).

Em 2018–2019, a expectativa associada ao acordo revitalizado no Sudão do Sul conviveu com deslocamentos persistentes e riscos de proteção, exigindo prudência na redução de capacidades e manutenção de salvaguardas para VBG, crianças e pessoas com deficiência (International Crisis Group 2015). As necessidades humanitárias continuaram elevadas e distribuídas de forma desigual, mantendo a pressão sobre serviços e orçamentos distritais (OCHA 2018). O sistema ugandense respondeu com padronização de metas e escalonamento de responsabilidades, buscando estabilizar a entrega em educação, saúde e WASH (UNHCR 2018). A variância entre assentamentos reforçou a necessidade de calibragem territorial (UNHCR 2022).

O período 2020–2021 adicionou perturbações pandêmicas que impactaram cadeias de suprimento, RH e frequência escolar, elevando o prêmio por coordenação logística e por comunicação de risco (WHO 2022). Em educação, o ERP II precisou ajustar calendários, insumos e distribuição de materiais para mitigar perdas de aprendizagem, sobretudo em distritos de acolhida remotos (Republic of Uganda 2023). Em saúde, a continuidade de serviços essenciais dependia de insumos, proteção de RH e informação em saúde confiável, com variações por território (WHO 2022). A conjuntura reforçou a centralidade de planejamento interanual e de contratos de desempenho para proteger pisos de qualidade (UNHCR 2024b).

A partir de 2022, o UCRRP 2022–2025 consolidou metas, produtos e responsáveis por setor e território, operacionalizando a integração em sistemas nacionais com métricas comparáveis e ciclos de revisão (UNHCR 2022). O Detailed Planning 2024–2025 introduziu correções no meio do caminho com foco em gargalos territoriais e em manutenção de ativos críticos, melhorando a aderência entre demanda e entrega (OPM e UNHCR 2024). A governança por indicadores tornou-se rotina administrativa, ampliando *accountability* e transparência para doadores e sociedade (UNHCR 2025b). Persistiram, entretanto, restrições orçamentárias e sensibilidade a choques exógenos (UNHCR 2024b).

Avaliações setoriais e estudos de referência sugerem que a combinação entre um enquadramento jurídico generoso e instrumentos de planejamento como o *ReHoPE Strategic Framework* e os planos integrados setoriais gerou uma narrativa dominante de Uganda como "modelo" de autossuficiência e de inclusão de refugiados em serviços públicos (World Bank Group 2016; Doyel 2022). Ao mesmo tempo, esses estudos apontam para tensões

importantes entre o discurso de autossuficiência e as condições materiais efetivamente observadas nos assentamentos e centros urbanos, marcadas por forte dependência de transferências humanitárias e por limites estruturais de mercado de trabalho e infraestrutura local (U-LEARN e REACH 2023).

O RPRF contribuiu para alinhar incentivos a reformas regulatórias e institucionais, estimulando convergência com padrões regionais e acesso a janelas de desenvolvimento que valorizam arranjos transparentes e auditáveis (UNHCR e World Bank 2024). O período 2023–2025 combinou coordenação setorial mais densa com variação territorial persistente, sugerindo que fundos de estabilização e buffers contracíclicos podem reduzir regressividade em fases de contração (UNHCR 2024a). A experiência indica que a previsibilidade anual de custeio é determinante para proteger serviços essenciais e metas de qualidade (UNHCR 2025b). A ausência dessa previsibilidade tende a erodir ganhos institucionais e de cobertura (UNHCR 2024b).

Evidências mais recentes indicam que, embora a agenda de autossuficiência tenha produzido benefícios em termos de acesso a meios de vida e diversificação de estratégias econômicas, esses avanços são desigualmente distribuídos entre assentamentos, nacionalidades e perfis de vulnerabilidade (U-LEARN e REACH 2023; 2025). Estudos qualitativos mostram que a ênfase em "empreendedorismo" e "responsabilização individual" pode reforçar hierarquias e formas sutis de estigmatização de refugiados considerados "dependentes" da assistência, ao mesmo tempo em que desloca para indivíduos e comunidades a responsabilidade pela escassez estrutural de recursos (Doyel 2022). Nesse sentido, o caso ugandês ilustra tanto o potencial quanto os limites da interface entre arranjos de proteção regional e estratégias domésticas de desenvolvimento em contextos de deslocamento prolongado.

A literatura recente indica que, apesar da manutenção de um quadro jurídico inclusivo e do esforço de integração setorial, o chamado "modelo Uganda" enfrenta limites estruturais importantes quando confrontado com crises prolongadas de financiamento e com choques sucessivos. Estudos qualitativos e quantitativos apontam que a inclusão em serviços e a expansão de mecanismos de autossuficiência esbarram em restrições materiais persistentes, como subfinanciamento crônico, sobrecarga de infraestrutura social e tensões locais em torno do uso da terra (World Bank Group 2016; Doyel 2022; Grzeskowiak 2024; U-LEARN e REACH 2023). A crise recente de recursos internacionais, com cortes expressivos em rações alimentares e lacunas orçamentárias para o UCRRP, ilustra a vulnerabilidade de um arranjo que depende fortemente de doadores para manter padrões mínimos de proteção e serviços (UNHCR 2024b; WFP 2025).

Em educação, os resultados foram mais robustos quando matrículas, infraestrutura e razão aluno/docente foram geridos em portfólios territoriais com padronização de insumos, formação docente e contratos de manutenção vinculados a metas auditáveis (Republic of Uganda 2023). A coordenação multissetorial reduziu perdas de aprendizagem ao harmonizar calendários e logística, embora distritos remotos mantenham custos marginais mais altos e maior volatilidade de resultados (UNHCR 2022). A transparência de dados e a integração a sistemas nacionais elevaram a *accountability* e favoreceram correções rápidas (UNHCR 2024b). A política mostrou que qualidade e continuidade dependem tanto de gestão quanto de orçamento (UNHCR 2025b).

Em saúde, a integração plena ao sistema nacional melhorou governança e coerência de linhas de cuidado, mas expôs gargalos de RH, insumos e cobertura, com impactos heterogêneos por território e perfil demográfico (Komakech et al. 2024). Em meios de vida, avaliações independentes sugerem metas graduais e estratégias diferenciadas por território, evitando leituras lineares de autossuficiência e privilegiando encadeamentos com mercados e serviços financeiros inclusivos (U-LEARN e REACH 2023). Resultados sustentáveis emergem quando programas combinam qualificação, acesso a ativos produtivos e compras públicas locais (Mastrorillo et al. 2024). Em WASH e proteção, contratos de desempenho e protocolos de VBG são condições para manter padrões mínimos sob choques (UNHCR 2022).

Implicações para a Cooperação Brasil–África no Atlântico Sul

A reflexão sobre implicações para a cooperação Brasil–África no Atlântico Sul insere-se em uma trajetória mais ampla de engajamento brasileiro com a região, estruturada por iniciativas como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), por acordos de cooperação em defesa e segurança e por agendas de desenvolvimento e interconectividade Sul–Sul (Aguilar 2013; Moreira 2016; Mattos, Matos e Kenkel 2017). A literatura sobre a política externa brasileira para o Atlântico Sul descreve esse espaço como um complexo regional de segurança e cooperação, no qual o Brasil busca articular capacidades navais, diplomacia multilateral e apoio a instituições africanas de paz e segurança (Abdenur e Neto 2013). Nesse contexto, o caso ugandês é mobilizado não como modelo a ser replicado, mas como fonte de parâmetros analíticos sobre governança multinível, integração setorial e financiamento previsível, que podem informar módulos de cooperação

voltados à proteção de deslocados forçados e à resiliência de serviços sociais em países africanos atlânticos.

A experiência ugandense sugere que a cooperação Sul–Sul eficaz inicia pela convergência normativa com marcos africanos e sub-regionais, de modo que instrumentos de apoio externos reforcem compromissos já assumidos no âmbito UA/IGAD e alinhados ao CRRF (AUC e IOM 2024; IGAD e EAC 2023). Essa convergência reduz custos de transação, evita duplicidades e cria incentivos para a internalização doméstica de padrões de proteção e inclusão, especialmente quando os planos plurianuais são o principal veículo de coordenação (UNHCR 2022; OPM e UNHCR 2024).

Em contextos atlânticos africanos, a replicação literal é inadequada, mas a lógica de desenho que conecta norma, plano e orçamento é transferível com adaptações institucionais graduais (UNHCR e World Bank 2024; UNHCR 2024b). A cooperação deve, assim, priorizar mecanismos, e não apenas projetos, com foco em governança, métricas e previsibilidade (UNHCR 2025b; AUC e IOM 2024).

Um módulo institucional prioritário é a construção de governança multinível capaz de articular ministérios setoriais, governos locais e parceiros em um "um plano, um orçamento, um monitoramento" ancorado em metas e indicadores verificáveis (UNHCR 2022; OPM e UNHCR 2024). Esse módulo abrange comitês executivos por setor, matrizes de responsabilidade, cronogramas e rotinas de prestação de contas, garantindo interoperabilidade com painéis regionais e comparabilidade pelo RPRF (UNHCR e World Bank 2024; UNHCR 2024b). A assistência brasileira pode concentrar-se em desenho organizacional, gestão por resultados e contratualização interagências, com ênfase em mecanismos de revisão periódica e correção de rumo (UNHCR 2022; OPM e UNHCR 2024). Tal apoio deve ocorrer dentro dos arranjos africanos vigentes, maximizando a adicionalidade e evitando sobreposição de estruturas (IGAD e EAC 2023; AUC e IOM 2024).

O modelo brasileiro de resposta à migração forçada venezuelana pode ser tomado como importante padrão de resposta, todavia, cabe observar que o mesmo atende a uma dinâmica mais fluida de movimentação dos refugiados e de inserção social descentralizada. O processo de interiorização realizado pela Operação Acolhida tem obtido grandes resultados quando tratamos da inserção dos refugiados no sistema brasileiro que por origem já possui uma estrutura de saúde e escolar universal. Destaca-se que a resposta brasileira apresenta inúmeras lições que podem ser combinadas aos protocolos já existentes para ampliar os resultados nos processos de cooperação entre o Brasil e a África.

Na educação, a referência do ERP II orienta a integração de refugiados às redes públicas mediante padrões mínimos de infraestrutura, matrículas e insumos, condicionando resultados à coordenação multissetorial e ao financiamento de custeio no nível distrital (Republic of Uganda 2023; UNHCR 2022). A cooperação pode apoiar planejamento de capacidade escolar, formação docente e rotinas de gestão de materiais, com quadros lógicos e metas por território, preservando a centralidade do ministério setorial e do governo local (Republic of Uganda 2023; UNHCR 2024b).

O modelo de compartilhamento dos ciclos de educação fundamental no Brasil alinhados à calibragem territorial reduz assimetrias e melhora a eficiência na alocação de salas, docentes e materiais em assentamentos densos e remotos (UNHCR 2022; AUC e IOM 2024). O foco deve ser a sustentabilidade de rotinas e não apenas expansão pontual de vagas e insumos (UNHCR 2025b, 2024b).

Em saúde, a evidência indica ganhos quando refugiados são plenamente integrados ao sistema nacional, com governança e financiamento alinhados às linhas de cuidado e à atenção primária, exigindo reforço contínuo de recursos humanos, insumos e informações em saúde (WHO 2022; Komakech et al. 2024). A cooperação pode priorizar gestão de redes, regulação contratual, logística de insumos essenciais e interoperabilidade de dados, preservando o protagonismo do ministério da saúde e de gestores distritais (WHO 2022; UNHCR 2025b).

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, a despeito de sua sustentabilidade financeira, caracteriza um modelo representativo cuja resposta, estrutura e resultados permitem a coleta de diversas lições replicáveis no contexto africano. Entre estas, modelos nacionais com a efetivação de protocolos de VBG e de proteção de populações vulneráveis devem integrar a rotina assistencial e os fluxos de referência, com indicadores auditáveis e salvaguardas claras (WHO 2022; UNHCR 2024b). O objetivo é consolidar qualidade e continuidade, evitando regressividade em picos de demanda (Komakech et al. 2024; UNHCR 2024b).

Em WASH e proteção, a transição para sistemas públicos e contratos de desempenho requer manutenção local, supervisão técnica e financiamento previsível para operações, o que recomenda módulos de cooperação em regulação, supervisão e gestão de ativos (UNHCR 2022, 2024b). Para proteção e VBG, a cooperação pode apoiar protocolos intersetoriais, formação de equipes e mecanismos acessíveis de prestação de contas e queixa, com ênfase em prevenção e resposta (WHO 2022; UNHCR 2024b). A padronização de metas e auditorias deve ser acompanhada de dados desagregados por sexo

e idade, permitindo avaliação de equidade (UNHCR 2022; WHO 2022). O êxito depende de rotinas que sobrevivam a ciclos de projetos e orçamentos (UNHCR 2024b, 2025b).

Propõe-se a formalização de protocolos de cooperação — Acordos de Cooperação Técnica (ACT) via Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ajustes Complementares, Memorandos de Entendimento e projetos de cooperação trilateral Brasil–ONU–país parceiro — com execução apoiada por ACNUR/ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)/ Organização Internacional para as Migrações (OIM)/ Organização Mundial da Saúde (OMS) e, quando pertinente, Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS). Recomenda-se instalar um Setor/Cluster WASH com coliderança governamental e agência da ONU, articulado a comitês nacionais/municipais e à defesa civil, sob o princípio "um plano, um orçamento, um monitoramento".

No Brasil, Defesa Civil Nacional, Ministério da Saúde, companhias estaduais de saneamento e engenharia militar podem atuar como ponte técnica em fases iniciais, com transição para gestão civil local; no parceiro africano, ministérios de Água/Saúde, serviços municipais e reguladores assumem a titularidade. Para viabilização financeira, mobilizar Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e fundos temáticos ONU; para Monitoramento e Avaliação (M&A), instituir painéis públicos, auditorias simplificadas e participação social, incorporando resiliência climática e governança de dados como eixos transversais.

Na agenda de meios de vida e autossuficiência, as evidências indicam a necessidade de adoção de metas progressivas e estratégias adaptadas às especificidades territoriais, reconhecendo barreiras de terra, capital, assistência técnica e encadeamentos locais de mercado (U-LEARN e REACH 2023; Mastrorillo et al. 2024). A cooperação deve organizar portfólios por cadeias produtivas ancorados em compras públicas locais, serviços financeiros inclusivos e qualificação, com indicadores de renda e emprego realistas (U-LEARN e REACH 2023; UNHCR 2025b). Programas de inserção urbana e de formalização devem ser calibrados à estrutura econômica local, evitando prescrever trajetórias lineares de renda (Mastrorillo et al. 2024; UNHCR 2022). O princípio é não idealizar o "modelo Uganda", mas reaplicar seus mecanismos de coordenação com parâmetros factíveis (U-LEARN e REACH 2023; UNHCR 2024b).

O financiamento constitui condição de possibilidade para a cooperação, devendo combinar janelas humanitárias e de desenvolvimento, com fundos de propósito específico atrelados a metas e auditorias compatíveis

com o RPRF (UNHCR e World Bank 2024; OPM e UNHCR 2024). Instrumentos de cofinanciamento e fundos de equalização por território podem mitigar assimetrias e suavizar volatilidade de recursos em momentos de choque (UNHCR 2024a; AUC e IOM 2024). A previsibilidade interanual reduz descontinuidade de serviços e protege pisos sociais, sobretudo em educação, saúde e WASH nos distritos de acolhida (UNHCR 2024b, 2025b). A governança financeira deve espelhar o "um plano, um orçamento", com transparência em contratos e entregas (UNHCR 2022; OPM e UNHCR 2024).

A governança de dados é um eixo de cooperação com alto retorno, envolvendo verificação biométrica, integração de bases, painéis públicos e rotinas de monitoramento e avaliação com indicadores comparáveis (OPM e UNHCR 2024; UNHCR 2022). A troca Sul–Sul pode priorizar metodologias de M&A e padrões de qualidade de dados, com ênfase em interoperabilidade entre níveis de governo e parceiros, e em prestação de contas social (UNHCR 2024b, 2025b). A transparência melhora focalização, reduz fraude e permite calibrar metas em ciclos anuais, protegendo grupos vulneráveis (UNHCR 2022; WHO 2022). A reprodutibilidade de painéis e protocolos fortalece a coordenação regional (AUC e IOM 2024; IGAD e EAC 2023).

A calibragem territorial das políticas deve considerar qualidade de terra, acesso a mercados, densidade populacional e presença de parceiros, ancorando metas por distrito e por assentamento e vinculando a coordenação a planos de desenvolvimento locais (UNHCR 2022; AUC e IOM 2024). Essa abordagem avança a eficiência e a equidade, ao permitir customização de instrumentos sem romper com o padrão nacional e regional, preservando *accountability* e comparabilidade (Republic of Uganda 2020; UNHCR 2024b). O apoio internacional deve financiar custos de transição para integrar serviços, reforçando capacidades municipais e distritais (UNHCR 2022, 2025b). A cooperação que ignora a heterogeneidade territorial tende a produzir efeitos regressivos (AUC e IOM 2024; UNHCR 2024b).

Por fim, a dimensão estratégica do Atlântico Sul recomenda que a cooperação incorpore gestão de riscos climáticos e de segurança humana, integrando preparação para desastres, proteção civil e continuidade de serviços essenciais nos distritos de acolhida (AUC e IOM 2024; UNHCR 2024b). A convergência com compromissos UA/IGAD e com planos plurianuais nacionais mantém a coerência do arranjo, enquanto a coordenação orçamentária e a governança de dados sustentam a durabilidade de resultados (IGAD e EAC 2023; UNHCR 2025b). O pragmatismo institucional de Uganda indica que mecanismos claros, métricas e previsibilidade contam mais do que desenhos ideais, sobretudo sob choques persistentes (UNHCR 2022, 2024a). Esse

é o núcleo das lições úteis à cooperação Brasil–África no perímetro atlântico (AUC e IOM 2024; UNHCR 2024b).

A análise de Uganda, portanto, não constitui um desvio temático em relação à agenda de projeção do Brasil no Atlântico Sul, mas um espelho analítico a partir do qual se podem identificar convergências e lacunas da política externa e de cooperação brasileira com países africanos costeiros. Ao observar como normas regionais africanas sobre proteção a deslocados forçados são operacionalizadas em um contexto de forte engajamento internacional e de ênfase em autossuficiência, torna-se possível avaliar em que medida a cooperação Sul–Sul Brasil–África incorporou — ou deixou de incorporar — esse repertório normativo e institucional. O caso ugandês evidencia que iniciativas brasileiras voltadas ao Atlântico Sul tendem a dialogar de forma parcial com a agenda de refúgio e deslocamento forçado, o que abre espaço para uma inserção mais estratégica, coerente com as prioridades regionais definidas pela UA, IGAD e pelos próprios Estados africanos.

Conclusão

Os achados indicam que a coerência entre marcos africanos e arranjos domésticos é condição necessária para converter princípios em entregas, mas a suficiência depende de previsibilidade fiscal, capacidades locais e mecanismos de coordenação robustos ao longo do ciclo de políticas (UNHCR 2022; OPM e UNHCR 2024). A trajetória 2013–2025 mostra que a integração em sistemas nacionais pode reduzir paralelismos e custos de transação, porém permanece sensível a choques de segurança, clima e preços que pressionam serviços e orçamentos (UNHCR 2024a, 2024b). A estabilidade do arranjo requer combinações realistas de financiamento humanitário e de desenvolvimento que protejam pisos sociais e assegurem continuidade operacional em distritos de acolhida (UNHCR 2022, 2025b).

O papel do CRRF e do UCRRP foi o de ponte entre compromissos regionais e execução doméstica, ao organizar metas, responsabilidades e indicadores setoriais, com revisões anuais que permitiram ajustes incrementais sem ruptura institucional (UNHCR 2022; OPM e UNHCR 2024). O *Refugee Policy Review Framework* agregou incentivos reputacionais e financeiros à convergência regulatória, reforçando transparência e comparabilidade entre países de primeira acolhida (UNHCR e World Bank 2024). Essa combinação explica a relativa previsibilidade da resposta, mesmo sob volatilidade de

fluxos e financiamento, ao ancorar a coordenação em regras claras e rotinas de monitoramento por resultados (UNHCR 2024b, 2025b).

Nos setores, a integração em saúde e educação confirmou ganhos de governança e de acesso quando acompanhada de reforço de pessoal, insumos e logística, enquanto a ausência de custeio estável produziu riscos de descontinuidade e regressividade local (WHO 2022; OPM e UNHCR 2024). Em saúde, evidências recentes mostram que a incorporação plena ao sistema nacional melhora a coerência de linhas de cuidado, mas exige suporte continuado a recursos humanos e informação em saúde (Komakech et al. 2024; WHO 2022). Em educação, a continuidade do ERP II demonstrou que resultados dependem de coordenação multissetorial e de provisão regular de infraestrutura e materiais nos territórios prioritários (Republic of Uganda 2023; UNHCR 2022).

A autossuficiência de meios de vida permanece objetivo de política condicionado por qualidade da terra, capital, assistência técnica e encadeamentos de mercado, recomendando metas graduais e diferenciação por território em vez de trajetórias lineares (U-LEARN e REACH 2023; UNHCR 2025b). Estratégias multianuais efetivas priorizam competências, vínculos produtivos locais e compras públicas, mitigando dependência de transferências voláteis e ampliando a resiliência econômica de famílias e comunidades anfitriãs (UNHCR 2022; OPM e UNHCR 2024). Os resultados agregados sugerem prudência em leituras celebratórias e foco em métricas verificáveis por assentamento e distrito (UNHCR 2024b; U-LEARN e REACH 2023).

A governança de dados e a integridade programática são elementos estruturantes do modelo, pois viabilizam focalização, prestação de contas e correção de rumo, com verificação biométrica, integração de bases e auditorias compatíveis com o RPRF (UNHCR e World Bank 2024; OPM e UNHCR 2024). Salvaguardas para grupos vulneráveis, protocolos de prevenção e resposta à violência baseada em gênero e mecanismos acessíveis de queixa devem compor rotinas assistenciais e registros administrativos (WHO 2022; UNHCR 2024b). O reforço de capacidades subnacionais é indispensável para evitar regressividade territorial e proteger padrões mínimos de qualidade (UNHCR 2022; OPM e UNHCR 2024).

Do ponto de vista da economia política, a sustentabilidade de um regime de inclusão depende de responsabilidade compartilhada e de coordenação orçamentária que alinhe fontes ao "um plano, um orçamento, um monitoramento", preservando bens públicos essenciais em cenários de restrição (UNHCR 2022; OPM e UNHCR 2024). O enquadramento regional e continental fornece legitimidade e balizas para a cooperação internacional,

reduzindo assimetrias de informação e reforçando compromissos de médio prazo (IGAD e EAC 2023; AUC e IOM 2024). A durabilidade do arranjo requer também instrumentos financeiros que suavizem ciclos e protejam serviços nos choques de demanda (UNHCR 2024a, 2025b).

Em termos de contribuição para os estudos africanos, o artigo mostra que a Convenção de Kampala e seus desdobramentos institucionais não podem ser compreendidos apenas como um marco jurídico abstrato, mas como um arranjo que reconfigura, de forma concreta, as relações entre marcos normativos, capacidades domésticas e resultados setoriais (African Union 2009, 2017; Adeola 2019; Addadzi-Koom 2023). Para a literatura sobre refúgio em contextos de integração regional, o caso de Uganda revela como a retórica de autossuficiência e de inclusão em políticas públicas nacionais convive com assimetrias territoriais, tensões entre governança humanitária e desenvolvimento e disputas em torno da própria definição de "dependência" e "autonomia" (World Bank Group 2016; Doyel 2022; U-LEARN e REACH 2023, 2025). Ao integrar esses elementos, o artigo oferece um enquadramento analítico que conecta a governança regional africana do refúgio às opções de política externa e de cooperação Sul–Sul do Brasil com o continente, especialmente no eixo Atlântico Sul.

À luz desses resultados, a ampliação da relação do Brasil com países do Atlântico Sul deve prosperar a partir de uma agenda estratégica de cooperação orientada por mecanismos — e não por projetos isolados — que alinhe arranjos institucionais a marcos UA/IGAD/CRRF, integre apoio setorial a planos plurianuais nacionais e adote métricas auditáveis por território (UNHCR 2022; IGAD e EAC 2023). Tal agenda deve combinar cooperação técnica e modalidades trilaterais com agências das Nações Unidas, criar instrumentos financeiros de equalização territorial e priorizar governança de dados e *accountability*, preservando a lógica "um plano, um orçamento, um monitoramento" (UNHCR e World Bank 2024; OPM e UNHCR 2024). Essa orientação permite transformar lições de Uganda em plataforma de ação Brasil–Atlântico Sul para WASH, saúde, educação, proteção e meios de vida, com foco em sustentabilidade fiscal, calibragem territorial e responsabilização por resultados (AUC e IOM 2024; UNHCR 2024b).

Por fim, reconhecem-se limitações do estudo decorrentes da dependência de documentação pública e de eventuais descompassos temporais entre relatórios e painéis, o que recomenda leituras prudentes e atualização contínua de séries e indicadores (UNHCR 2024a, 2025a). A agenda de pesquisa futura inclui avaliação contrafactual de modalidades de implementação por território e análise micro de trajetórias de renda e de acesso a serviços sob

diferentes arranjos de cooperação (UNHCR 2022; UNHCR e World Bank 2024). A consolidação de uma visão do Sul para o refúgio demanda ampliar bases de dados comparáveis e estudos setoriais que relacionem normas, financiamento e resultados em horizontes plurianuais (AUC e IOM 2024; IGAD 2022).

REFERÊNCIAS

Abdenur, Adriana Erthal, e Danilo Marcondes de Souza Neto. 2013. "Brazil's Development Cooperation with Africa." *SUR – International Journal on Human Rights* 10 (19): 1–30. https://sur.conectas.org/en/cooperacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-na-africa.

Addadzi-Koom, Maame Efua. 2023. "Breathing Life into the Kampala Convention: Towards Workable Enforcement Mechanisms." *Journal of African Law* 67 (3). https://doi.org/10.1017/S0021855323000219.

Adeola, Romola. 2019. "The Impact of the African Union Convention on the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa." *African Human Rights Law Journal* 19 (2): 591–607. https://www.ahrlj.up.ac.za/adeola-r-2019-2.

African Union. 2009. *African Union Convention for the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa (Kampala Convention)*. Addis Ababa: African Union. https://au.int/en/treaties/african-union-convention-protection-and-assistance-internally-displaced-persons-africa.

African Union. 2017. *Harare Plan of Action for the Implementation of the Kampala Convention, 2017–2022*. Addis Ababa: African Union https://au.int/en/pressreleases/20170406/plan-action-implementation-kampala-convention-adopted-conference-states.

African Union Commission (AUC); International Organization for Migration (IOM). 2024. *Africa Migration Report – Second Edition: Connecting the Threads*. Addis Ababa/Genebra: AUC/IOM. https://publications.iom.int/books/africa-migration-report-second-edition.

Aguilar, S. X. 2013. *Brasil e África: uma análise da cooperação em defesa e segurança*. Editora Unesp.

Doyel, Sarah. 2022. "Paragon of 'Self-Reliance': A Critical Narrative Analysis of Refugee Self-Reliance Policies in Uganda." *New Sociological Perspectives* 1 (1). https://nsp.lse.ac.uk/articles/56.

East African Community (EAC); Intergovernmental Authority on Development (IGAD). 2023. *IGAD–EAC Ministerial Declaration on Durable Solutions for Refugees in the East and Horn of Africa*. Munyonyo, Kampala, Uganda: IGAD/EAC. https://igad.int/wp-content/uploads/2023/06/2023-IG-

AD-EAC-Ministerial-Declaration-on-Durable-Solutions-for-Refugees-English.pdf.

Grzeskowiak, Maciej. 2024. "When Legal Inclusion Is Not Enough: The 'Uganda Model' of Refugee Protection on the Brink of Failure." *Refugee Survey Quarterly* 43 (1): 95–112. https://doi.org/10.1093/rsq/hdad020

Intergovernmental Authority on Development. 2022. *IGAD Regional Strategy and Action Plan on Durable Solutions for Refugees, Returnees, and Host Communities*. Djibouti: IGAD Support Platform. https://igad.int/events/launch-of-the-south-sudan-durable-solution-strategy-and-action-plan-for-refugees-idps-returnees-and-host-communities/.

Intergovernmental Authority on Development. 2023. *IGAD Policy Framework on Refugee Protection*. Djibouti: IGAD Support Platform. https://igad.int/download/igad-policy-framework-on-refugee-protection/.

Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC). 2012. *Domesticating and Implementing the Kampala Convention in Uganda: Report of the Pilot Workshop*. Geneva: Norwegian Refugee Council/IDMC. https://globalprotectioncluster.org/sites/default/files/2022-08/au-idmc-uganda-kc-pilot-workshop-report-2012.pdf.

International Committee of the Red Cross (ICRC). 2016. *Translating the Kampala Convention into Practice: A Stocktaking Exercise*. Geneva: ICRC. https://international-review.icrc.org/sites/default/files/irrc_99_20_0.pdf.

International Crisis Group. 2015. *South Sudan: Keeping Faith with the IGAD Peace Process. Africa Report n. 228*. Bruxelas/Nairobi: ICG. https://www.crisisgroup.org/sites/default/files/228-south-sudan-keeping-faith-with-the-igad-peace-process.pdf.

International Organization for Migration. 2016. *"If We Leave We Are Killed": Lessons Learned from South Sudan Protection of Civilian Sites, 2013–2016*. Genebra/Juba: IOM. publications.iom.int/system/files/pdf/if_we_leave_0.pdf.

Komakech, Henry, Shatha Elnakib, Lama Bou Karroum, et al. 2024. "Examining the Integration of Refugees into the National Health System in Uganda: An Analysis Using the Policy Triangle Framework." *Conflict and Health* 18 (Suppl 1): 78. https://doi.org/10.1186/s13031-024-00640-2.

Mastrorillo, Massimo, Andrea Guariso, Hannes Mueller, Matia Makline. 2024. "Is the Self-Reliance Strategy Sustainable? Evidence from Four Refugee Settlements in Uganda." *Food Security* 16: 1587–1617. https://doi.org/10.1007/s12571-024-01467-8.

Mattos, B. R., Matos, G. C., Kenkel, K. M. 2017. *Brasil e a Governança Global de Refugiados: entre a retórica e a prática*. PUC-Rio.

Moreira, J. B. 2016. *Refugiados e Direitos Humanos: a política brasileira em perspectiva comparada*. Editora CRV.

Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). 2018. *South Sudan – Humanitarian Needs Overview 2018*. Juba/Nairobi: OCHA. https://www.ecoi.net/en/file/local/1420002/1930_1513684869_south-sudan-2018-humanitarian-needs-overview.pdf.

Office of the Prime Minister – Uganda (OPM); UNHCR. 2024. *Uganda Country Refugee Response Plan – Detailed Planning 2024–2025*. Kampala/Genebra: OPM/ACNUR. data.unhcr.org/en/documents/details/106734.

Republic of Uganda. 2006. *Refugees Act, 2006 (Act 21 of 2006)*. Kampala: Government of Uganda. https://media.ulii.org/media/legislation/17969/source_file/5505edef022dd6db/2006-21.pdf.

Republic of Uganda. 2010. *The Refugees Regulations, 2010 (Statutory Instrument No. 9 of 2010)*. Kampala: Government of Uganda. https://www.ecoi.net/en/file/local/1237978/1930_1414507514_544e4f154.pdf.

Republic of Uganda. Ministry of Education and Sports (Uganda). 2023. *Second Education Response Plan for Refugees and Host Communities in Uganda (ERP II), 2021/22–2024/25*. Kampala: MoES. https://www.education.go.ug/wp-content/uploads/2023/08/ERP-II-_Final-Printed-Version_24052023.pdf.

Republic of Uganda. National Planning Authority (Uganda). 2020. *Third National Development Plan (NDPIII) 2020/21–2024/25*. Kampala: NPA. npa.go.ug/wp-content/uploads/2023/03/NDPIII-Finale_Compressed.pdf.

U-LEARN; REACH. 2023. *The Realities of Self-Reliance within the Ugandan Refugee Context: An Assessment of Livelihood Barriers and Enablers for Refugees and Host Communities in Urban and Settlement Locations*. Kampala: U-Learn. https://charter4change.org/wp-content/uploads/2023/07/u-learn-and-reach_livelihoods-assessment-report_final_final.pdf.

U-LEARN; REACH. 2025. *Reviewing the Journey of Self-Reliance in the Uganda Refugee Response*. Kampala: U-Learn/Global Disaster Preparedness Center. https://reliefweb.int/report/uganda/reviewing-journey-self-reliance-uganda-refugee-response.

UNHCR. 2018. *South Sudan Situation – Regional Overview of Population of Concern (31 July 2018)*. Operational Data Portal. Genebra: ACNUR. https://data.unhcr.org/en/documents/details/65238.

UNHCR. 2022. *Inter-Agency Uganda Country Refugee Response Plan (UCRRP) 2022–2025*. Kampala/Genebra: OPM/ACNUR. data.unhcr.org/en/documents/details/92447.

UNHCR. 2024a. *89th Meeting of the Standing Committee – Update on UNHCR Operations in the East and Horn of Africa and the Great Lakes*. Genebra: ACNUR. https://www.unhcr.org/sites/default/files/2024-02/ehagl-89-sc-english.pdf.

UNHCR. 2024b. *Update on UNHCR Operations in the East and Horn of Africa and the Great Lakes Region (75th ExCom)*. Genebra: ACNUR. https://www.un-

hcr.org/sites/default/files/2024-10/East-Horn-Africa-75-ExCom-English.pdf.

UNHCR. 2025a. *92nd Standing Committee – Update on UNHCR Operations in the East and Horn of Africa and the Great Lakes*. Genebra: ACNUR. unhcr.org/sites/default/files/2025-02/EHAGL-92-SC-English.pdf.

UNHCR. 2025b. *Global Trends: Forced Displacement in 2024*. Genebra/Copenhague: ACNUR. unhcr.org/global-trends-report-2024.

UNHCR; World Bank. 2024. *Refugee Policy Review Framework (RPRF) – Country Summary: Uganda*. Washington/Genebra: Banco Mundial/ACNUR. https://data.unhcr.org/en/documents/details/107228.

WFP. 2025. *Uganda Country Brief and Food Security Update – January 2025*. Roma/Campala: WFP. www.wfp.org.

World Bank Group. 2016. *An Assessment of Uganda's Progressive Approach to Refugee Management*. Washington: World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/c855c9d1-557a-5fc7-b06f-46ead1486395.

World Health Organization (WHO). 2022. *World Report on the Health of Refugees and Migrants*. Genebra: OMS. who.int/publications/i/item/9789240054462.

RESUMO

O artigo examina a resposta de Uganda ao deslocamento forçado originado, sobretudo, do conflito no Sudão do Sul, articulando o arcabouço jurídico-institucional doméstico, os compromissos regionais africanos e a implementação programática recente. A problematização centra-se na capacidade de um modelo orientado à inclusão em sistemas nacionais e à autossuficiência de meios de vida produzir resultados sustentáveis sob restrições orçamentárias e choques regionais recorrentes. Metodologicamente, procede-se à análise documental e normativa de planos interagências (2020–2025), atualizações de planejamento (2024–2025), avaliações setoriais e literatura revisada por pares, complementada por marcos regionais e relatórios globais. Os resultados indicam: (a) ganhos de institucionalização e previsibilidade derivados da governança setorial e do planejamento multianual; (b) variação territorial relevante dos resultados, associada à heterogeneidade de assentamentos e capacidades locais; (c) dependência estrutural de financiamento externo e sensibilidade a choques (conflito, clima, preços), que tensionam a trajetória de autossuficiência. Conclui-se que a combinação entre coerência normativa, coordenação interagências e integração em políticas públicas é condição necessária à sustentabilidade, porém insuficiente sem previsibilidade fiscal, encadeamentos econômicos locais e mecanismos robustos de proteção e responsabilização. Derivam-se implicações para cooperação Sul–Sul Brasil–África (Atlântico Sul) em desenho institucional, integração setorial e meios de vida, com foco em módulos operacionais e monitoramento por resultados, em consonância com o regionalismo africano contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE
Uganda. Deslocamento forçado. Refugiados. IGAD/EAC. UCRRP. Políticas públicas. África Oriental.

Recebido em 26 de agosto de 2025
Aceito em 22 de dezembro de 2025[2]

2 Como citar: Grigoli, Guilherme de Araujo. 2025. "Refúgio, integração e governança regional em Uganda: implicações para a cooperação sul-sul Brasil-África no Atlântico Sul." *Revista Brasileira de Estudos Africanos,* 10 (20): 33-59. https://doi.org/10.22456/2448-3923.149809.

PAZ EM PEDAÇOS: A POLÍTICA E AS ARMADILHAS DA CONSTRUÇÃO DA PAZ NO SUDÃO DO SUL

Ibrahim Bangura[1]

Introdução

Desde que conquistou a independência em 2011, o Sudão do Sul permanece um dos Estados mais frágeis do mundo e tem sido assolado por ciclos de violência. A euforia da independência foi de curta duração, pois rapidamente vieram à tona disputas internas entre os grupos étnicos locais. Como afirmou o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, em um discurso: "Todas as nuvens escuras de uma tempestade perfeita se abateram sobre o povo do país mais novo do mundo e um dos mais pobres" (PNUD 2025, 1)[2].

A rivalidade entre o presidente Salva Kiir Mayardit e seu vice, Dr. Riek Machar, tem mergulhado persistentemente o país em guerra civil e numa crise humanitária desde 2013 (de Waal 2014; Craze 2019). A violência política tem sido alimentada por rivalidades étnicas, especialmente entre os Dinkas, grupo ao qual Kiir pertence, e os Nuer, grupo ao qual Machar pertence. Tanto os esforços nacionais quanto os internacionais para estabelecer a paz falharam até agora em pôr fim ao conflito.

Os fracassos tanto do Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS) em 2015 quanto do ARCSS Revitalizado (R-ARCSS) em 2018 apontam para as fragilidades dos processos de paz conduzidos por elites e

1 Departamento de Estudos de Paz e Conflito, Universidade de Serra Leoa. Freetown, Serra Leoa. E-mail: bangural@yahoo.co.uk. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9070-5391.

2 Tradução nossa. No original: "*All the dark clouds of a perfect storm have descended upon the people of the world's newest country, and one of the poorest*" (PNUD 2025, 1).

https://doi.org/10.22456/2448-3923.152132

facilitados por atores externos (Vertin 2018). Essa situação foi ainda mais agravada pelo assassinato do General Majur Dak durante uma evacuação das Nações Unidas no condado de Nasir em março de 2025 e pela detenção de Machar (Radio Tamazuj 2025). Os confrontos renovados entre as forças governamentais e as milícias alinhadas à oposição, particularmente no Alto Nilo, geraram sérias preocupações quanto aos ataques contra civis e à obstrução do acesso humanitário (Sudans Post 2025). Em outubro de 2025, mais de nove milhões de pessoas, ou mais de dois terços da população, necessitavam de assistência humanitária devido à grave insegurança alimentar, ao deslocamento em massa e aos impactos climáticos, que agravaram a crise (Agaba et al. 2025). Além disso, com base em entrevistas realizadas, o governo de transição permanece paralisado pela desconfiança, pelo atraso nas eleições e pela ausência de mecanismos eficazes de responsabilização. Essas condições levantam questões urgentes sobre a viabilidade do processo de paz e o futuro do Estado do Sudão do Sul.

As principais questões que este estudo busca responder são: (i) Por que os acordos de paz assinados no Sudão do Sul fracassaram até agora?; (ii) Quais são os fatores sociopolíticos e econômicos subjacentes que contribuem para esses fracassos?; (iii) Quais papéis os atores regionais e internacionais desempenharam para facilitar ou dificultar a conquista de uma paz sustentável? Como iniciativas locais podem ser utilizadas para complementar os esforços de paz?

Este artigo questiona a política e os desafios da pacificação no Sudão do Sul, examinando por que a paz tem sido difícil de alcançar, apesar dos compromissos assumidos no âmbito do R-ARCSS. Argumenta-se que o processo de paz no Sudão do Sul tem sido centrado nas elites e transacional, em vez de abordar as causas profundas do conflito. Portanto, o conflito é geralmente adiado em vez de ser resolvido (Kiranda et al. 2016), um fenômeno que este artigo denomina síndrome da "porta giratória". Essa síndrome refere-se à recaída contínua na violência devido às causas profundas não resolvidas de um conflito. Além disso, a violência é frequentemente reconfigurada e não resolvida, sendo gradualmente institucionalizada e normalizada ao longo dos anos (Kiranda et al. 2016).

Mais de três décadas de conflito, combinadas com a militarização da vida política e a ausência de um sistema e estrutura estatal funcional, criaram desafios imediatos que impediram o país de permanecer unido e pacífico (Johnson 2012). Como resultado, a abordagem para a independência e a construção da paz tornou-se militarizada, baseando-se em negociações e disputas de poder entre as elites, frequentemente com o apoio de atores

internacionais. A negociação entre elites concentra-se principalmente nos interesses e aspirações das elites políticas, com compromissos assumidos para pôr fim à violência. Esses acordos tendem a marginalizar a sociedade em geral e negligenciam a necessidade de estabelecer as bases institucionais de um Estado legítimo.

Este artigo adota uma abordagem crítica de economia política para fornecer reflexões mais profundas sobre a construção e consolidação da paz no Sudão do Sul. Utilizando essa abordagem, o artigo argumenta que os acordos de paz não são instrumentos neutros de pacificação, mas geralmente são instrumentos moldados pelos interesses e resultados pretendidos pelas elites políticas. Assim, o artigo desafia os paradigmas de paz centrados no Estado e nas elites. Argumenta que os esforços de resolução de conflitos devem buscar compreender os entrelaçamentos entre paz e poder, ser centrados nas pessoas e confrontar as questões críticas de transformação política, justiça e legitimidade.

Metodologicamente, este artigo adota uma abordagem interpretativa e exploratória, fundamentada na necessidade de analisar as políticas e os desafios da construção da paz no Sudão do Sul. Entre outubro de 2024 e setembro de 2025, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 53 participantes (34 homens e 21 mulheres), a maioria dos quais reside atualmente no Sudão do Sul e trabalha para o governo, a sociedade civil, instituições acadêmicas e organizações internacionais. Além disso, para triangular os resultados, o estudo analisou uma ampla gama de fontes secundárias, incluindo políticas governamentais, acordos de paz, literatura acadêmica, relatórios de organizações internacionais e da sociedade civil, e resoluções das Nações Unidas (ONU), da União Africana (UA) e da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). As entrevistas foram realizadas virtualmente, com algumas conduzidas na capital pelo autor durante visitas de campo ao país em 2024 e 2025.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: a seção dois apresenta as raízes históricas e estruturais do conflito no Sudão do Sul; a seção três examina os principais acordos de paz e suas limitações; a seção quatro analisa as políticas de inclusão e exclusão nos processos de paz; a seção cinco avalia o papel dos atores regionais e internacionais; a seção seis examina os esforços de construção da paz de baixo para cima no Sudão do Sul; e a seção sete avalia os fatores que comprometem a estabilidade a longo prazo, a responsabilização e a construção do Estado no Sudão do Sul. A conclusão propõe uma mudança para uma abordagem mais orgânica, inclusiva, contextualizada e sensível à resolução de conflitos e à construção da paz no Sudão do Sul.

O Contexto do Conflito: Raízes Históricas e Estruturais

Escrever sobre a intratabilidade do conflito no Sudão do Sul requer uma reflexão histórica mais profunda sobre os efeitos do colonialismo no país e os desafios estruturais que a formação do Estado e a legitimidade continuam a enfrentar. Assim, esta seção argumenta que décadas de privações por parte do Norte, guerras civis, fragmentação étnica e manipulação por elites políticas contribuíram para minar a capacidade do Sudão do Sul de ter uma frente unida após a independência.

A história conturbada do Sudão do Sul remonta ao colonialismo e seus legados. O Condomínio Anglo-Egípcio (1899-1956) administrou o país utilizando o que ficou conhecido como "Política do Sul", um sistema indireto de administração por meio de autoridades tribais (Collins 2008). Essa política limitava o contato com o Norte, região à qual os britânicos dedicavam grande atenção, desenvolvendo sistemas e elites que eventualmente assumiram o poder após a independência, conquistada em 1956. Com a independência, as elites árabes islâmicas do Norte dominaram o Estado, o que acabou por alimentar a rebelião dos sulistas. Consequentemente, o país vivenciou duas longas guerras civis (1955-1972 e 1983-2005), lideradas pelo Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A). Por fim, um Acordo Abrangente de Paz (CPA) foi assinado com o Norte em 2005, abrindo caminho para a independência do Sudão do Sul em 2011. No entanto, logo se percebeu que o Sul estava assolado por rivalidades étnico-políticas que afetaram uma transição suave, com a consequente estagnação da construção da nação. Como argumentou um alto funcionário do governo do país:

> O caminho do Sudão do Sul rumo ao caos foi traçado décadas antes da independência. Era evidente, mesmo com a forma como alguns grupos armados mudavam suas estratégias e desafiavam o SPLM/A, que havia problemas à frente. O colonialismo deixou o Sul privado e marginalizado. A política era militarizada, e a formação do que eventualmente se tornou um Estado foi alcançada por meio de um movimento de libertação que se tornou o governo. Não houve tempo para refletir cuidadosamente e preparar o país para a independência e para as realidades que um novo Estado enfrentaria[34].

A maioria dos entrevistados observou que a morte de John Garang, amplamente reconhecido como líder da luta de libertação, em um acidente de helicóptero em 2005, aprofundou a disputa pelo poder no Sudão do Sul. Como observou um veterano do SPLM/A:

> John Garang era um homem muito carismático e culto. Embora alguns de seus generais o desafiassem ocasionalmente, ele foi aceito como líder da luta de libertação. Ele também foi capaz de unir pessoas dos respectivos grupos étnicos. No entanto, Salva Kiir (um Dinka) e seu vice-presidente, Dr. Riak Machar (um Nuer), estão envolvidos em uma rivalidade que aprofundou a desconfiança entre eles, mergulhando o país em uma espiral de violência[56].

A falha em focar nos desafios internos enfrentados por uma sociedade presa em décadas de violência pode ter sido uma subestimação do potencial que esses desafios poderiam ter para minar as expectativas de libertação e independência. Como a maioria dos entrevistados observou, o Sudão do Sul alcançou a independência como um país traumatizado e ferido, e havia

3 Entrevista de um alto funcionário do governo conduzida virtualmente pelo autor em 3 de abril de 2025.

4 Tradução nossa. No original: "*South Sudan's path to chaos was shaped decades before independence. It was apparent, even with the way some armed groups were changing their forms and challenging the SPLM/A, that trouble was ahead. Colonialism left the South deprived and marginalised. Politics was militarised, and the formation of what eventually became a state was achieved through a liberation movement that became the government. There was no time to carefully think through and prepare the country for independence and the realities a new state would face*".

5 Entrevista de um veterano da SPLM/A conduzida virtualmente pelo autor em 23 de maio de 2025.

6 Tradução nossa. No original: "*John Garang was a very charismatic and educated man. Although some of his Generals intermittently challenged him, he was accepted as the leader of the liberation struggle. He was also able to bring together people from the respective ethnic groups. However, Salva Kiir (a Dinka) and his vice president, Dr Riak Machar (a Nuer), have been locked in a rivalry that has deepened mistrust between them, plunging the country into a spiral of violence*".

a necessidade de curar esse trauma. Aparentemente, como argumentaram, o Norte foi percebido como o oponente comum, sem uma análise adequada das divisões e rivalidades internas no Sul. Ao ser entrevistado sobre os desafios pós-independência que o Sudão do Sul enfrenta, um médico que trabalha na capital, Juba, disse o seguinte:

> Ao analisar o conflito e a violência no Sudão do Sul, acadêmicos e profissionais geralmente tendem a negligenciar o impacto do trauma transgeracional cumulativo que afeta a população do país. O Sudão do Sul é um país onde a violência foi normalizada, com crianças crescendo em uma cultura de guerra e violência. Assim, foi mais fácil a transição de uma guerra civil com o Norte para a violência étnica e as lutas políticas após a independência. Havia pouca capacidade para se concentrar na construção do Estado. O que se esperava dos líderes em termos de construção da paz era algo que eles não conseguiam proporcionar. Não houve tempo para a cura, e o trauma persiste[7][8].

Os efeitos do trauma, especialmente o trauma prolongado e agravado, numa sociedade são geralmente pouco estudados ou recebem pouco destaque pelos acadêmicos quando se estudam sociedades em conflito. Ao escrever sobre a Serra Leoa pós-guerra, Bangura (2024) argumentou que há uma tendência de a violência e a brutalidade serem reproduzidas de diferentes formas em países pós-conflito se a construção da paz não estiver fundamentada em esforços de cura e reconciliação.

Ao longo dos anos, consolidou-se uma cultura de violência na qual os jovens foram socializados — um quadro agravado por sua exclusão das oportunidades socioeconômicas. Além disso, a maioria deles participou de grupos armados e ainda mantém vínculos com eles, na medida que a mobilização ao longo de colunas étnicas continua. Somados aos desafios de segurança, à pobreza e à dependência do petróleo e da economia rentista que emergiu, o conflito no país e o desejo das elites de dominar seus rivais foram exacerbados (International Crisis Group 2021b).

7 Entrevista de um médico que atua em Juba conduzida virtualmente pelo autor em 15 de abril de 2025.

8 Tradução nossa. No original: "*When analysing the conflict and violence in South Sudan, academics and practitioners usually tend to neglect the impact of the compounded transgenerational trauma that affects people in the country. South Sudan is a country where violence was normalised, with children growing up in a culture of war and violence. Thus, it was easier to transition from a civil war with the North to ethnic violence and political struggles after independence. There was limited capacity to focus on statebuilding. What was expected of the leaders in terms of peacebuilding was something they could not provide. There was no time to heal, and the trauma persists*".

Os esforços para apaziguar a tensão entre o presidente e Machar levaram à assinatura de um acordo de paz, o ARCSS, em 2015, abrindo caminho para que Machar se tornasse vice-presidente do país, com membros de sua facção, o Movimento Popular de Libertação do Sudão na Oposição (SPLM-IO), recebendo diversos cargos no governo. Apesar desse acordo, houve tensões intermitentes devido à limitada confiança entre os dois grupos. Em 2016, Machar teve que fugir de Juba quando tropas do governo o atacaram após ser acusado de conspirar um golpe contra o presidente (Deutsche Welle 2016). A violência durou quase dois anos, e outro acordo, o R-ARCSS, assinado em 2018, permitiu que ele retornasse a Juba e fosse reintegrado como vice-presidente do país. No entanto, a falha do governo em planejar e realizar eleições conforme acordado no R-ARCSS aprofundou a desconfiança no país. Segundo a maioria dos entrevistados, os Dinkas dentro do governo estão consolidando o poder e, ao mesmo tempo, isolando outros grupos étnicos. Esses acontecimentos, em um contexto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) incompleto dos ex-combatentes, criam um ambiente propício para o prolongamento do conflito no país.

À medida que as disputas sobre o adiamento das eleições se intensificavam, os esforços internacionais não conseguiram pôr fim às hostilidades nem induzir o diálogo entre os dois principais líderes, Machar e Kiir. Desde março de 2025, ocorreram duas sessões do Conselho de Paz e Segurança da UA sobre o Sudão do Sul, visitas a Juba pela Comissão da UA e seu Painel dos Sábios, reuniões do Conselho de Ministros da IGAD, uma sessão do Conselho de Segurança da ONU sobre o Sudão do Sul, declarações do Secretário-Geral da ONU, bem como outras visitas de alto nível, incluindo à África do Sul e ao Quênia. Em vez disso, o R-ARCSS praticamente entrou em colapso, com muitos líderes do SPLM-IO, incluindo Riek Machar, detidos e o Sudão do Sul novamente à beira de uma guerra em grande escala. Em uma reportagem da Reuters por Denis Logonyi:

> O governo colocou Machar em prisão domiciliar em março... Machar negou as acusações. Sua detenção reacendeu os temores de um retorno à guerra civil em grande escala, com seus apoiadores acusando o governo de violar um acordo de paz e partilha de poder de 2018. Analistas afirmam que as repetidas mudanças promovidas por Kiir no governo e no aparato de segurança visam consolidar seu poder e manter satisfeitas as diversas facções (Logonyi 2025, s.p.)[9].

Poucas semanas após a detenção de Machar, o presidente Kiir reintegrou o veterano general Paul Nang Majok como chefe das Forças de Defesa, depois de tê-lo demitido inicialmente em julho de 2025. As intenções do presidente permanecem incertas. Os entrevistados indicaram que houve um recente aumento da presença militar, visto que o conflito com os Nuers deve se intensificar, deixando em aberto a questão do que o futuro reserva para o Sudão do Sul. Os esforços regionais para garantir a libertação de Machar não tiveram sucesso até o momento. Um trabalhador humanitário em Juba pareceu chocado com a detenção de Machar:

> Com a experiência de 2016, achei difícil acreditar que o presidente tentaria outra prisão e detenção de Riek Machar. O governo deveria ter considerado as implicações políticas e de segurança, mas acreditou que os Nuers poderiam ser contidos rapidamente[10][11].

Acordos de Paz e Soluções Políticas: Uma Estrutura Frágil

A maioria dos entrevistados argumentou que há uma série de razões para o fracasso dos acordos de paz no Sudão do Sul, e que essas razões são estruturais, com implementação limitada dos compromissos acordados (Gai

9 Tradução nossa. No original: "*The government placed Machar under house arrest in March ... Machar has denied the allegations. His detention reignited fears of a return to full-blown civil war, with his supporters accusing the government of violating a 2018 peace and power-sharing agreement. Analysts say that Kiir's repeated shake-ups of the government and security apparatus are aimed at consolidating his hold on power and keeping various factions satisfied*" (Logonyi 2025, s.p.).

10 Entrevista de um trabalhador humanitário conduzida virtualmente pelo autor em 23 de abril de 2025.

11 Tradução nossa. No original: "*With the experience of 2016, I found it hard to believe that the president would attempt another arrest and detention of Riek Machar. The government should have considered the security and political implications, but it believed the Nuers could be quickly contained*".

2025). Mecanismos como a Comissão para a Verdade, Reconciliação e Cura, e a Autoridade de Compensação e Reparação, embora previstos em lei, permanecem paralisados ou com recursos insuficientes, refletindo déficits de governança mais profundos e resistência à responsabilização (Akech 2020).

Um total de quarenta e três entrevistados indicaram que existe uma sinceridade limitada por parte das partes em conflito. Além disso, os entrevistados argumentaram que os acordos são elaborados para acomodar as elites, em vez de se concentrarem em soluções duradouras na busca pela paz. Uma professora da Grande Área Administrativa de Pibor (GPAA) expressou sua frustração:

> Acordos são assinados para interromper temporariamente a violência e satisfazer o ego das elites. Todos sabemos que as guerras travadas são motivadas pela necessidade dos senhores da guerra de se posicionarem e garantirem o acesso ao poder ou de o consolidarem ainda mais. Os Dinkas e os Nuers não se sentaram para um diálogo sincero sobre a necessidade de dar ao país uma oportunidade genuína de emergir como uma nação unida sob uma única bandeira. Enquanto esse diálogo não acontecer, com as elites percebendo que a nação é maior do que egos e aspirações, a violência continuará a pairar[12][13].

Este artigo examina três acordos fundamentais assinados nos últimos 20 anos: o Acordo Abrangente de Paz (CPA) de 2005, o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS) de 2015 e sua versão revitalizada (R-ARCSS) de 2018.

Após diversas tentativas de paz, um Acordo Abrangente de Paz (CPA) foi assinado em 2005. A maioria dos entrevistados neste estudo indicou que o Acordo era baseado na elite e que atores internacionais também buscavam a libertação do Sul do Norte. Argumentaram que o Acordo não preparou adequadamente o Sul para a independência. Com isso, queriam dizer que a dinâmica interna do Sul não foi devidamente considerada por aqueles que negociavam a paz e a independência. A capacidade e a prontidão dos sulistas para transitar da política militarizada para a governança nacional e local

12 Entrevista de um professor da GPAA conduzida virtualmente pelo autor em 30 de setembro de 2025.

13 Tradução nossa. No original: "*Agreements are signed to temporarily halt violence and satisfy the elites' egos. We all know that the wars fought are driven by the need of warlords to position themselves and either secure access to power or further grip it. The Dinkas and the Nuers have not sat down to have a sincere dialogue on the need to give the country a genuine opportunity to emerge as a nation, united under one flag. Until that dialogue is held, with the elites realising that the nation is bigger than the egos and aspirations, violence will continue looming*".

não foram devidamente examinadas, como argumentaram os entrevistados. Assim, interesses políticos e econômicos, especialmente em relação às receitas do petróleo, levaram ao faccionalismo imediato e à competição por um lugar no executivo, enfraquecendo o jovem Estado e minando sua formação efetiva (de Waal 2014). O cenário estava, portanto, preparado para conflitos internos e violência política.

Após décadas de uma violenta guerra civil entre o Norte e o Sul, o CPA, assinado em 2005, buscou abordar as queixas históricas do Sul. Assim, foram desenvolvidas fórmulas para facilitar a partilha de riqueza e poder, e um referendo foi organizado, abrindo caminho para a independência do Sudão do Sul (Young 2012). Embora o Acordo tenha conseguido pôr fim ao conflito entre o Norte e o Sul, os entrevistados argumentaram que os negociadores se concentraram principalmente em acabar com a violência, mas não procuraram compreender a dinâmica de poder e recursos entre os sulistas. Alguns entrevistados chegaram a indicar que, durante décadas, o Norte explorou as vulnerabilidades do Sul e as relações conflituosas que surgiam entre facções étnicas e beligerantes, para consolidar seu domínio sobre a região e marginalizá-la ainda mais. Portanto, para eles, o CPA foi uma barganha entre elites rivais, deixando de lado os desejos e aspirações, bem como a necessidade de inclusão democrática, cura nacional e reconciliação. Consequentemente, a formação do Estado foi frágil e o Sul não recebeu a orientação adequada para a independência por parte dos atores internacionais que intermediaram a paz.

O estatuto contestado da Área Administrativa Especial de Abyei entre o Sudão e o Sudão do Sul exemplifica essas tensões não resolvidas, uma vez que, apesar de sua importância estratégica e peso simbólico, seu status final permanece indefinido (Kumar et al. 2020). Como destaca Johnson (2012), a falha do CPA em abordar as complexidades das comunidades fronteiriças e as reivindicações baseadas em identidade deixa Abyei em um limbo jurídico e político. Essa omissão é ainda agravada pela crise em curso no Sudão e seu efeito cascata em regiões fronteiriças como Abyei, que exacerbaram a insegurança, interromperam o acesso humanitário e paralisaram os esforços diplomáticos para resolver as disputas territoriais.

A ascensão do SLPM/A como governo de um Sudão do Sul independente apresentou seus próprios desafios, uma vez que senhores da guerra de outras facções questionavam a dominância do SPLM/A e a necessidade de uma abordagem de governança mais ampla e inclusiva. A governança tornou-se predominantemente militarizada, com Kiir buscando satisfazer o SPLM/A e os Dinkas em detrimento de outros grupos. Isso gerou dis-

sensão, levando o presidente Kiir a indicar, em 2013, que seu vice, Machar, estava tramando um golpe contra ele. A violência que irrompeu resultou na morte de aproximadamente 400.000 pessoas e em mais de 4 milhões de deslocados (Center for Preventive Action 2025). Ambos os atores regionais e internacionais, especialmente a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), estão envolvidos. A IGAD tornou-se fundamental na negociação dos cessar-fogos e do ARCSS em agosto de 2015.

Ao contrário do CPA de 2005, o ARCSS incluiu componentes que abordavam a necessidade de mecanismos de justiça de transição, incluindo o estabelecimento de um Tribunal Híbrido para julgar os autores de crimes de guerra e crimes contra a humanidade (IGAD 2015). Além disso, preconizava um governo de transição de unidade nacional, a descentralização do poder, a Reforma do Setor de Segurança (RSS) e o DDR. Embora a partilha de poder tenha inicialmente parecido funcionar, surgiu um déficit de confiança entre os dois líderes, com consequências negativas. Em julho de 2016, houve uma recaída na violência quando as duas forças entraram em confronto em Juba, com Machar sendo forçado a fugir da cidade (International Crisis Group 2021a).

Tal como em esforços anteriores, após várias tentativas de negociar um acordo de cessar-fogo, os atores regionais e internacionais conseguiram chegar a um acordo de paz. O R-ARCSS foi assinado em setembro de 2018, desta vez com componentes mais abrangentes, incluindo um processo de reforma constitucional, a realização de eleições envolvendo todos os grupos armados e de oposição identificados e compromissos reforçados com o processo de justiça de transição. Uma adição vital foi a necessidade de integrar os grupos armados no exército nacional (R-ARCSS 2018). O Acordo trouxe esperança renovada, uma vez que atores nacionais, incluindo líderes religiosos, manifestaram-se veementemente a favor da assinatura e do respeito das facções beligerantes. Contudo, pouco depois da assinatura do Acordo, surgiram fatores estruturais e outros que afetavam a sua implementação. Houve atrasos na implementação do Acordo e no cumprimento de compromissos-chave, incluindo a formação do governo de unidade nacional, que só foi concretizada em 2020. Além disso, os processos de RSS e do Tribunal Híbrido nunca avançaram, e o DDR estagnou após tentativas iniciais.

Com numerosos grupos armados e milícias, como a Frente de Salvação Nacional (NAS) e a Frente/Exército Unido do Sudão do Sul (SSUF/A), formados por agendas étnicas restritas ou oportunistas, alguns dos quais atuam em combate, manter um exército unificado tornou-se difícil. A maioria permanece leal aos seus comandantes ou grupos étnicos e não tem certeza

das intenções do governo (International Crisis Group 2021a). Apesar disso, o Governo de Transição de Unidade Nacional Revitalizado (RTGoNU) foi posteriormente estabelecido, com pastas nos vários níveis de governo atribuídas aos signatários do Acordo. No entanto, a maioria dos entrevistados concordou que a confiança pública na capacidade dos acordos de paz de serem bem-sucedidos permaneceu baixa. Como argumentou um especialista em paz entrevistado:

> Os acordos de paz são produtos da vontade e dos interesses políticos. Só podem ter sucesso se as elites estiverem dispostas a vê-los prosperar. Se essa vontade não existir, é apenas uma questão de tempo até que haja um colapso. Leva tempo para construir confiança, e isso não tem recebido muita atenção no Sudão do Sul[14][15].

Em 2024, o governo e os parceiros internacionais concordaram que era necessário incorporar os grupos armados que não faziam parte do Acordo de 2018. O Quênia sediou o que ficou conhecido como Iniciativa Tumaini, em resposta à necessidade de uma abordagem inclusiva para a paz e a estabilidade no Sudão do Sul (United Nations Mission in South Sudan 2024). No entanto, o processo permanece inconclusivo.

Ao longo dos anos, tornou-se evidente que a ausência de consequências para as violações dos acordos levou a uma adesão limitada por parte das elites em todos os lados do conflito. Além disso, atores internacionais, como Uganda, tomaram abertamente o partido do governo e enviaram tropas para o país a pedido do presidente (Assessment Capacities Project 2025). A maioria dos entrevistados afirmou que as elites que deveriam fazer cumprir os acordos são as que mais desejam violá-los. Enfatizaram que a realização de eleições democráticas, ou mesmo a existência de instituições estatais capazes de responsabilizar as elites por seus atos, é contrária ao que algumas elites desejam. Assim, torna-se difícil para qualquer acordo ter sucesso, e a paz geralmente é temporária, pois não se baseia na responsabilização, na apropriação local e na legitimidade.

14 Entrevista de um especialista em paz conduzida pelo autor em 11 de setembro de 2025.

15 Tradução nossa. No original: "*Peace agreements are products of political will and interests. They can only succeed if the elites are willing to see them succeed. If that will is not available, it is just a matter of time before there is a collapse. It takes a while to build trust, and this has not been given much attention in South Sudan*".

A Política da Inclusão e da Exclusão

A maioria dos entrevistados no estudo afirmou que existe uma política excludente no Sudão do Sul, que aprofundou a divisão do país ao longo dos anos. Eles apontaram três fatores comuns que sustentam a exclusão: controle político, domínio econômico e marginalização étnica.

Ao falar sobre controle político, um acadêmico de Juba disse o seguinte:

> As elites Dinka que emergiram no Sudão do Sul pós-independência acreditam que o Estado lhes pertence e que é sua propriedade privada. Não conseguem conviver com a ideia de que outros grupos étnicos desejam compartilhar o poder. Almejam o controle total do Estado e, para eles, isso também significa controle sobre suas instituições. Esse nível de domínio que desejam manter pode estar fundamentado em sua experiência com o Norte[16][17].

Os Dinkas, que dominam o SLPM/A, acreditam que libertaram o país e devem continuar no poder. Com base em entrevistas, acredita-se que Kiir compartilhe dessa visão e tenha posicionado estrategicamente seu povo, enquanto seu relacionamento com Machar permanece frio ao longo dos anos. Isso pode ser observado na frequência das tensões entre eles, que culminam em violência.

É importante notar que, durante a luta de libertação, os Nuer e os Dinka entraram em conflito em diversas ocasiões, com Machar alternando entre os lados opostos e o Norte, um ato que minou a confiança que os Dinka depositavam nele. Conforme relatado pela BBC:

16 Entrevista de um acadêmico em Juba conduzida virtualmente pelo autor em 11 de setembro de 2025.

17 Tradução nossa. No original: "*The Dinka elites who emerged in post-independence South Sudan believe that they own the state, and it is their private property. They cannot live with the thought that other ethnic groups want them to share power. They want total control of the state, and to them, that also means control over its institutions. This level of dominance they want to maintain could be based on their experience with the North*".

> O Sr. Kiir o rotulou de "profeta da desgraça", dando continuidade às suas ações do passado – uma aparente referência ao fato de ele ter desafiado a autoridade do Sr. Garang, líder fundador do SPLM, no início da década de 1990. Esse desafio resultou na formação de um grupo rebelde dissidente por parte do Sr. Machar, que acabou assinando seu próprio acordo de paz com o governo de Omar al-Bashir, no Sudão, em 1997, antes de se tornar assistente do presidente. Mesmo depois de ter partido para relançar uma rebelião, o SPLM de Garang continuou profundamente desconfiado dele, acusando-o de receber apoio secreto do governo de Cartum – acusação que ele negou (BBC 2018, s.p.)[18].

Alguns entrevistados descreveram Machar como alguém ávido por tomar o poder e pouco genuíno em sua abordagem ao processo de paz do país. Seja como for, a influência dos dois líderes sobre seus respectivos grupos étnicos culminou em uma profunda divisão que fomenta políticas de exclusão, com os Dinkas dominando atualmente o cenário político.

Intimamente ligada ao controle político está a dominância econômica, especialmente considerando os recursos gerados pelas vastas reservas de petróleo do país. A luta pela independência baseou-se na marginalização política e econômica do Sul pelo Norte, e a independência deu às elites do Sul acesso a recursos que antes não possuíam. Além disso, a falta de instituições para regular a economia e aumentar a responsabilização e a transparência levou a uma corrida das elites para controlar a riqueza do país. Outros grupos étnicos também começaram a competir pelos recursos do Estado, o que gerou conflitos.

Alguns entrevistados afirmaram que a necessidade de controle econômico e político por parte das elites no poder tem dificultado a realização de revisões constitucionais e eleições pelo governo. Os atrasos frustram outros grupos étnicos e políticos, que justificam a violência como o único meio de expressar suas queixas. Por exemplo, as eleições previstas para 2024 foram adiadas para 2026, sob a justificativa de que seria necessário permitir que "o governo do Sudão do Sul cumprisse pré-requisitos cruciais para uma eleição bem-sucedida, incluindo a realização de uma revisão constitucional abrangente, o estabelecimento de leis eleitorais e a conclusão de um censo

18 Tradução nossa. No original: "*Mr Kiir labelled him as a 'prophet of doom', continuing his actions of the past - an apparent reference to the fact that he had challenged the authority of Mr Garang, the SPLM's founding leader, in the early 1990s. That challenge resulted in Mr Machar forming a breakaway rebel group, eventually signing his own peace accord with Sudan's Omar al-Bashir's government in 1997, before becoming an assistant to the president. Even after he left to re-launch a rebellion, Mr Garang's SPLM remained deeply suspicious of him, accusing him of receiving covert support from the Khartoum government - a charge he denied*" (BBC, s.p., 2018).

nacional" (Dicken 2025, 1)[19]. Embora o governo tenha argumentado que essas medidas eram importantes para preparar o processo de democratização estável, a maioria dos entrevistados afirmou que as elites não estão dispostas a enfrentar as consequências potenciais ou não intencionais de eleições democráticas.

A marginalização étnica tem sido central na política e na violência no Sudão do Sul. Desde a independência, houve um foco primordial na integração dos Nuers no governo. No entanto, não são apenas os Nuers que têm sido propensos à exclusão, mas também outros grupos étnicos, incluindo os Murle, os Equatorianos e os Shilluk. De fato, eles têm sido amplamente excluídos dos processos de tomada de decisão e dos diálogos no país (Schomerus e Aalen 2016). Os Dinkas mantêm a hegemonia étnica, aprofundando a exclusão e as desigualdades no país. Os Nuers possuem milícias étnicas fortes que desafiam persistentemente o Estado, o que os mantém ativamente envolvidos em exercícios de partilha de poder, uma força que os outros grupos não necessariamente possuem. Alguns entrevistados afirmaram que deve haver uma fórmula para a descentralização do poder, com os Estados assumindo a responsabilidade por sua governança e abrindo espaço para a inclusão e a participação de todos os grupos étnicos.

Com as três áreas de exclusão examinadas acima, este ponto é reforçado: a inclusão e a participação na liderança e nos processos de tomada de decisão no Sudão do Sul baseiam-se num acordo entre as elites que também molda os resultados dos acordos de paz. Esta abordagem promove a cooptação, mas não a participação genuína. Reforça também o fato de a mobilização armada e a violência serem o caminho seguro para a relevância política e a inclusão, algo que os acordos de paz deveriam procurar desencorajar, em vez de fomentar (de Waal 2014). Além disso, normaliza a impunidade e dificulta a responsabilização daqueles que cometem crimes de guerra. Daí o insucesso na implementação dos mecanismos de justiça de transição acordados.

A maioria dos entrevistados também observou que, embora algumas mulheres tenham participado dos diálogos que levaram ao Acordo de 2018, a abordagem à liderança e à governança tem sido gerontocrática e patriarcal. Mesmo no caso das mulheres que participaram das negociações, que, segundo alguns entrevistados, foram incluídas de forma simbólica para evitar as críticas ao Acordo de 2015, suas contribuições não foram totalmente registradas ou apresentadas, como afirmado por Bazugba et al. (2018, s.p.):

19 Tradução nossa. No original: "*the South Sudanese government to address crucial prerequisites for a successful election, including conducting a comprehensive constitutional review, establishing election laws, and completing a national census*" (Dicken 2025, 1).

> Até o momento, não se tem dado a devida atenção à significativa contribuição dos grupos e representantes de mulheres sul-sudanesas para o processo de paz. Elas não apenas desempenharam papéis importantes para garantir o avanço do processo e a inclusão de mulheres e outros grupos-chave nas negociações, como também contribuíram significativamente para o conteúdo do acordo de paz, incluindo disposições específicas sobre gênero[20].

Décadas de marginalização e infantilização tanto de jovens quanto de mulheres exigirão anos de investimento em mudanças estruturais e educação cívica para serem revertidas, como argumentado na seção abaixo. Apesar disso, a incapacidade de alcançar a paz tem limitado a capacidade do país de abordar questões críticas relacionadas aos direitos, liberdades, bem-estar e dignidade dos sul-sudaneses.

O Papel dos Atores Regionais e Internacionais

Atores internacionais e regionais têm desempenhado papéis de liderança na busca pela paz no Sudão do Sul. No entanto, entrevistas e fontes secundárias observaram que esses papéis têm efeitos tanto facilitadores quanto restritivos. A *Troika*, composta pelos Estados Unidos, Reino Unido e Noruega (US Department of State 2025), a UA e sua Comunidade Econômica Regional (CER), a IGAD e a ONU têm desempenhado um papel fundamental no apoio aos processos de paz no Sudão do Sul. De fato, a ONU mantém uma das missões mais longas e extensas já implantadas no país, a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). Além dos três atores mencionados, organizações internacionais e governos regionais, incluindo Uganda, Sudão, Etiópia e Quênia, têm atuado como garantidores morais.

Como indicado acima, o papel de Uganda tem sido conflituoso, pois apoia militarmente o governo e toma partido em combates ativos quando o regime está ameaçado (Al Jazeera 2025). Segundo os entrevistados, Yoweri Museveni se posicionou como um líder regional e possui interesses militares e econômicos na região, como já havia ocorrido em Ruanda e na República Democrática do Congo (RDC). Assim, tendo estabelecido laços estratégicos com o regime no Sudão do Sul, ele prefere mantê-lo no poder, ao mesmo

20 Tradução nossa. No original: "*To date, insufficient attention has been paid to the significant contribution of South Sudanese women's groups and representatives to the peace process. Not only did they play important roles in ensuring that the process moved forward and that women and other key constituencies were included in the talks, but they also made significant contributions to the peace agreement's content, including gender-specific provisions*" (Bazugba et al. 2018, s.p.).

tempo que desempenha um papel de negociador. Dado que Uganda compartilha uma fronteira estratégica com o Sudão do Sul e importa grandes quantidades de bens e serviços de Uganda, a aliança é benéfica para Museveni. Esse paradoxo levanta questões sobre os interesses, a legitimidade e a eficácia do apoio de atores externos na busca pela paz no Sudão do Sul.

A IGAD desempenhou um papel fundamental nas negociações e na assinatura do ARCSS em 2015 e do R-ARCSS em 2018. Com o apoio da UA, a IGAD possui legitimidade para convocar as facções em conflito e negociar a paz. No entanto, os interesses políticos concorrentes dentro da organização comprometem sua capacidade de tomar decisões unilaterais e responsabilizar os atores que violam os acordos. A UA, que deveria apoiar a IGAD em momentos difíceis, carece de recursos humanos e financeiros para intervir e garantir a responsabilização na implementação dos acordos no Sudão do Sul (Levi 2025). As resoluções emitidas são geralmente ignoradas, o que enfraquece a posição da União e deixa os sul-sudaneses com pouca confiança nas ações da UA, como afirmou a maioria dos entrevistados.

A UNMISS tem enfrentado diversos desafios desde a sua implementação no país. Embora a maior parte de sua atuação seja operacional, por exemplo, na proteção de civis, ela tem sido alvo de críticas, especialmente por parte do público, por vários motivos. Por exemplo, a maioria dos entrevistados indicou que esperava que a missão fosse muito mais responsiva no salvamento de vidas em casos de ataques diretos contra civis. Também foi observado, durante visitas de campo ao Sudão do Sul, que os civis esperavam mais do que o mandato da missão permitia. No entanto, além do mandato, o Sudão do Sul é um país vasto e difícil de monitorar completamente. Assim, as limitações logísticas e relacionadas ao terreno restringem a capacidade da ONU de responder rapidamente quando necessário. Além disso, a ONU, assim como os civis, tem sido constantemente atacada tanto pelas forças governamentais quanto por outras facções, com acusações de tomar partido. Isso conseguiu, discretamente, forçar a missão a ser muito mais sensível às realidades no terreno, priorizando a pressão diplomática em vez da militar sobre as partes em conflito (Duursma 2021). A postura da missão deixa um campo aberto para a atuação das facções, consolidando assim a resistência à reforma e às mudanças políticas necessárias.

A China continua sendo um parceiro fundamental do governo e concentra-se na diplomacia econômica. Ao mesmo tempo, os EUA, o Reino Unido e a Noruega continuam a fornecer apoio financeiro e técnico aos esforços de paz no país (International Crisis Group 2021b). No entanto, os fundos de doadores para o país estão diminuindo, especialmente com a interrupção

abrupta do apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Além disso, alguns entrevistados afirmaram que a fadiga dos doadores está se instalando, à medida que o conflito persiste. Isso levou a cortes em projetos de paz e desenvolvimento. O setor privado permanece frágil e a atividade econômica fora de Juba é informal devido à insegurança. Assim, as contribuições do setor privado para as iniciativas de paz permanecem mínimas.

O Sudão, por outro lado, está atualmente envolvido em sua própria crise e menos focado no Sudão do Sul. Conforme observado pelos entrevistados, a multiplicidade de atores internacionais e seus interesses divergentes proporcionam espaço para que as elites os manipulem, com mudanças nas relações. Assim, não tem havido uma abordagem comum entre os atores internacionais no país.

Vale ressaltar também que os atores internacionais pretendiam que a redução da produção de petróleo em 2012 pressionasse por um novo acordo com o Sudão, responsável pelo transporte do petróleo produzido no sul do país. Sem as receitas do petróleo para comprar a lealdade de inúmeros líderes tribais, o sistema clientelista criado por Salva Kiir entrou em colapso e seu governo começou a enfrentar desafios, inclusive de Riek Machar. Além de ser uma causa imediata do conflito de 2013 entre o SPLA e o SPLA-IO, esse fato também ajuda a explicar a interação entre as disputas políticas, econômicas e étnicas no país (Silva 2025; Day et al. 2019).

Paz a Partir de Baixo? Sociedade Civil, Mulheres e Iniciativas Locais

Décadas de violência parecem estar estimulando uma busca orgânica e liderada pelas bases pela paz nas comunidades do Sudão do Sul. Excluídas dos processos formais de paz e dos papéis de liderança, organizações pertencentes e lideradas por mulheres e jovens têm implementado ativamente iniciativas de paz. Como afirmou um ativista jovem:

> Chegou a um ponto em que nós, os jovens, precisávamos tomar as rédeas do nosso destino. Formamos a organização Juventude pela Paz em Juba e temos trabalhado com nossos pares para construir uma cultura de paz. Quanto mais envolvermos nossos pares, melhor para o futuro do nosso país. A paz, assim como a violência, é uma mentalidade e pode ser incutida positivamente pela nossa geração, e a hora é agora[21][22].

As palavras do entrevistado estão em consonância com o mantra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): "Como as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz" (UNESCO 1966, 1, tradução nossa)[23]. A consciência que está se desenvolvendo está ajudando jovens e mulheres a engajarem seus pares na necessidade de resistir à influência para ingressar em grupos armados.

Alguns entrevistados afirmaram que a vulnerabilidade dos jovens e a exposição e socialização com a violência estão levando alguns, nas principais cidades, a formar ou a se tornarem membros de gangues e grupos criminosos. Consequentemente, a conscientização sobre os esforços de construção da paz se concentra na criação de comunidades mais seguras e na educação dos jovens para que adotem estilos de vida positivos. A União Europeia (UE) é uma das principais financiadoras de iniciativas de construção da paz na base da sociedade no Sudão do Sul, capacitando as comunidades para promover as mudanças que desejam ver. Por exemplo, em 2024, o autor avaliou um projeto financiado pela UE intitulado "Apoio à resiliência comunitária e à gestão não violenta de conflitos em áreas afetadas por conflitos e inundações nos estados do Alto Nilo e Jonglei, Sudão do Sul". Este foi um projeto de três milhões de euros implementado pela *Solidarités International* durante dois anos[24]. Projetos como este ajudam a fornecer às comunidades as ferramentas

21 Entrevista de um ativista jovem conduzida pelo autor em Juba em 24 de março de 2025.

22 Tradução nossa. No original: "*It reached a point where we, the young people, needed to take our destiny into our hands. We formed the Youth for Peace organisation in Juba and have been working with our peers to build a culture of peace. The more we engage our peers, the better for the future of our country. Peace, like violence, is a mindset, and can be positively inculcated by our generation, and the time is now*".

23 Tradução nossa. No original: "*Since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the defences of peace must be constructed*" (UNESCO 1966, 1).

24 O autor acompanhou projetos financiados pela UE durante mais de uma década no Sudão do Sul, como parte das missões de Monitoramento Orientado para Resultados (ROM) da União.

necessárias para se automobilizarem e empreenderem esforços de transformação de conflitos e construção da paz.

Os entrevistados afirmaram que os líderes religiosos têm promovido a paz e a reconciliação no país. Em 2015, o Conselho de Igrejas do Sudão do Sul (SSCC) publicou um Plano de Ação para a Paz que, ao longo da última década, serviu como estrutura para o engajamento em nível local, especialmente onde a presença do Estado é limitada (South Sudan Council of Churches 2023). A liderança moral exercida é crucial, sobretudo considerando a influência da religião na vida dos sul-sudaneses. Nesse sentido, a Comissão Justiça e Paz da Igreja Católica utiliza aconselhamento para vítimas de trauma e fóruns públicos para promover o diálogo interétnico.

Embora a sociedade civil ainda esteja em fase inicial e menos desenvolvida, as ONGs locais desempenham um papel ativo no apoio aos esforços de paz e reconciliação nas comunidades. Pesquisadores como Bedigen (2021) escreveram sobre o papel cada vez mais importante que as mulheres locais desempenham na construção da paz no Sudão do Sul. No entanto, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) enfrentam desafios financeiros que limitam sua capacidade de manter ou expandir suas atividades. Elas também estão desconectadas das iniciativas nacionais de paz, limitando assim o potencial que uma abordagem integrada e inclusiva poderia ter proporcionado ao país.

A presença limitada do Estado levou a maioria das pessoas a depender de líderes tradicionais e suas estruturas para a resolução de conflitos. Esses anciãos facilitam o diálogo intercomunitário, mediam a paz e mantêm as comunidades unidas, geralmente guiados por costumes e tradições (Ndonga 2024). Os mecanismos de justiça locais são muito mais acessíveis, conhecidos e confiáveis para os habitantes locais do que o sistema de justiça formal.

A disponibilidade de iniciativas populares para a paz e a reconciliação representa uma oportunidade para o governo e os parceiros de desenvolvimento explorarem uma abordagem mais sustentável para a construção da paz no Sudão do Sul. Assim, os investimentos devem ser direcionados a essas organizações e estruturas em nível local, estabelecendo conexões entre elas e os esforços nacionais. Além disso, as OSCs, os líderes tradicionais e os líderes religiosos devem ser reconhecidos como componentes integrais dos esforços de construção da paz e capacitados para liderar o processo. Suas contribuições ajudarão a moldar o futuro do Sudão do Sul para melhor.

Além dos Acordos de Paz: Estabilidade a Longo Prazo, Responsabilização e Construção do Estado

Embora os acordos de paz tenham conseguido proporcionar alívio a curto prazo por meio de negociações e posicionamentos das elites, o Sudão do Sul, como mencionado anteriormente, tem sofrido continuamente com o retorno à violência. Os períodos pós-acordo de paz são geralmente marcados por tensões, com foco limitado em segurança, estabilidade e construção do Estado. Os entrevistados apresentaram recomendações sobre como promover a reconciliação e a construção do Estado no país.

Um total de 41 entrevistados afirmou que é necessário organizar um diálogo nacional facilitado por atores locais, incluindo líderes religiosos e tradicionais, para discutir o presente e o futuro do país. Alguns entrevistados sugeriram que os facilitadores revisassem todos os acordos de paz anteriores e as razões do seu fracasso, a fim de se prepararem melhor para lidar com as queixas históricas. Um advogado em Juba afirmou:

> O que o Sudão do Sul deve evitar daqui para frente são acordos que sejam conduzidos principalmente pelas elites. Precisamos ir além dos acordos de paz e partir para diálogos nacionais que levem em consideração as queixas e frustrações de todo o país. O processo deve ser inclusivo e apropriado, especialmente pelos jovens e mulheres do país, que são os mais afetados pelos conflitos[25][26].

Em conjunto com o processo de diálogo nacional, a maioria dos entrevistados afirmou que o país precisa de um processo de justiça de transição que promova a cura, a reconciliação e a justiça para as vítimas dos conflitos. Todos os mecanismos recomendados pelos acordos, incluindo o Tribunal Híbrido para o Sudão do Sul, a Autoridade de Compensação e Reparação (CRA) e a Comissão para a Verdade, Reconciliação e Cura (CTRH), não foram estabelecidos. Isso mina a confiança pública nos acordos de paz e, como argumentado pelos entrevistados, eles não são centrados nas pessoas nem representam a autonomia do povo. Isso se torna ainda mais evidente considerando que os

25 Entrevista de um advogado em Juba conduzida pelo autor em Juba em 13 de março de 2024.

26 Nossa tradução. No original: "*What South Sudan should avoid moving forward with are arrangements that are mainly elite-driven. We need to move beyond peace agreements to national dialogues that take into account grievances and frustrations from across the country. The process should be inclusive and owned, especially by the country's youth and women, who are the most affected by conflicts*".

resultados beneficiam as elites e deixam os cidadãos com pouca esperança, com a impunidade enraizada. Os entrevistados, no entanto, recomendaram que qualquer programa de justiça de transição invista em apoio psicossocial e reparações para as vítimas. Experiências de países como Serra Leoa mostram que as vítimas de guerras civis geralmente recebem apoio limitado para lidar com seus desafios psicossociais, deixando as comunidades traumatizadas e com potencial para recair na violência.

A maioria dos entrevistados afirmou que será difícil para o Sudão do Sul alcançar uma paz sustentável sem uma transição de uma abordagem militarizada de governança para uma baseada na boa governança democrática. Isso exigirá uma transformação estrutural e a reestruturação do Estado para abraçar a diversidade e a inclusão. Fundamental para esse processo deve ser a revisão constitucional e o estabelecimento de uma infraestrutura de paz que adote uma abordagem orgânica para a construção da paz. Uma nova constituição democrática será essencial para a criação de instituições estatais que ajudem a promover a responsabilização e a combater as desigualdades. Até 2025, o processo de elaboração da constituição não havia começado e muitas instituições de transição foram enfraquecidas por interferência política, atrasos e falta de recursos financeiros (Kuol 2025). O processo exige vontade política e interesse para ter sucesso, e isso tem sido um desafio até o momento. Além disso, os comissários foram indicados pelas partes do acordo, reforçando mais um arranjo de elite para uma constituição que deveria apoiar uma transição democrática, ao mesmo tempo que aborda as causas profundas do conflito.

A maioria dos entrevistados argumentou que, para qualquer processo de paz ser bem-sucedido, deve haver melhorias nas condições socioeconômicas do país. A crescente vulnerabilidade decorrente do acesso limitado a oportunidades econômicas é explorada por grupos armados, que dispõem de um exército de jovens disponíveis para recrutamento. Os acordos de paz, por si só, não garantem a paz; eles fornecem um roteiro que pode promovê-la, e os compromissos precisam ser transformados em ações (Kane 2019).

A ausência de dividendos da paz e a contínua ausência do Estado na vida da maioria dos cidadãos levantam dúvidas sobre a relevância dos acordos de paz. O que a maioria dos entrevistados indicou desejar é uma visão compartilhada para a boa governança democrática no Sudão do Sul, centrada na reconciliação, inclusão e participação, justiça e responsabilização. Essas mudanças ajudarão a promover a confiança pública no processo de construção da paz no Sudão do Sul.

Conclusão

Em 2011, o Sudão do Sul conquistou a independência após décadas de guerra civil com o Norte. O Acordo assinado em 2005 pôs fim à guerra e abriu caminho para a independência, mas não ofereceu uma estrutura que levasse em consideração as queixas internas no Sul, além daquelas contra o Norte. A independência inaugurou um governo militarizado, com o SPLM/A liderando um governo de unidade nacional juntamente com os Nuers. No entanto, a falta de uma visão e agenda nacional, e uma abordagem de partilha de poder conduzida pelas elites, minimizaram o foco na construção da nação e na resolução de queixas históricas. O frágil arranjo político, transacional em vez de transformador, desmoronou rapidamente em 2013, por ser insustentável. Os dois acordos assinados em 2015 e 2018 não tiveram sucesso, e a violência assola o país.

A utilização da abordagem da economia política crítica reforçou a conclusão de que os acordos de paz são processos políticos cujo sucesso ou fracasso depende da disposição das partes em cumpri-los. Além disso, o caso do Sudão do Sul permanece complexo, uma vez que os acordos são transacionais e centrados nas elites, e as lições da crise de 2013 não levaram a uma revisão da abordagem utilizada quando o Acordo de 2018 foi desenvolvido. Assim, não houve caminho para a construção inclusiva da nação e para a transformação estrutural. Componentes-chave do Acordo de 2018, incluindo aqueles relacionados à justiça de transição e ao processo de revisão constitucional, permanecem sem implementação. Ademais, a luta pela dominância política e econômica levou à exclusão de grupos étnicos minoritários dos mecanismos de governança.

Os atores internacionais precisam usar abordagens locais, adaptadas ao contexto e desenvolvidas internamente para promover a construção da paz sustentável no país. É necessário mudar de uma abordagem reativa e centrada no Estado para um investimento de longo prazo em infraestruturas para a paz. A inclusão de grupos vitais, como a sociedade civil, líderes religiosos e tradicionais contribuirá significativamente para fortalecer a apropriação local e a legitimidade do processo.

O artigo conclui que é necessário um diálogo nacional para ampliar a participação e reestruturar o espaço político, promovendo uma cultura de paz e governança inclusiva. Sem essa abordagem, a paz permanecerá inatingível e a promessa de independência não cumprida.

REFERÊNCIAS

Agaba, H., C. B. Umeh, C. Elekwachi, e C. Akinsola. 2025. "The United Nations' Role in Managing the Conflict in South Sudan, 2013-2022: A Focus on Protection of Civilians (POC) and Humanitarian Assistance." *Journal of Political Science and International Relations* 8(2): 45–60. https://doi.org/10.11648/j.jpsir.20250802.13.

Akech, J.G. 2020. "Rethinking Transitional Justice in South Sudan: Critical Perspectives on Justice and Reconciliation." *International Journal of Transitional Justice* 14(3): 586–592. https://doi.org/10.1093/ijtj/ijaa015.

Al Jazeera. 2025. "Uganda deploys troops in South Sudan as civil war fears grow." *Al Jazeera*, 11 de março. https://www.aljazeera.com/news/2025/3/11/uganda-deploys-troops-in-south-sudan-as-civil-war-fears-grow.

Assessment Capacities Project. 2025. South Sudan: Potential for Escalation of Conflict. ACAPS Thematic Report, 11 de junho. https://www.acaps.org/fileadmin/Data_Product/Main_media/20250611_ACAPS_Sudan_-_potential_for_escalation_of_conflict.pdf.

Bangura, I. 2024. "Connecting the dots – poverty, marginality, and the production of aggression and violence in post-war Sierra Leone." *Conflict, Security & Development* 24(3): 227–249. https://doi.org/10.1080/14678802.2024.2349066

Bazugba, A.M., J. Poutanen, P. E. Riak, e A. Möller-Loswick. 2018. "Women's Experiences in the South Sudan Peace Process 2013–2018." Nairobi: National Transformational Leadership Institute (NTLI), Crisis Management Initiative (CMI) and Folke Bernadotte Academy (FBA).

BBC. 2018. "Riek Machar: South Sudan warlord turned peacemaker?" *BBC*, 21 de junho. https://www.bbc.com/news/world-africa-25402865.

Bedigen, W. 2021. "Honyomiji: the local women's peacebuilding institution in South Sudan." *Peacebuilding* 9(4): 457–476. https://doi.org/10.1080/21647259.2021.1895613.

Collins, R.O. 2008. *A History of Modern Sudan*. Cambridge University Press.

Craze, J. 2019. "Displaced and Immiserated: The Shilluk of Upper Nile in South Sudan's Civil War, 2014–19." Geneva: Small Arms Survey, Graduate Institute of International and Development Studies.

Center for Preventive Action. 2025. "Instability in South Sudan." *Global Conflict Tracker*. https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/civil-war-south-sudan.

Day, A., C. Hunt, H. Yin, e L. Kumalo. 2019. "Assessing the Effectiveness of the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS)." Oslo: Norwegian Institute of International Affairs. https://www.cccpa-eg.org/pdf_read_download.php?type=read&newFileName=Assessing+the+Ef-

fectiveness+of+the+UN+Mission+in+South+Sudan+%28UNMISS%29&file=6532_26011213.pdf.

De Waal, A. 2014. "When Kleptocracy Becomes Insolvent: Brute Causes of the Civil War in South Sudan." *African Affairs* 113(452): 347–369. https://doi.org/10.1093/afraf/adu028

Deutsche Welle. 2016. "South Sudan's Machar turns up in Khartoum." *DW*, 23 de outubro. https://www.dw.com/en/south-sudans-former-vice-president-turns-up-in-khartoum-one-month-after-fleeing-juba/a-19496414.

Dicken, S.F.W. 2025. "South Sudan Postpones Elections To 2026: A Move Toward Inclusivity and Stability." *Wilson Center*, 6 de fevereiro. https://www.wilsoncenter.org/article/south-sudan-postpones-elections-2026-move-toward-inclusivity-and-stability.

Duursma, A. 2021. "Pinioning the Peacekeepers: Sovereignty, Host-State Resistance against Peacekeeping Missions, and Violence against Civilians." *International Studies Review* 23 (3): 670–695. https://doi.org/10.1093/isr/viaa063.

Gai, P.G. 2025. "Revitalised Agreement on the Resolution of Conflict in South Sudan: Reflecting Success, Failure, and Potential Consequences." *IOSR Journal of Humanities and Social Science* 30(2): 18–23. https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.30-Issue2/Ser-3/D3002031729.pdf.

International Crisis Group. 2021a. *Toward a Viable Future for South Sudan*. Africa Report n. 300. 10 de fevereiro. https://www.crisisgroup.org/africa/south-sudan/300-toward-viable-future-south-sudan.

International Crisis Group. 2021b. *Oil or Nothing: Dealing with South Sudan's Bleeding Finances*. Africa report n. 305. 6 de outubro. https://www.crisisgroup.org/sites/default/files/305-south-sudan-oil_0.pdf.

IGAD. 2015. *Agreement on the Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan*. Addis Ababa: Intergovernmental Authority on Development. https://unmiss.unmissions.org/sites/default/files/final_proposed_compromise_agreement_for_south_sudan_conflict.pdf.

Johnson, D.H. 2012. "South Sudan: A New History for a New Nation: The Search for South Sudan's Usable Past." Palestra principal proferida na 9ffi Conferência Internacional de Estudos sobre o Sudão do Sul e o Sudão, Bonn, 23-25 de julho de 2012. https://riftvalley.net/wp-content/uploads/2018/06/RVI-A-New-History-for-a-New-Nation.pdf

Kane, S. 2019. *Peace Agreement Provisions and the Durability of Peace*. Zurich: Centre for Security Studies (CSS), Swiss Federal Institute of Technology and ETH Zurich.

Kiranda, Y., Mathias Kamp, M. B. Mugisha, e Donnas Ojok. 2016. "Conflict and State Formation in South Sudan: The Logic of Oil Revenues in Influencing

the Dynamics of Elite Bargains." *Journal on Perspectives of African Democracy and Development* 1 (1): 30–40.

Kumar, S., P. Santos, e P. Khannawalia. 2020. "Geocultural Understanding in Abyei: Contested Territories, Proselytisation and Evangelists."*The African Journal of International Affairs* 26 (1-2): 45–60. https://journals.co.za/doi/10.10520/ejc-ijas_v26_n1_2_a3.

Kuol, L.B.D. 2025. "South Sudan: The bumpy road to democratic transition." *International Relations and Diplomacy* 13(5): 275–307. https://doi.org/10.17265/2328-2134/2025.05.005

Levi, B. 2025. "Intergovernmental Authority on Development (IGAD) Interventions and the Attainment of Peace in the East African Region: A Case Study of IGAD in the South Sudan Peace Efforts." *International Journal of Geopolitics and Governance* 4(1): 227-241. https://doi.org/10.37284/ijgg.4.1.3455.

Logonyi, D. 2025. "South Sudan president fires military chief after three months, reinstates predecessor." *Reuters*, 9 de outubro. https://www.reuters.com/business/media-telecom/south-sudan-president-fires-military-chief-after-three-months-reinstates-2025-10-09/.

Ndonga, A. 2024. "Some Level of Peace': Addressing intercommunal violence through customary justice in South Sudan." New York: International Center for Transitional Justice (ICTJ).

PNUD. 2025. "South Sudan at a crossroads: Resilience amidst Crisis." *PNUD*, 7 de maio. https://www.undp.org/stories/south-sudan-crossroads.

Radio Tamazuj. 2025. "SSPDF commander, UN crew killed in Nasir." *Radio Tamazuj*, 7 de março. https://www.radiotamazuj.org/en/news/article/sspdf-commander-un-crew-killed-in-nasi.

R-ARCSS. 2018. *Revitalised Agreement on the Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan*. Addis Ababa: IGAD. https://docs.pca-cpa.org/2016/02/South-Sudan-Peace-Agreement-September-2018.pdf.

Schomerus, M. e L. Aalen. 2016. *Considering the State: Perspectives on South Sudan's Subdivision and Federalism Debate*. Overseas Development Institute.

Silva, J. 2025. "Protection of Civilians in South Sudan: the Contribution of Special Operations." *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 12 (1): 1–32. https://doi.org/10.26792/rbed.v12i1.75433.

South Sudan Council of Churches. 2023. "Action Plan for Peace (APP) Vision 2023." South Juba: Sudan Council of Churches (SSCC). https://cpn.nd.edu/assets/299324/sscc_action_plan_for_peace_vision_2023.pdf.

Sudans Post. 2025. "SPLAIO generals killed in clashes with RSF in Renk County village." *Sudans Post*, 7 de março. https://www.sudanspost.com/spla-io-generals-killed-in-clashes-with-rsf-in-renk-county-village/.

Syamkumar, V. 2024. "Conflict Situation in South Sudan and Related Challenges to Humanitarian and Human Rights." New Delhi: Indian Council of World

Affairs (ICWA). https://www.researchgate.net/publication/377222572_Conflict_Situation_in_South_Sudan_and_Related_Challenges_in_Humanitarian_and_Human_Rights_Situation.

UNESCO. 1966. The UNESCO Courier: A Window Open on the World, XIX, 7/8, p. 6–7, illus.

United Nations Mission in South Sudan. 2024. "Tumaini peace talks between South Sudan Government and hold-out groups resume in Nairobi." *United Nations Peacekeeping*, 5 de dezembro. https://peacekeeping.un.org/en/tumaini-peace-talks-between-south-sudan-government-and-hold-out-groups-resume-nairobi.

US Department of State. 2025. *Joint Statement from Troika Capitals on South Sudan*. Media note, Office of the Spokesperson. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2025/12/joint-statement-from-troika-capitals-on-south-sudan.

Vertin, Z. 2018. *A Rope from the Sky: The Making and Unmaking of the World's Newest State*. Hurst.

Young, J. 2012. *The Fate of Sudan: The Origins and Consequences of a Flawed Peace Process*. Zed Books

RESUMO

Este artigo investiga a política e as dificuldades da construção da paz no Sudão do Sul, analisando por que ela permanece inatingível, apesar dos compromissos assumidos no âmbito do R-ARCSS. As principais questões examinadas são: (i) por que os acordos de paz assinados até o momento fracassaram; (ii) quais fatores sociopolíticos e econômicos subjacentes contribuem para esses fracassos; e (iii) quais papéis os atores regionais e internacionais desempenharam na promoção ou no impedimento da concretização de uma paz sustentável. Além disso, questiona-se como as iniciativas locais podem apoiar os esforços de paz. Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem interpretativa e exploratória, voltada à análise da política e dos desafios da construção da paz no Sudão do Sul. Adicionalmente, emprega uma perspectiva crítica de economia política para aprofundar a compreensão da construção e consolidação da paz no país. Ao aplicar essa abordagem, argumenta-se que os acordos de paz não são ferramentas neutras, mas frequentemente moldados pelos interesses e objetivos das elites políticas. Nesse sentido, o artigo desafia os paradigmas de paz centrados no Estado e nas elites. Sustenta-se que, em vez de abordar as causas profundas do conflito, o processo de paz tem sido dominado por elites e impulsionado por transações. Como resultado, os conflitos são mais frequentemente adiados do que resolvidos — fenômeno descrito como a síndrome da "porta giratória". Argumenta-se ainda que a resolução de conflitos deve buscar compreender a complexa relação entre paz e poder, ser centrada nas pessoas e abordar questões cruciais relacionadas à transformação política, justiça e legitimidade. Conclui-se que um diálogo nacional é essencial para ampliar a participação e remodelar o espaço político, fomentando uma cultura de paz e governança inclusiva. Sem essa abordagem, a paz permanecerá inatingível, e a promessa de independência seguirá não cumprida.

PALAVRAS-CHAVE
Sudão do Sul. Acordos de Paz (R-ARCSS). Economia Política da Paz. Resolução de Conflitos.

Recebido em 24 de dezembro de 2025
Aceito em 24 de janeiro de 2026[27]

Traduzido por Gabriela Gampe Bonness

27 Como citar: Bangura, Ibrahim. 2026. "Paz em pedaços: a política e as armadilhas da construção da paz no Sudão do Sul." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (20): 60-87. https://doi.org/10.22456/2448-3923.152132.

A CONFEDERAÇÃO AFRICANA DE FUTEBOL (CAF) E A COPA AFRICANA DE NAÇÕES (CAN) COMO EXEMPLOS DE UM PAN-AFRICANISMO EFETIVO: UMA BREVE DISCUSSÃO

Guilherme Silva Pires de Freitas[1]
Felipe Antonio Honorato[2]

Introdução

O principal torneio masculino de futebol da África, a Copa Africana de Nações (popularmente conhecida como "CAN"), nasceu no contexto das independências no continente. Disputada pela primeira vez em 1957 por apenas três equipes — Sudão, Egito e Etiópia —, o evento cresceu e, ao longo dos anos, passou a abranger novos países que iam emergindo: o número de nações participantes aumentou para 24 na edição de 1978 e, para a edição de 2026, 52 federações registraram-se para disputar a fase qualificatória.

A CAN, organizada pela Confederação Africana de Futebol (CAF), consolidou-se como um megaevento internacional, oferecendo em 2024 um prêmio recorde de US$ 7 milhões aos vencedores (CAF 2024) e ampliando sua popularidade internacional — a edição contou com uma audiência global de aproximadamente 2 bilhões de pessoas (Gyimah 2024).

1 Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo (EACH-USP). São Paulo, Brasil. E-mail: guilhermespfreitas@alumni.usp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8833-3672.

2 Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo (EACH-USP). São Paulo, Brasil. E-mail: felipe.honorato@alumni.usp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3732-6533.

https://doi.org/10.22456/2448-3923.150089

Este artigo tem como objetivo demonstrar, por meio da análise e síntese da pesquisa existente, que a CAN e a CAF são exemplos de um Pan-Africanismo efetivo nas décadas posteriores à descolonização. Para isso, realiza-se uma visão histórica panorâmica desde o fim do colonialismo europeu na África (décadas de 1950 e 1960) até os dias atuais, mostrando como tanto a CAN quanto a CAF foram utilizadas para o reforço de identidades nacionais e regionais, para a integração regional e para a projeção internacional da África.

O fortalecimento da CAF, que passou de quatro membros fundadores em 1957 para os atuais 54 membros em 2012, e a popularização da CAN (Agostino 2011), contribuíram não apenas para fortalecer o ideal de unidade continental e de autoafirmação diante dos antigos colonizadores, mas também para reduzir diferenças étnicas e antagonismos nacionais (Hayatou 1998). Importantes líderes políticos do período da descolonização africana, como Kwame Nkrumah e Sékou Touré, viam o futebol como um vetor de identidade nacional nas nações recém-independentes e como um elemento capaz de unir todo o continente africano por meio de uma prática comum entre esses Estados na busca por afirmação internacional (Hayatou 1998). Como exemplos, pode-se mencionar o boicote africano à Copa do Mundo de 1966 (Freitas 2022; Darby 2019) e também o apoio maciço do continente à candidatura do brasileiro João Havelange à presidência da FIFA contra o britânico Stanley Rous, em 1974 (Rocha 2019; Darby 2019).

O artigo está dividido em quatro partes: além desta introdução e da conclusão, há a seção dois, que discute "O ideal Pan-Africanista", e a seção três, que aborda "CAF e CAN como exemplos de um Pan-Africanismo efetivo nas décadas após a descolonização".

Por fim, cabe esclarecer que a integração regional é entendida aqui como o processo pelo qual territórios que não eram ou eram apenas pouco conectados entre si passam gradualmente a formar um grupo regional distinto. A CAF representa aquilo que se denomina integração regional formal: os países membros da organização firmam um acordo regional e formam um espaço comum, neste caso, a confederação de futebol. Trata-se de um processo *top-down* determinado pelas administrações nacionais (Richard 2014).

O Ideal Pan-Africanista

O Pan-Africanismo é uma ideologia que possui duas ideias básicas em seu núcleo: "a herança comum dos povos de ascendência africana em todo o mundo e o mandato dos povos africanos de trabalhar pelos interesses e

bem-estar uns dos outros em qualquer lugar" (Khapoya 2015, 210). Ao longo da primeira metade do século XX, a popularização dessa ideologia foi estimulada por uma "experiência histórica duradoura compartilhada por quase todos os africanos" (Khapoya 2015, 194): a continuidade do capitalismo imperialista colonial, que despertou nos povos africanos sob domínio colonial o desejo de recuperar sua autodeterminação. Foi ainda catalisada por cinco fatores específicos: as igrejas missionárias, a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a ideologia do Pan-Africanismo e a Liga das Nações/Organização das Nações Unidas (Khapoya 2015). O objetivo primordial do Pan-Africanismo era a libertação total e a unificação de todos os africanos e pessoas de ascendência africana sob o comunalismo africano (Okhonmina 2009).

O slogan do Pan-Africanismo era "África para os africanos". A origem da frase não é totalmente conhecida, mas quase certamente foi cunhada na América; posteriormente ganhou notoriedade como lema do movimento "*Back to Africa*" de Garvey. No entanto, "África para os africanos" surgiu muito antes disso, não na América, mas na Niassalândia e na África do Sul. A pessoa que primeiro lhe deu significado foi Joseph Booth. Nascido em 1851, Booth emigrou para a Nova Zelândia, onde se tornou um agricultor bem-sucedido, e passou a trabalhar na Niassalândia em 1892 como missionário batista. Tornou-se amigo de John Chilembwe e foi mentor político e benfeitor do primeiro líder nacionalista da Niassalândia; Chilembwe apropriou-se do slogan. Entre 1895 e 1896, Booth escreveu um livro intitulado "*Africa for the African*", no qual defendia tanto a emancipação africana quanto o fim da partilha europeia da África (Legum 1965).

A ideologia Pan-Africanista difundiu-se principalmente nos países de língua inglesa e centralizou seu desenvolvimento e difusão em três nomes: Henry Sylvester-Williams, W.E.B. Du Bois e Marcus Garvey. A partir de uma reunião de africanos e antilhanos convocada por Henry Sylvester-Williams, advogado das Índias Ocidentais (Caribe), em Londres, Inglaterra, para protestar contra o domínio colonial britânico e a discriminação racial sofrida pelos africanos na cidade, o termo "Pan-Africanista" ganhou popularidade por volta de 1900 (Khapoya 2015). Sylvester-Williams morreu pouco depois dessa reunião, e W.E.B. Du Bois assumiu o papel de líder informal do Pan-Africanismo (Khapoya 2015).

Du Bois foi apresentado ao Pan-Africanismo nesse encontro em Londres (Legum 1965). Foi ali que proferiu suas célebres palavras: "O problema do século XX é o problema da linha da cor — a relação entre as raças mais escuras e as mais claras na Ásia e na África, na América e nas ilhas do

mar" (Legum 1965, 26)[3]. Após os processos de independência nas Américas, as populações negras no continente foram relegadas a uma cidadania de segunda classe e sofreram em sociedades extremamente racistas e sob regimes oficiais de segregação, como ocorreu no sul dos Estados Unidos, por exemplo. Para Du Bois, uma das formas mais importantes de as pessoas de ascendência africana se oporem à discriminação racial era o orgulho racial: valorizar e reivindicar suas origens africanas. Isso, além do combate ao colonialismo e da exigência de reconhecimento da contribuição que os soldados africanos deram à vitória das potências da Europa Ocidental contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, revitalizou a luta de W.E.B. Du Bois pelo ideal Pan-Africanista (Khapoya 2015).

Ao lado de William E. Burghardt Du Bois, Marcus Aurelius Garvey foi uma voz dominante no Pan-Africanismo durante o primeiro quarto do século XX. Garvey, jamaicano negro, pregava, por meio de sua Associação Universal para o Progresso Negro (UNIA, na sigla em inglês), o "*Back to Africa*" às massas negras do Novo Mundo, enquanto Du Bois resistia firmemente a essa ideia: ele tinha um duplo objetivo de elevar os padrões de vida dos povos negros ao redor do mundo em associação com um continente africano livre e independente. Em 1920, Garvey fundou seu *Negro Empire* em Nova York e criou uma grande convenção internacional que chamou de primeiro Parlamento Negro; proclamou-se "Presidente Provisório de um Império Racial na África". Além disso, cooperou com a Ku Klux Klan, que compartilhava suas ideias de expatriar todos os afro-americanos (Legum 1965).

Embora controverso, Marcus Garvey foi muito popular e importante para o Pan-Africanismo: Kwame Nkrumah afirmou certa vez que foi mais influenciado pelas ideias de Garvey do que por qualquer outra coisa nos Estados Unidos. Após cumprir uma longa pena de prisão, Garvey morreu quase despercebido em Londres, em 1940 (Legum 1965).

Um dos resultados dessa controvérsia entre Du Bois e Garvey foi um intercâmbio de ideias entre as Índias Ocidentais e os Estados Unidos. Essas ideias foram posteriormente difundidas para a Europa e para a África por meio dos congressos Pan-Africanistas e de estudantes africanos (Legum 1965). Du Bois foi responsável por organizar todos os congressos Pan-Africanistas no início do século XX. Vincent Khapoya (2015, 211) destaca que esses congressos "influenciaram o crescimento do nacionalismo africano de diversas maneiras significativas".

3 Tradução nossa. No original: "*The problem of the twentieth century is the problem of the color line — the relation of the darker to the lighter races of men in Asia and Africa, in America and the islands of the sea*" (Legum 1965, 26).

Foram realizados cinco congressos Pan-Africanistas ao todo. O primeiro ocorreu em Paris, em 1919, e culminou em uma petição às Potências Aliadas para que colocassem as antigas colônias alemãs sob supervisão internacional, a fim de prepará-las para o autogoverno. A Conferência Pan-Africanista também solicitou a oferta de educação, a proibição da "escravidão", do trabalho forçado e dos castigos corporais, e a permissão de alguma forma de participação política (Khapoya 2015). Essa conferência foi um primeiro passo rumo ao estabelecimento de um internacionalismo negro que floresceria nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial (Maloney 2019).

O segundo congresso Pan-Africanista ocorreu em 1921, em três sessões realizadas em Londres, Bruxelas e Paris, capitais de países que eram metrópoles coloniais, com o objetivo de chamar a atenção para a situação de suas possessões na África (Khapoya 2015). A principal demanda política apresentada foi por "autogoverno local para grupos atrasados" (Legum 1965, 29)[4]. O terceiro Congresso foi composto por duas sessões distintas, realizadas em 1923, em Londres e Lisboa. A demanda política mais importante foi que os africanos tivessem "voz em seus próprios governos" (Legum 1965, 29)[5]. O quarto congresso Pan-Africanista, por sua vez, foi realizado em Nova York, em 1927, e foi marcado por uma atitude negativa dos comunistas em relação ao crescimento das ideias Pan-Africanistas: eles tentaram desacreditar tanto o movimento de Garvey quanto o de Du Bois — a UNIA e a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP, do inglês *National Association for the Advancement of Colored People*), respectivamente — e chamaram os Pan-Africanistas de "nacionalismo negro pequeno-burguês" que estaria "bloqueando a disseminação da influência comunista" entre a comunidade negra (Legum 1965, 30)[6]. O último e mais importante congresso Pan-Africanista ocorreu em Manchester, Inglaterra, em 1945 (Maloney 2019).

O 5º Congresso Pan-Africanista

A invasão italiana da Etiópia, em 1934, teve grande significado simbólico: o ataque foi dirigido contra um dos únicos dois Estados independentes no continente africano. A invasão acabou galvanizando protestos pan-africanos na África e em toda a diáspora (Adi 2022). O ano de 1934 tornou-se, assim, um marco divisor que consolidou um novo tipo de Pan-Africanismo, agora mais militante: o período entre 1935 e 1945 introduziu um novo movimento

4 Tradução nossa. No original: "*local self-government for backward groups*" (Legum 1965, 29).

5 Tradução nossa. No original: "*a voice in their own Governments*" (Legum 1965, 29)

6 Tradução nossa. No original: "*petit-bourgeois black Nationalism" e "blocking the dissemination of Communist influence*" (Legum 1965, 30).

de massas não apenas em resposta às ações da Itália, mas também em oposição ao domínio colonial de modo geral, especialmente na África Ocidental e no Caribe (Adi 2022).

Embora essa mudança tenha sido interrompida pelos anos de guerra, ela intensificou as demandas por transformações políticas em toda a África, no Caribe, nos Estados Unidos e na Europa. Essa conjuntura culminou na organização do 5º Congresso Pan-Africanista em Manchester, Inglaterra (Adi 2022).

Durante as décadas de 1930 e 1940, a Grã-Bretanha tornou-se um centro de atividade Pan-Africanista, uma vez que muitos membros da diáspora eram súditos do Império Britânico e, por razões econômicas e políticas, gravitavam em direção ao seu centro (Adi e Neto 2022). Em 1944, por iniciativa do *International African Service Bureau* (IASB) — formado em Londres por George Padmore em 1937 —, representantes de diversas organizações africanas e britânicas reuniram-se em Manchester para formar "um movimento pan-africano de frente única", que ficaria conhecido como Federação Pan-Africana (PAF, do inglês *Pan-African Federation*). Essa foi a base organizacional para o Congresso Pan-Africanista de Manchester no ano seguinte (Adi e Neto 2022).

Nos estágios finais da Segunda Guerra Mundial, ativistas africanos e organizações anticoloniais estavam preocupados em formular políticas para o período pós-guerra que pudessem colocar a África e a diáspora no centro dos assuntos mundiais e fortalecer a luta contra a discriminação racial, pelo desenvolvimento econômico e pelo autogoverno. Em particular, estavam empenhados em garantir que o Artigo III da Carta do Atlântico, que tratava do direito à autodeterminação, se aplicasse a todos os países, incluindo as colônias. À medida que a guerra chegava ao fim, W.E.B. Du Bois começou a investigar a possibilidade de realizar um congresso Pan-Africanista em Londres ou na própria África (Adi e Neto 2022).

Às vésperas do processo de descolonização, o evento reuniu muitos dos principais nomes dos movimentos independentistas na África (Maloney 2019) — entre outros: Kwame Nkrumah, da Costa do Ouro; Jomo Kenyatta, do Quênia; Wallace Johnson, de Serra Leoa; Dr. Raphael Armattoe, do Togo; e o romancista e poeta sul-africano Peter Abrahams. Houve poucos participantes afro-americanos; pela primeira vez tratava-se de um congresso dos jovens líderes da África (Legum 1965).

É amplamente reconhecido que os desdobramentos do 5º Congresso Pan-Africanista deram origem a um novo tipo de Pan-Africanismo anti-imperialista e internacionalista. A ideologia Pan-Africanista do pós-guerra, sur-

gida em Manchester, buscou fundamentar-se nos interesses das massas das colônias e via trabalhadores e camponeses como a principal força na luta anticolonial (Adi e Neto 2022).

Pan-Africanismo como Vetor de Integração Regional

O Pan-Africanismo como vetor de integração regional ganhou impulso na década de 1920. Foi nesse período que começaram as atividades do Congresso da África Ocidental Britânica, levando à formação da Universidade da África Ocidental Britânica, da União da Imprensa da África Ocidental e da Associação Cooperativa da África Ocidental Britânica. Na década de 1940, Kwame Nkrumah e George Padmore, em Londres, e especialmente o senegalês Alioune Diop, deram novo vigor ao impulso integracionista do Pan-Africanismo (Asante e Chanaiwa 2010).

Em 1947 nasceu a *Présence africaine*. Tratava-se de um movimento cultural que revitalizou as ideias tanto do Pan-Africanismo quanto do Primeiro Congresso Pan-Africanista. Intelectuais negros e europeus reuniram-se em torno de Alioune Diop, originando algumas obras de grande influência, como *Nations nègres et cultures*, de Cheikh Anta Diop. Para os militantes da *Présence africaine*, tratava-se de demonstrar que o florescimento da cultura negra era inconcebível em um contexto sem independência política e que os negros deveriam unir-se e demonstrar solidariedade nessa luta. Deveriam, portanto, distinguir-se do "outro" (o colonizador), afirmando-se como negros (Asante e Chanaiwa 2010).

Apesar dos esforços de integração empreendidos ao longo das décadas de 1930 e 1940, não houve resultados concretos nesse sentido até 1957. Isso porque foi somente com a independência política de Gana e sob os auspícios de Nkrumah, primeiro presidente da nação, que o Pan-Africanismo como movimento de integração definiu verdadeiramente seus objetivos e seu *modus operandi* (Asante e Chanaiwa 2010).

A primeira iniciativa de Kwame Nkrumah foi estabelecer a união Gana-Guiné (1958) e a união Gana-Guiné-Mali, primeiro passo rumo à "União dos Estados Africanos". A segunda foi organizar a primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes (CIAS, do inglês *Conference of Independent African States*), realizada em Accra, em abril de 1958. Todos os Estados africanos independentes naquele momento participaram da conferência: Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e Tunísia (Asante e Chanaiwa 2010). A CIAS exigiu a independência completa e a libertação do continente (Mulugeta 2025).

A primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes foi seguida pela primeira Conferência de Todos os Povos Africanos (AAPC, do inglês *All-African Peoples' Conference*), também realizada em Accra, de 8 a 12 de dezembro de 1958 (Asante e Chanaiwa 2010). A AAPC surgiu, em parte, como resposta às reclamações dos movimentos de independência acerca de sua exclusão da Conferência dos Estados Africanos Independentes e foi organizada por Nkrumah, seu assessor George Padmore e Ras Makonnen, figuras-chave do Quinto Congresso Pan-Africanista de 1945. Reuniu ativistas anticoloniais e de direitos civis, sindicalistas, diplomatas da Guerra Fria, estudantes, refugiados e espiões: entre seus participantes notáveis estavam Patrice Lumumba, do Congo Belga; Frantz Fanon, representando a Frente de Libertação Nacional da Argélia; Holden Roberto, de Angola; e o já mencionado Alioune Diop, da revista *Présence Africaine* (Mulugeta 2025).

A AAPC foi um evento marcante na consolidação da capacidade de ação africana no sistema internacional. Inicialmente denominada Sexto Congresso Pan-Africanista, a Conferência de Todos os Povos Africanos teve posteriormente seu nome alterado por esforço de Nkrumah para destacar sua importância como a primeira do gênero realizada no continente. A conferência representou um momento decisivo na evolução do movimento Pan-Africanista, deslocando seu foco de mera resistência à dominação colonial para uma agenda multifacetada centrada no empoderamento africano: Nkrumah e Padmore buscaram atribuir-lhe novos significados, demonstrando sua conexão com o movimento comunista internacional mais amplo, especialmente com a União Soviética e com a Solidariedade Afro-Asiática, traçando um curso distinto daquele do Ocidente (Mulugeta 2025).

Posteriormente, realizou-se a cúpula Guiné-Libéria em Sanniquelli, em julho de 1959; seguida pela segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes, realizada em Monróvia, em agosto de 1959; e pela terceira Conferência dos Estados Africanos Independentes, realizada em Addis Abeba, em 1960 (Asante e Chanaiwa 2010). Essas conferências recomendaram a integração política da África. Proclamaram também a necessidade de estabelecer um vasto mercado comum em escala continental; foi precisamente para reforçar esse aspecto econômico que a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África foi criada em 1958. Para Kwame Nkrumah, a unidade e um mercado comum eram pré-requisitos indispensáveis para o desenvolvimento rápido e completo de cada um dos Estados africanos independentes e do continente como um todo (Asante e Chanaiwa 2010).

Devido à sua conexão com o movimento de unificação política, o projeto de um mercado comum continental enfrentou grande resistência. Para

muitos líderes africanos, o neocolonialismo não era considerado uma ameaça suficientemente significativa para justificar medidas que transferissem parte da soberania a uma autoridade política central. Assim, a conferência de 1960, em Addis Abeba, destacou as divisões existentes entre os Estados africanos quanto aos caminhos para a unidade continental (Asante e Chanaiwa 2010).

Após a independência de muitos países africanos entre 1960 e 1964, a integração regional por meio do Pan-Africanismo tornou-se muito mais difícil e complexa. Os novos líderes políticos da África estavam divididos horizontalmente em dois blocos (um pró-Ocidente e outro pró-socialista), bem como verticalmente em revolucionários, progressistas, reacionários, capitalistas, socialistas, tradicionalistas e moderados (Asante e Chanaiwa 2010).

Em 1961, Gana, Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia e o governo argelino no exílio formaram o Grupo de Casablanca, enquanto outras ex-colônias francesas, juntamente com Nigéria, Etiópia, Libéria e Serra Leoa, formaram o Grupo de Monróvia. De modo geral, o Grupo de Casablanca defendia uma forte união política, enquanto o Grupo de Monróvia favorecia uma confederação "flexível" de Estados africanos soberanos e independentes, que incentivasse a participação voluntária e a cooperação em intercâmbios culturais e interação econômica. Ambos os grupos, entretanto, mantiveram-se fiéis ao seu compromisso histórico com a completa libertação das últimas colônias do continente e com o não-alinhamento (Asante e Chanaiwa 2010).

CAF e CAN como Exemplos de um Pan-Africanismo Efetivo nas Décadas Após a Descolonização

A Confederação Africana de Futebol (CAF)

Para Okhonmina (2009), o Pan-Africanismo transformou-se em uma ideologia mobilizadora: um projeto de desenvolvimento e uma estratégia para alcançar a unidade política na África por meio da cooperação continental. Nesse sentido, a Confederação Africana de Futebol (CAF) pode ser vista como um resultado concreto dessa força mobilizadora de unidade no continente.

A CAF foi fundada em 1957 e apenas quatro países participaram da oficialização da entidade continental: África do Sul[7], Egito, Etiópia e Sudão. Naquele momento, a África vivia o processo de descolonização e, com o passar do tempo, novos países conquistaram sua independência. Uma vez soberano, um dos primeiros passos adotados por muitos líderes políticos era filiar-se à CAF e posteriormente à Federação Internacional de Futebol (FIFA). Uma parte importante dos processos de independência era a obtenção de reconhecimento internacional, e a filiação a uma entidade esportiva internacional fazia parte dessa busca por legitimidade (Rocha 2019).

Dessa forma, cada novo país que conquistava sua independência procurava criar sua própria federação nacional de futebol. Na África, isso foi uma constante. Gana tornou-se independente em 6 de março de 1957; semanas depois, criou uma federação nacional e, no ano seguinte, foi o primeiro país do continente a filiar-se à FIFA (Portela 2018). Situações semelhantes ocorreram com Mali, Senegal e Costa do Marfim, entre outros. Houve casos de federações criadas antes mesmo da proclamação da independência, como Camarões, que se tornou independente em 1960, mas criou sua federação de futebol no ano anterior, e Nigéria, que conquistou sua independência em 1963, mas cuja federação existia desde 1945, quando o país ainda era colônia (Okolie-Osemene e Okoh 2014). Como aponta Boniface (1998), para esses novos Estados, uma seleção nacional de futebol era essencial:

> Os estados independentes foram confrontados com a exigência de adesão à FIFA, como se fosse tão natural e necessária quanto a adesão à ONU; como se a definição de Estado não se limitasse mais aos três elementos tradicionais (um território, uma população, um governo) e um quarto tivesse de ser adicionado: uma seleção nacional de futebol; como se a independência nacional se caracterizasse pela capacidade de defender as suas fronteiras, cunhar a sua própria moeda e competir em torneios internacionais de futebol (Boniface 1998, 17)[8].

7 Devido ao regime segregacionista do Apartheid, em vigor desde 1948, a África do Sul foi excluída da edição inaugural da CAN em 1957 e suspensa da CAF após se recusar a utilizar atletas negros e mestiços em sua equipe principal. A proibição aos sul-africanos durou até 1991, quando o regime racista foi abolido.

8 Tradução nossa. No original: "*États indépendants figurait la demande dádhésion á la FIFA, comme si elle était aussi naturelle et aussi nécessaire que celle à ONU; comme si la définition de l´Etat ne se limitait plus aux trois éléments traditionnels, un territoire, une population, un gouvernement, et quíl faille en ajouter un quatrième: une équipe nationale de football; comme si líndépendance nationale se caractérisait par la possibilité de défendre ses frontières, de battre monnaie et de disputer des épreuves internationales de football*" (Boniface 1998, 17).

A criação de uma nova federação nacional não visava apenas adaptar-se às regras do futebol internacional, mas também constituía um elemento de identidade nacional (Freitas 2022) e uma forma de contribuir para forjar o sentimento de nacionalidade (Boniface 1998).

Segundo Agostino (2011), em alguns países africanos sempre houve uma ligação clara entre o esporte e o Estado; um exemplo é a Costa do Marfim. No início da década de 1960, Germain Coffi Gadeau ocupava simultaneamente o cargo de Ministro do Interior e o de presidente da Federação Marfinense de Futebol (Agostino 2011). Seu sucessor na entidade foi Mathieu Ekra, um líder político e um dos colaboradores mais próximos do presidente Félix Houphouët-Boigny (Kamate e Banégas 2010).

A razão pela qual esses políticos controlavam o futebol marfinense era o fato de que o esporte é visto no país como "um importante vetor de unidade e soberania nacional" e "um campo de confrontação política e identitária, utilizado por representantes do poder e da oposição para consolidar seu regime ou mobilizar suas tropas contra ele" (Kamate e Banégas 2010, 86-87)[9]. De fato, a ligação entre política e futebol na Costa do Marfim "é antiga e quase orgânica, na qual os dirigentes esportivos são, em sua maioria, políticos de alto escalão e próximos do governo" (Kamate e Banégas 2010, 94)[10].

Muitas nações recém-independentes possuem poucos ou nenhum símbolo de identidade nacional. O caso das nações africanas foi ainda mais emblemático devido às consequências da Conferência de Berlim (1884-1885), que teve como objetivo regular a colonização europeia e o comércio na África pelas potências imperialistas. Nessa reunião, muitas fronteiras africanas foram delimitadas exclusivamente com base nos diversos tratados assinados pelas potências estrangeiras; a maioria desses limites territoriais ainda permanece válida mesmo após o fim da colonização (Ferro 2017). Dessa forma, símbolos nacionalistas fortes, como uma seleção nacional de futebol, constituíram uma alternativa encontrada por esses novos Estados para reforçar sua soberania.

Essa estratégia foi utilizada por líderes políticos e figuras influentes na África. A Argélia oferece alguns exemplos disso: os chamados clubes muçulmanos, frequentemente designados como "*club musulman*" ou "*union sportive musulmane*" (Everett 2022), foram criados para se opor à

9 Tradução nossa. No original: "*an important vector of unity and national sovereignty" e "a field of political and identity confrontation, used by representatives of power and the opposition to consolidate their regime or mobilize their troops against it*" (Kamate and Banégas 2010, 86-87).

10 Tradução nossa. No original: "*is old and almost organic, where sports leaders are mostly senior politicians and close to the government*" (Kamate and Banégas 2010, 94).

propaganda colonial francesa da assimilação da Argélia à França (o mito de *l'Algérie française*) (Freitas e Honorato 2025). Esses clubes passaram então a abrigar movimentos nacionalistas argelinos: líderes nacionalistas buscaram o apoio dessas equipes com o objetivo de fortalecer o impulso nacionalista pela independência. Além disso, em 1957, a Frente de Libertação Nacional (FLN) decidiu estabelecer a seleção nacional da FLN (*Équipe FLN*). A equipe da FLN utilizava a bandeira branca e verde, o uniforme e o *Kassaman* no exterior, difundindo entre os aliados da luta pela independência argelina símbolos proibidos da Argélia e, ao fazê-lo, negando a ideia de que a Argélia fosse parte da França (Freitas e Honorato 2025).

De acordo com Li (2023, 45)[11], "o Pan-Africanismo fomentou um ambiente futebolístico distinto na África, caracterizado por fortes conexões entre as seleções nacionais"; Kwame Nkrumah, primeiro presidente de Gana e principal figura por trás dos esforços de integração pan-africana, "procurou cultivar uma 'irmandade' entre os países da África Ocidental por meio do esporte" (Li 2023, 45)[12].

Entusiasta do futebol, Nkrumah acreditava que o esporte possuía características essenciais para auxiliar na integração das nações africanas, promovendo fraternidade e unidade entre seus membros (Acheampong e Raspaud 2021). Em um discurso em 1960, ele afirmou:

> O esporte não apenas pode contribuir para o desenvolvimento da unidade e da compreensão entre as regiões de Gana, como também tem outro papel ainda mais importante a desempenhar na África contemporânea. Por meio da competição internacional com outros Estados africanos, o esporte pode fornecer aquela base necessária de entendimento mútuo que pode auxiliar enormemente na realização de nosso ideal de unidade africana (Darby 2019, 9)[13].

Entre suas muitas ações integracionistas em apoio ao futebol estão a criação da Federação de Futebol da África Ocidental (Freitas 2022), o incentivo à *Dr. Kwame Nkrumah Gold Cup*, um evento que reuniu seleções nacionais

11 Tradução nossa. No original: "*Pan-Africanism has fostered a distinct footballing environment in Africa, characterized by strong connections between national teams*" (Li 2023, 45).

12 Tradução nossa. No original: "*has sought to cultivate a 'brotherhood' across West African countries through sport*" (Li 2023, 45).

13 Tradução nossa. No original: "*Not only can sports contribute towards the development of unity and understanding between the regions of Ghana, they have another even more important role to play in present day Africa. Through international competition with other African states, sports can provide that necessary basis of mutual understanding which can so greatly assist the realisation of our ideal of African unity*" (Darby 2019, 9).

de Estados já independentes entre 1959 e 1967 (Darby 2019), e a criação de competições continentais de clubes destinadas a conferir ao continente maior respeito e reconhecimento universal (Portela 2018).

Nkrumah também foi um dos protagonistas no famoso caso do boicote das seleções africanas à Copa do Mundo de 1966. Na época, as equipes africanas precisavam disputar um playoff contra seleções da Ásia e da Oceania para alcançar a fase final da Copa do Mundo, e os dirigentes da Confederação Africana de Futebol argumentavam que o continente deveria ter ao menos uma vaga direta de classificação. No entanto, a FIFA recusou-se a atender a essa reivindicação, e as seleções africanas abandonaram o torneio classificatório em um ato coletivo e simbólico endossado pela CAF (Darby 2019).

Os países africanos consideraram injusto ter de disputar uma repescagem global contra nações da Ásia e da Oceania, classificando a posição da FIFA como "decisões [que] se assemelham a métodos de intimidação e repressão" (Darby 2019, 12)[14]. Mesmo após receberem uma multa de mil francos suíços imposta por sua rebelião, os países africanos não recuaram diante da postura autoritária da FIFA e mantiveram seu protesto.

O fato de a CAF ter apoiado plenamente o boicote e utilizado o futebol como arena política contra a estrutura herdada do colonialismo pode ser interpretado como um ato de integracionismo pan-africanista na esfera esportiva, buscando solidariedade e emancipação dos Estados africanos por meio do principal campeonato internacional de futebol.

Na Copa do Mundo seguinte, em 1970, África e Ásia passaram a ter classificação direta para o torneio. É importante notar que a Federação Internacional de Futebol (FIFA) foi fundada pelo advogado francês, ativista esportivo e democrata-cristão Jules Rimet, e "esteve à frente da missão de 'civilizar' o mundo por meio do esporte". No empreendimento colonial francês, o futebol foi utilizado para ligar as ideologias francesas de universalismo às expectativas imperialistas de coesão social e mobilidade por meio da assimilação cultural (Everett 2022).

A eleição de João Havelange para a presidência da FIFA em 1974 também pode ser vista como um ato de unidade pan-africana e de integracionismo dentro da CAF. A FIFA aumentou seu número de países membros de 54 em 1950 para 143 em 1974 com o surgimento de novos Estados após a Segunda Guerra Mundial (Rocha 2019). Muitos desses novos membros eram nações africanas recentemente independentes, e a CAF viu nessa situação uma oportunidade para maior protagonismo no mundo do futebol.

14 Tradução nossa. No original: "*decisions [that] resemble methods of intimidation and repression*" (Darby 2019, 12).

A vitória de Havelange sobre o britânico Stanley Rous, que chefiava a organização desde 1961, não teria sido possível se os países afiliados à CAF não tivessem votado massivamente nele, buscando maior espaço dentro da FIFA. Havelange era presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e até hoje continua sendo o único sul-americano a ocupar a presidência da FIFA — o que confere não apenas um sentido de unidade africana, mas também uma ideia de "unidade do Terceiro Mundo".

Essa unidade continental por meio do futebol continuou a fortalecer a CAF. Em 1977, a Tunísia teve a honra de sediar a primeira edição da Copa do Mundo Sub-20. Posteriormente, em 2010, a África do Sul tornou-se a primeira nação africana a sediar a Copa do Mundo, que retornará novamente ao continente em 2030, quando Marrocos organizará conjuntamente o evento com Espanha, Portugal, Argentina, Uruguai e Paraguai. Além disso, a África passou a ter direito a nove vagas diretas, além de uma vaga na repescagem, para a Copa do Mundo de 2026, que será realizada nos Estados Unidos, Canadá e México.

Ao longo das décadas, a CAF ganhou destaque internacional e espaço no cenário político do futebol. Após Joseph Blatter renunciar à presidência da FIFA devido a acusações de corrupção, em 2015, o camaronês Issa Hayatou assumiu interinamente a presidência da organização até a eleição do atual presidente Gianni Infantino em 2016. Hayatou foi presidente da CAF por 29 anos — de 1988 a 2017. Entre 2016 e 2023, a senegalesa Fatma Samoura ocupou o cargo de secretária-geral da FIFA, sendo a primeira mulher e representante da África a ocupar essa posição. Além disso, é importante destacar que a CAF possui atualmente sete membros no Conselho da FIFA, número inferior apenas à quantidade de representantes do futebol europeu.

A Copa das Nações Africanas (CAN)

A Copa das Nações Africanas, popularmente conhecida como CAN, tornou-se um dos mais importantes vetores do Pan-Africanismo. Repercussões do integracionismo pan-africano, por exemplo, podem ser observadas na escolha das sedes da CAN pela CAF.

Até 2026, 35 edições da CAN foram disputadas e 20 países diferentes sediaram o campeonato pelo menos uma vez. Em alguns casos, a CAF optou por realizar o torneio em mais de um país. A primeira vez que isso ocorreu foi em 2000, quando Gana e Nigéria sediaram conjuntamente o torneio depois que o Zimbábue, anfitrião esperado, retirou-se. Vale mencionar que

ambos os países não fazem fronteira entre si, mas naquele momento eram os únicos capazes de receber o evento. A experiência foi repetida em 2012, quando os vizinhos Guiné Equatorial e Gabão sediaram a competição.

Em 2027, a CAN será disputada em três países pela primeira vez: Quênia, Tanzânia e Uganda. Esses Estados vizinhos estão localizados na África Oriental e possuem uma história que oscila entre harmonia e forte rivalidade entre si. Os três foram países fundadores da Comunidade da África Oriental (EAC, na sigla em inglês) e assinaram muitos acordos de cooperação mútua ao longo de sua história (East African Community s.d.). A entidade foi criada após a assinatura do Tratado da Comunidade da África Oriental, em 1967, que visava à harmonização das políticas econômicas e à constituição de instituições comuns e de um mercado comum (Kasaija 2009). A comunidade enfrentou momentos de turbulência na década de 1970 principalmente devido tanto a diferenças ideológicas quanto a divergências econômicas relacionadas ao mercado comum entre os Estados membros (Eken 1979). Em 1977, a EAC entrou em colapso e foi dissolvida.

Durante esse período turbulento, também houve alguns episódios de conflitos políticos e militares na região. Entre 1978 e 1979, Uganda e Tanzânia travaram uma guerra que culminou na queda do então presidente ugandense Idi Amin (Cheeseman et al. 2018). De fato, Amin também é considerado um dos responsáveis pelo colapso da EAC devido à sua política econômica nacionalista (Kasaija 2009). Uganda também teve disputas territoriais com o Quênia, tendo as relações diplomáticas entre os países sido rompidas no final da década de 1980 devido a conflitos nas regiões norte e leste de Uganda (Cheeseman et al. 2018).

Após anos de tensão regional, a situação começou a se normalizar no final da década de 1980, com a assinatura do Tratado para o Estabelecimento da Comunidade da África Oriental em 2000 (Kasaija 2009) e o restabelecimento das relações entre os países.

O futebol acabou sendo utilizado para melhorar essas relações, pois as três nações deixaram de lado seu passado cheio de rivalidades e sua candidatura conjunta para sediar a CAN de 2027 foi aceita pela CAF. Elas estão trabalhando para sediar o evento com sucesso, o que exige alguns compromissos compartilhados, como a renovação de estádios e a oferta de uma boa rede hoteleira.

Além dessas questões de infraestrutura, outro ponto que tem ajudado a aproximar os países é o turismo. O turismo é uma das principais forças econômicas da região da África Oriental, especialmente o turismo que explora a natureza exuberante da região (Kibara et al. 2012). A realização de eventos

esportivos tem servido como uma alternativa para impulsionar a chegada de visitantes estrangeiros, uma vez que, nos dias em que não ocorrem partidas de futebol, esses indivíduos tendem a visitar pontos turísticos (Nyikana e Tichaawa 2020); o chamado "turismo esportivo" é uma estratégia que tem sido adotada por países emergentes para diversificar suas economias (Nyikana e Tichaawa 2018).

A organização conjunta da CAN por Quênia, Tanzânia e Uganda pode ser concebida no âmbito da diplomacia esportiva, isto é, pode ser vista como o uso estratégico de eventos esportivos para fomentar cooperação, entendimento mútuo e relações positivas entre Estados (Bettine 2023). Na literatura, a diplomacia esportiva é compreendida como o uso do esporte por atores estatais e não estatais para estabelecer relações internacionais, melhorar a imagem nacional e construir redes de cooperação transfronteiriça, como parte de estratégias mais amplas de diplomacia pública (Bettine 2023; Ilevbare e McPherson 2025; Postlethwaite et al. 2023). Essa perspectiva diplomática considera que megaeventos esportivos podem criar oportunidades para engajamento político e solidariedade simbólica que se estendem para além da esfera esportiva, contribuindo para a integração regional e para uma identidade compartilhada. Nesse sentido, a organização conjunta da CAN por três países vizinhos da África Oriental, que compartilham uma história de relações turbulentas, não é apenas cooperação interestatal, mas também uma plataforma para promover a unidade regional e projetar uma presença coletiva em questões continentais (Postlethwaite et al. 2023). Assim, materializa-se, por meio do esporte, uma aspiração continental por unidade, identidade compartilhada e colaboração institucional em termos africanos, constituindo uma manifestação prática e contemporânea dos ideais pan-africanistas.

Essa ideia está em consonância com o pensamento de um dos principais dirigentes esportivos africanos: o etíope Yidnekatchew Tessema, ex-presidente da CAF entre 1972 e 1987. Durante a CAN de 1974, ele proferiu um discurso contundente defendendo o uso do futebol para a unidade continental:

> Estou fazendo um apelo à nossa assembleia geral para que ela afirme que a África é uma e indivisível, que trabalhemos juntos pela unidade da África... Que condenemos a superstição, o tribalismo, todas as formas de discriminação dentro do nosso futebol e em todos os domínios da vida. Não aceitamos a divisão da África em francófona, anglófona e arabófona. Árabes do norte da África e zulus da África do Sul, todos nós somos africanos autênticos. Aqueles que tentam nos dividir por meio do futebol não são nossos amigos (Ross 2013, n.p.)[15].

O discurso de Tessema ilustra como o futebol também foi concebido por líderes africanos como um espaço político para a construção da unidade continental. Ao rejeitar divisões coloniais e afirmar que "todos nós somos africanos autênticos", Tessema mobiliza o pensamento pan-africanista, que defende a solidariedade e a indivisibilidade do continente. Por meio da concepção de Anderson (2008), "todos nós somos africanos autênticos" pode ser entendido como uma expressão de uma "comunidade imaginada", na qual os membros dessa coletividade, embora dispersos por múltiplos Estados, passam a se perceber como pertencentes a uma identidade comum por meio de narrativas, símbolos e rituais compartilhados. Nesse contexto, a CAN e a CAF funcionam como arenas institucionais que materializam simbolicamente essa comunidade, transformando o futebol em um meio de produzir pertencimento continental.

CAN como um Espaço para Contestar Práticas Neocoloniais e Exercer o Orgulho Africano

Como um espaço para o fortalecimento do ideal pan-africanista, a CAN também tem sido utilizada para expor dinâmicas neocoloniais que existem no mundo do futebol. Popularizado por Kwame Nkrumah (2023), o conceito de neocolonialismo refere-se à condição na qual Estados formalmente independentes permanecem sujeitos a formas indiretas de dominação externa, especialmente em questões econômicas, políticas e culturais, mas também em outras esferas, como é o caso do esporte. O neocolonialismo opera por meio de mecanismos estruturais de dependência, como fluxos financeiros, desenvolvimento tecnológico e aparatos militares que restrin-

15 Tradução nossa. No original: "*I'm issuing a call to our general assembly that it affirm that Africa is one and indivisible, that we work towards the unity of Africa together... That we condemn superstition, tribalism, all forms of discrimination within our football and in all domains of life. We do not accept the division of Africa into Francophone, Anglophone, and Arabophone. Arabs from north Africa and Zulus from South Africa, we are all authentic Africans. Those who try to divide us by way of football are not our friends*" (Ross 2013, n.p.).

gem a autonomia de países periféricos, principalmente aqueles localizados no Sul Global.

Os efeitos do neocolonialismo no esporte são sentidos no futebol africano, que ocupa uma posição periférica no sistema global do futebol (Giulianotti 2010). Um dos melhores exemplos é o número crescente de atletas africanos que vão para clubes europeus (alguns deles ainda em idade muito jovem).

Na CAN de 2004, realizada na Tunísia, 67% dos jogadores que competiram no torneio atuavam em um clube europeu. Considerando o número de diferentes africanos que participaram de uma edição da CAN entre 2004 e 2017 e que, no momento do torneio, jogavam em uma das ligas europeias mais prestigiadas[16], o número chega a 488 atletas (Pérez 2018). Nesse contexto, a CAN torna-se um espaço de tensão recorrente, no qual jogadores africanos, seleções nacionais e confederações enfrentam pressões estruturais do neocolonialismo.

Depois que a África do Sul perdeu a disputa para sediar a Copa do Mundo de 2006 para a Alemanha, Roger Milla, histórico jogador da seleção camaronesa, afirmou que "a África produz alguns dos melhores jogadores para o mundo e não recebe nada em troca. O mundo ainda nos vê como escravos. Vivemos uma segunda escravidão" (Agostino 2011, 201). Durante séculos, as potências europeias exploraram o continente africano por meio da colonização. Como aponta Ferro (2017), em sua primeira fase, o colonialismo visava explorar recursos nos territórios ocupados e utilizava trabalho escravizado para isso. Na segunda fase (a era imperialista), o objetivo de ganho econômico continuou a ser perseguido; no entanto, uma nova estratégia foi colocada em prática: a ideia de superioridade civilizacional (Ferro 2017). A "missão civilizadora" imposta pelos europeus a africanos e asiáticos procurava demonstrar aos povos não brancos e não ocidentais que a Europa era culturalmente superior e deveria "educá-los".

Embora a ideia de uma "superioridade civilizacional" ainda esteja viva na forma do mito da superioridade do futebol europeu, a CAN tem servido como um espaço para contestar essas práticas neocoloniais e para o exercício do orgulho africano por parte de atletas do continente. Durante uma coletiva de imprensa em 2021, o atacante marfinense Sébastien Haller foi questionado por um jornalista se ele preferiria permanecer jogando pelo Ajax, seu clube, em vez de atender a uma convocação da Costa do Marfim

16 Bundesliga (Alemanha), La Liga (Espanha), Ligue 1 (França), Premier League (Inglaterra), Serie A (Itália) e Primeira Liga (Portugal).

para disputar a CAN[17]. Sua resposta ao repórter foi a seguinte: "Essa pergunta mostra o desrespeito pela África. Essa pergunta seria feita a um jogador europeu antes da Eurocopa? Claro que eu vou para a Copa das Nações Africanas" (Gallagher 2021, n.p.)[18].

Essa ideia de colocar o futebol europeu acima de todos os outros não é nova. Um exemplo disso é o prêmio *Ballon d'Or,* uma honraria criada pela revista France Football e que durante 39 anos foi concedida apenas a atletas europeus ou naturalizados. O prêmio foi aberto a jogadores de todo o mundo em 1995; no entanto, jogadores africanos já possuíam uma "alternativa" ao *Ballon d'Or* desde a década de 1970, que premiava apenas atletas africanos e teve o malinês Salif Keita como o primeiro vencedor (Stein 2023).

Outro campo no qual os efeitos do neocolonialismo no futebol africano podem ser observados é na posição de treinador principal das seleções nacionais. Os treinadores das equipes africanas em Copas do Mundo e em CANs entre as décadas de 1990 e 2010 eram, em sua maioria, europeus, com exceção dos países do Magrebe, que normalmente empregavam treinadores nativos[19]. No entanto, com a maior globalização do futebol e, consequentemente, com muitos atletas africanos migrando para carreiras de treinador após terem jogado futebol na Europa, o número de europeus como treinadores principais de equipes africanas tem diminuído.

As críticas dos africanos à contratação de treinadores estrangeiros, em sua maioria brancos e europeus, são antigas. O ex-treinador da seleção nacional da Nigéria, Stephen Keshi, esteve à frente da equipe entre 2011 e 2015. Pouco antes do início da CAN de 2013, realizada na África do Sul, Keshi concedeu uma entrevista à BBC e criticou o fato de as federações nacionais africanas preferirem treinadores brancos em vez de técnicos locais (BBC Sports 2013). Segundo Keshi, "os caras brancos vêm para a África apenas pelo dinheiro. Eles não estão fazendo nada que nós não possamos fazer. Eu

17 A CAN costuma ser realizada durante a temporada de futebol europeia, entre janeiro e fevereiro.

18 Tradução nossa. No original: "*This question shows the disrespect for Africa. Would this question ever get asked to a European player ahead of the Euros? Of course I am going to the Africa Cup of Nations*" (Gallagher 2021, n.p.).

19 Entre 1990 e 2019, foram realizadas 16 edições da CAN. Em sete delas, o técnico da equipe vencedora era europeu e, nas outras nove, os técnicos eram africanos. Durante esse período, as equipes do Magrebe conquistaram sete edições: Egito quatro, Argélia duas e Tunísia uma. Dentre elas, apenas a Tunísia teve um técnico estrangeiro. Na CAN de 2024, 10 das 24 equipes tiveram técnicos europeus (Menai e Stevens 2024).

não sou racista, mas é assim que as coisas são" (BBC Sports 2013, n.p.)[20]. O treinador nigeriano também criticou a pressão imposta aos treinadores africanos, considerando a paciência concedida a profissionais estrangeiros:

> Treinadores africanos — quando [as federações] os contratam, [as federações] querem que eles ganhem a Copa do Mundo, a Copa das Nações Africanas e todos os jogos. Enquanto isso, se você dá o mesmo trabalho a um branco, dizem que ele precisa de um ano para se adaptar, conhecer o país e os jogadores — dizem a ele 'não se preocupe, cuide da sua equipe'. Isso é antiprofissional e é uma das coisas que está matando o futebol africano (BBC Sports 2013, n.p.)[21].

É muito simbólico lembrar que a edição de 2013 da CAN foi vencida pela Nigéria de Keshi, que derrotou na final a equipe de Burkina Faso, treinada pelo belga Paul Put.

Essa prática de reservar a posição de treinador da seleção nacional para um estrangeiro, a grande maioria deles branca e europeia, pode ser vista como uma extensão do ideal civilizacional colonial, no qual o homem branco traria progresso às terras ocupadas e teria a missão de civilizar os povos negros (Ferro 2017). Portanto, a CAN pode ser interpretada como um espaço de afirmação pós-colonial na África, no qual o futebol opera como um instrumento de identidade continental, solidariedade regional e projeção simbólica de autonomia institucional (Darby 2019; Giulianotti 2010). O campeonato desafia hierarquias históricas do sistema global do futebol, marcadas pelo eurocentrismo.

Conclusão

O pensamento pan-africanista e a integração do continente africano refletem-se na Copa Africana de Nações e na Confederação Africana de Futebol por meio da própria criação da organização e do torneio: a CAN é uma competição que envolve todo o futebol africano, e a CAF é uma entidade

20 Tradução nossa. No original: "*The white guys are coming to Africa just for the money. They are not doing anything that we cannot do. I am not racist but that's just the way it is*" (BBC Sports 2013, n.p.).

21 Tradução nossa. No original: "*African coaches - when [federations] employ them, [the federations] want them to win the World Cup, the Africa Cup of Nations and every game. Meanwhile, if you give a white person the same job, you tell the white person they need a year to adapt, to know the country and the players - they are told 'don't worry, take your team'. That is unprofessional and is one thing that is killing African football*" (BBC Sports 2013, n.p.).

internacional forte que, ao longo das décadas, soube administrar as diferenças entre seus membros e criar uma união continental por meio do esporte. Ambas foram importantes não apenas para o desenvolvimento do futebol africano, mas também para a integração regional e para o fortalecimento de uma identidade regional por meio do esporte.

A postura firme dos países africanos contra o eurocentrismo da FIFA, que levou a um boicote devido à falta de vagas para equipes do continente na Copa do Mundo de 1966 e garantiu uma vaga fixa para os africanos na Copa do Mundo seguinte, foi uma demonstração inicial da força da unidade africana. Com essa atitude por parte dos africanos, o futebol internacional passou a enxergar o continente de maneira diferente, chegando inclusive a buscar tirar proveito da situação, como fez João Havelange em sua campanha para a presidência da FIFA. A unidade regional também esteve presente em outros momentos, como na posição do ex-presidente da CAF Yidnekatchew Tessema, que convocou o pan-africanismo na CAN de 1974, e na união entre Quênia, Tanzânia e Uganda, países que possuem uma longa história de parcerias e momentos de tensão, para a campanha conjunta de sediar a CAN de 2027.

De forma indireta, a CAN e a CAF também têm servido como espaços em que africanos desafiam o neocolonialismo no futebol: a contestação da participação de grandes jogadores africanos no torneio por parte de seus clubes europeus e a insistência de dirigentes africanos em ter europeus como treinadores principais de suas seleções nacionais geram protestos e reflexões frutíferas tanto nas sociedades europeias quanto nas africanas. Isso também pode ser indicado como formas pelas quais a presença do pensamento pan-africanista e o ideal de integração do continente africano se refletem na Copa Africana de Nações e na Confederação Africana de Futebol.

REFERÊNCIAS

Acheampong, Ernest Y., e Michel Raspaud. 2021. "Kwame Nkrumah's Overthrow and Its Effect on National Team Players (1957–1980)." *African Historical Review* 52 (1): 1-27. https://doi.org/10.1080/17532523.2022.2047282.

Adi, Hakim. 2022. Pan-africanismo: uma história. Edufba.

Adi, Hakim, e Mario S. Neto. 2022. "Pan-Africanism and Internationalism in 1945: 'Labour cannot emancipate itself in the white skin where in the black it is branded'." *Revista Direito e Práxis* 13 (2): 830–860. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49493i

Agostino, Gilberto. 2011. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Mauad X.

Anderson, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.

Asante, S. K. B., e David Chanaiwa. 2010. "O Pan-africanismo e a Integração Regional." In *História geral da África, VIII: África desde 1935*, organizado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO.

BBC Sports. 2013. "Keshi raises concerns over white coaches in Africa." *BBC Sports,* 04 de Janeiro. https://www.bbc.com/sport/football/20899458.

Bettine, Marco. 2023. *3'S dos Megaeventos esportivos - soft power, sportswashing and sports diplomacy: as Copas do Mundo e os países periféricos*. Annablume.

Boniface, Pascal. 1998. *Géopolitique du football*. Editions Complexe.

CAF. 2024. "CAF Increases AFCON Prize Money by 40%." *CAF*, 04 de Janeiro. https://www.cafonline.com/caf-africa-cup-of-nations/news/caf-increases-afcon-prize-money-by-40/.

Cheeseman, Nick, Michaela Collord, e Filip Reyntjens. 2018. "War and democracy: The legacy of conflict in East Africa." *The Journal of Modern African Studies* 56 (1): 31-61. https://doi.org/10.1017/S0022278X17000623.

Darby, Paul. 2019. "Politics, resistance and patronage: the African boycott of the 1966 World Cup and its ramifications." *Soccer and Society* 20 (7-8): 936-947. https://doi.org/10.1080/14660970.2019.1680494.

East African Community. s.d. "History of the EAC." *East African Community*. https://www.eac.int/eac-history.

Eken, Sena. 1979. "Breakup of the East African Community." *Finance & Development* https://www.elibrary.imf.org/downloadpdf/journals/022/0016/004/article-A010-en.pdf.

Everett, Sami. 2022. "The beautiful game between Algeria and France." *Middle East Report Online,* 25 de Outubro. https://merip.org/2022/10/the-beautiful-game-between-algeria-and-france/.

Ferro, Marc. 2017. *A colonização explicada a todos*. Editora UNESP.

Freitas, Guilherme S. P. de. 2022. "A relação entre a Copa do Mundo de futebol FIFA 2022 e o projeto 'ano do retorno' em Gana." *Revista África(s)* 9 (18): 106-122. https://www.revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/17831.

Freitas, Guilherme S. P. de, e Felipe A. Honorato. 2025. "The Role of Football in the Algerian Independence: A Revolutionary Case of FLN Football Team." In *Arab and Middle Eastern Sport: Critical Muslim Perspectives,* organizado por Adam E.Ali e Umer Hussain. Emerald Publishing Limited. https://doi.org/10.1108/S1476-285420250000027003.

Gallagher, Danny. 2021. "'Of course I will go... I hate choosing between club and country': Furious Sebastien Haller slams the 'disrespect' shown to the Africa Cup of Nations after being asked if he will pick the Ivory Coast over Ajax in January." *Daily Mail,* 29 de Dezembro. https://www.daily-

mail.co.uk/sport/football/article-10353549/Sebastien-Haller-slams-disrespect-AFCON-Ajax-question.html.

Giulianotti, Richard. 2010. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. Nova Alexandria.

Gyimah, Edmund O. 2024. "Close to 2 billion people watched AFCON 2023-Motsepe." *The New Times,* 10 de Fevereiro. https://www.newtimes.co.rw/article/14413/sports/afcon-2023/close-to-2-billion-people-watched-afcon-2023-motsepe.

Hayatou, Isaa. 1998. "L'importance du football dans les pays africains." In *Géopolitique du Football,* organizado por Pascal Boniface. Editions Complexe.

Ilevbare, Solomon, e Gayle McPherson. 2025. "Isomorphism in sport diplomacy: examining the nexus between international law, sportswashing and the contested role of mega events owners." *International Journal of Sport Policy and Politics* 17 (3): 553-568. https://doi.org/10.1080/19406940.2025.2457755.

Kamate, Abdramane, e Richard Banégas. 2010. "Football, clivages identitaires et conflit politique en Côte d'Ivoire." *Politique africaine* 118 (2): 85-102. https://shs.cairn.info/revue-politique-africaine-2010-2-page-85?lang=fr.

Khapoya, Vincent B. 2015. *A experiência africana*. Vozes.

Kibara, Obadiah N., Nicholas M. Odhiambo, e Josephine M. Njuguna. 2012. "Tourism And Economic Growth In Kenya: An Empirical Investigation." *International Business & Economics Research Journal* 11 (5): 517-528. https://doi.org/10.19030/iber.v11i5.6970.

Legum, Colin. 1965. Pan-Africanism: a short political guide. Frederick A. Praeger.

Li, Tianyue. 2023. "Miracle or Debacle? Anti-Colonialism, Nationalism, and Pan-Africanism in Reports of the Friendly Football Match between Kenya and Ghana in 1965." *Journal of Social Science Humanities and Literature* 6 (6): 41-50. https://doi.org/10.53469/jsshl.2023.06(06).08.

Maloney, Wendy. 2019. "African-American History Month: First Pan-African Congress." *Library of Congress Blog,* 19 de Fevereiro. https://blogs.loc.gov/loc/2019/02/african-american-history-month-first-pan-african-congress/.

Menai, Sara, e Rob Stevens. 2024. "Afcon 2023: Ivory Coast triumph 'revenge' for Emerse Fae after early retirement." *BBC Sports Africa*, 14 de Fevereiro. https://www.bbc.com/sport/africa/68289633.

Mulugeta, Daniel. 2025. "Continental Pan-Africanism: The First All-African People's Conference and the Struggle for Africa's Independence." *Critical African Studies* 17 (2): 223–40. https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21681392.2024.2443407

Nkrumah, Kwame. 2023. *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. Marxists Internet Archive. Edição ePub. https://www.marxists.org.

Nyikana, Siyabulela, e Tembi M. Tichaawa. 2020. "Revisiting sport and tourism interrelationships: the case of Cameroon." *GeoJournal of Tourism and Geosites* 29 (2): 756–771. https://doi.org/10.30892/gtg.29229-504.

Nyikana, Siyabulela, e Tembi M. Tichaawa. 2018. "Sport Tourism as a Local Economic Development Enhancer for Emerging Destinations." *Euro Economica* 1 (37): 70-83. https://www.researchgate.net/publication/327308092_Sport_Tourism_as_a_Local_Economic_Development_Enhancer_for_Emerging_Destinations.

Okhonmina, Stephen. 2009. "The African Union: pan-africanist aspirations and the challenge of African unity." *The Journal of Pan African Studies* 3 (4): 85-100. https://www.jpanafrican.org/docs/vol3no4/3.4AfricanUnion.pdf .

Okolie-Osemene, James, e Rosemary I. Okoh. 2014. "The Role of Nigeria Football Federation in the Denouement of Premier League Seasonal Disputes: Issues and Prospects." *Recreation and Society in Africa, Asia and Latin America* 5 (1): 1-14. https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/rasaala/article/view/3150.

Kasaija, Philip. 2009. "The State of Constitutionalism in East Africa: The Role of the East African Community – 2007." In *Constitutionalism in East Africa Progress, Challenges and Prospects in 2007,* organizado por Wanza Kioko e Kituo cha Katiba.

Pérez, Levi. 2018. *The Impact of the Africa Cup of Nations on European Professional Football*. UEFA Research Grant Programme 2017/18. N.p.: UEFA Academy.

Portela, Jonathan D. 2018. "Os Black Stars chegam ao mercado: o jogador ganês na geopolítica das relações internacionais entre Inglaterra e Gana no pós colonialismo (1996-2014)." Diss. de mestrado, Universidade Federal de São Paulo. https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/52171.

Postlethwaite, Verity, Claire Jenkin, e Emma Sherry. 2023. "Sport diplomacy: an integrative review." *Sport Management Review* 26 (3): 361-382. https://doi.org/10.1080/14413523.2022.2071054.

Richard, Yann. 2014. "Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas." *Confins* 20. http://journals.openedition.org/confins/8939.

Rocha, Luiz G. B. S. P. 2019. "A dança das cadeiras: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974)." Diss. de doutorado, Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28022020-175445/pt-br.php.

Ross, Elliot. 2013. "Africa Cup of Nations: A brief history." *The Guardian*, 17 de Janeiro. https://www.theguardian.com/football/2013/jan/17/african-cup-nations-history.

Stein, Leandro. 2023. "Salif Keita inaugurou uma história de craques e fincou a bandeira de Mali na Europa." *Trivela*, 06 de Setembro. https://trivela.com.br/africa/salif-keita-obituario/.

RESUMO

O pan-africanismo é uma ideologia que tem duas ideias básicas em seu cerne: "a herança comum dos povos de ascendência africana em todo o mundo e o mandato dos povos africanos de trabalhar pelos interesses e bem-estar uns dos outros em todos os lugares". Ao longo dos anos, o pan-africanismo transformou-se em uma ideologia mobilizadora: um projeto de desenvolvimento e uma estratégia para alcançar a unidade política na África por meio da cooperação continental. Este artigo discute, por meio de uma análise e síntese da pesquisa existente, como a Confederação Africana de Futebol (CAF) e a Copa Africana de Nações (CAN) são exemplos de um pan-africanismo efetivo nas décadas seguintes à descolonização. Para isso, é feita uma revisão histórica do lapso de tempo entre o fim do colonialismo europeu e a disseminação do pan-africanismo na África até os dias atuais, mostrando como tanto a CAN quanto a CAF foram usadas para o reforço de identidades nacionais e regionais, para a integração regional e a projeção internacional de África. A CAF foi fundada em 1957 por apenas quatro países. Ela conquistou importante independência política ao longo das décadas e hoje é uma das organizações mais influentes e ricas de África. Principal torneio de futebol masculino do continente, a Copa Africana de Nações, popularmente conhecida como CAN, também nasceu na esteira dos processos de independência africanos. Disputado pela primeira vez em 1957 por apenas três equipes — Sudão, Egito e Etiópia —, o evento cresceu e, ao longo dos anos, passou a abranger novas nações africanas que emergiram da luta pela emancipação, ajudando a semear o ideal do pan-africanismo. O futebol rapidamente se mostrou uma importante ferramenta diplomática, política e de integração para os líderes da África independente. Isso pode ser visto, por exemplo, no apoio dado pelas confederações africanas à candidatura do brasileiro João Havelange à presidência da FIFA.

PALAVRAS-CHAVE

Copa Africana de Nações. Confederação Africana de Futebol. Futebol. Pan-africanismo. Integração regional.

Recebido em 8 de setembro de 2025
Aceito em 24 de fevereiro de 2026[22]

Traduzido por Vinicius Zanchin Baldissera

22 Como citar: Freitas, Guilherme Silva Pires de, e Felipe Antonio Honorato. 2025. "A Confederação Africana de Futebol (CAF) e a Copa Africana de Nações (CAN) como exemplos de um Pan-Africanismo efetivo: uma breve discussão." *Revista Brasileira de Estudos Africanos,* 10 (20): 88-112. https://doi.org/10.22456/2448-3923.150089.

O PANSOMALISMO NA CONSTRUÇÃO E NA CRISE DO ESTADO SOMALI: INTEGRAÇÃO E IRREDENTISMO

Rafaela Pinto Serpa[1][2]

Introdução

O colapso do Estado somali em 1991 constitui um dos episódios mais emblemáticos de desintegração estatal no continente africano, com o país mantendo-se em uma guerra civil que até hoje ainda está presente em algumas regiões. Nesse sentido, a Somália na década de 1990 pode ser definida como um "Estado Colapsado", ou seja, uma versão extrema de "Estado falido". Conforme a classificação de Rotberg (2003), o Estado em colapso é caracterizado pelo completo vácuo de autoridade dentro das fronteiras do país, resultando na divisão em sub-regiões sob o controle de atores subestatais que privatizam o aparato de segurança, mercados, comércio e relações político-econômicas externas, e que ficaram conhecidos como Senhores da Guerra.

A literatura sobre esse processo (e sobre a condição estatal africana no geral), tem sido marcada por interpretações que privilegiam aspectos identitários da sociedade somali — a ideia de que a permanente fragmentação clânica impossibilitou a construção de um Estado-nação moderno (Lewis 1988). Portanto, às vezes como causa, às vezes como efeito, os debates sobre

1 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Brasil. E-mail: rafaela.p.serpa@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-1128-6796.

2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, por meio da concessão de bolsa de pós-doutorado vinculada ao projeto "Segurança e Defesa na África: Características, Mudanças e Impactos no Entorno Estratégico Brasileiro", contemplado pelo Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (Pro-Defesa) - Edital nffl 36/2023.

https://doi.org/10.22456/2448-3923.154960

"Estados falidos" e "disputas identitárias" estão majoritariamente presentes nos debates sobre a crise dos Estados pós-coloniais.

De forma oposta, este trabalho parte de uma ideia de identidade ampla que existia na região — a *somallitude*[3]. A existências de ambas as formas identitárias, mesmo conflitantes (fragmentada por um lado e coesa por outro), não explica a questão em si, e demonstra a necessidade de deslocar o foco da análise. Portanto, este artigo sustenta que o colapso estatal deve ser compreendido a partir das contradições inerentes ao próprio processo de construção do Estado na Somália em meio à condição do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, argumenta-se que o pansomalismo — entendido como o projeto político de reunificação dos territórios habitados por populações somalis no Chifre da África — constituiu o eixo ideológico da formação do Estado somali, operando simultaneamente como vetor de coesão nacional e como fator de fragilização estrutural. A hipótese central deste artigo é que o pansomalismo assumiu um caráter contraditório ao longo do processo de formação do Estado. Se, em sua origem, atuou como um mecanismo de construção da nação, ao fornecer um horizonte político comum e legitimar o Estado nascente, sua transformação em projeto irredentista por parte da elite somali deslocou a prioridade da construção interna para a projeção territorial externa. Esse deslocamento não apenas excedeu as capacidades materiais do Estado somali, mas também reconfigurou o próprio conteúdo do interesse nacional. Dessa forma, o pansomalismo, ao se vincular à agenda de reunificação territorial, deixou de expressar um projeto coletivo de integração e desenvolvimento, passando a refletir os interesses de frações da elite, que utilizaram o nacionalismo como instrumento de legitimação política.

Os objetivos do artigo consistem, portanto, em analisar o pansomalismo em sua dupla dimensão — como projeto de integração nacional e como projeto irredentista —, evidenciando como a tensão entre essas dimensões contribuiu, dialeticamente, para a construção e a crise do Estado somali. Para tanto, o artigo examina, primeiramente, as origens do pansomalismo na política somali no pós-Segunda Guerra Mundial, destacando seu papel na formação de uma identidade nacional relativamente coesa, que orientou o processo de unificação das Somalilândias Italiana e Britânica a partir de 1960. Em seguida, analisa-se a projeção externa desse projeto, evidenciada nas tensões e conflitos com Estados vizinhos, como a Etiópia, o Djibuti e o Quênia, no âmbito da agenda irredentista. Por fim, busca-se demonstrar como

3 A ideia de *somallitude* exemplifica um sentimento de unidade presente nos povos da região, seria como "ser somali". Existia uma consciência coletiva de pertencimento que ultrapassava os limites territoriais fixos impostos depois (Farah e Eno 2022).

a priorização dessa dimensão expansionista, em detrimento da construção interna, contribuiu para a fragilização do Estado e para a sua posterior crise, refletidos na Guerra do Ogaden e suas consequências.

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem hipotético-dedutiva, a partir de uma análise histórica e materialista, portanto, qualitativa. A análise é estruturada em três níveis — nacional; regional; e sistêmico —, que se sobrepõem numa espécie de círculos concêntricos de dependência mútua. Entende-se que a articulação dos três níveis de análise (sistêmico, regional e nacional) pode contribuir para a percepção, por um lado, dos constrangimentos oferecidos pela estrutura, ao mesmo tempo em que, por outro lado, permite observar a capacidade de agência dos Estados (e das forças sociais que o constituem) frente a essas restrições (Pereira e Serpa 2024).

Nesse sentido, o desenvolvimento do pansomalismo e suas implicações na política somali são compreendidos como produtos dessa interação: no plano regional, as disputas territoriais e as assimetrias de poder no Chifre da África impuseram limites e intensificaram seu caráter conflitivo; no plano sistêmico, a Guerra Fria reconfigurou alianças e ampliou a margem de manobra do Estado somali. Assim, a trajetória do pansomalismo é situada na interseção dessas dinâmicas, que condicionaram tanto suas possibilidades quanto seus efeitos desestabilizadores.

Origens do Pansomalismo: Identidade e Território

A Somália é um caso diferenciado da maioria dos estados africanos em relação à presença de uma identidade comum antes das divisões coloniais. Enquanto a maioria dos países africanos independentes era composta por Estados criados sob o regime colonial que lutavam para se tornar nações mais coerentes, a Somália, em contrapartida, era vista como uma nação que lutava para se transformar em um Estado mais estável e integrado (Ki-Zerbo 1972; Elaigwu e Mazrui 2011).

De fato, antes mesmo da consolidação de fronteiras estatais, existia uma consciência coletiva de pertencimento que ultrapassava os limites territoriais fixos impostos depois. A chamada "*somallitude*" — ancorada em uma matriz étnico-linguística comum, no islamismo sunita como religião dominante, em práticas socioculturais pastorais e em experiências coloniais similares — configurava uma base potencial para a constituição de um caráter nacional robusto (Touval 1963; Carrillo 2011; Lewis 2008).

A língua comum desempenhou um papel fundamental na construção do nacionalismo somali, sendo a Somália um dos raros casos na África de uma nação com homogeneidade linguística, onde cerca de 95% da população compartilha o mesmo idioma materno, portanto, que não é o do colonizador. Mesmo antes do desenvolvimento de uma escrita oficial na década de 1970, a literatura oral e a poesia foram os principais alicerces da identidade nacional (Metz 1992; Chonka e Healy 2021). Conhecida como "terra de poetas", a oratória e os poemas — exemplificados pelas obras do líder nacionalista Mohamed Abdullah Hassan, conhecidas em todo o território — foram instrumentos políticos e culturais poderosos para mobilizar diferentes grupos e difundir um sentimento de unidade que diferenciava claramente os somalis de seus vizinhos (Samatar 1982).

A prática do Islã, majoritariamente sunita de orientação sufi, funciona como um elo unificador de caráter universalista (Carrillo 2011). Ordens religiosas tradicionais, como a Qadiriyah e a Salihiyah, historicamente se esforçaram para erradicar divisões tribais, enfatizando o vínculo religioso comum. Mas o Islã ultrapassa sua dimensão religiosa, projetando-se como um pilar estruturante da própria organização social, política e simbólica somali. Por um lado, o mito fundamental da nacionalidade somali, a genealogia comum, que liga as diversas linhagens de clã a dois ancestrais míticos — Samaale e Sab[4] —, remontam aos coraixitas, uma linhagem direta do profeta Maomé (Lewis 2008; Samatar 1988). Por outro, os sultanatos representaram a primeira forma de organização política centralizada e supraclânica entre os somalis, mas sem expressão territorial. Organizaram-se em torno de cidades como Zeila e Mogadíscio, que floresceram como centros comerciais e religiosos entre os séculos IX e XII, fruto do encontro entre habitantes locais e imigrantes árabes e persas[5] (Fasi e Hrbek 2010; Samatar 1988).

O sentimento de unidade islâmica também se manifesta como vetor de resistência política e militar entre os somalis. Conflitos históricos, como

4 Segundo as tradições, a partir desses ancestrais comuns, o povo somali ramifica-se em dois grupos de linhagens: os Sab e os Samaale. No entanto, as divisões sociais baseadas nas linhagens são baseadas também na vocação econômica: os Sab são parcialmente sedentários, de economia mista (agricultura e pecuária) e vivem no Sul; e os Samaale são pastores nômades predominantes no resto do território. Percebe-se, portanto, que existe uma interdependência entre o modo de produção e a identidade (Samatar 1988).

5 O que deu origem a uma elite costeira ligada a potências regionais como Iêmen e Omã (Samatar 1988).

as campanhas conduzidas pelo imã Ahmed Grand[6] contra a Etiópia cristã no século XVI, ilustram como a fé islâmica foi mobilizada como princípio organizador da guerra e da coesão política. Tais experiências históricas consolidaram uma tradição de enfrentamento ao que é percebido como dominação estrangeira e infiel, reforçando simultaneamente a unidade interna e a diferenciação dos somalis em relação a seus vizinhos (Diallo 2021; Carrillo 2011).

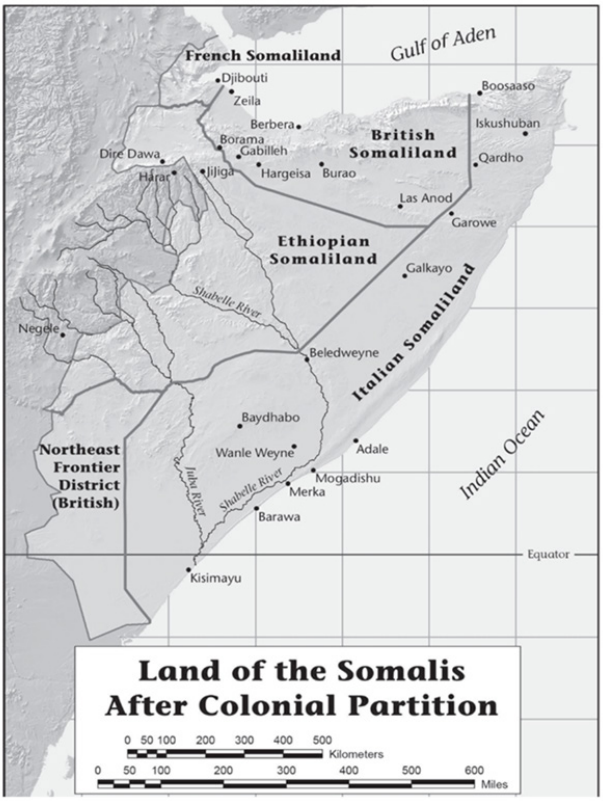
A associação histórica do povo somali com o território do Chifre da África é outro pilar da sua identidade, sendo a região historicamente conhecida como a "terra onde os somalis vivem". Esta conexão territorial é indissociável do modo de vida nômade e da economia pastoril, que são comuns à grande maioria da população e moldaram a ocupação do espaço ao longo dos séculos. A natureza árida da região, caracterizada por vastas savanas e escassez de recursos hídricos, exige migrações sazonais constantes para a subsistência dos rebanhos, o que estabeleceu uma profunda interdependência entre o modo de produção pastoral e a identidade do povo. Esses dois últimos aspectos foram os mais visivelmente afetados pela divisão colonial no século XIX (Samatar 1988; Cassanelli 1982).

O impacto do colonialismo sobre o povo somali representou uma ruptura profunda em sua trajetória histórica, desestruturando sua realidade socioeconômica e política para atender aos interesses das potências imperiais (Acosta 2011; Wallerstein 2005). Diferente de outras regiões africanas, onde a colonização agrupou povos distintos, no Chifre da África ela fragmentou uma identidade pré-colonial, dividindo-a em cinco jurisdições territoriais: a Somalilândia Britânica, a Somália Italiana, a Somalilândia Francesa (Djibuti), o Ogaden (sob domínio etíope) e o Distrito da Fronteira Norte (no Quênia britânico)[7] (Andrés e Ledesma 2023; Yuusuf 2021; Lewis 1988).

6 As histórias de Ahmed como herói popular dos somalis foram contadas por gerações e serão enfatizadas no contexto de construção dos movimentos nacionalistas somalis do século XX. Ele representava os três pontos fundamentais da construção da nacionalidade somali: i) a genealogia comum somali e a liderança sobre os diferentes grupos tradicionais; ii) o Islã como unificador; e iii) a luta contra a rival Etiópia (Carrillo 2011; Touval 1963).

7 A exploração sistemática do Chifre da África e o aprofundamento do colonialismo na região foram impulsionados de forma decisiva pela abertura do Canal de Suez em 1869. Ao ligar o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho, a construção do canal conectou a Europa diretamente ao Oceano Índico, à Índia e ao Extremo Oriente, transformando a costa somali em uma área de extrema importância geoestratégica (Pankhurst e Cassanelli 2011).

Figura 1: Os cincos territórios somalis depois da divisão colonial



Fonte: Samatar (2019).

O colonialismo também promoveu uma transformação profunda no modo de vida somali, particularmente ao desestruturar o nomadismo pastoral que constituía a base econômica de aproximadamente 80% da população. A imposição de fronteiras interrompeu as migrações sazonais tradicionais em busca de água e pastagens (Samatar 1988; Cassanelli 1982). Paralelamente, as potências europeias reconfiguraram a organização social por meio de estratégias típicas de "dividir para governar": por um lado, promoveram a hierarquização e a reificação de identidades clânicas anteriormente mais fluidas, instrumentalizando rivalidades para facilitar o controle político, especialmente no contexto do governo indireto britânico; por outro, fomentaram a formação de elites locais cooptadas e de uma burguesia burocrática urbana responsável por mediar o acesso a recursos e poder, o que contribuiu para aprofundar a clivagem entre os centros urbanos comercializados e o interior

predominantemente nômade (Chazan et al. 1999; Clapham 2023; Visentini et al. 2014).

Um aspecto singular do colonialismo na Somália foi o papel da Etiópia. Sob o comando de Menelik II, o Império Etíope expandiu-se para as terras baixas habitadas pelos somalis (Ogaden e Harar) como uma estratégia defensiva para criar uma "profundidade estratégica" contra os europeus. A vitória etíope sobre a Itália na Batalha de Adwa (1896) consolidou a Etiópia como um Estado soberano, e assim, participou ativamente da partilha do território somali através de tratados com britânicos e italianos. Para os somalis, a Etiópia passou a ser vista como uma potência colonialista cujas reivindicações territoriais baseavam-se em mitos nacionais de um antigo império abissínio (Clapham 2023; Ki-Zerbo 1972; Andrés e Ledesma 2023).

Diante da dominação europeia e da pressão do império etíope (ambos ligados ao cristianismo), o Islã ressurgiu como uma força de resistência patriótica e unificadora. Ordens religiosas e autoridades muçulmanas tornaram-se os principais polos de oposição, utilizando a fé para mitigar as divisões tribais e mobilizar a população contra o que consideravam uma invasão infiel e estrangeira. A resistência somali ao domínio colonial atingiu seu ápice com o Movimento Dervish, liderado por Sayyid Mohamed Abdullah Hassan, conhecido pelos colonizadores como "Mad Mullah", cuja insurreição, ao longo de cerca de duas décadas, chegou a conquistar o reconhecimento de um território próprio sob autoridade de Mahamed (Samatar 1979; Bade 2020; Sheik-Abdi 1977). A derrota do movimento em 1920, inclusive com o uso pioneiro de bombardeios aéreos britânicos, assegurou o domínio colonial, mas não eliminou o legado político e simbólico da resistência (Irons 2013). Ao contrário, a figura de Hassan foi progressivamente elevada à condição de mito nacional, apropriada e mobilizada pelos movimentos nacionalistas, que surgiriam em meio aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, como símbolo fundacional da luta pela criação de um Estado somali soberano (Chonka e Healy 2021; Yuusuf 2021).

Paralelamente, o ideal de uma Grande Somália a partir da unificação dos territórios somalis divididos ganharam força em meio às dinâmicas geopolíticas da Segunda Guerra Mundial. Com a conquista da Etiópia pelos italianos em 1936, foi criada a *Africa Orientale Italiana*, um vasto território que agrupava diversas províncias sob regime fascista. Nesse período, entre 1936 e 1941, ocorreu a única ocasião após a partilha colonial em que a região do Ogaden foi reunida administrativamente à Somália por mãos italianas. Mussolini utilizou o sentimento do pansomalismo para justificar essa expansão territorial, e parte do movimento nacionalista somali aliou-se aos italia-

nos acreditando que essa unificação seria o primeiro passo para uma futura independência total (Sheik-Abdi 1977; Touval 1963).

Após a vitória sobre os italianos em 1941, a Grã-Bretanha estabeleceu uma Administração Militar Britânica (BMA) sobre o território somali e o império etíope ocupado. Sob o mandato britânico, a região do Ogaden e as "Áreas Reservadas" (como o Haud[8]) permaneceram vinculadas à administração de Mogadíscio, e a ideia de uma "Grande Somália" tornou-se uma obsessão para os ingleses, que teriam um papel importante na construção do movimento pan-somali, apoiando diretamente a criação de partidos políticos somalis (Clapham 2023; Ahmed 1995; Yuusuf 2021).

Figura 2: Mapa da "Grande Somália" e sua divisão entre os atuais Estados do Chifre da África

Fonte: Møller (2009).

8 O Haud é uma região com ricas pastagens responsáveis por 50% da subsistência de toda a população do protetorado da Somalilândia Britânica. Em 1897 e em 1954 (depois da invasão italiana da Etiópia na Segunda Guerra Mundial), os britânicos irão passar o Haud para administração etíope, mesmo sob protestos da população somali (Lewis 1988).

Em 1946, em meio às negociações do fim da Segunda Guerra, o político britânico Ernest Bevin propôs o que ficou conhecido como "Plano Bevin", que sugeria incorporar a Somalilândia Italiana à Britânica e partes da Etiópia em uma única unidade sob tutela da Grã-Bretanha. Embora o plano visasse manter o monopólio da influência britânica na região, ele foi amplamente celebrado pelos somalis, pois legitimava internacionalmente o objetivo da unificação dos territórios habitados por somalis. No entanto, uma comissão formada pelas quatro potências vencedoras da Segunda Guerra — EUA, URSS, França e Grã-Bretanha — decidiu, em 1948, pelo retorno às fronteiras anteriores a 1936, acabando com os planos de manutenção do domínio inglês em toda a região, e mantendo a Somália dividida (Touval 1963; Clapham 2023; Barnes 2007).

Em 1950, os territórios da antiga Somalilândia Italiana ficaram novamente sob tutela dos italianos, mas com uma data para independência assegurada pela ONU para o ano de 1960. Nesses dez anos, os europeus deveriam inserir os somalis na administração de maneira gradual. No que diz respeito aos territórios em litígio com a Etiópia, em 1950 o Ogaden retornou para o território etíope, e o Haud apenas em 1954, sob intenso protesto da população do protetorado (Millman 2014; Touval 1963).

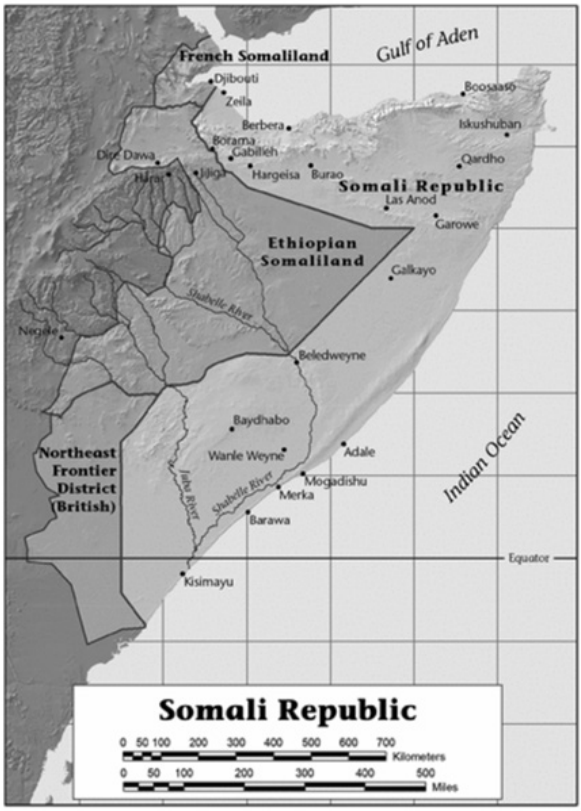
A União das Duas Somálias: Pansomalismo como Integração Nacional

As independências e unificação de dois dos cinco territórios somalis em 1960 foram um marco histórico. A criação de um Estado liderado por somalis estava sendo criado quatro décadas após a resistência de Madi Mullah. Para os somalis, a vitória sobre o colonialismo e sobre a divisão imposta por ele estava acontecendo. A reunião das legislaturas das duas Somalilândias em Mogadíscio, no dia 1 de julho de 1960, sob o princípio de "uma bandeira, um presidente, um parlamento e um governo", simbolizou o triunfo político do projeto pansomalista enquanto ideologia de unificação nacional (Samatar 2016).

Entretanto, conforme Nkrumah (2025), a conquista do "reino político" e a integração formal dos dois territórios representava apenas o primeiro momento de um processo mais amplo de construção estatal e edificação nacional, que de forma geral marcou os Estados africanos pós-coloniais (Elaigwu e Mazrui 2011; Wallerstein 2005). Apesar da existência de uma identidade somali anterior ao colonialismo — elemento central para a unificação

—, tal identidade não foi suficiente para garantir, por si só, a estabilidade política e a consolidação institucional do novo Estado. Nesse sentido, torna-se necessário situar teoricamente os limites dessa identidade prévia, distinguindo-a da forma histórica específica assumida pela nação no capitalismo.

Figura 3: República da Somália unindo a Somalilândia Britânica e Italiana em 1960



Fonte: Abdi Samatar (2019).

Em contextos pré-modernos, a identidade coletiva estava predominantemente associada a elementos culturais, linguísticos e étnicos compartilhados, aproximando-se do que hoje se entende por "etnia" (Rivas 1981; Amin 2006). Contudo, no capitalismo, a nação articula-se intrinsecamente ao Estado, e portanto, passa a constituir-se vinculada não apenas a uma sociedade, mas também a um território delimitado, a uma economia integrada e a

um aparato político centralizado (Bresser-Pereira 2008; Arrighi 2016; Amin 2006). Esse processo correspondeu à formação do Estado moderno europeu, no qual a constituição da nação e a consolidação do Estado ocorreram de forma relativamente articulada e endógena, resultando na conformação do Estado-nação como unidade político-territorial característica do capitalismo[9] (Tilly 1996; Hobsbawm 2008; Arrighi 2016).

Todavia, essa trajetória assume características distintas na periferia do sistema, onde a formação dos Estados nacionais esteve frequentemente subordinada à expansão colonial e às dinâmicas do capitalismo global (Amin 2006; Acosta 2011; Wallerstein 2005). Dessa forma, a República da Somália enfrentou o desafio de consolidar sua identidade nacional enquanto lutava para estabelecer um Estado coeso e funcional, em meio a busca pela superação do subdesenvolvimento, e sob os condicionantes geopolíticos da Guerra Fria. Nesse contexto, conforme Brucan (1983), esse processo não é algo espontâneo ou natural, mas o resultado de um projeto político deliberado, no qual a ação estatal atua como catalisadora da construção de uma consciência nacional, da definição de interesses comuns e da mobilização de recursos de poder necessários para sua afirmação[10].

No caso da Somália, a unificação também trouxe consigo o desafio concreto de integrar duas formações coloniais distintas. Foram setenta anos de domínio britânico e italiano em cada território somali criando e acentuando diferenças regionais. Diferentes padrões econômicos, políticos e administrativos criaram diferenças sociais significativas, principalmente nas elites urbanas. No plano institucional, coexistiam sistemas administrativos divergentes, marcados pela herança do *common law* britânico no norte e por formas jurídicas italianas e consuetudinárias no sul (Yuusuf 2021).

9 Nesse processo, o Estado-nação, funciona como base de legitimidade política e como elemento de coesão social no plano interno; enquanto no cenário internacional, atua como instrumento de projeção dos seus interesses, portanto, organizando e sustentando a expansão capitalista em escala internacional (Arrighi 2016; Brucan 1983).

10 Brucan (1983) utiliza três conceitos para explicar esse processo: caráter nacional, interesse nacional e poder nacional. O primeiro diz respeito à produção histórica de uma consciência política comum, capaz de ampliar horizontes identitários restritos e vinculá-los à autoridade e à comunidade política representadas pelo Estado. O segundo refere-se à formulação dos objetivos estratégicos que orientam a ação estatal, podendo expressar tanto interesses particularistas das frações dominantes quanto um projeto coletivo de desenvolvimento e coesão nacional. O terceiro corresponde à capacidade de o Estado concentrar e mobilizar recursos materiais, administrativos, coercitivos e infraestruturais necessários à integração interna e à projeção externa. Nessa perspectiva, tais dimensões não emergem espontaneamente, mas são historicamente produzidas pela ação política e institucional do Estado no processo de formação nacional.

A própria língua somali permaneceu, até 1972, exclusivamente oral, o que obrigava a administração estatal a operar em inglês e italiano, criando uma barreira entre o Estado e a população. Apenas poucos funcionários públicos eram bilingues, fazendo com que a maioria da administração não pudesse se comunicar de forma escrita (Samatar 1988).

Essas dificuldades eram agravadas por limitações materiais concretas. A infraestrutura herdada do período colonial era orientada para a ligação com as metrópoles, e não para a integração interna do território. As comunicações entre o norte e o sul eram extremamente precárias: a ligação terrestre entre Mogadíscio e Hargeisa, de aproximadamente 850 km, podia levar dias e era frequentemente interrompida nas estações chuvosas; inexistiam conexões telefônicas diretas por meses após a unificação, e o transporte aéreo era limitado. No plano econômico, o comércio entre as duas regiões era praticamente inexistente, as tarifas e moedas eram distintas, e a circulação de bens e serviços permaneceu restrita. A própria padronização de salários, sistemas administrativos e forças de segurança implicava custos políticos elevados, na medida em que poderia favorecer uma das regiões em detrimento da outra (Lewis 1988; Metz 1992).

A integração, portanto, não era apenas uma tarefa administrativa, mas um processo profundamente político, no qual o controle do aparato estatal tornava-se objeto de disputa entre elites regionais. Nesse sentido, embora a identidade coletiva estivesse relativamente consolidada para os somalis, a autoridade estatal precisava ser construída e legitimada em todo o território [11] (Lewis 1988; Samatar 2016; Touval 1963). Mas o processo de independência na Somália não foi unificado em um grande partido nacional, assim como não existia uma liderança unânime e representativa para todas as diferenças subnacionais — as chamadas instituições integradoras de Wallerstein[12]. Além disso, a força centrípeta do nacionalismo, inicialmente impulsionada pelo

11 É precisamente essa tensão que Elaigwu e Mazrui (2011) definem como "crises gêmeas" de identidade e autoridade: a primeira tem como principal teatro a nação, isto é, a produção de um sentimento de pertencimento político comum; a segunda manifesta-se sobretudo no Estado, na medida em que este busca afirmar sua legitimidade institucional, sua capacidade de coordenação e o monopólio da coerção. Nos contextos pós-coloniais, ambas tendem a reforçar-se mutuamente: a fragilidade da integração nacional debilita a legitimidade estatal, ao passo que a fraqueza institucional do Estado compromete a consolidação de uma comunidade política compartilhada.

12 Para Wallerstein (2005), "instituições integradoras" são estruturas políticas e simbólicas por meio das quais o novo Estado difunde normas, produz lealdades comuns e torna tangível sua presença no cotidiano da população. No contexto africano pós-colonial, destacam-se sobretudo o partido nacional e o herói nacional, ambos oriundos da luta anticolonial e centrais à construção da unidade política.

processo de independência, começou a enfraquecer diante das persistentes disparidades socioeconômicas e da incapacidade do Estado de produzir uma integração efetiva (Amin 2006; Wallerstein 1973; Nkrumah 1977).

Portanto, não ocorreu a ampliação do caráter horizontal e vertical de pertencimento — isto é, a incorporação de diferentes grupos em uma comunidade política mais ampla e igualitária. Conforme Brucan (1983), a dimensão vertical refere-se à progressiva aceitação da legitimidade de um governo central pelos membros de uma entidade preexistente, ao identificarem-se com este governo central como símbolo da nação. Esse processo não envolvia apenas a aceitação da autoridade coercitiva do Estado mas, também, a identificação simbólica com a comunidade política representada pelo governo central[13] (Brucan 1983). Por sua vez, a dimensão horizontal implica na aceitação da igualdade entre todos os membros do corpo cívico, reconhecendo o direito de todos a compartilhar uma história comum, recursos, valores morais e outros aspectos do Estado.

Esse pertencimento horizontal é ainda mais difícil de construir, pois está relacionado ao desenvolvimento do Estado e sua ampliação para todos os setores da sociedade, processo oposto ao funcionamento do Estado capitalista (Pereira e Xerri 2020). Como indicam Amin (2006) e Wallerstein (1973), a ausência de transformação material das condições de vida limita o caráter horizontal do pertencimento nacional, dificultando a consolidação de projetos nacionais duradouros.

Conforme Nkrumah (2025, 120), "todo movimento de independência em uma situação colonial contém dois elementos: a demanda por liberdade política e a revolta contra a pobreza e a exploração". Portanto, a superação do subdesenvolvimento torna-se central na construção dos Estados na África, e define as posições políticas dentro do Estado. Giovanni Arrighi (2006) enfatiza que a África herdou da fase colonial e pré-colonial uma estrutura econômica e política que dava pouco espaço para a construção de economias nacionais viáveis. O poder econômico continuou controlado pelo capital internacional, pois a inserção desigual da África na divisão internacional do trabalho a partir do colonialismo impediu a formação de uma forte burguesia local (Amin 2006). A elite africana contemporânea — a classe governante —, portanto, nasce das estruturas coloniais, oriunda das elites cooptadas, e mantém seus laços com o capital estrangeiro (Nkrumah 1977; Samoff 1982).

Refletindo essa lógica, a Somália herdou uma economia frágil, marcada por forte dependência externa e limitada capacidade. A ausência de

13 Tentativas de secessão constituíam, portanto, desafios à autoridade do governo central e rejeição ao sentimento de identidade comum (Elaigwu e Mazrui 2011).

uma burguesia nacional autônoma e a centralidade do capital estrangeiro implicaram que o controle econômico permanecesse, em larga medida, fora do alcance do Estado produtiva (Samatar 2016; Samatar 1988). A elite governante, oriunda das estruturas coloniais — caracterizada como "burguesia burocrática" — encontrou no controle do aparato estatal o principal meio de reprodução de seus interesses. Nesse sentido, o Estado tornou-se não apenas instrumento de integração nacional, mas também espaço privilegiado de disputa e acumulação (Samoff 1982).

Como uma fração da classe capitalista, a burguesia interna faz parte da aliança de classes que compõe a estrutura de dominação político-econômica. Essa classe se legitima como tal através do domínio do Estado e, portanto, o interesse nacional nesse momento reside nos interesses de manutenção das estruturas socioeconômicas capitalistas (Brucan 1983).

Dessa forma, ao longo da década de 1960, os governos civis mantiveram, em grande medida, as estruturas econômicas herdadas do colonialismo, aprofundando a dependência de investimentos estrangeiros e de ajuda externa. A política de atração de capitais e a manutenção do controle estrangeiro sobre setores estratégicos, como a indústria da banana, restringiram as possibilidades de desenvolvimento autônomo. Além disso, os poucos projetos de desenvolvimento focaram nas áreas urbanas e dependeram quase integralmente de ajuda externa, enquanto o governo marginalizava e tributava os nômades. Apesar do influxo massivo de milhões de dólares de diversos doadores internacionais para cobrir déficits comerciais, os gastos concentraram-se em burocracia e defesa, elevando a dívida externa para 48 milhões de dólares em 1968 (Laitin e Samatar 1984; Samatar 1987).

Por fim, o processo eleitoral de 1969, no qual dezenas de partidos e mais de mil candidatos disputaram apenas 123 assentos, escancarou a lógica de barganha por cargos públicos como o caminho mais fácil para o enriquecimento da elite. A percepção do Estado como mero objeto de disputa entre grupos concorrentes corroeu a credibilidade das instituições e aprofundou a fragilidade estrutural do modelo pós-colonial. Esse cenário de esgotamento culminou na ruptura de 1969, com a ascensão de Siad Barre ao poder por meio de um golpe militar (Laitin 1976; Samatar 1988).

Inserido em um contexto mais amplo de crise dos Estados pós-coloniais e de ascensão de regimes militares de orientação socialista na África[14], o novo regime apresentou-se como uma alternativa capaz de superar os limites do período anterior, articulando um projeto de centralização política, reorganização econômica e mobilização ideológica sob a bandeira do "socialismo científico". O regime de orientação socialista na Somália ascendeu, portanto, por meio de um golpe militar (Visentini 2020). Mas de fato, as Forças Armadas eram uma das poucas instituições desenvolvidas nos jovens Estados, e adquiriram um papel de entidade nacional unificadora, acima das divisões tribais e atenta à realidade social do país. Embora muitos desses líderes militares tivessem pouca ou nenhuma formação teórica marxista, eles viam no modelo socialista uma forma de centralizar o poder, garantir a soberania nacional e promover o desenvolvimento (Markakis 1986; Visentini 2020). Acima de tudo, a URSS era um "modelo" de desenvolvimento, de Estado centralizado, soberano e multinacional (Visentini 2025).

Portanto, a doutrina marxista-leninista se tornou atraente para os Estados africanos na década de 1970 pois oferecia uma série de soluções adaptadas às necessidades políticas, econômicas e sociais desses países. Nos primeiros anos, o regime de Mohamed Siad Barre buscou implementar uma uma gama de medidas de promoção do que chamaram de autossuficiência: nacionalização de setores estratégicos, a elaboração de planos de desenvolvimento e a ampliação da presença estatal no meio rural (Samatar 1988; Laitin 1976). Um dos maiores marcos desse período foi a campanha de alfabetização de 1974, que oficializou a escrita latina para a língua somali e mobilizou estudantes a fim de ensinar populações nômades a ler e escrever, elevando em poucos meses a taxa de alfabetização de quase zero para mais de 50% e fortalecendo os vínculos entre o Estado e a população rural (Samatar 1988). Paralelamente, o regime procurou utilizar o nacionalismo — e, em particular, o pansomalismo — como instrumento de coesão, buscando substituir lealdades subnacionais por uma identidade centrada no Estado (Ledesma 2018).

Contudo, apesar desses avanços, as limitações estruturais que marcavam a formação do Estado somali não foram superadas de maneira substantiva. A base econômica permaneceu frágil, a dependência externa persistiu,

14 A crise dos jovens-Estados africanos foi amplificada pela crise econômica que se alastrou pela periferia do sistema capitalista (Clapham 1996), desencadeando mobilizações sociais impulsionadas por forças de esquerda e nacionalistas, fortalecendo movimentos revolucionários no Terceiro Mundo e fomentando uma onda de revoluções anti-imperialistas e socialistas (Halliday 1989). Portanto, o equilíbrio de forças no plano mundial e a crise econômica que afetava as potências capitalistas, aprofundou as crises internas africanas, e inspirou as respostas socialistas.

agora vinculada aos países socialistas, e a capacidade administrativa do Estado mostrou-se insuficiente para sustentar, no longo prazo, o projeto de transformação proposto. Gradualmente, o impulso inicial do regime foi sendo contido por essas restrições, e a estratégia de centralização e mobilização ideológica passou a reproduzir, sob novas formas, padrões já presentes na década anterior (Samatar 1987, 1988).

Nesse sentido, ainda que a década de 1970 tenha sido marcada por avanços relativos no fortalecimento do aparato estatal e na tentativa de reorganização econômica, tais iniciativas revelaram-se, em última instância, limitadas. A intensificação da projeção externa do Estado, articulada à manutenção do ideal irredentista do pansomalismo dentro da elite do Estado, conduziu ao envolvimento direto no conflito com a Etiópia. A magnitude da Guerra do Ogaden, bem como a derrota subsequente, não apenas expuseram de forma aguda os limites materiais do Estado somali, como também comprometeram os próprios avanços anteriormente alcançados. O rompimento com a União Soviética e o consequente afastamento do projeto socialista contribuíram para a desarticulação das bases políticas e ideológicas do regime (Samatar 1987). Assim, os esforços de reconfiguração estatal empreendidos ao longo da década acabaram, em grande medida, soterrados nas areias do Ogaden, evidenciando a persistência — e o agravamento — das contradições inscritas desde a própria formação do Estado somali.

Os Territórios Perdidos: Pansomalismo Irredentista

A projeção regional do pansomalismo não constituiu um desdobramento tardio da política somali, mas um elemento constitutivo do próprio Estado desde a independência. A unificação das Somalilândias Britânica e Italiana, em 1960, representou a primeira materialização institucional do nacionalismo somali, mas também consolidou a percepção de que o projeto nacional permanecia incompleto sem a incorporação dos demais territórios habitados por populações somalis no Chifre da África. A estrela de cinco pontas presente na bandeira nacional expressava precisamente esse horizonte: as duas colônias unificadas, o Ogaden (Etiópia), o Distrito da Fronteira Norte (NFD, Quênia) e o Djibuti. Este compromisso irredentista, no entanto, colocou o Estado em uma trajetória de colisão geopolítica (Chonka e Healy 2021; Lewis 1988).

Desde a década de 1940, a unificação dos territórios somalis já era defendida, mas o processo iniciado em abril de 1960 fortaleceu essa demanda,

ao reforçar a defesa da autodeterminação dos povos somalis nas demais regiões divididas. Toda política externa somali nesses primeiros anos se pautou na questão dos "territórios desaparecidos" (Chonka e Healy 2021; Mohamed 1992). No entanto, como veremos, o projeto de uma Grande Somália novamente não obteve apoio externo, inclusive dentro do continente. Ao defender a ampliação das fronteiras sobre outros Estados africanos independentes, o pansomalismo não convergiu com o projeto pan-africano da Organização da Unidade Africana (OUA) e, menos ainda, com os interesses das potências ocidentais (Lewis 1963; Yuusuf 2021).

Em relação aos britânicos, o apoio inicial ao pansomalismo não se manteve igual ao do momento das independências. Buscando salvaguardar sua posição no Mar Vermelho e no Oceano Índico, preservando a "amizade" com as ex-colônias, Londres optou por não assumir qualquer responsabilidade quanto à concretização do projeto pansomali. No entanto, a questão dos somalis no Quênia constituiu um obstáculo (Thompson 2015; Yuusuf 2021).

No caso do Quênia, a mobilização política dos somalis no Distrito da Fronteira Norte resultou em demandas consistentes por secessão e integração à Somália[15]. Em apoio à atuação dos partidos somalis no Quênia, em 1961, a República da Somália concentrou suas forças nas exigências pansomalistas da província queniana, com discursos e protestos acontecendo em Mogadíscio em apoio à secessão e unificação. A estratégia do governo somali foi responsabilizar a administração britânica pela decisão do estatuto futuro do NFD, já que até 1963 o Quênia estava sob seu controle colonial (Yuusuf 2021; Thompson 2015). Diversas vezes, Londres havia apoiado o pansomalismo e, embora tenha posteriormente mudado de posição, ainda representava uma alternativa mais viável do que tentar convencer um movimento nacionalista multinacional, que reivindicava a independência na região, a aceitar a perda de parte do território. Apesar de uma comissão britânica ter reconhecido majoritariamente esse desejo, pressões quenianas, etíopes e francesas (hostis ao pansomalismo), levaram à manutenção do território sob soberania queniana em 1963, provocando o rompimento das relações diplomáticas entre Mogadíscio e Londres até 1967 (Thompson 2015).

Já na Somalilândia Francesa, a administração colonial atuou deliberadamente para conter o avanço do nacionalismo somali. No território do atual Djibuti, os somalis, estavam instalados no sul, na fronteira com a Somalilân-

15 No ano de 1960, uma série de petições começam a ser enviadas às autoridades britânicas do Quênia solicitando a separação do NFD e sua incorporação à República da Somália. No mesmo ano, também é criado o Partido Progressista Popular da Província Norte (NPPPP), defendendo a separação do Quênia e a união com os somalis (Thompson 2015).

dia Britânica, mas a população dividia-se quase que igualmente entre o povo Afar, no norte, e uma população urbana europeia concentrada no litoral. Com o fortalecimento do movimento pansomalista na região, nos anos prévios à independência, Paris iria favorecer a entrada dos Afar na burocracia estatal com o objetivo de garantir a área de influência francesa fora do projeto de integração somali[16] (Clapham 2023; Touval 1963).

No caso do Ogaden, a questão assumia contornos ainda mais complexos. Integrada ao território da Etiópia, a região era habitada majoritariamente por somalis, mas inserida em um Estado multiétnico cuja coesão dependia, em grande medida, da manutenção de suas fronteiras. A elite Amhara controlava uma população diversa, multiétnica, muçulmana e cristã, mas também empobrecida e sem direitos. Os somalis eram uma parte considerável dessas minorias, mas existiam outros povos nas mesmas condições dentro do Estado etíope. As exigências somalis poderiam abrir uma "caixa de Pandora" de micronacionalismos dentro do país. Para os etíopes, o Irredentismo somali era a negação do direito de a Etiópia existir como Estado multiétnico (Clapham 2023; Woodward 2002).

A partir do início da década de 1960, rebeliões locais seguidas de repressões violentas, desencadeavam confrontos fronteiriços cada vez mais intensos. O governo de Haile Selassie empregou bombardeios aéreos e expedições punitivas brutais contra os nômades somalis, resultando em confrontos esporádicos com o exército somali na fronteira, até a escalada em 1964. A derrota somali nesse episódio evidenciou a disparidade do grande Exército Imperial Etíope e o nascente Exército Nacional Somali, reforçando a centralidade da questão da defesa na política somali, também inserida no contexto da Guerra Fria (Lewis 1988). Diante da prioridade concedida pelos Estados Unidos à Etiópia e ao Quênia, a Somália se aproximou da União Soviética, obtendo apoio militar e técnico para a expansão de suas forças armadas. Esse processo, no entanto, contribuiu para a intensificação do Dilema de Segurança no Chifre da África, estimulando uma corrida armamentista regional e elevando o potencial de escalada dos conflitos (Lefebvre 1991).

No plano continental, a relação da Somália com o pan-africanismo revelou-se igualmente contraditória, principalmente pela sua conexão com os etíopes: para os somalis, a Etiópia era vista como uma potência colonialista (Laitin 1979). Embora a Somália tenha buscado, de forma independente, inserir suas reivindicações no âmbito das instituições africanas, a criação da OUA em 1963 cristalizou a manutenção das fronteiras coloniais, e, portanto,

16 Somente em 1977, o Djibuti se torna independente com a mediação das Nações Unidas e da OUA (Woodward 2002).

legitimou a demanda etíope sobre o Ogaden (Akokpari 2016). De fato, a defesa do pansomalismo entrava em choque com o princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais, resultando em um isolamento progressivo de Mogadíscio nas relações interafricanas. O projeto de uma "Grande Somália" deixava de ser percebido como expressão de autodeterminação e passava a ser interpretado como uma ameaça à estabilidade regional (Zoppi 2015; Mohamed 1992).

Sob o regime de Siad Barre, a agenda pansomalista não sofreu alteração substantiva em seu conteúdo. O que se transformou foi a percepção, no interior da elite político-militar somali de que a conjuntura regional e internacional tornava finalmente factível o projeto Irredentista. A crise do Estado etíope após a revolução de 1974, com o enfraquecimento do poder central em Adis Abeba em meio aos avanços da Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF) no Ogaden, foi vista como oportunidade por setores das elites civis, militares e burocráticas em favor de uma intervenção direta do governo somali (Woodward 2002; Laitin 1979; Samatar 1987). Somava-se a isso o fato de a Somália ter consolidado, ao longo da década de 1970, um dos maiores e mais bem equipados exércitos do continente africano, resultado direto dos investimentos militares acumulados desde a década anterior (Lefebvre 1991).

Mas a guerra civil etíope se tornou uma revolução socialista, alterando as dinâmicas da região com as superpotências (Halliday e Molineux 1981). A partir de então, o Chifre da África tornou-se um campo de batalha estratégico da Guerra Fria, com os Estados Unidos e a União Soviética disputando a influência (Jackson 2010; Ottaway 1982; Halliday 1977). Inicialmente, a superpotência socialista tentou manter sua aliança com os dois Estados da região e atuou intensamente para frear um conflito direto, inclusive com o envio do presidente cubano, Fidel Castro, à África para tentar uma negociação (Valenta 1980; Porter 1984).

No entanto, a crescente disposição dos Estados Unidos em conquistar um aliado no Chifre da África, somada à pressão de parceiros regionais como Egito e Arábia Saudita, reforçaram a percepção de que existia espaço internacional para sustentar uma ofensiva somali sobre Ogaden. Em outras palavras, a decisão pela guerra resultou não apenas da oportunidade militar, mas da convicção de que a Somália poderia realinhar seus apoios sistêmicos em favor de sua causa territorial, uma vez que o bloco socialista se recusava a endossar o Irredentismo (Jackson 2010; Mitchell 2016).

Mesmo assim, a dimensão sistêmica revelou-se decisiva para o desfecho do conflito devido ao papel do bloco socialista. A União Soviética e

Cuba passaram a sustentar de forma ampla e decisiva o esforço de guerra da Etiópia. O apoio soviético-cubano envolveu armamentos, assessoria militar, reorganização operacional do exército etíope e presença direta de 18 mil soldados cubanos e mais de mil assessores militares soviéticos, alterando profundamente a correlação de forças no terreno (Gleijeses 2006; Valenta 1980; Jackson 2010). Em contraste, a expectativa somali de compensar essa perda por meio de um rápido realinhamento com os Estados Unidos e o bloco capitalista mostrou-se ilusória. O apoio de Washington permaneceu superficial, diplomático e sobretudo promissório, sem equivalente material imediato ao engajamento oferecido pelo bloco socialista à Etiópia[17] (Mitchell 2016; Lefebvre 1991). O resultado foi uma Somália progressivamente isolada no campo de batalha, enfrentando uma Etiópia respaldada por um dos maiores esforços internacionais de apoio militar do continente africano no período. Essa assimetria de comprometimento entre os blocos foi decisiva para o fracasso somali (Ottaway 1982).

Nesse sentido, o conflito no Ogaden de 1977 a 1978, não deve ser compreendido como simples produto da vontade de Barre, pois era parte de um projeto pansomalista construído mesmo antes da independência, e que naquele momento, convergiu com pressões internas e externas, oportunidade regional e cálculo estratégico (Laitin 1979; Cardoso 2020).

Portanto, a Guerra do Ogaden representou o ponto mais alto e o mais baixo do ideal pansomali (Yuusuf 2021). A tentativa de concretizar territorialmente o pansomalismo revelou-se incompatível com as capacidades materiais do Estado e com os limites impostos pela ordem regional e sistêmica. A derrota, nesse sentido, teve um efeito político e simbólico devastador: o que de fato afundou nas areias do Ogaden, foram simultaneamente o principal eixo de legitimação nacional do regime, a credibilidade das forças armadas como instrumento de integração e parte substantiva dos avanços produzidos pelo projeto socialista na década de 1970.

17A eleição de Jimmy Carter reforçou uma abordagem de política externa norte-americana naquele momento que priorizava a distensão com a URSS, mas que refletia principalmente o Efeito Vietnã (Jackson 2010). A ênfase nos direitos humanos e na resolução pacífica de controvérsias, fez com que as relações com o Terceiro Mundo não fossem vinculadas à disputa bipolar e Carter preferiu não colocar em cheque a *détenté* para apoiar mais fortemente a causa somali (Colucci 2012). Além disso, o principal objetivo dos norte-americanos já tinha sido concretizado: afastar a Somália dos soviéticos.

Conclusão

O argumento desenvolvido ao longo do artigo foi o de que o pansomalismo operou simultaneamente em duas dimensões: como força interna de integração nacional e como projeto externo de reunificação territorial. A tensão entre essas duas dimensões constituiu o núcleo contraditório do processo de formação do Estado somali.

Nesse sentido, a analogia entre união e unidade somali formulada por Farah e Eno (2022) ajuda a ilustrar a conclusão deste trabalho. A unidade somali — fundada na língua, na memória histórica e na cultura política compartilhada — precedia a independência e constituía um dado social e político reconhecido naquele povo. Já a união dizia respeito ao projeto político de centralização estatal e de reunificação territorial sob uma única autoridade soberana. No caso somali, essa passagem mostrava-se historicamente mais complexa porque amplos setores da sociedade não haviam constituído até então uma experiência duradoura de governo centralizado em escala territorial baseado nessa unidade. Assim, o problema histórico não foi a ausência de unidade, mas a suposição de que a união poderia emergir quase automaticamente dessa base sociocultural, sem a construção gradual das mediações materiais, institucionais e políticas próprias da autoridade estatal.

Foi precisamente nesse deslocamento que o pansomalismo deixou de atuar prioritariamente como horizonte de integração e passou a absorver recursos e legitimidade em direção ao Irredentismo. A questão da união territorial tornou-se mais forte do que a consolidação interna da unidade nacional efetiva. O resultado foi a subordinação progressiva do desenvolvimento de capacidades estatais à busca de uma solução externa para uma contradição que permanecia interna.

Há ainda um elemento histórico-estrutural adicional que complexifica a tentativa de converter a unidade somali em união estatal duradoura. A predominância secular de formas de vida pastorais e nômades, associadas a mecanismos descentralizados de regulação política baseados em pactos entre linhagens, significava que amplos setores da sociedade somali não haviam experimentado, antes do colonialismo, formas de autoridade centralizada em escala territorial comparáveis ao Estado moderno europeu. Isso não implica qualquer suposta incapacidade intrínseca de construção estatal, mas indica que o projeto de união política pós-1960 exigia não apenas integrar territórios coloniais distintos e superar o subdesenvolvimento periférico, como também produzir historicamente novas mediações entre formas sociais descentralizadas e um aparelho estatal centralizado.

Nessa direção, o revés da integração nacional somali não estaria ligado ao antagonismo essencial entre "clã" e "Estado", ou seja, na existência (ou inexistência) de identidades locais em si. O desafio, portanto, está na ausência de mecanismos políticos e institucionais capazes de articular essas forças simbólicas com uma autoridade estatal universalista. Consequentemente, a autoridade central permaneceu frágil, excessivamente dependente de lideranças, do aparato coercitivo e de recursos externos.

Assim, quando o projeto pansomalista foi derrotado no Ogaden e o impulso desenvolvimentista do regime se desfez, revelou-se o vazio estrutural de uma união política que jamais se enraizou plenamente nas bases sociais da unidade somali. Dessa forma, o Ogaden foi o ponto de condensação das contradições internas, regionais e sistêmicas do Estado somali. A derrota no conflito representou também a derrota simultânea do projeto externo "expansionista" e do projeto interno de desenvolvimento. Também afundaram nas areias do Ogaden os principais instrumentos de integração nacional construídos desde 1960: a legitimidade das forças armadas, a promessa de autossuficiência, a integração entre norte e sul e a própria capacidade do Estado de atuar como autoridade universalista. A derrota de 1978 deve, portanto, ser compreendida como catalisador histórico, e não como causa isolada, da crise posterior. Ela tornou visível o vazio estrutural que o projeto da união havia mascarado: a ausência de uma base econômica autônoma, a persistência da dependência externa, a fragilidade institucional e a captura do Estado por elites burocrático-militares.

REFERÊNCIAS

Ahmed, Ali Jimale, org. 1995. *The Invention of Somalia*. Red Sea Pr.

Akokpari, John. 2016. "África do Sul e a Arquitetura de Paz e Segurança da Uniao Africana: Velhas Responsabilidades e Novos Desafios." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 1 (2): 2. https://doi.org/10.22456/2448-3923.65626.

Acosta, María Elena Álvarez, org. 2011. *África subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales*. Colección Sur-Sur. CLACSO.

Amin, Samir. 2006. *Os Desafios da Mundialização*. Editora Ideias e Letras.

Andrés, César García, e Pablo Arconada Ledesma. 2023. "Colonial Conflicts in the Horn of Africa: From European Presence to Ethiopian Imperialism (1880-1930)." In *Examining Colonial Wars and Their Impact on Contemporary Military History,* organizado por Miguel Madueño. IGI Global. https://doi.org/10.4018/978-1-6684-7040-4.ch004.

Arrighi, Giovanni. 2006. "A crise africana: aspectos regionais e sistêmicos do mundo." In *Contragolpes*, organizado por Emir Sader. Boitempo.

Arrighi, Giovanni. 2016. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Contraponto.

Bade, Zakarie Abdi. 2020. "Dynamics of Religion and Nationalism in Somalia: Allies and Opponents." *International Journal of Contemporary Applied Researches* 7 (8): 38–54. https://www.ijcar.net/assets/pdf/Vol7-No8-August2020/4.-DYNAMICS-OF-RELIGION-AND-NATIONALISM-IN-SOMALIA-ALLIES-AND-OPPONENTS.pdf.

Barnes, Cedric. 2007. "The Somali Youth League, Ethiopian Somalis and the Greater Somalia Idea, c. 1946–48." *Journal of Eastern African Studies* 1 (2): 277–91. https://doi.org/10.1080/17531050701452564.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 2008. "Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo." *Estudos Avançados* 22 (62): 171–194. https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100012.

Brucan, Silviu. 1983. *La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y política*. Siglo Veintiuno Editores.

Cardoso, Nilton César Fernandes. 2020. *Segurança Regional no Chifre da África: conflitos, atores, agendas e ameaças*. 1o ed. Série Africana. CEBRAFRICA; CEGOV.

Carrillo, Norberto Carlos Escalona. 2011. "Somalia: Proceder de los actores internos, regionales e internacionales y su impacto sobre el conflicto en el período". In *África subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales*, 1o ed., organizado por María Elena Álvarez Acosta. Colección Sur-Sur. CLACSO.

Cassanelli, Lee V. 1982. *The Shaping of Somali Society: Reconstructing the History of a Pastoral People, 1600–1900*. University of Pennsylvania Press.

Chazan, Naomi, Peter Lewis, Robert Mortimer, Donald Rothchild, e Stephen John Stedman. 1999. *Politics and Society in Contemporary Africa*. 3o ed. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-14490-7.

Chonka, Peter, e Sally Healy. 2021. "Self-Determination and a Shattered Star: Statehood and National Identity in the Somali Horn of Africa." *Nations and Nationalism* 27 (1): 61–79. https://doi.org/10.1111/nana.12646.

Clapham, Christopher. 1996. *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/CBO9780511549823.

Clapham, Christopher. 2023. *The Horn of Africa: State Formation and Decay*. Hurst Publishers.

Colucci, Lamont. 2012. *The National Security Doctrines of the American Presidency: How They Shape Our Present and Future*. Praeger.

Diallo, Mamadou Alpha. 2021. "War and Conflict in the African Sahel Fruit of Historic and Permanent War between Two Empires: The Arab-Islamic Empire

and the Western Empire." *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations* 10 (19): 19. https://doi.org/10.22456/2238-6912.108448.

Elaigwu, J. Isawa, e Ali Al'Amin Mazrui. 2011. "Construção da nação e evolução das estruturas políticas." In *História Geral da África VIII: África desde 1935*, 20 ed., organizado por Ali Al'Amin Mazrui e Christophe Wondji. Cortez; UNESCO.

Farah, Abdulkadir Osman, e Mohamed A. Eno. 2022. *Theorising Somali Society: Hope, Transformation and Development*. Vol. 1. Pluriverse of Creativity: New Horizons of Planetary Realizations. Authorspress.

Fasi, Muhammad ibn 'Abd al-Wahid al-, e Ivan Hrbek. 2010. "O advento do Islã e a ascensão do Império Muçulmano." In *História Geral da África III: África do século VII ao XI*, por Muhammad ibn 'Abd al-Wahid al-Fasi, e Ivan Hrbek. UNESCO.

Gleijeses, Piero. 2006. "Moscow's Proxy? Cuba and Africa 1975–1988." *Journal of Cold War Studies* 8 (4): 98–146. https://doi.org/10.1162/jcws.2006.8.4.98.

Halliday, Fred. 1977. "US Policy in the Horn of Africa: Aboulia or Proxy Intervention?" *Review of African Political Economy* (10): 8–32. https://www.jstor.org/stable/3997918.

Halliday, Fred. 1989. *Génesis de la Segunda Guerra Fria*. Fondo de Cultura Económica.

Halliday, Fred, e Maxine Molineux. 1981. *The Ethiopian Revolution*. NLB.

Hobsbawm, Eric J. 2008. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 50 ed. Paz e Terra.

Irons, Roy. 2013. *Churchill and the Mad Mullah of Somaliland: Betrayal and Redemption 1899-1921*. Pen and Sword.

Jackson, Donna R. 2010. "The Ogaden War and the Demise of Détente." *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 632 (1): 26–40. https://doi.org/10.1177/0002716210378833.

Ki-Zerbo, Joseph. 1972. *História da África Negra II*. Publicações Europa-América.

Laitin, David D. 1976. "The Political Economy of Military Rule in Somalia." *The Journal of Modern African Studies* 14 (3): 449–68. https://doi.org/10.1017/S0022278X00053519.

Laitin, David D. 1979. "The War in the Ogaden: Implications for Siyaad's Role in Somali History." *The Journal of Modern African Studies* 17 (1): 95–115. http://www.jstor.org/stable/159897.

Laitin, David D., e Said S. Samatar. 1984. "Somalia and the World Economy." *Review of African Political Economy* 11 (30): 58–72. https://doi.org/10.1080/03056248408703584.

Ledesma, Pablo Arconada. 2018. "From Irredentism to State Disintegration: Greater Somalia during Siad Barre Regime (1969-1991)." *Revista Universitara de Sociologie* 14 (1): 94–105. https://uvadoc.uva.es/handle/10324/64488.

Lefebvre, Jeffrey A. 1991. *Arms for the Horn: U.S. Security Policy in Ethiopia and Somalia, 1953-1991*. Pitt Series in Policy and Institutional Studies. University of Pittsburgh Press.

Lewis, Ioan Myrddin. 1963. "Pan-Africanism and Pan-Somalism." *The Journal of Modern African Studies* 1 (2): 147–61. https://www.jstor.org/stable/159026.

Lewis, Ioan Myrddin. 1988. *A modern history of Somalia: nation and state in the Horn of Africa*. Westview Press.

Lewis, Ioan Myrddin. 2008. *Understanding Somalia and Somaliland: Culture, History, Society*. Columbia University Press.

Markakis, John. 1986. "Radical Military Regimes in the Horn of Africa." In *Military Marxist Regimes in Africa,* organizado por John Markakis e Michael Waller. Frank Cass.

Metz, Helen Chapin. 1992. *Somalia, a Country Study. Library of Congress*. https://arcadia.sba.uniroma3.it/handle/2307/5676.

Millman, Brock. 2014. *British Somaliland: An Administrative History, 1920–1960*. Routledge, Taylor & Francis Group.

Mitchell, Nancy. 2016. *Jimmy Carter in Africa: Race and the Cold War*. Cold War International History Project Series. Woodrow Wilson Center Press; Stanford University Press.

Mohamed, Saeed Sheikh. 1992. "The Rise and Fall of Somali Nationalism." *Refuge: Canada's Journal on Refugees: Special Issue on Somalia* 12 (5): 4–7. https://doi.org/10.25071/1920-7336.21675.

Møller, Bjørn. 2009. *The Somali Conflict: The Role of External Actor*. Universitäts- und Landesbibliothek Sachsen-Anhalt. http://edoc.bibliothek.uni-halle.de/servlets/DocumentServlet?id=9999.

Nkrumah, Kwame. 1977. *A luta de classes em África*. Livraria Sá da Costa Editora.

Nkrumah, Kwame. 2025. *Kwame Nkrumah: Discursos pan-africanistas*. Organizado por Efemia Chela e Vijay Prashad. Expressão Popular.

Ottaway, Marina. 1982. *Soviet and American influence in the horn of Africa*. Studies of influence in international relations. Praeger.

Pankhurst, Robert K., e Lee V. Cassanelli. 2011. "A Etiópia e a Somália." In *História Geral da África VI - A África do século XIX à década de 1880*, organizado por J. F. Ade Ajayi. Cortez; UNESCO.

Pereira, Analúcia Danilevicz, e Rafaela Pinto Serpa. 2024. "Conflict Management in Africa: The African Union's Peace and Security Architecture (APSA)." *INTELLECTUS: The African Journal of Philosophy* 2 (1): 10–26. https://intellectus.com.ng/wp-content/uploads/2024/07/INTELLECTUS___PEREIRA_and_SERPA_Vol_2-1.pdf.

Pereira, Analúcia Danilevicz, e Salvatore Gasparini Xerri. 2020. "O Sistema Mundial Contemporâneo: Uma Contribuição Para o Debate Sobre Desenvolvimento Na Teoria Do Sistema-Mundo." *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strate-*

gy & International Relations 9 (18): 41-65. https://doi.org/10.22456/2238-6912.108854.

Porter, Bruce. 1984. "The Ogaden war." In *The USSR in Third World Conflicts: Soviet Arms and Diplomacy in Local Wars 1945–1980*, por Bruce Porter. Cambridge University Press.

Rivas, Edelberto Torres. 1981. "La Nación: problemas teoricos e historicos." In *Estado y Política na América Latina*, organizado por Ernesto Laclau e Norbert Lechner. Siglo Veintiuno Editores.

Rotberg, Robert I., org. 2003. *State Failure and State Weakness in a Time of Terror. World Peace Foundation*; Brookings Institution Press.

Samatar, Abdi I. 2016. *Africa's First Democrats: Somalia's Aden A. Osman and Abdirazak H.* Hussen. Indiana University Press.

Samatar, Abdi I. 2019. "'Fate Worse than' artificial borders is the insidious African elite politics : the Somali case." *South African Geographical Journal* 101 (3): 357–78. https://doi.org/10.1080/03736245.2019.1612769.

Samatar, Ahmed I. 1987. "Self-Reliance Betrayed: Somali Foreign Policy, 1969–1980." *Canadian Journal of African Studies / Revue canadienne des études africaines* 21 (2): 201–19. https://doi.org/10.1080/00083968.1987.10803824.

Samatar, Ahmed I. 1988. *Socialist Somalia: Rhetoric and Reality.* Zed Press.

Samatar, Said S. 1979. "Maxamad Cabdille Xasan of Somalia: The Search for the Real Mullah." *Northeast African Studies* 1 (1): 60–76. https://www.jstor.org/stable/43660350.

Samatar, Said S. 1982. *Oral Poetry and Somali Nationalism: The Case of Sayyid Mahammad 'Abdille Hasan*. African Studies Series 32. Cambridge University Press.

Samoff, Joel. 1982. "Class, Class Conflict, and the State in Africa." *Political Science Quarterly* 97 (1): 105–27.

Sheik-Abdi, Abdi. 1977. "Somali Nationalism: Its Origins and Future." *The Journal of Modern African Studies* 15 (4): 657–65. https://doi.org/10.1017/S0022278X00002299.

Thompson, Vincent Bakpetu. 2015. *Conflict in the Horn of Africa: The Kenya-Somalia Border Problem, 1941-2014.* University press of America.

Tilly, Charles. 1996. *Coerção, Capital e Estados Europeus.* Editora da Universidade de São Paulo.

Touval, Saadia. 1963. *Somali Nationalism: International Politics and the Drive for Unity in the Horn of Africa*. Harvard University Press.

Valenta, Jiri. 1980. "Soviet-Cuban Intervention in the Horn of Africa: Impact and Lessons." *Journal of International Affairs* 34 (2): 353–67. https://www.jstor.org/stable/24356896.

Visentini, Paulo Fagundes. 2020. "Regimes Militares Marxistas Africanos, ascensão e queda: condicionantes internos e dimensões internacionais." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 5 (9): 33–53. https://doi.org/10.22456/2448-3923.97061.

Visentini, Paulo Fagundes. 2025. "As Relações URSS-África nos Anos 1970-1980: Uma Proposta Analítica das Motivações, Condicionantes e Impactos." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 34-49. https://doi.org/10.22456/2448-3923.149438.

Visentini, Paulo Fagundes, Luis Dario Ribeiro, e Analúcia Danilevicz Pereira. 2014. *História da África e dos africanos*. 30 ed. Vozes.

Wallerstein, Immanuel. 1973. "Class and Class-Conflict in Contemporary Africa." *Canadian Journal of African Studies* 7 (3).

Wallerstein, Immanuel. 2005. *Africa: The Politics of Independence and Unity*. University of Nebraska Press.

Woodward, Peter. 2002. *The Horn of Africa: State, Politics and International Relations*. I. B. Tauris & Company.

Yuusuf, Muuse. 2021. *The Genesis of the Civil War in Somalia: The Impact of Foreign Military Intervention on the Conflict*. I. B. Tauris; Bloomsbury Publishing Plc.

Zoppi, Marco. 2015. "Greater Somalia, the Never-Ending Dream? Contested Somali Borders: The Power of Tradition vs. the Tradition of Power." *Journal of African History, Politics and Society* 1 (1): 43–64.

RESUMO

Este artigo analisa o papel do pansomalismo como ideal e movimento na construção e na crise do Estado somali. Argumenta-se que o pansomalismo operou em duas dimensões simultâneas: como vetor interno de integração nacional e como projeto externo de reunificação territorial dos povos somalis no Chifre da África. A hipótese central sustenta que essa dupla função, inicialmente decisiva para a legitimação do Estado pós-colonial, converteu-se em fator de fragilização estrutural à medida que a agenda de integração interna foi subordinada ao Irredentismo. A partir de uma abordagem histórico-materialista, qualitativa e hipotético-dedutiva, organizada nos níveis nacional, regional e sistêmico, o artigo divide-se em três seções. Primeiramente, busca demonstrar como a Somália possuía, antes da independência, uma base identitária relativamente coesa, mas dividida em cinco territórios coloniais diferentes. Esses fatores acabaram influenciando para que os movimentos nacionalistas buscassem além da independência, uma unificação dos territórios. Nesse contexto, a unificação das Somalilândias Britânica e Italiana, em 1960, representou a realização inicial do projeto pansomalista, mas também inaugurou as tensões entre consolidação interna e projeção externa. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a priorização da agenda irredentista deslocou recursos e legitimidade do desenvolvimento estatal para a expansão territorial. A Guerra do Ogaden (1977–1978) condensou essas con-

tradições ao expor os limites materiais do Estado somali diante dos constrangimentos regionais e sistêmicos da Guerra Fria.

PALAVRAS-CHAVE

Somália. Pansomalismo. Construção do Estado na África.

Recebido em 15 de abril de 2026
Aceito em 04 de maio de 2026[18]

18 Como citar: Serpa, Rafaela Pinto. 2025. "O pansomalismo na construção e na crise do Estado Somali: integração e Irredentismo." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (20): 113-140. https://doi.org/10.22456/2448-3923.154960.

UM OLHAR PARA O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA EM GUINÉ-BISSAU

Angelita Alves de Carvalho[1]
Vavito Andre da Costa[2]

Introdução

A demografia produziu uma das generalizações mais bem documentadas nas Ciências Sociais: a transição demográfica (Kirk 1996). De acordo com Lee (1987), as teorias demográficas se desenvolveram à medida que estudiosos buscavam analisar e sistematizar os fundamentos teóricos da ciência da população, dando ênfase especialmente para o pensamento demográfico. A transição demográfica é uma das correntes teóricas mais conhecidas na demografia, que vem sendo desenvolvida ao longo do tempo e marcada por diferentes contribuições na busca pela compreensão de seus processos e fatores relacionados em diferentes regiões e países ao redor do mundo.

A formulação clássica da teoria da transição demográfica, conforme discutida por Kirk (1996), remonta às contribuições iniciais de autores como Warren Thompson (1929), Adolphe Landry (1934), Kingsley Davis (1945) e Frank Notestein (1945), todos citados em Kirk (1996). A partir da década de 1960, Ansley Coale aprofundou a sistematização do estudo das transições demográficas em países europeus por meio de um importante projeto na Universidade de Princeton, contribuindo para a consolidação do que hoje

1 Programa de pós-graduação em População, Território e Estatísticas Públicas, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: Angelita.carvalho@ibge.gov.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9342-4181.

2 Programa de pós-graduação em População, Território e Estatísticas Públicas, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). Passo Fundo, Brasil. E-mail: vavitociso@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0004-2636-9938.

https://doi.org/10.22456/2448-3923.153872

é considerado a versão clássica da teoria (Coale 1973, citado em Kirk 1996; Grupo de Foz 2021).

Segundo Kirk (1996), a transição demográfica vem sendo um importante tópico para a demografia moderna. O modelo de transição demográfica começou como uma classificação de populações diferenciadas por diferentes combinações de fecundidade e mortalidade. Sociedades passando por processos de modernização progrediram de regimes pré-modernos de alta fecundidade e mortalidade para um regime pós-moderno no qual ambas eram baixas. Há uma classificação por fases ou grupos. Na primeira fase, tanto fecundidade quanto mortalidade apresentavam taxas muito elevadas. Nas fases subsequentes, a mortalidade começou a diminuir, seguido por um declínio na fecundidade.

Especificamente, no contexto subsaariano, estudos apontam que o atraso foi causado por severas recessões no desenvolvimento econômico e diversos problemas no passado histórico que impactaram diretamente o processo de transição demográfica na região. Utilizando dados do relatório de Perspectivas da População Mundial da Organização das Nações Unidas, é possível identificar de que forma a transição vem ocorrendo na África Subsaariana, particularmente na sub-região da África Ocidental, área em que Guiné-Bissau se localiza. Desde a década de 1990, considerada por muitos autores como o início da transição nesta região da África, dados referentes à mortalidade e fertilidade vêm caindo a um ritmo muito lento. Na África Ocidental em 1990, a taxa de fecundidade era de 6,65 filhos por mulher, caindo para 6,04 filhos em 2000. Em 2010, o declínio aumentou para 5,71 filhos por mulher, e para 5,05 no ano de 2020 (United Nations 2022). Dados acerca da mortalidade na mesma região podem ser observados durante o mesmo período. Em 1990, a taxa de mortalidade era de 17,5 por mil habitantes; em 2000, ela caiu para 15,7%; a tendência de queda continuou até 2010, 12,5%, e em 2020, a taxa bruta de mortalidade (TBM) foi de 10,7% (United Nations 2022). Acredita-se que Guiné-Bissau, que possui características muito semelhantes a outros países da região, vem seguindo tendências similares no seu processo de transição demográfica.

Esta pesquisa no contexto guineense é de grande relevância, visto que não existem estudos sobre o país que busquem demonstrar as especificidades de sua transição demográfica. Esse é o primeiro estudo com esse objetivo, que procura encorajar novas pesquisas e, com isso, o conhecimento necessário para o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas à diversos fenômenos demográficos na Guiné-Bissau.

Para além de preencher uma lacuna geográfica, este estudo se diferencia de análises existentes — como as de Tabutin and Schoumaker (2021) ou do Banco Mundial (Canning, Raja e Yazbek 2015) — ao ir além do conjunto de tendências da África Subsaariana de isolar a trajetória demográfica de um Estado fragilizado. Enquanto modelos regionais com frequência tratam a Guiné-Bissau como um mero ponto de dados dentro de uma tendência mais ampla, nossa análise aborda a "Transição Demográfica em Contextos de Conflito". Ao integrar fatores históricos e políticos, como a instabilidade crônica e a Guerra Civil de 1998-1999 (Koudawo 2001; Cardoso 1995), exploramos como choques políticos e falhas de governança criaram um padrão de transição "estagnado" ou idiossincrático que desafia as premissas lineares da teoria demográfica clássica. Esta lente histórico-política é a principal inovação desse trabalho, oferecendo uma interpretação matizada de como a fragilidade de um Estado impacta os resultados demográficos.

O Contexto Político, Social e Demográfico de Guiné-Bissau

Localizado na costa oeste da África Subsaariana, Guiné-Bissau segue sendo um dos países menos estudados de um ponto de vista demográfico, apesar de sua importância geopolítica. Em 2023, o país possuía 1,78 milhões de habitantes (INE 2023), um PIB per capita de 556.421 FCFA e um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,480, somados a níveis persistentes de pobreza afetando quase metade da população (INE 2023). Sua organização administrativa inclui três províncias, oito regiões e o Setor Autônomo de Bissau, e sua diversidade étnica é marcada pela coexistência do Crioulo — a língua nacional — e do Português — a língua oficial.

Desde a democratização na década de 1990, a política guineense tem sido caracterizada pela instabilidade crônica, múltiplos golpes de Estado e sucessivas mudanças de governo, elementos que dificultam a consolidação institucional e a implementação de políticas públicas duradouras (Cardoso 1995; M'bundé 2017). Essas fragilidades contemporâneas são agravadas por um passado complexo: o território vem sendo habitado por diferentes grupos desde a Pré-História, integrado às rotas comerciais africanas e, mais tarde, colonizado por Portugal no século XV. Depois de um longo processo de resistência, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) liderou a luta anti-colonial que culminou em sua independência em 1973-1974 (Benzinho e Joana 2015).

O pós-independência também foi marcado por turbulências. O governo de Luís Cabral encarou sérios desafios econômicos e foi derrubado por um golpe liderado por João Bernardo Vieira em 1980, que estabeleceu um regime de partido único até o início da abertura multipartidária nos anos 1990 (Gomes 2014; Koudawo 2001). A transição demográfica, no entanto, não reverteu os ciclos de instabilidade: a guerra civil de 1998 e o golpe de 2012 comprometeram a governança e afetaram setores essenciais como saúde e educação (Sangreman, Proença e Martins 2016).

A saúde pública foi profundamente impactada por essa instabilidade. Após 1974, a criação da rede de cuidados primários e do primeiro Plano Nacional de Saúde (PNS), aprovado em 1993, buscou fortalecer a saúde materno-infantil, o planejamento familiar e a prevenção de doenças (Guerreiro et al. 2019). Contudo, reformas subsequentes — PNDS[3] I (1998), PNDS II (2003-2007) e a terceira PNDS (a partir de 2017) — têm progredindo vagarosamente devido ao frágil ambiente político. Limitações estruturais severas persistem: falta de energia, fornecimento de água irregular e escassez de recursos humanos qualificados na maioria das unidades (Indi 2021). Investimentos em saúde são historicamente baixos, sem exceder 9% do orçamento nacional e representando por volta de 1.9% do PIB, sendo menor que o de seus países vizinhos (Guerreiro et al. 2019). Até mesmo o Hospital Nacional Simão Mendes encara dificuldades significativas em infraestrutura, gestão e sistemas de informação, o que dificulta a produção de indicadores confiáveis.

A baixa qualidade de dados demográficos é um dos desafios estruturais apontado pela literatura. Torrisi et al. (2025) demonstra que registros civis significativamente subnotificam óbitos em Bissau, comprometendo estimativas de mortalidade e dificultando análises robustas das dinâmicas demográficas. A instabilidade política, por sua vez, tem um impacto direto nos níveis de mortalidade. Usando técnicas indiretas, Fazzio, Mann e Boone (2011) mostram que a mortalidade infantil permaneceu alta entre 1977 e 2007, diminuindo no decorrer do tempo, mas crescendo novamente entre 1997 e 2001 — um período que inclui a guerra civil de 1998-1999. O risco de morte infantil variava de acordo com a etnia: entre os Balanta até 2001 e os Fula entre 2002 e 2007, enquanto fatores como a distância de centros de saúde e a poligamia tiveram efeitos menos significativos. A importância da etnia como um eixo de vulnerabilidade também aparece em Balde (2019), que identifica a influência de fatores culturais e socioeconômicos — como acompanhamento pré-natal e natal insuficientes na estação seca — na sobrevivência de crianças com menos de um ano de idade.

3 Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário.

Os efeitos da instabilidade se estendem às mulheres. Kotsadam e Ostby (2019) mostram que conflitos e crises políticas têm aumentado a taxa de mortalidade de mulheres em idade reprodutiva no decorrer das últimas décadas. De forma similar, Damerow et al. (2024) analisa a qualidade do acompanhamento perinatal em áreas rurais, identificando limitações estruturais que exacerbaram a mortalidade materna e neonatal. Esses achados reforçam que desigualdades persistentes e lentas melhorias nas taxas de mortalidade tornam o processo de transição demográfica particularmente demorado no país.

Nesse contexto, projeções recentes pela African Futures (Institute of Security Studies 2013) indicam que Guiné-Bissau manterá uma estrutura etária extremamente jovem nas próximas décadas e que a possibilidade de usufruir de um dividendo demográfico dependerá da ampliação do acesso à métodos contraceptivos e avanços consistentes na saúde reprodutiva. Juntos, esses fatores históricos, políticos e institucionais moldam as dinâmicas demográficas de Guiné-Bissau, influenciando padrões de mortalidade e fertilidade, bem como a velocidade da transição demográfica, que será discutida em maiores detalhes nas seções seguintes.

A análise da transição demográfica na África Subsaariana requer ir além de modelos lineares clássicos para incorporar debates contemporâneos sobre o Excepcionalismo Demográfico Africano e as Transições Não-Lineares. De acordo com Bongaarts e Casterline (2013), a trajetória na região é singular, caracterizada por um ritmo mais lento e ocorrendo em condições socioeconômicas distintas em comparação às outras regiões do mundo. Essa singularidade é frequentemente marcada pelo fenômeno da estagnação da fecundidade — períodos nos quais o declínio das taxas de nascimento ficam estagnadas ou, até mesmo, sofrem ligeiras reversões antes de retomar a tendência (Bongaarts 2008, 2017; Garenne e Joseph 2002).

Para além disso, a literatura recente enfatiza a "Transição Demográfica em Contextos de Conflito", na qual a instabilidade política crônica e a fragilidade estatal atuam como forças disruptivas primárias. O impacto dos conflitos armados em resultados demográficos é multifacetado; estudos sobre exposição à conflitos armados e fecundidade na África Subsaariana sugerem que, enquanto conflitos podem levar ao declínio temporário da fecundidade devido a deslocamento e choques econômicos, frequentemente resultam em uma fecundidade de "recuperação" ou em um ambiente de alta fecundidade sustentada como resposta ao alto risco de mortalidade e incerteza. Como explorado em "Demografia Política do Conflito Moderno na África" (Green 2012), a interação entre diversidade étnica, competição por terras e

pressão populacional com frequência criam um ciclo de retroalimentação que aprofunda ainda mais a instabilidade, em particular em Estados com frágil capacidade institucional.

Esse referencial teórico também destaca a relação crítica entre crescimento populacional, estrutura etária, conflito e governança na África Subsaariana. Em Estados frágeis, uma estrutura etária jovem (uma "protuberância da juventude") combinada com má governança pode agravar o risco de agitação civil, estagnando, ainda mais, a transição demográfica (Green 2012). Comparação com países como Ruanda, Serra Leoa e a República Democrática do Congo (RDC) reforçam a tese das transições não-lineares, nas quais os conflitos prolongados levam ao desmantelamento dos sistemas de saúde e resultam em uma transição epidemiológica estagnada (Omran 2001; Kraehnert et al. 2019; Schoumaker 2019; Tabutin e Schoumaker 2021).

Metodologia

Esse artigo caracteriza-se como um estudo quantitativo descritivo, baseando-se na análise de dados empíricos secundários para responder aos objetivos propostos. Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura, na qual foram escolhidos textos que apresentavam um panorama histórico e atual dos processos sociais e demográficos na Guiné-Bissau e na região. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau é a principal fonte de informações, tendo em vista que fornece diversas coleções e estudos que abordam a história social, política e econômica do país, assim como pesquisas acadêmicas que discutem transição demográfica e padrões reprodutivos locais.

Na sequência, para analisar a transição demográfica de Guiné-Bissau, dados agregados disponíveis nas plataformas digitais do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, do inglês *United Nations Population Fund*) e no Instituto Nacional de Estatística de Guiné Bissau (INE) foram explorados. Apesar deste estudo utilizar dados secundários da Divisão de População das Nações Unidas (United Nations 2022), é essencial reconhecer as limitações inerentes aos indicadores demográficos em Guiné-Bissau, onde a histórica instabilidade política e as limitações de recursos dificultaram a coleta sistemática de dados. Estimativas de mortalidade infantil e adulta estão sujeitas à subnotificações substanciais devido a falta de um sistema de registro civil robusto, especialmente em áreas rurais ou durante períodos de conflito; portanto, as tendências aqui apresentadas devem ser interpretadas como

estimativas conservadoras da carga demográfica real (Omran 2001; Tabutin e Schoumaker 2021). Para além disso, projeções populacionais permanecem fortemente sensíveis a suposições sobre futura estabilidade e migração, o que pode não captar por completo potenciais choques considerando a história do país de mudanças políticas repentinas (Koudawo 2001). Esse estudo não realiza correções estatísticas independentes; em vez disso, fornece uma interpretação crítica dos dados existentes da ONU ao contextualizá-los dentro da história sócio-política de Guiné-Bissau, visando compreender tendências numéricas como indicadores de uma complexa realidade pós-conflito, em vez de certezas absolutas.

Esses dados nos permitiram apresentar e discutir os principais indicadores relativos à tendências gerais de transição demográfica e seus impactos na estrutura etária, abarcando o período de 1950 à 2050. A Tabela 1 reúne indicadores selecionados como a Taxa Bruta de Natalidade (TBN), a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM), crescimento populacional e a taxa de mortalidade infantil, essenciais para identificar o estágio da transição demográfica do país. Além disso, foram utilizados indicadores de proporção entre os sexos e de taxa de dependência para examinar mudanças na composição etária da população guineense.

Por fim, pirâmides etárias — um recurso clássico para a interpretação dos efeitos etários da transição demográfica — também foram analisadas e usadas para ilustrar visualmente mudanças nas tendências demográficas no decorrer do período estudado.

Tabela 1: Apresentação, definição e fonte de dados dos principais indicadores usados para analisar as dinâmicas demográficas em Guiné-Bissau

Indicador	Acrônimo	Conceito	Formula
Taxa Bruta de Natalidade	TBN	Número de nascimentos por 1000 habitantes	Nascimentos / população x 1000
Taxa Bruta de Mortalidade	TBM	Número de óbitos por 1000 habitantes	Óbitos / população x 1000
Taxa de Fecundidade Total	TFT	Número médio de filhos por mulher ao longo do período reprodutivo	Σ taxas específicas de fecundidade por idade x 5
Taxa de Mortalidade Infantil	TMI	Número de óbitos infantis com menos de um ano de idade por 1000 nascidos vivos	Óbitos infantis menores de um ano / Nascidos vivos x 1000
Razão de Sexos	RS	Número de homens por 100 mulheres em determinado tempo	Homens / Mulheres x 100
Razão de Dependência Total	RDT	Número de pessoas jovens (0-14 anos) e idosas (65 anos ou mais) por 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)	(Jovens+Idosos) / Pessoas em idade ativa x 100
Razão de Dependência de Jovens	RDJ	Número de pessoas jovens (0-14 anos) por 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)	Jovens / Pessoas em idade ativa x 100
Razão de Dependência de Idosos	RDI	Número de pessoas idosas (65 anos ou mais) por 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)	Idosos / Pessoas em idade ativa x 100
Índice de Envelhecimento	IE	Número de pessoas idosas (65 anos ou mais) por 100 pessoas jovens (0-14 anos)	Idosos / Jovens x 100

Fonte: elaborado pelos autores (2024), baseado na UNFPA/UN.

Transição Demográfica em Guiné-Bissau, de 1950 à 2050

A Figura 1 sumariza o processo de transição demográfica da Guiné-Bissau no decorrer de um século, mostrando a evolução da Taxa Bruta de Natalidade, da Taxa Bruta de Mortalidade e do crescimento populacional. Nota-se que a mortalidade já se encontrava em declínio em 1950, embora muito lentamente: a TBM permaneceu alta, por volta de 28 óbitos por mil

habitantes. Esse declínio acelerou na década de 1980, quando a mortalidade atingiu menores níveis e continuou a diminuir até se estabilizar por volta de 2020 com 9 óbitos por mil habitantes.

Esse padrão é consistente com o que Omran (2001) chama de modelo de transição epidemiológico contemporâneo ou atrasado, característico de países cuja modernização da saúde ocorre externamente ou de forma dependente. Segundo o autor, "medidas de saúde pública vem sendo um importante componente e o sistema de saúde importado e patrocinado internacionalmente desempenhou um papel decisivo na criação de condições para o crescimento populacional astronômico nesses países economicamente limitados" (Omran 2001, s.p.)[4]. Portanto, programas de saúde introduzidos no país contribuíram decisivamente para a redução da mortalidade, especialmente, entre mulheres e crianças, apesar da taxa de mortalidade infantil permanecer alta e mulheres em idade reprodutiva permanecerem expostas a maiores riscos do que os observados entre homens da mesma faixa etária (Omran 2001).

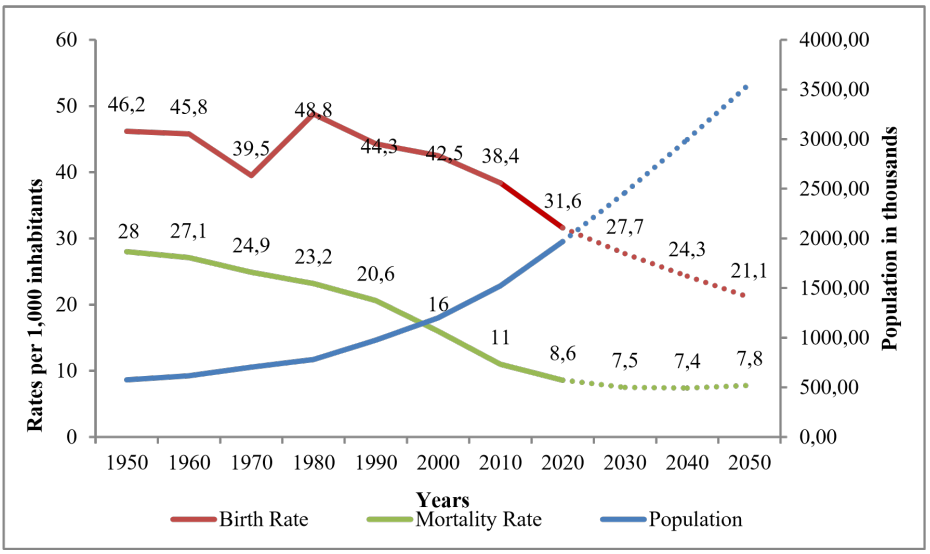
Apesar do declínio da mortalidade, a TBN permaneceu em alta e relativamente estável até os anos 2000, apenas iniciando a diminuir de forma mais clara depois desse período. De acordo com a Figura 1, a TBN caiu de valores próximos de 40-45 por mil habitantes no final do século XX para por volta de 31,6 em 2020, indicando uma, embora lenta, tendência de queda. A lacuna entre o acelerado declínio da mortalidade e a redução gradual nas taxas de natalidade criam uma larga lacuna entre as curvas, que, por sua vez, são traduzidas em forte crescimento populacional. Isso é evidenciado pelo significativo aumento na população, que atingiu por volta de 1 milhão de habitantes nos anos 2000 e continua a crescer rapidamente.

A projeção apresentada no gráfico sugere que, até 2050, a TBM deve se estabilizar entre 7 e 8 óbitos por mil habitantes, enquanto a TBN tende a continuar em declínio, atingindo 20 por mil. Esse descompasso persistente entre taxas de mortalidade e natalidade resulta em um crescimento populacional robusto, com a população do país praticamente duplicando nas próximas três décadas. Esse padrão é consistente com o recente diagnóstico do futuro demográfico da Guiné-Bissau, que destaca a persistência de uma estrutura etária extremamente jovem e da manutenção de altos índices de dependência,

4 Tradução nossa. No original: "p*ublic health measures have been an important component, and the internationally imported and sponsored health system has played a decisive role in setting the stage for astronomical population growth in these economically deficient countries*" (Omran 2001, n.p.).

especialmente se o acesso à métodos contraceptivos não aumente significativamente (Institute for Security Studies 2023.)

Figura 1: Dados da Transição Demográfica na Guiné-Bissau de 1950 à 2050



Fonte: United Nations (2022); elaboração dos autores.

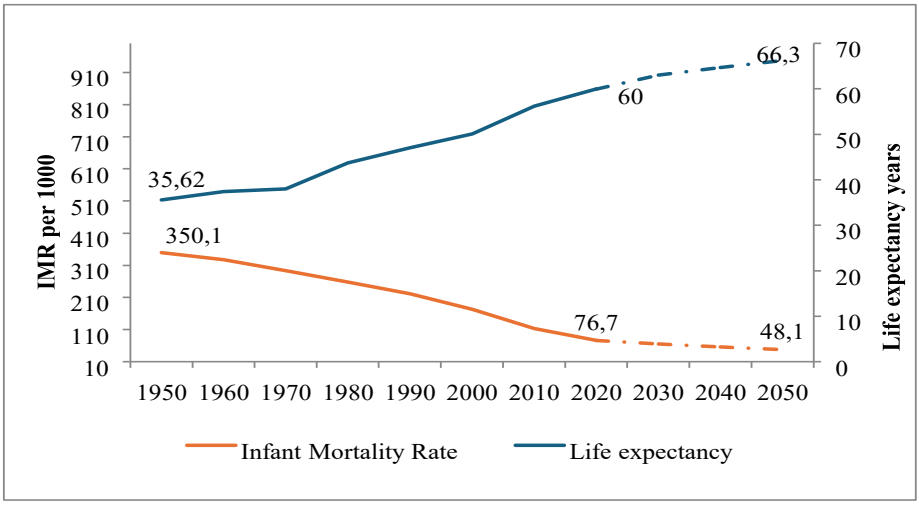
As mudanças observadas nas taxas brutas de natalidade e mortalidade se refletem diretamente sobre outros indicadores chave da transição demográfica, como expectativa de vida e mortalidade infantil, conforme mostrado na Figura 2. Em 1950, a expectativa de vida em Guiné-Bissau era somente de 35,62 anos, enquanto a mortalidade infantil alcançava 350 óbitos por mil nascidos vivos, níveis típicos do padrão epidemiológico inicial, marcado por doenças infecciosas, malnutrição e limitações estruturais nos serviços de saúde — características amplamente descritas por Omran (2001) em seu modelo de transição epidemiológico.

Desde a década de 1980, esses indicadores vêm progressivamente apresentando melhorias, em parte associadas a reformas econômicas, reorganização institucional e à expansão dos serviços de saúde (Cardoso 1995; Guerreiro et al. 2019). Em 2000, a expectativa de vida atingiu 50,12 anos e esse progresso tem continuado: em 2020, atingiu 60 anos, com projeções indicando 66,30 anos em 2050.

Essa evolução segue tendências observadas em grande parte da África Subsaariana, onde o aumento da expectativa de vida desde os anos 1990 decorre da expansão de intervenções de saúde pública, uma redução progressiva das mortes por doenças infecciosas e um declínio gradual da mortalidade infantil (United Nations 2022; Bongaarts 2008). Apesar de lenta, essa melhoria é consistente com o padrão de transição demográfica atrasada usado para descrever os países da região.

A mortalidade infantil segue uma trajetória semelhante: sua contínua redução — alcançando 77 mortes por mil nascimentos em 2020 — representa um dos avanços mais significativos na transição demográfica de Guiné-Bissau. Projeções indicam um declínio ainda maior, alcançando 48 mortes por mil em 2050. Esses resultados refletem ambos os processos de declínio da taxa de fecundidade e de avanços graduais em cuidados de saúde materno-infantil (Pontes et al. 2008; Guerreiro et al. 2019). Além disso, estudos regionais mostram que altos e persistentes níveis de mortalidade infantil, mesmo quando em declínio, são um padrão comum entre países da África Subsaariana com limitações estruturais como as de Guiné-Bissau (Bloom, Canning, e Fink 2014; Sharrow et al. 2022).

Figura 2: Expectativa de Vida e Mortalidade Infantil na Guiné-Bissau de 1950 à 2050



Fonte: United Nations (2022); elaborado pelos autores.

Outros indicadores chave para a compreensão da transição demográfica são a taxa de fecundidade total, o número de mulheres em idade reprodutiva e o número total anual de nascimentos, mostrados na Tabela 2. Com a progressiva redução da mortalidade nas últimas décadas, uma mudança significativa na estrutura etária da população vem ocorrendo, marcado por um aumento no número de mulheres com idades entre 15 e 49. Esse fenômeno aumenta o potencial reprodutivo do país, mesmo em um contexto de declínio da fecundidade — que caiu de 5,9 para 4,1 filhos por mulher entre 1950 e 2020. Como resultado direto dessa combinação de uma estrutura etária jovem e um lento declínio na fecundidade, o número de nascimentos aumentou de aproximadamente 25.000 para quase 63.000 por ano no mesmo período.

Esse cenário caracteriza o que demógrafos chamam de inércia demográfica, em que o crescimento populacional continua mesmo com o declínio das taxas de fecundidade e natalidade, impulsionada pela estrutura etária existente, nesse caso, devido à alta proporção de mulheres em idade reprodutiva. Em Guiné-Bissau, esse grupo representava 25% da população em 2020 e é esperado que atinja por volta de 30% em 2050. Ademais, embora seja esperado que a fecundidade caia para 2,6 filhos por mulher, ela permanecerá acima do nível de reposição (2,1), o que explica porque se espera que a população do país praticamente triplique em um período de 50 anos.

Tabela 2: Indicadores de Fertilidade em Guiné-Bissau, 1950-2050

Ano	População	Mulheres em idade reprodutiva (em milhares)	Nascimentos por ano	Taxa de Fecundidade Total
1950	543.414	137	25.147	5,9
1960	577.934	143	26.641	5,9
1970	591.663	134	23.336	6,0
1980	831.463	197	40.808	6,5
1990	973.551	215	43.465	6,5
2000	1.230.849	298	52.459	5,7
2010	1.567.221	380	60.273	5,1
2020	2.015.828	506	63.738	4,1
2030	2.484.863	655	68.811	3,4
2040	2.976.354	793	72.219	2,9
2050	3.044.529	925	72.601	2,6

Fonte: United Nations (2022); elaborado pelos autores.

Esse comportamento se alinha com o padrão observado na África Subsaariana, onde a transição da fecundidade vem ocorrendo lentamente em comparação com outras regiões do mundo. A taxa de fecundidade regional caiu de 6,5 filhos por mulher em 1950-1955 para 5,4 em meados dos anos 2000 (Canning, Raja, e Yazbeck 2015), um ritmo mais lento que o observado em regiões na Ásia e na América Latina. Cleland e Machiyama (2017) enfatizam que, devido a lentidão desse processo, a maior força demográfica na região nos próximos 35 anos será o aumento contínuo da natalidade, impulsionado pelo aumento do contingente adulto, que será maior do que o grupo mais jovem.

A estagnação da fecundidade na África Subsaariana reflete a interação entre restrições estruturais, preferências reprodutivas e dinâmicas comportamentais (como educação e autonomia das mulheres); embora não tenha nenhum estudo específico sobre a transição da fecundidade em Guiné-Bissau, acredita-se que esse padrão segue tendências regionais mais amplas. Para Garenne e Joseph (2002), esse atraso ou estagnação no declínio da fecundidade relaciona-se com crises econômicas recorrentes e condições históricas adversas. Arnaldo (2013) mostra que o uso de contraceptivos depende não só das preferências das mulheres, mas também do acesso e disponibilidade, levando a maiores taxas de fecundidade em regiões com serviços limitados. Ezeh, Mberu e Emina (2009) destacam que mudanças no comportamento reprodutivo — tal como fecundidade na adolescência, uso de contraceptivos e padrões de união — impactam tendências de fecundidade de maneiras diferentes em contextos distintos, explicando a estagnação (e.g., Quênia) e o declínio (e.g., Zimbábue). Bongaarts (2020) enfatiza ainda mais que o tamanho familiar persistentemente elevado que é desejado permanece uma barreira fundamental para o rápido declínio da fecundidade, mesmo quando o uso de contraceptivos aumentou. De modo geral, as tendências de fecundidade na região são específicas ao contexto e moldadas pelos efeitos combinados de acesso, preferências e comportamento.

A Tabela 3 mostra como esse processo de transição demográfica vem ocorrendo em Guiné-Bissau entre 1950 e 2050, comparando-o com a África Subsaariana e o mundo. A evolução de indicadores nacionais acompanha de perto as tendências observadas nos países da região. Em 1950, a mortalidade infantil chegou a 350 óbitos por mil nascimentos. Baixa expectativa de vida (E_o) — somente 35,6 anos — refletia o impacto conjunto da alta taxa de mortalidade infantil, riscos maternos e más condições sanitárias. Cinquenta anos depois, melhorias nas condições sociais contribuíram para o aumento na expectativa de vida para aproximadamente 50 anos e para o aumento populacional, que alcançou 1.230.849 habitantes em 2000.

Tabela 3: Dados comparados da transição demográfica em Guiné-Bissau, 1950-2050

Ano	Região	TBN	TBM	TFT	E_0	IMR
1950	**Guiné-Bissau**	46,2	28,0	5,9	35,6	350,0
	África Subsaariana	47,1	26,5	6,5	37,5	315,8
	Mundo	36,8	19,5	4,9	46,5	224,0
1990	**Guiné-Bissau**	44,5	20,6	6,5	47,1	222,0
	África Subsaariana	44,4	16,3	6,3	49,2	181,1
	Mundo	26,8	9,3	3,3	64,0	92,8
2000	**Guiné-Bissau**	42,5	16,0	5,7	50,1	173,6
	África Subsaariana	41,7	14,7	5,7	50,6	152,5
	Mundo	21,8	8,5	2,7	66,5	75,6
2020	**Guiné-Bissau**	31,6	8,6	4,1	60,0	76,7
	África Subsaariana	35,0	8,9	4,7	60,3	73,9
	Mundo	17,2	8,1	2,4	72,0	37,7
2050	**Guiné-Bissau**	21,1	7,8	2,6	66,3	48,0
	África Subsaariana	24,0	7,2	3,0	66,7	45,7
	Mundo	14,0	9,4	2,2	77,3	24,1

Fonte: United Nations (2022); elaborado pelos autores.

A persistência do lento declínio na taxa de fecundidade na região também é discutida por Bongaarts (2017), que mostra que, embora países em desenvolvimento tenham reduzido sua taxa de fecundidade em mais de 50% entre 1960 e 2010, a África Subsaariana é uma exceção, com taxas muito mais lentas, em grande parte por seu baixo nível de desenvolvimento socioeconômico. Estudos como os de Arnaldo e Cau (2013) reforçam esse diagnóstico, apontando que práticas culturais, como casamento precoce e baixo uso de contraceptivos, contribuem para níveis de fecundidade mais elevados.

Em relação às condições de vida, Defo (2014) mostra que mudanças demográficas e epidemiológicas globais entre 1950 e 2010 resultaram em ganhos significativos na expectativa de vida, mas com fortes desigualdades regionais. Enquanto regiões desenvolvidas alcançaram valores acima de 77

anos e a América Latina alcançou 73 anos, a África Subsaariana seguiu sendo a região com a menor média mundial — por volta de 53 anos durante o período de 2005-2010. Segundo o autor, essas diferenças se relacionam com guerras, instabilidade política e crises econômicas que marcaram a história da região nas últimas décadas, impactando diretamente a saúde e o bem-estar de suas populações.

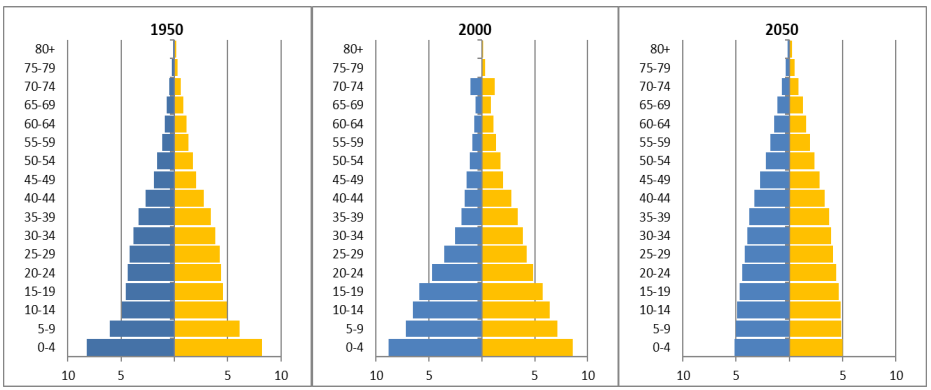
Esses resultados colocam Guiné-Bissau em consonância com o padrão regional, no qual avanços em longevidade ocorrem lenta e descontínuamente. Estudos comparativos mostram que países como Serra Leoa, Chade e Moçambique possuem trajetórias similares: expectativa de vida abaixo de 50 anos até o início dos anos 2000, forte influência de epidemias, conflitos civis e sistemas de saúde frágeis, e avanços graduais somente depois de 2010 (Tabutin e Schoumaker 2004, 2021). Esses autores demonstram que a África Subsaariana como um todo tem a transição mais tardia em mortalidade globalmente, caracterizada por lentos ganhos e vulnerabilidades epidemiológicas persistentes. Portanto, o caso guineense está de acordo com o padrão região, no qual melhorias recentes coexistem com duradouros desafios estruturais, resultando em uma expectativa de vida que está aumentando, mas em ritmo limitado.

Mudanças recentes na estrutura etária de Guiné-Bissau refletem claramente os efeitos da transição demográfica. A Figura 3, com pirâmides para 1950, 2000 e 2050, ilustra esse movimento. Em 1950, a estrutura populacional de Guiné-Bissau era tipicamente pré-transicional: uma base extremamente ampla, com 16% da população concentrada no grupo de 0-4 anos e um topo bastante estreito, refletindo altas taxas de mortalidade (28%) e de natalidade (46,2%). Esses níveis estão em consonância com o padrão mais amplo na África Subsaariana durante o mesmo período, quando conflitos coloniais, más condições de saneamento e epidemias mantiveram a expectativa de vida baixa (37,5 anos) e alta mortalidade infantil (315%) (United Nations 2022). Em 2000, a pirâmide manteve seu formato tradicional, mas com aumentos proporcionais nos grupos de jovens e adultos, indicando certo progresso nas condições de vida — especialmente entre aqueles acima de 60 — impulsionado por uma modesta redução da mortalidade infantil (173%). No entanto, a manutenção da alta taxa de fecundidade (5,7 crianças por mulher) e os impactos da guerra civil de 1998-1999 limitaram mudanças mais significativas na estrutura etária, atrasando a transição para uma base mais estreita.

A projeção para 2050 revela um país em um estágio avançado de transição: a base da pirâmide está se estreitando, enquanto a proporção de

adultos e adultos mais velhos está aumentando. O crescimento relativo dos grupos 5-9, 10-14 e 15-19 anos constituem uma "bolha de jovens", típica de contextos nos quais as taxas de fecundidade diminuem, mas permanecem acima do nível de reposição. Esse processo marca o início do envelhecimento da população, mesmo em países cuja estrutura ainda é predominantemente jovem.

Figura 3: Pirâmide Populacional de Guiné-Bissau em 1950, 2000 e 2050



Fonte: United Nations (2022); elaborado pelos autores.

As transformações observadas na estrutura etária de Guiné-Bissau podem ser interpretadas à luz da teoria da transição demográfica, particularmente em sua aplicação para os contextos de transição tardia. O padrão descrito é consistente com a mudança da fase pré-transicional para estágios intermediários de transição. No caso de Guiné-Bissau, a persistência de uma base larga na pirâmide populacional até 2000, mesmo em paralelo aos ganhos em condições de vida, sugere uma incompatibilidade entre mortalidade e fecundidade — uma característica central da transição demográfica tardia — na qual o declínio na taxa de mortalidade ainda não se completou. Assim, o caso ilustra um processo heterogêneo e prolongado, moldado por desafios institucionais, culturais e socioeconômicos, em que mudanças na estrutura etária refletem tanto melhorias nas condições de vida quanto a persistência de altas taxas de fecundidade.

Essas mudanças têm um impacto direto nos indicadores de índice de dependência (Tabela 4). Historicamente, Guiné-Bissau tem apresentado altos índices de dependência infantil: 66% em 1950, subindo para 72,8% em 2000, apesar do declínio da mortalidade — uma tendência similar à

observada em diversos países subsaarianos (Canning, Raja e Yazbeck 2015). Em 2020, o Índice de Dependência Total permaneceu alto (81,2%), refletindo uma população ainda muito jovem (idade média de 18,8 anos). Projeções para 2050 indicam uma redução na dependência total (53,5%), impulsionada pelo contínuo declínio das taxas de fertilidade e expansão da população em idade ativa. No caso dos idosos, a dependência permanece baixa devido ao lento crescimento da expectativa de vida e a alta taxa de mortalidade histórica. Em 1950, a TBM era somente 5,9%, aumentando para 11,39% em 2000 — um aumento que teria sido melhor se não fosse pelos efeitos da guerra civil, que aumentou consideravelmente a mortalidade, especialmente entre homens e crianças (Koudawo 2001; Guerreiro et al. 2019). Até 2050, projeta-se que a TBM seja de 7,9%, ainda baixa, mas consistente com o início do processo de envelhecimento. A Razão de Sexos (Tabela 4) também reflete os efeitos combinados da mortalidade, fecundidade e eventos históricos. Em 1950, era de 100%, possivelmente influenciada pela alta mortalidade materna resultado de más condições sanitárias durante o período colonial (Semedo 2021). Em 2000, caiu para 94,4% devido ao impacto da guerra civil, e seu aumento é previsto novamente em 2050 (98,8%), em consonância com as melhorias esperadas nas condições de moradia e saúde.

Essas mudanças na estrutura etária têm implicações diretas para o potencial dividendo demográfico do país. Contudo, a África Subsaariana, incluindo Guiné-Bissau, enfrenta grandes desafios para aproveitar essa oportunidade: altas taxas de fecundidade, lento declínio da mortalidade e o impacto persistente de epidemias como a do HIV/AIDS. Em 2020, o predomínio do HIV era de 3,8% entre mulheres e 2,2% entre homens, com 1.700 novos casos relatados e somente 60% dos portadores de HIV em terapia antirretroviral (TARV) (Sanca et al. 2023), fatores que continuam a limitar a redução da mortalidade.

Dessa forma, apesar de Guiné-Bissau estar lentamente se movendo em direção ao dividendo demográfico, sua trajetória permanece marcada por uma estrutura muito jovem, alta dependência e um gradual — mas persistente — processo de redução da fecundidade e melhoria nas condições de vida, de maneira similar ao que é observado em diversos países na África Subsaariana.

Tabela 4: Índice de Dependência em Guiné-Bissau (1950, 2000, 2050)

Ano	RDT	RDJ	RDI	RS	IE
1950	72,0	66,0	5,9	100,4	9,0
2000	84,2	72,8	11,4	94,4	15,7
2050	53,5	45,6	7,9	98,8	17,4

Fonte: United Nations (2022); elaborado pelos autores.

A experiência de diversos países na África Subsaariana confirmam que o dividendo demográfico é uma verdadeira oportunidade, mas requer políticas coordenadas para materializá-lo. Estudos empíricos apontam que determinantes fundamentais desse dividendo incluem investimentos em saúde materno-infantil, planejamento familiar, educação e do mercado de trabalho, bem como instituições econômicas fortes (Woldegiorgis 2023). Para o autor, embora a transição demográfica na África tenha começado tardiamente, há significativo potencial para um primeiro e um segundo dividendo à medida que essas políticas são implementadas efetivamente. Portanto, o caso de Guiné-Bissau reflete esse dilema regional: há uma janela de oportunidade, mas capturar seus benefícios depende de intensas reformas estruturais antes que a população envelheça.

Conclusão

Esse estudo foi pioneiro na análise da transição demográfica em Guiné-Bissau, demonstrando como o contexto histórico, político e institucional moldou o ritmo desse processo. A independência tardia em 1974 marcou o início de transformações que resultaram na redução progressiva da mortalidade e um aumento na expectativa de vida, impulsionado por melhoria nos serviços de saúde pública. Esse movimento se traduziu em um declínio consistente da mortalidade infantil nas últimas décadas e um aumento gradual da longevidade, embora ainda em níveis mais baixos que aqueles observados em outras regiões do Sul Global. Em contraste, a taxa de fecundidade permanece alta, com lentos e recentes declínios — um padrão que reflete o Excepcionalismo Demográfico Africano (Bongaarts e Casterline 2013). Essa trajetória foi profundamente impactada por eventos críticos, como a guerra civil de 1998-1999, que interrompeu avanços de saúde e intensificou a mortalidade. Atualmente, Guiné-Bissau encontra-se em um estágio tardio e estagnado de transição, definido não só pela pobreza, mas pela persistência da fragilidade estatal que impede um declínio demográfico sustentado e linear.

Essa trajetória, no entanto, deve ser lida a partir de uma perspectiva decolonial, que reconhece que o ritmo demográfico guineense não se trata de um "atraso" em relação ao modelo europeu, mas uma resposta histórica às rupturas impostas pelo colonialismo e instabilidade pós-independência (Koudawo 2001; Semedo 2021). Diferente de visões clássicas da transição demográfica que impõe uma linearidade universal, a demografia de Guiné-Bissau reflete uma "demografia da resistência", onde a manutenção de altas taxas de fecundidade e a volatilidade da mortalidade são subprodutos de um Estado cujas instituições têm sido historicamente enfraquecidas.

A análise pioneira desse estudo demonstra que a transição demográfica no país é inseparável de sua soberania política e é, em última medida, uma "demografia refém da política". Nesse cenário, inércia demográfica e expansão populacional contínua ocorrem dentro de um quadro de instabilidade institucional. Essa "inércia demográfica" observada não é apenas um fenômeno estatístico, mas uma reflexão de um povo que, na ausência de redes de proteção estatal sólidas, recorre a estratégias de sobrevivência familiar (Cardoso 1995). Portanto, capturar um dividendo demográfico futuro (Bloom, Canning, e Fink 2014) não virá de mecanismos externos, mas da habilidade de Guiné-Bissau de descolonizar suas estruturas governamentais e fortalecer sua resiliência institucional.

Para além disso, o caso de Guiné-Bissau sublinha a necessidade urgente de desenvolver referenciais teóricos em meio ao campo emergente de "Demografia de Conflito e Violência". Como discutido por Brunborg e Tabeau (2005), conflitos não devem ser vistos como uma mera perturbação de tendências demográficas, mas como uma força estrutural central que remolda dinâmicas populacionais por meio de migração forçada, alteração nos comportamentos de fecundidade e padrões de mortalidade particulares. Ao situar Guiné-Bissau nesse campo, enfatizamos que a pesquisa demográfica de Estados fragilizados requer metodologias específicas que expliquem o profundo impacto da violência sistêmica na reprodução e sobrevivência humanas.

Especificamente, para superar esse estágio de estagnação, o país deve fortalecer suas instituições e promover políticas consistentes que abordem as causas estruturais da alta fertilidade e volatilidade da mortalidade. Isso requer uma lente decolonial que reconheça a agência de mulheres guineenses e a necessidade de transformar as normas de gênero profundamente enraizadas que limitam a autonomia reprodutiva e a educação feminina. Nesse sentido, as implicações práticas desse estudo sugerem que capturar um futuro dividendo demográfico (Bloom, Canning e Fink 2014) está intrinsecamente ligado

à soberania da saúde pública e das políticas educacionais. O fortalecimento do cuidado primário deve ser acompanhado pelo empoderamento feminino, tratando a educação de meninas como uma ferramenta para emancipação que naturalmente levará a um transição da fecundidade mais orgânica e sustentável. Para além disso, a integração dos direitos reprodutivos e planejamento familiar à estratégia nacional de saúde é fundamental para superação de barreiras socioculturais que mantém as taxas de fecundidade altas. Em síntese, a consolidação das transformações demográficas em Guiné-Bissau irá requerir estabilidade política duradoura, capaz de converter o potencial de sua estrutura etária jovem em oportunidades reais de desenvolvimento, superando ciclos históricos de fragilidade por meio da governança resiliente comprometida com o bem-estar de sua população.

REFERÊNCIAS

Arnaldo, C. 2013. "Factors Associated with High Fertility in Sub-Saharan Africa." *International Journal of African Studies* 1: 45–68.

Arnaldo, C., e V. Cau. 2013. "Early Childbearing and Low Contraceptive Use in Sub-Saharan Africa." *Journal of African Demography* 12 (2): 77–94.

Balde, I. C. 2019. "Association between Maternal Education and Under-Five Mortality in Guinea-Bissau: Analysis of Single Live Births Reported by Mothers in MICS 2014." Diss. de mestrado, Cedeplar, UFMG.

Benzinho, J., e M. Rosa. 2015. *Guia Turístico: A Descoberta da Guiné-Bissau*. Almedina.

Bloom, D. E., D. Canning, e G. Fink. 2014. "Disease and Development Revisited." *Journal of Political Economy* 122 (6): 1355–1366.

Bongaarts, J. 2008. "Fertility Transitions in Developing Countries: Progress or Stagnation?" *Studies in Family Planning* 39 (2): 105–110.

Bongaarts, J. 2017. "Africa's Unique Fertility Transition." *Population and Development Review* 43: 39–58.

Bongaarts, J. 2020. "Trends in fertility and fertility preferences in sub-Saharan Africa: The roles of education and family planning programs." *Genus* 76(1), 1–15.

Bongaarts, J., e J. Casterline. 2013. "Fertility Transition: Is Sub-Saharan Africa Different?" *Population and Development Review* 38: 153–168.

Brunborg, H., e E. Tabeau. 2005. "Demography of Conflict and Violence: An Emerging Field." *European Journal of Population/Revue Européenne de Démographie* 21 (2): 131–144.

Canning, D., S. Raja, e A. Yazbeck. 2015. *Africa's Demographic Transition: Dividend or Disaster?* Washington, DC: World Bank.

Cardoso, C. 1995. *Economic and Social History of Guinea-Bissau*. Lisbon: Colibri.

Cleland, J., e K. Machiyama. 2017. "The Challenges of Achieving Replacement Fertility in Africa." *Population Studies* 71 (Supplement): 1–17.

Damerow, S. M., H. G. M. Lopes, G. Russo, M. Skovdal, J. B. Sørensen, e A, B. Fisker. 2024. "Barriers and Facilitators to the Utilization of Facility Births during a National Health System Strengthening Initiative: A Mixed-Methods Assessment from Rural Guinea-Bissau." *SSM–Health Systems* 3.

Defo, B. 2014. "Demographic, Epidemiological, and Health Transitions in Africa: Reconciling the Evidence." *African Population Studies* 28 (1): 301–318.

Ezeh, A. C., Mberu, B. U., e Emina, J. O. 2009. "Stall in fertility decline in Eastern African countries: Regional analysis of patterns, determinants and implications." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 364 (1532): 2991–3007.

Fazzio, I., V. Mann, e P. Boone. 2011. "Temporal Trends (1977–2007) and Ethnic Inequity in Child Mortality in Rural Villages of Southern Guinea-Bissau." *BMC Public Health* 11. https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-683.

Garenne, M., e V. Joseph. 2002. "Stagnation in Fertility Decline in Sub-Saharan Africa." *African Population Studies* 17 (1): 19–33.

Gomes, D. F. F. 2014. "O 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau visto pela imprensa portuguesa: Análise comparativa." *Revista Portuguesa de História* 45: 203–226. https://dl.uc.pt/handle/10316.2/35431.

Green, E. 2012. "The Political Demography of Conflict in Modern Africa." *Civil Wars* 14 (4): 477–498. https://doi.org/10.1080/13698249.2012.740198.

Grupo de Foz. 2021. "Age Structure and Implications of Demographic Transition." *Cadernos de Demografia Histórica* 18: 1–32.

Guerreiro, C., et al. 2019. "Demographic Change and Health Vulnerabilities in Guinea-Bissau." *Revista Angolana de Saúde Públic*a 5 (2): 55–73.

Indi, A. M. 2021. "Que organização e que recursos humanos para suportar o desenvolvimento do sistema de informação no Hospital Nacional Simão Mendes, Guiné-Bissau." Diss. de mestrado, Universidade Nova de Lisboa. https://run.unl.pt/entities/publication/dd20dd10-8ae5-4da1-9495-f4c-42060cd08.

Institute for Security Studies. 2023. "Guinea-Bissau: Demographics – Current Path (African Futures)." *ISS Africa*. https://futures.issafrica.org/geographic/countries/guinea-bissau/.

Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (INE). 2023. *Estatística de Gênero*. Bissau: INE. https://www.cplp.org/media/vsll1umn/guiné-bissau_estatísticas-de-género_2023_ine-gb.pdf.

Kirk, D. 1996. "Demographic Transition Theory." *Population Studies* 50 (3): 361–387. https://doi.org/10.1080/0032472031000149536.

Kotsadam, A., e G. Ostby. 2019. "Armed Conflict and Maternal Mortality: A Micro-Level Analysis of Sub-Saharan Africa, 1989–2013." *Social Science & Medicine* 239. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.112526.

Koudawo, A. 2001. *The Civil War in Guinea-Bissau: Causes and Social Consequences*. Bissau: INEP.

Kraehnert, K., T. Brück, M. Di Maio, e R. Nisticò. 2019. "The Effects of Conflict on Fertility: Evidence from the Genocide in Rwanda." *Demography* 56 (3): 935–968. https://doi.org/10.1007/s13524-019-00774-x.

Lee, R. 1987. "Population Dynamics of Humans and Other Animals." *Demography* 24 (4): 443–465. https://doi.org/10.2307/2061385.

M'Bundé, S. T. 2017. "Comportamento político e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau." *Almanaque de Ciência Política* 1 (2): 43–56. https://doi.org/10.25193//iissn2526-8066.v1.n2.a3.

Omran, A. 2001. "The Epidemiologic Transition: A Theory of the Epidemiology of Population Change." *The Milbank Quarterly* 79 (4): 607–637. https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC2690264/.

Pontes, A., et al. 2008. "Infant Mortality Trends in Lusophone West Africa." *International Journal of Public Health* 53 (2): 123–130.

Sanca, L., et al. 2023. "HIV Prevalence and Treatment Access in Guinea-Bissau, 2020." *BMC Infectious Diseases* 23: 112–123.

Sangreman, C, F. Proença, e L. V. Martins. 2016. "Guiné-Bissau: A evolução (2010–2016)." Lisboa: Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, Working Paper 148: 6–34. https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/d24665fe-c676-430b-b03d-8efb2e4e32f3.

Schoumaker, B. 2019. "Stalls in Fertility Transitions in Sub-Saharan Africa: Real or Spurious?" *Population and Development Review* 45 (1): 13–62. https://doi.org/10.1111/padr.12224.

Semedo, A. 2021. "Colonialism and Demographic Decline in Guinea-Bissau." *Journal of African Social History* 9 (1): 88–110.

Sharrow, D., L. Hug, D. You, L. Alkema, R. Black, S. Cousens, T. Croft, et al.. 2022. "Global, Regional, and National Trends in Under-5 Mortality between 1990 and 2019 with Scenario-Based Projections until 2030: A Systematic Analysis by the UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation." *The Lancet Global Health* 10 (2): e195–e206. https://pure.johnshopkins.edu/en/publications/global-regional-and-national-trends-in-under-5-mortality-between-/.

Tabutin, D., e B. Schoumaker. 2004. "The Demography of Sub-Saharan Africa from the 1950s to the 2000s." *Population* 59 (3): 457–519.

Tabutin, D., e B. Schoumaker. 2021. "Mortality and Health in Sub-Saharan Africa: A Review of Recent Empirical Evidence." *Population-E* 76 (2): 221–302.

Torrisi, O., A. B. Fisker, D. A. A. Fernandes, e S. Helleringer. 2025. "Improving Retrospective Data on Recent Household Deaths: A Multi-Arm Randomized Trial in Guinea-Bissau." *International Journal of Epidemiology* 54 (2).

United Nations. 2022. *World Population Prospects 2022: Summary of Results*. New York: Department of Economic and Social Affairs. https://population.un-.org/wpp.

Woldegiorgis, M. M. 2023. "Drivers of Demographic Dividend in Sub-Saharan Africa." *Review of Evolutionary Political Economy* 4 (2): 387–413.

RESUMO

Este artigo analisa o processo de transição demográfica entre 1950 e 2020, bem como futuras tendências populacionais de Guiné-Bissau. Especificamente, busca: apresentar e discutir os processos históricos, sociais e políticos do país e sua relação com a transição demográfica; e estimar e compreender o modelo de transição demográfica vivenciado por Guiné-Bissau e países na região da África Subsaariana. Pesquisas dessa natureza no contexto guineense são altamente relevantes, pois é o primeiro estudo desse tipo, que visa encorajar novas pesquisas e gerar o conhecimento necessário para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para diversos fenômenos demográficos em Guiné-Bissau. Para isso, os principais indicadores do processo de transição foram usados, baseando-se em dados obtidos da Divisão de População da ONU. Dentre os principais resultados, vale destacar que, à luz da teoria da transição demográfica, Guiné-Bissau se encontra em um processo de transição tardio, com taxas de fecundidade por volta de 4,5 e indicadores de mortalidade ainda considerados altos. Apesar disso, o país aparenta estar seguindo tendências decrescentes dos indicadores analisados, de forma similar a países na região da África Subsaariana cujas realidades são semelhantes.

PALAVRAS-CHAVE

Transição demográfica. Dinâmicas populacionais. Guiné-Bissau.

Recebido em 27 de fevereiro de 2026
Aceito em 22 de abril de 2026[5]

Traduzido por Maria Manoela Ribeiro Spolavori

5 Como citar: Carvalho, Angelita Alves de, e Vavito Andre da Costa. 2025. "Um olhar para o processo de transição demográfica em Guiné-Bissau." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (20): 141-163. https://doi.org/10.22456/2448-3923.153872.

CONSTRUÇÃO ENDÓGENA DA PAZ NO DELTA DO NÍGER: ABORDAGENS CENTRADAS NA COMUNIDADE E CAMINHOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO

Tope Shola Akinyetun[1]
Ikponmwosa Ebomoyi[2]
Ambrose Osariyekemwen Iyase[3]

Introdução

O Delta do Níger integra uma das regiões mais voláteis da Nigéria, marcada por um longo histórico de assassinatos políticos, martírios, negligência, agitação social, insurgência armada e conflitos violentos. O assassinato de Ken Saro-Wiwa e de outros oito líderes ogoni, em 1995, bem como a repressão aos protestos ambientais e o massacre de civis em Odi, em 1999, são exemplos de martírio e violência política com profundo simbolismo (African Studies Centre 1999; Francis et al. 2011). Esses episódios também envolveram mobilizações relacionadas à injustiça ambiental, poluição e degradação ambiental, fatores que dificultam o desenvolvimento da região. Paradoxalmente, essa situação evidencia a fragilidade da paz no país, uma vez que a região é essencial para a Nigéria por abrigar grandes reservas petrolíferas, principal fonte de receitas governamentais. Por exemplo, estima-se que os

1 Departamento de Ciência Política, Universidade de Educação do Estado de Lagos. Oto/Ijanikin, Nigéria. E-mail: akinyetunts@lasued.edu.ng. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1906-3410.

2 Departamento de Ciência Política, Universidade de Benin. Cidade de Benin, Nigéria. E-mail: ikponmwosa.ebomoyi@uniben.edu. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0776-5231.

3 Departamento de Ciência Política, Universidade de Benin. Cidade de Benin, Nigéria. E-mail: ambrose.iyase@uniben.edu. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-4925-4953.

https://doi.org/10.22456/2448-3923.150670

ataques a instalações petrolíferas, em decorrência das ações de grupos armados na região, tenham causado perdas significativas de aproximadamente 130 milhões de barris de petróleo somente em 2016 (Fatunji 2016) e 2,3 trilhões de nairas nigerianas em 2023 (Okonkwo 2023).

Enquanto isso, entre 11 e 17 de janeiro de 2025, foram registrados 179 casos de roubo de petróleo, envolvendo 55 refinarias ilegais e 29 conexões clandestinas a oleodutos no Delta do Níger (Olawin 2025). No período entre janeiro de 2019 e outubro de 2022, 48 escritórios da Comissão Eleitoral Nacional Independente (INEC, do inglês: *Independent National Electoral Commission*) foram incendiados, enquanto prédios governamentais em pelo menos nove estados da região foram alvo de ações milicianas e de violência politicamente motivada (George 2022). Além de desencadear uma onda de sequestros, ataques à infraestrutura governamental e perdas humanas e patrimoniais, a insurgência armada também provocou perdas financeiras expressivas, estimadas pelo governo em 10 bilhões de nairas nigerianas por dia em 2016, ano em que os ataques às plataformas petrolíferas atingiram maior intensidade (Okere et al. 2016).

O conflito, portanto, comprometeu tanto a paz quanto os esforços de sua consolidação. Embora o governo liderado pelo presidente Musa Yar'Adua tenha lançado, em 2009, o Programa Presidencial de Anistia (PAP, do inglês: *Presidential Amnesty Program*), na tentativa de desmobilizar os grupos armados, a busca por uma paz sustentável na região permanece infrutífera. Além da baixa eficácia do programa, atribuída à sua politização, corrupção, controle ineficaz, falta de transparência e má gestão do governo (Ebiede et al. 2020; Sarki 2009), os ataques e a destruição da infraestrutura petrolífera persistem: em 2025, militantes armados realizaram ataques a oleodutos e terminais que conectam uma parcela significativa da produção (The Defense Post 2025).

Para promover a paz na região, foram contratadas forças de segurança não estatais, como os Serviços de Segurança Tantita, liderados por Tompolo e em atividade desde agosto de 2022, para atuar em conjunto com os serviços de segurança do Estado. Como resultado, milhares de casos de roubo de petróleo e vandalismo de oleodutos foram detectados, instalações ilegais foram destruídas e infraestruturas críticas do setor petrolífero passaram a ser patrulhadas e protegidas regularmente (Kazeem 2025). Outras estratégias de construção da paz incluem negociação e diálogo, como a realização rotineira de mesas-redondas entre Estado, comunidades e empresas petrolíferas, embora frequentemente resultem em promessas vazias ou memorandos de entendimento mal executados (Ajodo-Adebanjoko 2017; Francis et al. 2011). O desenvolvimento centrado nas pessoas deveria ser promovido por meio

do envolvimento das partes interessadas em agências, como a Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger (NDDC, do inglês: *Niger Delta Development Commission*). No entanto, a agência tem sido marcada por corrupção, abandono de projetos e domínio de elites políticas, deixando as comunidades alienadas (Ivongbe et al. 2025). Da mesma forma, o policiamento comunitário e os grupos de vigilantes foram incentivados a conter a insegurança. Contudo, na ausência de mecanismos adequados de controle e responsabilização, esses grupos foram rapidamente cooptados por lideranças locais influentes e passaram, com frequência, a alimentar espiral de violência (Akinfenwa e Egbejule 2025).

Paralelamente, iniciativas locais de capacitação, como treinamentos de habilidades para jovens e programas de empreendedorismo no âmbito do Programa de Anistia, foram inicialmente consideradas bem-sucedidas, mas posteriormente enfraquecidas por práticas clientelistas, baixa absorção do mercado de trabalho e pela ausência de setores econômicos capazes de empregar os jovens formados (Ebiede 2018). Por fim, os esforços de recuperação ambiental, como a limpeza de Ogonilândia, orçada em 1 bilhão de dólares e iniciada em 2016, têm sido marcados atrasos, restrições de financiamento e efeitos limitados sobre as comunidades que vivem ao longo dos cursos d'água e das terras agrícolas contaminadas por petróleo (Anistia Internacional 2020; Odinaka 2023). Essas intervenções ainda não conseguiram conter o conflito, e a paz permanece distante. Tais fracassos evidenciam um paradoxo: apesar de serem apresentadas sob a retórica do diálogo, da participação e do desenvolvimento, essas iniciativas não têm sido capazes de promover a paz, uma vez que se mostram inadequadas e/ou politizadas, impostas de cima para baixo e/ou insuficientemente sustentadas ao longo do tempo. Esse padrão ineficiente reforça a necessidade de uma mudança em direção a formas endógenas e comunitárias de construção da paz.

A literatura existente tem analisado diferentes dimensões do conflito e da construção da paz no Delta do Níger. Ikelegbe (2017) examina a intersecção entre disputas em torno do petróleo, fragilidade do Estado e transições pós-conflito, situando a violência no contexto mais amplo da economia política do controle de recursos. Ebiede et al. (2020) concentraram-se no Programa de Anistia Presidencial e reconheceram que este conseguiu desmobilizar parcialmente grande parte dos insurgentes, embora não tenha sido capaz de promover reintegração duradoura e uma paz sustentável. De forma semelhante, Inyang (2018) analisa a relação entre a insurgência armada e a inquietação juvenil como produto da política do petróleo, enquanto David (2025) destaca as queixas e inseguranças enfrentadas pelas comunidades, que alimentam a insurgência.

Em relação à construção da paz, Mamudu et al. (2021) argumentam que as relações entre empresas petrolíferas e comunidades e a responsabilidade social corporativa desempenham um papel central na gestão de conflitos, enquanto Courson (2016) enquadra a crise do Delta do Níger no âmbito da política global da petroviolência. Outras iniciativas, como a limpeza ambiental de Ogonilândia, também têm sido consideradas pela literatura como potenciais instrumentos de promoção da paz; no entanto, são marcadas por atrasos contínuos e falhas de governança (Odinaka 2023). O que ainda falta, nesse sentido, é uma análise da construção endógena da paz: esforços de paz baseados na agência local, no desenvolvimento liderado pelas comunidades e na restauração ambiental. Nesse contexto, o presente estudo examina a construção da paz centrada na comunidade e modelos alternativos de desenvolvimento no Delta do Níger. Em particular, analisa como os atores locais articulam estratégias de inclusão, diálogo, segurança comunitária e diversificação de meios de subsistência, e como estas podem ser concebidas como caminhos viáveis para uma paz sustentável na região.

Referencial Teórico

Este artigo utiliza a Teoria das Necessidades Humanas (HNT, do inglês: *Human Need Theory*) como arcabouço conceitual para examinar o processo de construção da paz no Delta do Níger. A HNT, desenvolvida por Burton (1990, 2024), sustenta que os conflitos persistem quando necessidades humanas básicas, como segurança, identidade, participação, reconhecimento e desenvolvimento, são sistematicamente negadas. Diferentemente dos interesses, que podem ser negociados, as necessidades humanas são inegociáveis, e sua não satisfação gera conflitos prolongados e violentos (Burton 1990). A ideia central da HNT é que a paz sustentável não pode ser estabelecida sem a garantia de condições materiais e relacionais básicas, incluindo participação, reconhecimento e dignidade (International Peace Institute 2018). Assim, qualquer intervenção que não aborde essas necessidades será inevitavelmente ineficiente ou temporária.

A aplicação da HNT ao caso do Delta do Níger destaca a incapacidade de conter a militância armada e o fracasso recorrente de intervenções nas quais as necessidades humanas básicas não são priorizadas. Quando necessidades fundamentais de segurança, identidade, participação e desenvolvimento são sistematicamente negadas, o conflito persiste (Burton 1990). Programas e agências estatais, como o Programa Presidencial de Anistia (PAP) e a Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger (NDDC), busca-

ram promover a estabilidade por meio de subsídios, contratos e treinamentos. No entanto, esses esforços se concentraram em interesses imediatos e não abordaram as injustiças estruturais e as necessidades profundas, mantendo, assim, a fonte do conflito. Ebiede et al. (2020) observam que, sem governança inclusiva e instituições capazes de ouvir as comunidades, essas necessidades permanecem sem serem atendidas, fazendo com que as disputas assumam novas formas e manifestações.

O Delta do Níger constitui um exemplo expressivo desse cenário. As comunidades têm insistido reiteradamente em sua inclusão nos processos decisórios, na promoção da boa governança e no reconhecimento de sua participação no processo de paz. A população jovem tem reivindicado acesso à educação, oportunidades de emprego e iniciativas de capacitação na região, consideradas essenciais para garantir alternativas de subsistência viáveis à militância armada (Ikelegbe 2017). Outra dimensão central é a segurança ecológica: décadas de derramamentos de petróleo, desmatamento e poluição degradam severamente os setores agrícola e pesqueiro, enquanto iniciativas de limpeza ambiental, incluindo a limpeza de Ogonilândia, frequentemente sofrem interrupções ou são politizadas. Essas reivindicações ambientais ressaltam o papel da privação de necessidades básicas de sobrevivência na promoção de conflitos de longa duração. Além disso, as intervenções estatais têm sido comprometidas por corrupção e má gestão, corroendo a dignidade e a confiança das comunidades e contribuindo mais para fragmentação do que para a reconciliação (Akinyetun 2023b; 2024; Odinaka 2023).

Esses efeitos da militância armada reforçam a relevância da HNT. O desemprego generalizado, a gravidez na adolescência e o trauma psicossocial são testemunhos do descaso com as necessidades de proteção e identidade das populações vulneráveis, especialmente mulheres e crianças (Uche e Uche 2025). As comunidades também desenvolveram seus próprios sistemas de segurança locais, como grupos de vigilantes, em resposta à incapacidade do Estado de atender às suas necessidades fundamentais de segurança. A HNT mostra-se relevante por sua capacidade explicativa para a compreensão das falhas das intervenções anteriores. Programas impostos de cima para baixo e conduzidos externamente fracassaram em produzir paz duradoura justamente por não enfrentarem as necessidades fundamentais das comunidades. Contudo, críticos argumentam que a teoria pode ser excessivamente ampla e abstrata, além de apresentar dificuldades na definição e operacionalização das necessidades humanas (Bradshaw e Lötter 2019). Ademais, a teoria tende a minimizar desigualdades de poder profundamente enraizadas, que podem dificultar a garantia das demandas da comunidade. Ainda sim, apesar dessas limitações, a HNT mostra-se particularmente aplicável ao caso do Delta

do Níger, onde questões relacionadas à participação, meios de subsistência, dignidade e justiça ecológica ainda estão na raiz dos conflitos regionais.

A utilização da HNT demonstra que a paz no Delta do Níger não será alcançada por meio de concessões entre elites ou medidas paliativas. As iniciativas dificilmente serão eficazes enquanto condições básicas — como participação, reconhecimento, meios de subsistência, segurança ecológica e dignidade — permanecerem negligenciadas. A teoria, portanto, oferece uma perspectiva conceitual para compreender a persistência do conflito e uma orientação normativa para repensar a construção da paz, deslocando o foco de uma estabilidade limitada para abordagens endógenas que satisfaçam as necessidades humanas como fundamento de uma paz sustentável.

Metodologia

A abordagem metodológica adotada baseia-se em uma perspectiva qualitativa, interpretativa e orientada pela investigação empírica. Considerando o conflito e a construção de paz no Delta do Níger como fenômenos complexos, métodos qualitativos mostram-se mais adequados para refletir sobre as experiências vividas, percepções e estratégias dos atores locais. A pesquisa baseia-se em dados obtidos por meio de entrevistas em profundidade com membros das comunidades, lideranças e outras partes interessadas no Delta do Níger. A amostra é composta por 49 participantes de diferentes comunidades da região, selecionados aleatoriamente. A amostragem foi diversificada em termos de gênero, idade e funções sociais (com prioridade para indivíduos diretamente afetados pela militância armada ou envolvidos em processos de construção da paz). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, nas quais se abordaram os impactos da insurgência armada sobre a vida da comunidade, os efeitos socioeconômicos e ambientais do conflito, as percepções sobre as intervenções conduzidas pelo Estado e as visões dos moradores sobre a paz. As entrevistas foram conduzidas em inglês e pidgin (idioma preferido pela maioria dos participantes), gravadas mediante autorização e posteriormente transcritas.

A familiarização com o material empírico ocorreu por meio de leituras repetidas das transcrições. A codificação foi realizada de forma a manter estreita conexão interpretativa com o conteúdo dos relatos, e citações diretas foram selecionadas para preservar as vozes dos entrevistados. A análise interpretativa buscou situar esses relatos no contexto mais amplo da literatura sobre conflito e construção da paz no Delta do Níger. Para ampliar a validade

da pesquisa, a análise buscou triangular os dados das entrevistas com informações secundárias, incluindo documentos de políticas públicas, relatórios, artigos acadêmicos, artigos de jornais e fontes da internet. Paralelamente, a reflexividade foi mantida durante o processo analítico, considerando a posição do pesquisador e as decisões interpretativas adotadas durante a codificação. Os padrões éticos de pesquisa foram rigorosamente respeitados durante a realização das entrevistas. O consentimento livre e esclarecido foi obtido, e os objetivos do estudo foram explicados aos participantes antes do início da entrevista. Também foi assegurado o anonimato dos respondentes por meio do uso de pseudônimos e códigos de identificação (por exemplo: A1, B2...).

Resultados e Discussão

Esta seção do estudo apresenta a análise das opiniões dos participantes sobre o assunto, as quais foram sintetizadas e representadas tematicamente.

Concepções Comunitárias sobre a Construção da Paz

Com base nas entrevistas, observa-se que os participantes no Delta do Níger compreendem a construção da paz como um processo multidimensional que envolve inclusão, diálogo, governança transparente e recuperação ambiental. A paz deixa de ser concebida apenas como o fim das hostilidades e passa a ser entendida como a institucionalização de estruturas capazes de garantir participação significativa e reparação material. Essa primeira percepção dialoga com o argumento de Jarikre (2025), segundo o qual a violência no Delta do Níger está enraizada em uma economia política da exclusão; no entanto, também amplia esse debate ao trazer as vozes da comunidade para a definição da paz a partir de suas experiências e percepções cotidianas. A necessidade de incluir e envolver as partes interessadas é um tema dominante. Como exemplo, um dos entrevistados afirmou que a paz requer "envolvimento das partes interessadas, participação da comunidade, governança transparente, programas econômicos e desenvolvimento de infraestrutura"[45], enquanto outro argumentou que "formuladores de políticas e partes interessadas [deveriam] colaborar por meio do diálogo político para garantir

4 A1. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Okrika, Estado de Rivers (Delta do Níger), 27 de junho de 2025.

5 Tradução nossa. No original: "*Stakeholders' engagements, community participation, transparent governance, economic programs, infrastructure development*".

uma participação efetiva das partes interessadas na abordagem das questões decorrentes da exploração de petróleo"[67]. Essas visões demonstram que, para os atores locais, deve haver um poder real de tomada de decisão e acesso a recursos. Essa posição converge com estudos anteriores sobre construção da paz participativa (Ikelegbe 2017) e, ao mesmo tempo, evidencia as deficiências das consultas conduzidas pelo Estado, frequentemente reduzidas a acordos entre elites.

Outra estratégia destacada pelos entrevistados como essencial para a construção de confiança foi o diálogo e a negociação. Segundo um dos participantes, a construção da paz só é possível "facilitando um diálogo inclusivo e parcerias entre as comunidades locais e as organizações internacionais para implementar planos de desenvolvimento sustentável"[89]. Outro participante enfatizou que "os formuladores de políticas devem se engajar com diversas partes interessadas, incluindo líderes comunitários, organizações da sociedade civil, empresas e instituições acadêmicas, por meio de diálogo e consulta regulares"[1011]. Essas descrições sugerem que o diálogo não deve ser entendido como um acordo pontual, mas como um processo interativo contínuo e com responsabilização, o que converge com as críticas às práticas de consulta da Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger, que historicamente não têm dado seguimento à sua implementação (Ebiede 2018; Ebiede et al. 2020).

Além disso, os entrevistados associaram a paz à governança transparente. Segundo um dos participantes, "deve haver transparência no programa de anistia e na formação profissional"[1213]. Outros relacionaram essa questão

6 B2. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Nembe, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 4 de maio de 2025.

7 Tradução nossa. No original: "*policy makers and stakeholders [should] collaborate in the areas of policy dialogues to give room for effective stakeholders' participation in addressing the issues arising from oil exploration*".

8 C3. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Brass, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 16 de maio de 2025.

9 Tradução nossa. No original: "*by facilitating an inclusive dialogue and partnerships among local communities, and international organizations to implement sustainable development plans*".

10 I9. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Bonny, Estado de Rivers (Delta do Níger), 3 de julho de 2025.

11 Tradução nossa. No original: "*policymakers should engage with various stakeholders, including community leaders, civil society organizations, businesses, and academic institutions through regular dialogue and consultation*".

12G7. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Biseni, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 23 de abril de 2025.

13 Tradução nossa. No original: "*let there be transparency in the amnesty program, and education training*".

a uma problema mais profundo: a deterioração institucional; "o desafio à autoridade estatal e o estabelecimento de sistemas paralelos de governança que levaram à corrupção, ao abuso de poder e à ruptura das instituições"[14][15]. Essas narrativas demonstram a insatisfação com os procedimentos vagos de iniciativas como o Programa de Anistia e os projetos da NDDC, percebidos pelas comunidades como mecanismos voltados às elites, e não ao desenvolvimento local (Nwabueze e Inokoba 2017). Isso evidencia a necessidade de uma governança efetiva para transformar o diálogo em realidade.

Entre as principais conclusões identificadas nos dados, destaca-se a ênfase na restauração do meio ambiente como instrumento de promoção da paz e da convivência comunitária. Os entrevistados frequentemente associaram a continuidade do conflito à degradação ecológica. Por exemplo, a "degradação ambiental (falta de terras férteis para agricultura e produção de alimentos)"[16][17] foi apontada como um dos principais pontos de insatisfação, enquanto outro participante afirmou que "as comunidades enfrentam principalmente problemas como a poluição ambiental resultante do vandalismo em oleodutos. Esse problema poderia ser resolvido com a limpeza das áreas afetadas"[18][19]. Outro entrevistado defendeu que o "reflorestamento, a limpeza da poluição e a recuperação dos cursos d'água, podem beneficiar tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais"[20][21]. Essas visões, destacadas por Mosello et al. (2024), sugerem que a restauração ambiental não é apenas uma questão marginal, mas sim um elemento central para a construção de uma paz sustentável. Assim, recuperação ecológica, reconciliação e segurança dos meios de subsistência são essenciais para os imaginários locais de paz,

14 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

15 Tradução nossa. No original: "*challenge of state authority and establishment of parallel systems of governance which have led to corruption, abuse of power, and a breakdown of institutions*".

16 A1. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Okrika, Estado de Rivers (Delta do Níger), 27 de junho de 2025.

17 Tradução nossa. No original: "*environmental degradation (no fertile land for farming, food production)*".

18 C3. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Brass, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 16 de maio de 2025.

19 Tradução nossa. No original: "*communities mostly encounter issues such as environmental pollution resulting from pipeline vandalism. This issue could be addressed by cleaning the affected communities*".

20 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

21 Tradução nossa. No original: "*reforestation, cleaning up pollution, and restoring waterways, which can benefit both the environment and local communities*".

reforçando a ideia de que a recuperação do meio ambiente é indispensável para a construção endógena da paz.

De maneira geral, esses resultados demonstram que os atores comunitários no Delta do Níger compreendem o conceito de construção da paz como um processo multifacetado que envolve a inclusão de todos, o diálogo contínuo, a governança aberta e a restauração ambiental. Assim, a instrumentalização do diálogo ou o adiamento de medidas reparatórias tendem a corroer a confiança e favorecer o ressurgimento do conflito (Coning et al. 2022). Portanto, a paz é processual e necessita de justiça distributiva e legitimidade institucional. Intervenções voltadas para a paz devem priorizar caminhos endógenos, participativos e ecologicamente orientados.

Intervenções Estatais Inadequadas

Os entrevistados criticaram as intervenções conduzidas pelo Estado no Delta do Níger, em particular o Programa Presidencial de Anistia (PAP) e a limpeza ambiental de Ogonilândia. Embora reconheçam que esses programas visavam conter a militância armada e estimular o desenvolvimento, os entrevistados frequentemente os descreveram como iniciativas partidárias, ineficazes e incapazes de amenizar os descontentamentos subjacentes ao conflito. Essa percepção corrobora com a conclusão de Ajibola (2015), segundo a qual, embora o Programa de Anistia tenha reduzido a insurgência no curto prazo, não conseguiu promover a reintegração e a paz a longo prazo. Os participantes descreveram o Programa de Anistia como um símbolo de corrupção e marginalização. Um deles afirmou que seria possível manter a paz se "houvesse transparência no programa de anistia e formação educacional"[22][23]. Outros criticaram a distribuição desigual dos benefícios, alegando que a maioria dos jovens de áreas carentes não tinha acesso a nenhum programa de treinamento ou apoio. Esses relatos sugerem que Ansorg e Kurtenbach (2023) estão corretos ao afirmar que as intervenções relacionadas à anistia correm o risco de reproduzir ciclos de marginalização quando os benefícios são capturados por elites locais. Para os entrevistados, a questão estava relacionada ao escopo limitado do programa e à estrutura de sua governança, que não conseguiu inspirar confiança entre aqueles que pretendia reintegrar.

A Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger (NDDC) também foi descrita como ineficaz e comprometida. Os entrevistados mencionaram

22 G7. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Biseni, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 23 de abril de 2025.

23 Tradução nossa. No original: *"there is transparency in the amnesty program, and education training"*.

projetos inacabados mantidos pela agência e a ausência de melhorias em suas comunidades. Segundo um entrevistado, "esses desafios podem ser mitigados e abordados de forma eficaz por meio do engajamento das partes interessadas e da provisão de serviços básicos, etc."[24][25], o que indiretamente destaca a falha de instituições como a NDDC em atender às demandas básicas. Alguns argumentaram que as intervenções da NDDC foram mais simbólicas do que substanciais, apesar dos elevados recursos destinados à agência, posicionamento que valida as críticas anteriores de captura do projeto pelas elites e corrupção dentro da instituição (Policy and Legal Advocacy Centre 2020). Da mesma forma, o programa de limpeza de Ogonilândia, iniciado em 2016, também foi alvo de críticas. Embora alguns entrevistados tenham citado a recuperação ambiental como um fator significativo para a construção da paz, lamentaram que a limpeza de fato tem sido lenta, descoordenada e distante da realidade das comunidades. Um dos entrevistados destacou a importância do "reflorestamento, da limpeza da poluição e da restauração dos cursos d'água"[26][27] como medidas fundamentais para restaurar os meios de subsistência e a confiança. Essas opiniões corroboram com a análise de Odinaka (2023), que aponta que a limpeza tem sido prejudicada por falta de financiamento, ineficiência burocrática e falta de envolvimento da comunidade, minando a capacidade de construção da paz da região.

Além disso, também se observa a percepção de que atores armados não estatais frequentemente preenchem as lacunas de governança ao buscar controlar infraestruturas petrolíferas e estatais estratégicas. Os entrevistados mencionaram como grupos de vigilantes e ex-organizações militantes assumiram funções de proteção de oleodutos e instalações governamentais, geralmente em regime contratual ou informal. Isso revela um paradoxo, pois intervenções estatais destinadas a desmobilizar militantes, em alguns casos, resultaram na reintegração desses atores como agentes de segurança paraestatais. Essas dinâmicas coincidem com as descobertas de Iheduru (2023) e Kazeem (2025) sobre a situação no Delta do Níger, nas quais os atores não estatais detêm um nível significativo de poder tanto na esfera securitária quanto de desenvolvimento. Somadas, essas perspectivas sugerem que os atores comunitários consideram as intervenções do Estado limitadas em

24 K11. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Eleme, Estado de Rivers (Delta do Níger), 8 de julho de 2025.

25 Tradução nossa. No original: "*these challenges can be mitigated and addressed effectively by stakeholder engagement and provision of basic amenities, etc*".

26 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

27 Tradução nossa. No original: "*reforestation, cleaning up pollution, and restoring waterways*".

sua capacidade transformadora. A anistia tem sido vista como uma medida paliativa, em vez de uma solução estrutural. Da mesma forma, a NDDC está associada à corrupção, enquanto a limpeza de Ogonilândia ainda não conseguiu promover justiça ecológica. Fica evidente a frágil legitimidade do Estado na região. Tal cenário reforça a necessidade de adotar formas endógenas de construção da paz, baseadas em abordagens concebidas localmente, transparência, participação e reabilitação ecológica.

Estratégias Locais de Segurança

O policiamento comunitário, os grupos de vigilantes e o papel dos atores não estatais foram mencionados diversas vezes pelos entrevistados como elementos fundamentais no controle da insegurança no Delta do Níger. Essas iniciativas foram simultaneamente apoiadas e alvo de ressalvas. Por um lado, foram percebidas como respostas sensíveis às demandas locais de segurança; e, por outro, levantaram preocupação com responsabilização e reprodução da violência. O policiamento comunitário foi inclusive mencionado por alguns entrevistados como mecanismo para restabelecer a paz e a segurança. Um dos entrevistados citou "policiamento comunitário, desmobilização e reintegração"[28][29] como estratégias-chave para a redução de conflitos. Outro afirmou que a paz exigiria "envolvimento adequado da comunidade, conscientização e educação sobre as políticas governamentais"[30][31]. O policiamento comunitário também é uma fonte de segurança e uma atividade que gera confiança aos olhos desses atores, uma vez que aproxima a governança das realidades locais. Isso é corroborado por Akinyetun (2022), que observou que as estruturas de segurança comunitárias no Delta do Níger surgiram explicitamente devido à ineficácia, à falta de confiança ou à ausência de policiamento formal.

Um paradoxo relevante, também mencionado pelos entrevistados, refere-se ao papel de atores armados não estatais, especialmente ex-militantes, que passaram a atuar, na prática, como garantidores da segurança de instalações petrolíferas e infraestruturas governamentais. Segundo observações dos participantes entrevistados, a autoridade estatal foi parcialmente terceirizada, uma vez que as forças de vigilância e os ex-insurgentes passaram a

28 A1. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Okrika, Estado de Rivers (Delta do Níger), 27 de junho de 2025.

29 Tradução nossa. No original: "*community policing, demobilization and reintegration*".

30 F6. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Warri, Estado do Delta (Delta do Níger), 2 de maio de 2025.

31 Tradução nossa. No original: "*proper community engagements, awareness, and education on government policies*".

ser responsáveis pela proteção dos oleodutos. Isso está em consonância com a definição de governança híbrida desenvolvida por Iheduru (2023) em seu estudo sobre a situação no Delta do Níger, no qual as fronteiras entre o estatal e o não estatal tornaram-se difusas. Embora esses arranjos possam reduzir atos de sabotagem no curto prazo, também consolidam atores armados não estatais como intermediários do poder (*power brokers*), produzindo uma paz frágil e dependente de relações clientelistas (Nextier SPD 2025).

A segurança local gerou opiniões divergentes entre os entrevistados. Embora reconhecessem a eficácia das medidas de segurança locais para lidar com ameaças de curto prazo, demonstraram preocupação com sua sustentabilidade e com os riscos associados à normalização de senhores da guerra e líderes locais autoritários (*strongmen*). Segundo um dos entrevistados, o problema reside no "estabelecimento de sistemas paralelos de governança que levaram à corrupção, ao abuso de poder e ao colapso das instituições"[32][33]. Isso sugere que, embora o policiamento comunitário e os grupos vigilantes sejam percebidos como necessários, esses sistemas também evidenciam a ineficiência das estruturas formais e a incapacidade do Estado de oferecer segurança confiável (Akinyetun 2023a).

Esses relatos destacam o fato de que a segurança não é garantida no Delta do Níger; os habitantes estão acostumados a prover sua própria segurança quando as instituições do Estado são incapazes de desempenhar suas funções. As estruturas locais de segurança são frágeis, fragmentadas e suscetíveis à cooptação. Portanto, para que a construção da paz seja sustentável, as políticas de segurança locais precisam ser institucionalizadas, reguladas e integradas a sistemas mais amplos de governança comunitária. Caso contrário, correm o risco de reproduzir padrões de violência e dependência. Embora os programas estatais geralmente se concentrem no desarmamento e na reintegração, eles pouco dialogam com as formas pelas quais as comunidades, na prática, garantem a segurança na ausência de um policiamento eficaz. Identificar e legitimar essas práticas locais de segurança, ao mesmo tempo em que se promovem responsabilização e inclusão, constitui um dos elementos centrais da construção endógena da paz na região.

32 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

33 Tradução nossa. No original: "*establishment of parallel systems of governance which have led to corruption, abuse of power, and a breakdown of institutions*".

Consequências Socioeconômicas e de Gênero da Militância Armada

Os entrevistados destacaram a magnitude dos deslocamentos e impactos socioeconômicos causados pela militância armada no Delta do Níger. Foram mencionados desemprego generalizado, gravidez na adolescência, envolvimento forçado na violência, desintegração dos meios de subsistência e trauma psicológico como efeitos permanentes do conflito. Esses efeitos influenciam diretamente a forma como as comunidades concebem a paz e os tipos de intervenção considerados prioritários. Os resultados contribuem para a literatura existente, na qual diversos autores enfatizam as consequências das dinâmicas macropolíticas do petróleo e da insurgência (Courson 2016; Ikelegbe 2017), ao destacar os custos humanos cotidianos suportados pelas famílias e comunidades. Os entrevistados citaram expressamente o desemprego e inquietação entre os jovens como uma das mais graves consequências da militância armada. Segundo um dos entrevistados, os problemas mais urgentes enfrentados por sua comunidade são "desemprego juvenil, agitação juvenil, gravidez na adolescência, perda de meios de subsistência"[34][35]. Essas narrativas são consistentes com as descobertas de Ikelegbe (2017) sobre a formação de ciclos de inquietação resultantes da exclusão da economia petrolífera, bem como os efeitos mais amplos e personalizados dessa exclusão sobre as famílias.

A dimensão feminina do conflito foi levantada ao mencionar a gravidez na adolescência e a vulnerabilidade feminina. Uma das entrevistadas lamentou o "aumento da gravidez na adolescência"[36][37], atribuído diretamente à desestruturação social e à precariedade econômica. Essa perspectiva questiona grande parte da literatura sobre o próprio Delta do Níger, historicamente centrada na militância juvenil masculina, enquanto o impacto sobre mulheres e meninas no período pós-conflito tem sido subnotificado. Também evidencia que a construção da paz não deve concentrar-se apenas nos ex-militantes, mas também abordar os danos sociais causados pela economia do conflito como um todo. Ao mesmo tempo, os entrevistados relataram processos de desintegração social e trauma psicológico. Os efeitos da violência continuam a ser sentidos. Segundo um dos participantes, em razão do "trauma psicossocial

34 H8. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Ogoni, Estado de Rivers (Delta do Níger), 12 de junho de 2025.

35 Tradução nossa. No original: "*forced many youths into participation in militancy, drug abuse, and other vices*".

36 B2. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Nembe, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 4 de maio de 2025.

37 Tradução nossa. No original: "*increase in teenage pregnancy*".

e do deslocamento"[38][39] após anos de insegurança, muitas famílias ainda não se recuperaram. Outros discutiram a questão da "participação forçada"[40][41] na violência e a erosão da confiança nas instituições, fatores que tendem a deixar marcas duradouras nas comunidades. Esses depoimentos corroboram a afirmação de Ebiede (2024), segundo o qual os esforços de reintegração posteriores ao Programa de Anistia não conseguiram responder adequadamente às necessidades psicossociais tanto dos ex-combatentes quanto das populações afetadas. Além disso, os impactos econômicos foram destacados. A destruição de terras agrícolas e fontes de água em decorrência de derramamentos de petróleo e da destruição associada ao conflito foi apontada como responsável pelo colapso dos meios de subsistência tradicionais. A situação é caracterizada por "degradação ambiental (ausência de terras férteis para agricultura e produção de alimentos)"[42][43], constituindo um obstáculo significativo à recuperação. A perda dos meios de subsistência não apenas aprofunda a pobreza, mas também alimenta a continuidade da militância armada, à medida que jovens frustrados retornam à violência e à sabotagem diante da ausência de alternativas (Inyang 2018).

Essas narrativas ajudam a enfatizar que os custos da militância armada são sociais e mais complexos. A construção da paz, portanto, não pode limitar-se ao desarmamento ou a acordos entre as elites, mas deve também incluir os danos de gênero, familiares e psicológicos identificados pelas próprias comunidades. Os resultados ressaltam a necessidade de superar abordagens restritas a estruturas de segurança e avançar em direção a modelos endógenos de construção da paz que priorizem o empoderamento da juventude, programas com perspectiva de gênero, diversificação de meios de subsistência e apoio psicossocial.

38 I9. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Bonny, Estado de Rivers (Delta do Níger), 3 de julho de 2025.

39 Tradução nossa. No original: "*psychosocial trauma and displacement*".

40 L13. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Koko, Estado do Delta (Delta do Níger), 2 de maio de 2025 de 2025.

41 Tradução nossa. No original: "*forced participation*".

42 A1. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Okrika, Estado de Rivers (Delta do Níger), 27 de junho de 2025.

43 Tradução nossa. No original: "*environmental degradation (no fertile land for farming, food production)*".

Propostas de Políticas Baseadas na Comunidade

Os entrevistados também apresentaram propostas concretas e viáveis para a promoção da paz na região. As propostas concentraram-se na diversificação dos meios de subsistência, na formação de capital humano e na recuperação ambiental, refletindo uma visão de paz comunitária que prioriza a agência local em detrimento do paternalismo estatal (Barnett 2015). Eles também demonstraram como as comunidades imaginam modelos alternativos de desenvolvimento e segurança. A diversificação dos meios de subsistência e o desenvolvimento de capacidades apareceram como principais sugestões. Diversos entrevistados reiteraram a importância da capacitação e da educação, com um deles afirmando que a paz requer "engajamento adequado da comunidade, conscientização e educação sobre as políticas governamentais"[44][45]. Outro entrevistado exigia investimentos específicos no empoderamento dos jovens, enfatizando que "deve haver educação, bolsas de estudo e capacitação para a juventude"[46][47]. Essas propostas são dignas de nota, pois não se limitam a expressar insatisfação, mas apontam para a necessidade de uma paz duradoura baseada na criação de alternativas econômicas à militância armada e à dependência das rendas ligadas ao petróleo.

Os entrevistados também defenderam a adoção de planejamento baseado nas necessidades locais e maior controle comunitário sobre os projetos de desenvolvimento. Um dos participantes observou que "o governo deveria realizar uma avaliação das necessidades da população, para que os projetos e intervenções reflitam aquilo que as pessoas realmente desejam"[48][49]. Esse apelo rejeita soluções impostas de cima para baixo, como as relacionadas a NDDC, percebidas pelas comunidades como distantes de suas realidades. Também reforça o argumento de Peace Direct (2019), segundo o qual formas excludentes de governança tendem a perpetuar o conflito, e introduz uma prescrição local: a construção da paz deve ser desenvolvida com as comunida-

44 F6. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Warri, Estado do Delta (Delta do Níger), 2 de maio de 2025.

45 Tradução nossa. No original: "*proper community engagements, awareness, and education on government policies*".

46 D4. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Ekeremor, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 9 de maio de 2025.

47 Tradução nossa. No original: "*there should be education, scholarships, and empowerment for the youths*".

48 E5. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Bori, Estado de Rivers (Delta do Níger), 19 de junho.

49 Tradução nossa. No original: "*the government should carry out needs assessment of the people, so that the projects and interventions will reflect what the people actually wan*t".

des, e não para elas. Paralelamente, a restauração ambiental foi identificada como um dos princípios-chave para a consolidação da paz. Como observa um entrevistado: "O reflorestamento, a limpeza da poluição e a restauração de cursos d'água... podem beneficiar tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais"[5051]. Outro participante enfatizou a necessidade de "limpar as comunidades afetadas"[5253] como resposta direta à poluição relacionada às atividades petrolíferas. Essas perspectivas demonstram que as sociedades compreendem a justiça ecológica como um processo econômico, social e de reconciliação, capaz de contribuir para a estabilização e para a construção da paz. Notavelmente, os entrevistados associaram essas propostas à necessidade de transparência e responsabilização institucional. Um deles explicou que a paz sustentável depende de garantir que "haja transparência no programa de anistia e de formação educacional"[5455]. Isso sugere que, sem mecanismos efetivos de controle e responsabilização, mesmo as medidas mais bem estruturadas podem ser subvertidas pelas elites e fracassar no alcance de seus objetivos (Amer et al. 2023).

Estas propostas apresentadas por atores comunitários apontam para um modelo de construção da paz participativo, responsável e orientado para a subsistência. Elas projetam um modelo de desenvolvimento baseado nas necessidades da comunidade, operado de maneira transparente e voltado à mitigação dos danos ecológicos e da exclusão social enfrentada pelos jovens. As implicações dessas descobertas para o conjunto de pesquisas existentes sobre a construção da paz no Delta do Níger reforçam que as comunidades devem ser vistas como atores passivos diante das intervenções de estados ou corporações; elas são agentes ativos que expressam modelos endógenos de construção da paz.

---

50 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

51 Tradução nossa. No original: "*Reforestation, cleaning up pollution, and restoring waterways ... can benefit both the environment and local communities*".

52 C3. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Brass, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 16 de maio de 2025.

53 Tradução nossa. No original: "*cleaning the affected communities*".

54 G7. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Biseni, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 23 de abril de 2025.

55 Tradução nossa. No original: "*there is transparency in the amnesty program, and education training*".

Rumo à Construção Endógena de Paz

As evidências apresentadas anteriormente sugerem um conceito consistente, embora multifacetado, de paz entre as comunidades do Delta do Níger. Os entrevistados enfatizaram que a paz não pode ser reduzida à ausência de hostilidades ou a acordos estabelecidos entre elites. Em vez disso, compreendem a paz como uma combinação de processos interconectados que envolvem engajamento inclusivo, diálogo duradouro, governança transparente, recuperação ecológica e geração de meios de subsistência capazes de afastar os jovens da militância armada. A análise revela que, se por um lado, as comunidades reconhecem a necessidade de programas liderados pelo Estado, incluindo o Programa de Anistia, a NDDC e a limpeza de Ogonilândia; por outro, esses mecanismos, em sua grande maioria, são percebidos como intervenções de cima para baixo, politizadas e não suficientemente transformadoras. Suas críticas são consistentes com parte significativa da literatura existente (Ajibola 2015; PLAC 2020; Odinaka 2023); no entanto, elas avançam ao demonstrar como os atores locais identificam falhas não apenas nos resultados, mas também no processo, marcados por exclusão, falta de transparência e descontinuidade. Nesse sentido, os entrevistados evidenciam tanto os limites das intervenções concebidas externamente quanto a importância da presença da comunidade nos processos de construção da paz. Simultaneamente, demonstram protagonismo ao criarem suas próprias iniciativas de segurança locais, como policiamento e grupos de vigilantes comunitários. Embora essas iniciativas ajudem a suprir lacunas importantes na capacidade do Estado, também evidenciam os perigos associados às formas híbridas de governança, nas quais ex-combatentes e lideranças autoritárias (*strongmen*) passam a exercerem poderes para-oficiais. Essa dualidade destaca a força das comunidades e a fragilidade da paz em contextos em que a segurança não está plenamente institucionalizada.

Outro aspecto importante identificado refere-se aos impactos socioeconômicos e de gênero da militância armada. Os entrevistados associaram desemprego entre jovens, gravidez na adolescência, trauma e o colapso dos meios de subsistência à continuidade do conflito, argumentando que uma paz sustentável também deve abordar esses males. Essa perspectiva desloca o debate para uma abordagem mais centrada nas pessoas afetadas, de forma contrária as análises excessivamente concentradas nas rendas petrolíferas e nas lideranças insurgentes, ao lembrar que o próprio tecido social da região encontra-se em disputa (Comissão Reguladora de Petróleo Upstream da Nigéria 2024). Por fim, as propostas trazidas pelos entrevistados são convergentes, levando a um modelo de construção endógena da paz baseado em

planejamento orientado pelas necessidades locais, educação e desenvolvimento de capacidades, diversificação dos meios de subsistência, recuperação ambiental e governança aberta. Essas soluções são pragmáticas e baseadas nas próprias experiências comunitárias, e, ao enfatizar esse ponto de vista, a pesquisa demonstra que as populações do Delta do Níger não são meramente vítimas do conflito e receptoras passivas da generosidade do Estado, mas sim atores com visões e práticas próprias sobre como construir e sustentar a paz na região.

A análise demonstra que um caminho sustentável e de longo prazo para a paz no Delta do Níger não pode ser estabelecido exclusivamente pelo fortalecimento de programas centrados no Estado; ao contrário, precisa basear-se na integração formal de mecanismos comunitários de construção da paz, assegurando a participação local na formulação, monitoramento e implementação de políticas de desenvolvimento e segurança. Dessa forma, o presente estudo visa preencher a lacuna entre a literatura existente, frequentemente concentrada nos interesses de atores estatais e corporativos, e as experiências reais das comunidades locais, que continuam sofrendo os impactos da militância armada e de intervenções ineficazes.

Conclusão

Este artigo analisou abordagens comunitárias para a compreensão da construção da paz no Delta do Níger, utilizando dados qualitativos para avaliar como os atores locais expressam estratégias de inclusão, diálogo, segurança comunitária, diversificação de meios de subsistência e restauração ambiental como meios práticos para alcançar uma paz sustentável. Os resultados mostram que, embora o Estado tenha implementado medidas para enfrentar a crise, incluindo o Programa Presidencial de Anistia, a NDDC e a limpeza da região de Ogonilândia, esses esforços são geralmente vistos como politizados, pouco transparentes e desconectados das realidades locais. Essa percepção não apenas enfraquece sua legitimidade, como também ajuda a explicar por que tiveram sucesso limitado na transformação das estruturas que sustentam o conflito. Ao destacar as vozes dos atores comunitários, o artigo ressalta o papel da construção endógena da paz, entendida como iniciativas baseadas na atuação local e guiadas pelas prioridades da comunidade. Os entrevistados também argumentaram que a paz não se resume à ausência de militância armada, mas envolve igualmente governança transparente, participação efetiva, justiça ecológica e meios de subsistência sustentáveis. Além disso, identificaram os impactos socioeconômicos e de gênero da insurgência, como

desemprego entre jovens, gravidez na adolescência, participação forçada e trauma psicossocial, como obstáculos à paz que são insuficientemente abordados nos programas atuais. Os achados complementam a literatura existente, em sua maioria concentrada na economia política do petróleo e em intervenções estatais, ao destacar os impactos humanos do conflito na vida cotidiana e as soluções práticas que as comunidades desenvolveram. As implicações políticas são claras: a paz duradoura no Delta do Níger exigirá uma transição de medidas paliativas *ad hoc* e acordos entre elites para estruturas institucionalizadas e baseadas na comunidade, que incorporem responsabilização, inclusão e soluções ecológicas em sua essência. Isso implica investimentos na diversificação de meios de subsistência, capacitação e direcionamento a jovens e mulheres por meio de programas de qualificação e empoderamento, além de maior transparência na concepção e execução de projetos de desenvolvimento. Ainda, a recuperação ambiental não deve ser uma atividade marginal, pois está diretamente relacionada aos meios de subsistência e aos processos de reconciliação.

O estudo contribuiu para preencher uma lacuna na literatura sobre construção da paz em zonas de conflito com abundância de recursos. Demonstra que a análise dos conflitos relacionados ao petróleo permanece incompleta sem a incorporação dos agentes locais que definem a paz e propõem caminhos para sua concretização. Contudo, novas pesquisas ainda são necessárias para compreender de que maneira modelos de construção da paz baseadas na comunidade podem ser ampliados e institucionalizados, bem como articulados a reformas mais amplas de governança, tanto a nível nacional como empresarial. Pesquisas comparativas em outras regiões africanas dependentes de recursos naturais também podem contribuir para esclarecer se a experiência do Delta do Níger constitui um caso único ou parte de uma tendência continental mais ampla de construção endógena da paz. Em suma, a fragilidade do Delta do Níger evidencia os limites das intervenções impostas por forças externas. A paz sustentável somente poderá emergir quando participação, responsabilização, recuperação ambiental e segurança dos meios de subsistência forem colocadas no centro das estratégias de construção da paz. Estas estratégias baseadas na comunidade não apenas devem ser reconhecidas e institucionalizadas, como também devem ser entendidas como uma necessidade prática para garantir estabilidade da região mais volátil e economicamente crucial da Nigéria.

Com base nas conclusões, as seguintes medidas são recomendadas como estratégias para a promoção de uma paz sustentável no Delta do Níger. As fases de formulação e implementação dos programas de construção da paz devem incluir mecanismos que garantam a participação significativa e

efetiva da comunidade. Isso envolve espaços institucionalizados de diálogo nos quais líderes locais, mulheres e jovens possam participar ativamente, com as decisões sendo vinculadas a prazos específicos e sistemas de monitoramento. O Gabinete do Programa de Anistia Presidencial e as agências da NDDC devem adotar mecanismos transparentes de contratação e prestação de contas, incluindo auditorias comunitárias e independentes. Sem essa transparência, as intervenções continuarão sendo vistas como instrumentos de cooptação pelas elites, em vez de mecanismos de promoção da paz.

Além disso, a consolidação da paz deve priorizar a recuperação ecológica, ou seja, o reflorestamento, a limpeza ambiental e a restauração de cursos d'água, em vez de ser uma medida periférica. Isso exige acelerar a limpeza da região de Ogonilândia, intensificar as iniciativas de recuperação e vinculá-las diretamente aos meios de subsistência da comunidade por meio de emprego e capacitação profissional. Ademais, investimentos específicos em educação, formação profissional e empreendedorismo devem ser ampliados, com ênfase na inserção de jovens capacitados em setores econômicos de longo prazo e de fora da indústria petrolífera. Programas de empoderamento e bolsas de estudo devem ser estruturados de forma a reduzir a vulnerabilidade dos jovens à militância armada e à criminalidade. Adicionalmente, os modelos de consolidação da paz devem incorporar iniciativas sensíveis às questões de gênero, como apoio a jovens mulheres que engravidam na adolescência e políticas de subsistência que reflitam a contribuição econômica das mulheres. Esses problemas sociais precisam ser enfrentados para reconstruir a estabilidade da comunidade. Por fim, o policiamento comunitário e os grupos de vigilantes devem ser formalmente reconhecidos, mas também regulados por meio de estruturas legais e mecanismos de responsabilização bem definidos. Isso permitiria preservar sua capacidade de resposta às demandas locais, evitando abusos, cooptação ou a consolidação de sistemas paralelos de governança.

REFERÊNCIAS

African Studies Centre. 1999. "Nigeria: Odi Massacre Statements." *University of Pennsylvania*, 23 de dezembro. https://www.africa.upenn.edu/Urgent_Action/apic_122399.html.

Ajibola, Iyabobola O. 2015. "Nigeria's Amnesty Program." *SAGE Open* 5 (3). https://doi.org/10.1177/2158244015589996.

Ajodo-Adebanjoko, Angela. 2017. "Towards Ending Conflict and Insecurity in the Niger Delta Region: A Collective Non-Violent Approach." *ACCORD*, 12

de setembro. https://www.accord.org.za/ajcr-issues/towards-ending-conflict-insecurity-niger-delta-region/.

Akinfenwa, Gbenga, e Michael Egbejule. 2025. "How Vigilante Groups Constitute Danger to Life despite Role in Security." *The Guardian*, 24 de maio. https://guardian.ng/features/focus/how-vigilante-groups-constitute-danger-to-life-despite-role-in-security/.

Akinyetun, Tope Shola. 2022. "Policing in Nigeria: A Socioeconomic, Ecological and Sociocultural Analysis of the Performance of the Nigerian Police Force." *Africa Journal of Public Sector Development and Governance* 5 (1): 196–219. https://doi.org/10.55390/ajpsdg.2022.5.1.9.

Akinyetun, Tope Shola. 2023a. "Fighting from the Bottom Up: Community Mobilisation as a Viable Strategy in Combating Banditry in Nigeria." *ACCORD*, 20 de outubro. https://www.accord.org.za/conflict-trends/fighting-from-the-bottom-up-community-mobilisation-as-a-viable-strategy-in-combating-banditry-in-nigeria/.

Akinyetun, Tope Shola. 2023b. "The Concentric Circle of Conflict in the Lake Chad Region: Between Youth, Exclusion and Grievance." *Panoply Journal* 4: 114–42. https://doi.org/10.71166/qpn5nz92.

Akinyetun, Tope Shola. 2024. "Identity Politics, Conflict, and National Integration in Nigeria: The Youths' Perspective." *African Identities* 23 (3): 1–19. https://doi.org/10.1080/14725843.2024.2319582.

Amer, Masood, Emily Wegener, e Denitsa Zhelyazkova. 2023. *Securing progress: mapping opportunities for anti-corruption in security sector reform frameworks*. Transparency International. https://ti-defence.org/wp-content/uploads/2023/11/Securing-Progress-SSR-Frameworks-v5-WEB.pdf.

Ansorg, Nadine, e Sabine Kurtenbach. 2023. "Promoting Peace and Impunity? Amnesty Laws after War in El Salvador and Beyond." *Journal of Global Security Studies* 8 (2). https://doi.org/10.1093/jogss/ogad010.

Barnett, Michael. 2015. "Paternalism and global governance." *Social Philosophy and Policy* 32 (1): 216–43. https://doi.org/10.1017/s026505251500014x.

Bradshaw, Gavin John, e Casper Lötter. 2019. "Re-Evaluating Burton's Human Needs Approach from Critical Theory Perspectives." *International Journal of Peace Studies* 24 (1): 63–80.

Burton, John. 1990. *Conflict: Human Needs Theory*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-21000-8.

Burton, John W. 2024. "Needs Theory (1997)." In *Pioneers in Arts, Humanities, Science, Engineering, Practice*, 307–15. Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-51258-2_23

Coning, Cedric de, Ako Muto, e Rui Saraiva. 2022. *Adaptive Mediation and Conflict Resolution*. Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-92577-2.

Courson, Elias. 2016. "Spaces of Insurgency: Petro-Violence and the Geography of Conflict in Nigeria's Niger Delta." https://escholarship.org/content/qt8rp958w7/qt8rp958w7_noSplash_e7750d5a641f6e3f8b71d229b3529e7d.pdf.

David, James Ojochenemi. 2025. "Boko Haram and Niger Delta Avengers: Unraveling the Greed-Need-Creed Spectrum in Nigeria's Security-Development Nexus." *Frontiers in Political Science* 7 (July). https://doi.org/10.3389/fpos.2025.1562472.

Ebiede, Tarila Marclint. 2018. "Assessing the Effectiveness of Employment Programmes for Ex-Combatants: A Case Study of Nigeria's Post Amnesty Programme (PAP)." *IDS Bulletin* 49 (5). https://doi.org/10.19088/1968-2018.177.

Ebiede, Tarila Marclint. 2024. "Reintegrating Ex-Combatants or Dividing Communities? Analysing Power Inequalities in Nigeria's Amnesty Programme." Violence, Inequality and Power Lab, Joan B. Kroc Institute for Peace and Justice. https://digital.sandiego.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1107&context=ipj-research.

Ebiede, Tarila Marclint, Arnim Langer, e Jale Tosun. 2020. "Disarmament, Demobilisation, and Reintegration: Analysing the Outcomes of Nigeria's Post-Amnesty Programme." *Stability: International Journal of Security and Development* 9 (1). https://doi.org/10.5334/sta.752.

Fatunji, Anita. 2016. "Nigeria Loses over 130 million barrels in 2016 to Militancy in Niger Delta." *Ecofin Agency*, 30 de novembro. https://www.ecofinagency.com/production/3011-35989-nigeria-loses-over-130-millions-barrels-in-2016-to-militancy-in-niger-delta.

Francis, Paul, Deirdre Lapin, e Paula Rossiasco. 2011. *Securing Development and Peace in the Niger Delta: A Social and Conflict Analysis for Change*. Woodrow Wilson International Center for Scholars. https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/AFR_110929_Niger%20Delta_0113.pdf.

George, Godfrey. 2022. "48 N'Delta INEC Offices Destroyed in Three Years – Report." *Punch Newspapers,* 31 de dezembro. https://punchng.com/48-ndelta-inec-offices-destroyed-in-three-years-report/.

Iheduru, Okechukwu. 2023. "Hybrid Maritime Security Governance and Limited Statehood in the Gulf of Guinea: A Nigerian Case Study." *Journal of Military and Strategic Studies* 22 (3). https://jmss.org/article/view/77363.

Ikelegbe, Augustine. 2017. "Oil, Resource Conflicts and the Post Conflict Transition in the Niger Delta Region: Beyond the Amnesty." CPED Monograph Series No 3. https://cped.org.ng/wp-content/uploads/2017/06/CPED-Monograph-series-No.-3-Oil-Resource-Conflicts-and-the-Post-Conflict-Transition-in-the-Niger-Delta-Region-Beyond-the-Amnesty.pdf.

International Peace Institute. 2018. "Humanitarian Action and Sustaining Peace." https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2018/03/0306-Humanitarian-Action-and-Sustaining-Peace.pdf.

Inyang, Bassey. 2018. "Militancy and Youth Restiveness in the Niger Delta Region of Nigeria." *African Research Review* 12 (4): 65. https://doi.org/10.4314/afrrev.v12i4.6.

Ivongbe, Jude Rukevwe, Celestine Obinna Aniagolu, e Chikasi Mercy Obodoh. 2025. "Performance Evaluation of Infrastructural Project Delivery by the Niger Delta Development Commission (2012 - 2021)." *Asian Journal of Advanced Research and Reports* 19 (9): 273–84. https://doi.org/10.9734/ajarr/2025/v19i911157.

Jarikre, Mathias. 2025. "The Political Economy of Peacebuilding in Nigeria's Niger Delta Region." *Sociological Research and Innovation* 3 (1): 155–179. https://journals.umt.edu.pk/index.php/SRI/article/view/6663.

Kazeem, Perewei. 2025. "Supporting Tantita Security's Pipeline Surveillance Efforts — a Step towards a Secure Niger Delta." *Vanguard News,* 13 de julho. https://www.vanguardngr.com/2025/07/supporting-tantita-securitys-pipeline-surveillance-efforts-a-step-towards-a-secure-niger-delta/.

Mamudu, Angela, Anthony Mamudu, Francis Elehinafe, e Damilola Akinneye. 2021. "Recent Trends in Corporate Social Responsibilities in Nigeria: A Case Study of Major Oil Firms in the Niger Delta Region." *Scientific African* 13. https://doi.org/10.1016/j.sciaf.2021.e00928.

Mosello, Beatrice, Mary Elizabeth Potts, Héctor Morales Muñoz, Sandor Madar, e Oli Brown. 2024. "Ground for Peace: Land Restoration for International Peace and Security." *Climate-Diplomacy.* https://climate-diplomacy.org/magazine/environment/ground-peace-land-restoration-international-peace-and-security.

Nextier SPD. 2025. "Local Pacts, Fragile Peace." *The Nextier Group,* 11 de setembro. https://thenextier.com/local-pacts-fragile-peace/.

Nwobueze, Chibuzor Chile, e Preye Kuro Inokoba. 2017. "Mortgaging Tomorrow's Security through Today's Graveyard Peace: A Critical Discourse of the Amnesty Programme in the Niger Delta, Nigeria." *Review of History and Political Science* 5 (2). https://rhps.thebrpi.org/journals/rhps/Vol_5_No_2_December_2017/3.pdf.

Odinaka. 2023. "$1bn Ogoni Clean-up Project: Truths, Half-Truths and Outright Lies." *Dataphyte Insight,* 29 de maio. https://dataphyte.com/topic/1bn-ogoni-clean-up-project-truths-half-truths-and-outright-lies.

Okere, Roseline, Chido Okafor, e Julius Osahon. 2016. "Government Loses N10b Daily to Oil Facilities' Attack." *The Guardian,* 13 de junho. https://guardian.ng/news/govt-loses-n10b-daily-to-oil-facilities-attack/.

Okonkwo, Omono. 2023. "Nigeria Lost N2.3 trillion to crude oil theft in 2023 – Senate." *Nairametrics,* 11 de outubro. https://nairametrics.com/2023/10/11/nigeria-lost-n2-3-trillion-to-crude-oil-theft-in-2023-senate/.

Olawin, Dare. 2025. "179 Oil Theft Incidents Uncovered in One Week – NNPCL." *Punch Newspapers,* 23 de janeiro. https://punchng.com/179-oil-theft-incidents-uncovered-in-one-week-nnpcl/.

Peace Direct. 2019. "Local Peacebuilding - What Works and Why." *Alliance for Peacebuilding*. https://www.peaceinsight.org/reports/whatworks/.

Policy and Legal Advocacy Centre. 2020. "NDDC Probe Exposes Nigeria's Corruption Underbelly." *PLAC*, 21 de julho. https://placng.org/Legist/nddc-probe-exposes-nigerias-corruption-underbelly/.

Sarki, Halif. 2009. "Niger Delta: Yar`Adua`s Amnesty Deal: Palliative or Cure?" *ISS Africa,* 09 de setembro. https://issafrica.org/iss-today/niger-delta-yaraduas-amnesty-deal-palliative-or-cure.

The Defense Post. 2025. "Militant Groups Claim Attacks on Nigerian Oil Facilities." *The Defense Post,* 13 de abril. https://thedefensepost.com/2025/04/13/militant-groups-attacks-nigeria/.

Uche, Okala Agwu, e Ijeoma Blessing Uche. 2025. "Militancy and Children's Post Traumatic Stress Disorder (PTSD): Experiences from Imo." *Social Work and Social Sciences Review* 24 (3). https://doi.org/10.1921/swssr20242255.

RESUMO

O Delta do Níger é um dos territórios mais voláteis da Nigéria, moldado por décadas de militância, devastação ecológica e uma série de intervenções de desenvolvimento que não conseguiram alcançar uma paz sustentável. Embora uma parcela significativa da literatura tenha abordado a economia política da extração de petróleo, a fragilidade do Estado e o Programa Presidencial de Anistia (*Presidential Amnesty Programme* – PAP), relativamente pouca atenção tem sido dedicada a como as comunidades do Delta conceituam a paz e a como podem colocar esse conceito em prática. Este artigo busca preencher essa lacuna ao focar em práticas endógenas de construção da paz, mais enraizadas no contexto local, que priorizam a inclusão, a responsabilização, a diversificação dos meios de subsistência e a restauração ecológica como pilares centrais. O artigo utiliza a Teoria das Necessidades Humanas, segundo a qual os conflitos persistem em contextos nos quais direitos humanos fundamentais — nomeadamente segurança, identidade, participação e desenvolvimento — são sistematicamente negados. O estudo adota um desenho qualitativo, com dados primários coletados de forma sistemática por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram codificados no NVivo, e os resultados triangulados com dados secundários. Os achados empíricos sugerem que a paz não se resume à ausência de violência, mas constitui uma interação dinâmica entre processos inter-relacionados, incluindo o envolvimento das partes interessadas, o diálogo contínuo, a governança aberta e a justiça ambiental. O estudo enfatiza que as intervenções estatais são politizadas e

frequentemente carecem de transparência. Paralelamente, práticas locais de segurança e as consequências socioeconômicas e de gênero da militância evidenciam os efeitos complexos do conflito sobre o bem-estar das comunidades. Os participantes também apresentaram recomendações de políticas públicas baseadas na comunidade, com foco na diversificação dos meios de subsistência, no empoderamento da juventude, no planejamento orientado por necessidades e na restauração ambiental.

PALAVRAS-CHAVE

Delta do Níger. Construção endógena da paz. Necessidades humanas. Militância. Participação comunitária. Justiça ambiental.

Recebido em 03 de outubro de 2025
Aceito em 23 de dezembro de 2025[56]

Traduzido por Letícia Soares Rosa

56 Como citar: Akinyetun, Tope Shola, Ikponmwosa Ebomoyi e Ambrose Osariyekemwen Iyase. 2025. "Construção endógena da paz no Delta do Níger: abordagens centradas na comunidade e caminhos alternativos de desenvolvimento." *Revista Brasileira de Estudos Africanos,* 10 (20): 164-189. https://doi.org/10.22456/2448-3923.150670.

SHARIA NO TERRITÓRIO IORUBÁ: EXPLORANDO O PLURALISMO RELIGIOSO E AS TENSÕES ÉTNICAS NO SUDOESTE NIGERIANO

Olasupo Thompson[1]
Tokunbo Stephen Dada[2]
Olugbenga Seun Aina[3]
Bamidele Jinadu[4]
Surajudeen Oladotun Oladele[5]

Introdução

A religião tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento global e nacional, proporcionando esperança e força em períodos de crise (Boro et al. 2022). Embora seja frequentemente percebida como uma questão mais pessoal, alguns Estados impõem a religião como estratégia

1 Instituto de Comunicação e Estudos Gerais (ICGNS), Universidade Federal de Agricultura de Abeokuta. Abeokuta, Nigéria. E-mail: thompsonoo@funaab.edu.ng. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2273-2152.

2 Instituto de Comunicação e Estudos Gerais (ICGNS), Universidade Federal de Agricultura de Abeokuta. Abeokuta, Nigéria. E-mail: tokunbodada@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5798-3752.

3 Instituto de Comunicação e Estudos Gerais (ICGNS), Universidade Federal de Agricultura de Abeokuta. Abeokuta, Nigéria. E-mail: ainaos@funaab.edu.ng. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0694-6273.

4 Instituto de Comunicação e Estudos Gerais (ICGNS), Universidade Federal de Agricultura de Abeokuta. Abeokuta, Nigéria. E-mail: Jinadubamidele2@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-4740-4742.

5 Instituto de Comunicação e Estudos Gerais (ICGNS), Universidade Federal de Agricultura de Abeokuta. Abeokuta, Nigéria. E-mail: princesurajudeenoladele@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-6342-5902.

https://doi.org/10.22456/2448-3923.151737

para promover a unidade e a paz. Contudo, ela permanece como um fator central em diversos conflitos mundiais. O secularismo foi adotado por algumas nações com o intuito de fomentar a harmonia. Apesar de sua função na coesão social, a religião também tem desencadeado conflitos, particularmente em nações multiétnicas ou pós-coloniais. A África exemplifica essa dinâmica, com países como o Congo, a Ruanda e a Nigéria enfrentando conflitos religiosos mortais, deslocamentos populacionais e crises de refugiados.

A Nigéria é uma nação diversa, composta por mais de 450 idiomas, 374 grupos étnicos e uma extensão territorial de 923.768 quilômetros quadrados (Thompson e Adams 2021). Com uma população de aproximadamente 230 milhões de habitantes, o país é dividido em seis zonas geopolíticas. Os principais grupos étnicos — Hausa-Fulani, Iorubá e Igbo — são coletivamente denominados "Wazobia". Dez grupos compõem 80% da população, com o predomínio de quatro troncos linguísticos: Hausa (21%), Iorubá (20%), Igbo (17%) e Fulani (7%). O Islã, o Cristianismo e as Religiões Tradicionais Africanas (ATR, do inglês *African Traditional Religion*) são amplamente praticados, sendo o norte predominantemente muçulmano e o sul majoritariamente cristão. Apesar do federalismo constitucional e do secularismo, tensões étnicas e religiosas persistem. O sistema jurídico nigeriano integra leis consuetudinárias, religiosas e estatutárias. A expansão das cortes de *sharia* para além do norte tradicionalmente islâmico, particularmente em direção à região iorubá, no sudoeste da Nigéria — que possui uma população muçulmana considerável convivendo com fortes influências cristãs e tradicionalistas — tem suscitado debates sobre o pluralismo legal e as liberdades religiosas.

Inúmeros estudos exploraram as intersecções entre etnicidade e religião (Ukiwo 2005; Nwauche 2008; Paden 2015; Lichtenheld e Ogbudu 2021), bem como os conflitos etnorreligiosos na Nigéria. Contudo, houve relativamente pouco foco acadêmico sobre a questão emergente da implementação da *sharia* no território iorubá (*Yorùbáland*).

O presente artigo examina as reações à imposição de tribunais da *sharia* na região iorubá e seu impacto nas relações intergrupais, na governança e no desenvolvimento nacional. As principais cidades iorubás incluem Oyo, Ondo, Ekiti, Ogun, Osun e Lagos. O estudo aborda questões de pesquisa fundamentais: Quais são as leis e os costumes do povo iorubá? Qual é a natureza das relações Norte-Sul na Nigéria? Por que o Norte preconiza a *sharia* em solo iorubá e como isso é percebido em diferentes regiões? Quais são as implicações para as dinâmicas intergrupais? Este estudo é importante por fornecer uma análise teoricamente fundamentada sobre os debates contemporâneos

acerca da *sharia* na região iorubá, uma área frequentemente negligenciada pela literatura acadêmica existente sobre religião e direito na Nigéria.

Revisão de Literatura: Religião e Conflitos Etnorreligiosos na Nigéria

A religião é tão antiga quanto a própria humanidade e permanece como uma força central na organização social. Durkheim (1964) define a religião como um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas que fomenta a coesão social, enquanto Giddens (2021) enfatiza sua profunda influência na cultura, incluindo a arte, a música, os valores e a vida cotidiana. Globalmente, as principais religiões abrangem o Cristianismo, o Islã, o Hinduísmo, o Budismo e o Judaísmo, além de tradições de fé minoritárias (CIA s.d.). Na África, o Cristianismo, o Islã e as ATR são dominantes. Mbiti (1990) explica que os sistemas de crenças tradicionais africanos estão enraizados na veneração de ancestrais, no animismo e em rituais comunitários. O Cristianismo, introduzido majoritariamente por meio de encontros coloniais, cresceu significativamente, contando com mais de 650 milhões de adeptos em todo o continente africano (Pew Research Center 2015). O Islã, introduzido anteriormente por mercadores árabes, está profundamente estabelecido no Norte da África e em partes da África Ocidental e Oriental (Michalopoulos, Naghavi e Prarolo 2018). Estudiosos como Chitando e Adogame (2012) e Ellis e ter Haar (2020) destacam o sincretismo religioso — a fusão de crenças indígenas com o Cristianismo ou com o Islã — como uma característica definidora da religiosidade africana, que molda a política e a vida social, ao mesmo tempo em que serve tanto como força unificadora quanto como fonte potencial de conflito.

A tensão religiosa na África frequentemente emerge de dinâmicas históricas, políticas e sociais, particularmente em regiões onde o Cristianismo e o Islã coexistem e competem entre si. Ukah (2020) observa que tal competição frequentemente produz insegurança, crises de identidade e violência cultural. Diversos países africanos ilustram essas dinâmicas. Na República Centro-Africana, Furcoi e Essa (2017) documentaram confrontos violentos entre milícias cristãs e muçulmanas que resultaram em assassinatos em massa e em quase um milhão de pessoas deslocadas. No Egito, as tensões entre a maioria muçulmana e a minoria cristã copta escalaram periodicamente para a violência. Meral (2018) relata como protestos de apoiadores da Irmandade Muçulmana, após a destituição do Presidente Morsi, levaram a

ataques generalizados contra comunidades cristãs, incluindo a destruição de igrejas e propriedades.

A religião também desempenhou um papel decisivo nos prolongados conflitos do Sudão. Tounsel (2025) argumenta que as guerras civis entre o Norte e o Sul do Sudão estavam profundamente enraizadas na dominação religiosa, particularmente na imposição da identidade islâmica e de políticas baseadas na *sharia* pelo governo de Cartum. Medidas como a nacionalização de escolas missionárias, alterações nos feriados públicos e a aplicação de leis islâmicas a não muçulmanos intensificaram as queixas. A adoção do direito penal baseado na *sharia* em 1983 contribuiu para a retomada do conflito, com medidas punitivas, como amputações, aplicadas a indivíduos não muçulmanos. A resistência do sul estruturou a luta como uma busca por um Estado secular, eventualmente culminando na secessão do Sudão do Sul em 2011. Já na Etiópia, observa-se uma violência religiosa recorrente entre cristãos ortodoxos e muçulmanos, frequentemente exacerbada pela manipulação política de identidades religiosas (U.S. Department of State 2021). Crises contínuas envolvendo o militantismo islamista na Somália e conflitos de matriz religiosa em países como Líbia e Tanzânia ilustram ainda mais o papel da religião na instabilidade em todo o continente.

Apesar de sua associação com conflitos, a religião também pode servir como um poderoso instrumento para a construção da paz (*peacebuilding*). Chigudu (2024) argumenta que reconhecer a natureza fluida e sobreposta das identidades religiosas é essencial para a resolução de conflitos na África. Majemu (2024) aponta, de forma semelhante, que o diálogo inter-religioso e a moderação religiosa podem neutralizar a radicalização e promover a paz sustentável. Essas percepções são particularmente relevantes em contextos como o da Nigéria, onde grupos extremistas, como o Boko Haram, exploram narrativas religiosas para a violência política, intensificando a desconfiança inter-religiosa.

Na Nigéria, a religião intersecta-se estreitamente com a etnicidade e a política. Suberu (2020) observa que a diversidade étnica do país e a paridade aproximada entre as populações cristã e muçulmana têm sido repetidamente exploradas para alimentar tensões políticas e minar o desenvolvimento nacional. Edewor e Aluko (2007) defendem que os arranjos federais, ao estruturarem o acesso ao poder e aos recursos à identidades étnicas e religiosas, em vez de mitigar as divisões, frequentemente as reforçam. Tais divisões são evidentes na política eleitoral. Jabo (2025) observa que as eleições gerais de 2023 refletiram fortes alinhamentos religiosos e étnicos, com candidatos atraindo apoio majoritariamente de correligionários e de suas bases étnicas.

Mustapha (2019) adverte que tais padrões aprofundam a marginalização, a desconfiança e a fragmentação nacional.

As consequências do conflito etnorreligioso na Nigéria têm sido severas. Salawu (2010) estima que tais conflitos vitimaram mais de três milhões de pessoas desde a independência. Dados mais recentes indicam milhares de incidentes de violência étnica, religiosa e etnorreligiosa entre 1999 e 2021, resultando em dezenas de milhares de mortes (Adenuga et al. 2023). Estudiosos argumentam cada vez mais que a religião deve funcionar como uma ferramenta de unidade, e não de divisão. Salisu et al. (2024) recomendam priorizar a competência em detrimento de considerações religiosas ou étnicas na governança, enquanto Salawu (2010) apela pela prevenção proativa de conflitos, mecanismos de diálogo institucionalizados e redução da pobreza para enfrentar as raízes estruturais das crises etnorreligiosas. Apesar da extensa produção acadêmica sobre religião e etnicidade na Nigéria, pouca atenção tem sido dada ao recente ressurgimento de imposições e controvérsias relacionadas à *sharia* em solo iorubá, lacuna que este estudo busca preencher.

Marco Teórico

O presente estudo está ancorado na teoria da hegemonia de Antonio Gramsci, que explica como grupos sociais dominantes asseguram a liderança ao moldar valores morais, políticos e culturais que os grupos subordinados passam a aceitar como legítimos (Gramsci 1991). A hegemonia envolve o exercício do poder não apenas por meio da coação, mas através de uma combinação estratégica de força e consentimento (Bailey e Clegg 2007). No âmbito do Estado, ela descreve relações entre grupos sociais nas quais a dominância é sustentada pela apresentação de interesses e visões de mundo particulares como naturais e universalmente benéficos (Martin 2023).

Gramsci enfatiza que a hegemonia se apoia fortemente no consentimento, ocorra este por aceitação popular, ambivalência ou oposição. Embora a coação possa estar presente, uma autoridade duradoura não pode ser mantida apenas pela força; ela requer a cooperação e a aceitação dos grupos subordinados (Gramsci 2000). O consentimento é produzido por meio de processos ideológicos que alinham os valores dos governados aos da classe dominante, legitimando, assim, as relações de poder vigentes. Conforme observam Ateed e Ozel (2023), a hegemonia opera como um sistema de ideias por meio do qual os grupos dominantes garantem a conformidade e minimizam a resistência. Portanto, o poder é exercido simultaneamente por

meio da dominação e da persuasão, fazendo com que o regime hegemônico pareça estável e legítimo, ao mesmo tempo em que mascara as desigualdades subjacentes que o sustentam.

A teoria de Gramsci concebe a hegemonia como uma dominação mantida primordialmente pelo consentimento em vez da coação manifesta, tornando o poder aparentemente natural e legítimo (Ateed e Ozel 2023). Ela enfatiza a interação entre cultura, política e ideias na sustentação da autoridade. Este referencial é útil para analisar as relações étnicas na Nigéria, onde as tensões históricas e contínuas, especialmente as percepções de uma dominância muçulmana do Norte sobre o Sul cristão, moldam as interações políticas e socioeconômicas (Badmus e Lafenwa 2022).

Tabela 1: Operacionalização da Hegemonia Gramsciana no Contexto da *sharia* e do Pluralismo Jurídico na Nigéria

Conceito	Aplicação Gramsciana	Contexto da *Sharia* na Nigéria
Pluralismo Jurídico	Hegemonias em Disputa	*Sharia* estruturada como senso comum moral
Supremacia Constitucional	Fragilidade Ideológica	Superação da Constituição na prática jurídica
Gênero e Direitos	Dominação Normalizada	Patriarcado legitimado religiosamente
Arbitragem Estatal	Compromisso Hegemônico	Estado evita o confronto direto

Fonte: Compilação dos autores.

A Tabela 1 demonstra como determinados conceitos podem ser compreendidos como instâncias interconectadas de disputa hegemônica. O pluralismo jurídico na Nigéria envolve a coexistência das leis estatutária, consuetudinária e islâmica, mas, sob uma perspectiva gramsciana, esses sistemas não operam em pé de igualdade. Yusuf (1976) argumenta que, apesar da vigência dessas leis nos seis estados do norte, elas entravam em conflito entre si. No norte da Nigéria, a *sharia* funciona como uma ordem moral e jurídica hegemônica, e não meramente como uma opção legal entre outras (Adesoji 2010; Agbiboa 2015). Elites políticas e religiosas estruturam a *sharia* como uma identidade islâmica autêntica, uma alternativa moral à corrupção e superior ao direito secular de origem ocidental. Por meio de instituições religiosas e do discurso público, esse enquadramento gera consentimento popular, transformando a *sharia* em "senso comum" no seio da sociedade. O pluralismo jurídico, portanto, reflete uma luta entre hegemonias concorrentes, em vez de uma coexistência neutra.

Essa dinâmica expõe as tensões entre a *sharia* e a supremacia constitucional. Embora a Constituição nigeriana seja formalmente soberana, sua autoridade é frequentemente enfraquecida pela profunda legitimidade cultural da *sharia* na sociedade civil. Mesquitas, acadêmicos e líderes comunitários cultivam um consentimento que muitas vezes supera a abstração constitucional, levando os governos a tolerarem a *sharia* apesar das ambiguidades jurídicas. Gramsci (1991) ilumina como a *sharia* é apresentada como uma virtude moral, autêntica ou divinamente ordenada na sociedade, incluindo suas implicações para as questões de gênero e direitos humanos. Interpretações patriarcais são normalizadas como preceitos divinos, transformando a desigualdade em obrigação moral e limitando a resistência. O consentimento, reforçado pela socialização, sustenta essas práticas, enquanto a coação impõe a conformidade onde o consentimento falha. O autor também interpreta a mediação institucional, examinando o papel de líderes religiosos, autoridades tradicionais, tribunais e do Estado na sustentação ou contestação da *sharia*, bem como a adoção do consentimento e da resistência, e da coação e acomodação, como formas de aplicação legal seletiva e tolerância estatal utilizadas para a gestão de conflitos.

O presente artigo possui dois objetivos inter-relacionados. O objetivo primário é teórico: aplicar o conceito de hegemonia de Gramsci para explicar os debates contemporâneos sobre a *sharia* em solo iorubá. O objetivo secundário é histórico: situar esses debates na trajetória mais longa do pluralismo religioso iorubá e das relações Estado-religião na Nigéria. A discussão histórica, portanto, exerce uma função explicativa ao iluminar as condições sociais sob as quais as lutas hegemônicas se desenrolam. De modo geral, os debates sobre a *sharia* na Nigéria representam uma crise de hegemonia jurídica na qual a lei, a moralidade, a identidade e o poder são profundamente contestados.

Métodos

O estudo adota um delineamento de pesquisa qualitativa para a coleta de dados. O paradigma da pesquisa qualitativa enfatiza a compreensão por meio da observação, da documentação minuciosa e da análise reflexiva das falas, ações e registros dos indivíduos (Ejimabo 2015). Esta abordagem metodológica auxiliou na obtenção de dados primários provenientes de observações e entrevistas, cuja importância é fundamental e não pode ser subestimada (Howard 2021).

Os participantes foram recrutados por meio de uma estratégia de amostragem intencional, complementada pela técnica de bola de neve (*snowball sampling*). Os contatos iniciais foram estabelecidos por meio de redes profissionais, religiosas e da sociedade civil, após os quais, os entrevistados recomendaram novos participantes com expertise relevante. Os critérios de seleção basearam-se na afiliação religiosa, no papel profissional e na influência comunitária, em consonância com o foco teórico do estudo na autoridade hegemônica. No total, foram realizadas 19 entrevistas, com pelo menos dois respondentes de cada estado. Quinze participantes eram do sexo masculino e quatro do sexo feminino. A disparidade entre os sexos decorreu de diferentes níveis de disponibilidade, uma vez que algumas das mulheres contatadas mostraram-se relutantes em abordar o tema. As razões apresentadas foram a falta de informações suficientes ou a percepção de que se tratava de um assunto delicado, sobre o qual seus maridos ou homólogos masculinos poderiam falar com maior propriedade. O trabalho de campo abrangeu os seis estados do território iorubá, excluindo-se as populações de fala iorubá dos estados de Kogi e Kwara. Os estados selecionados foram Oyo, Ondo, Ekiti, Ogun, Osun e Lagos[6], por representarem formalmente o território iorubá no sudoeste da Nigéria. O recrutamento fundamentou-se no conhecimento sobre o objeto de estudo, na disponibilidade e no interesse em participar. Entre os colaboradores, incluem-se adeptos das três principais religiões dos estados, bem como profissionais da área jurídica.

6 Olasupo Thompson foi responsável pelas entrevistas nos estados de Ogun e Lagos; Tokunbo Dada realizou as entrevistas em Oyo, Ondo e Ekiti; Olugbenga Aina colaborou com as entrevistas nos estados de Ogun e Oyo; Bamidele Jinadu conduziu as entrevistas no estado de Lagos; e Surajudeen Oladele foi o responsável pelas entrevistas no estado de Osun.

Tabela 2: Biografia dos participantes

Nº	Pseudônimo	Idade	Sexo	Religião	Ocupação	Localização	Data
1	Alhaji Sheik	71	Masc	Islã	Missionário Islâmico	Ibadan, Estado de Oyo	11/01/2025
2	Linus	58	Masc	Cristianismo	Empresário e Liderança Partidária	Iyana Ipaja, Lagos	11/02/2025
3	Kunlele	36	Masc	Cristianismo	Agricultor	Ondo	18/02/2025
4	Ofana	29	Masc	Islã	Servidor Público	Ondo	18/02/2025
5	Brukeme	43	Masc	Cristianismo	Servidor Público	Ekiti	21/01/2025
6	Chi Baba	44	Masc	Cristianismo	Professor Universitário	Abeokuta, Estado de Ogun	03/02/2025
7	Yinks	43	Fem	Cristianismo	Arquiteto e Professor Universitário	Mowe, Ogun	17/01/2025
8	Alhaji Sura	52	Masc	Islã	Empresário	Osogbo, Estado de Osun	19/02/2025
9	Josh	44	Masc	Cristianismo	Educador	Apapa, Lagos	05/01/2025
10	Baba Kay	51	Masc	Cristianismo	Educador	Abeokuta, Ogun	12/02/2025
11	Papi	45	Masc	Cristianismo	Agente de Segurança Pública	Abeokuta, Ogun	12/02/2025
12	Buki	37	Fem	Cristianismo	Advogada	Ibadan Oyo	11/01/2025
13	Abike	52	Fem	Cristianismo	Advogada	Ekiti	21/01/2025
14	Baba Ropo	71	Masc	Cristianismo	Agricultor	Ekiti	21/01/2025
15	Teju	45	Masc	Cristianismo	Proprietário de Empresa	Abeokuta, Ogun	12/02/2025
16	Haji Kay	55	Masc	Islã	Corretor / Atuante no Setor Imobiliário	Epe, Lagos	09/01/2025
17	Yem	70	Fem	Cristianismo	Aposentado	Ondo	18/02/2025
18	Baba Onifa	78	Masc	Tradicional	Sacerdote de Ifá	Oyo, Estado de Oyo	11/01/2025
19	Baba Akeweje	61	Masc	Tradicional	Curandeiro Tradicional / Médico Nativo	Abeokuta	12/02/2025

Fonte: Elaborado pelos autores.

As perguntas da entrevista foram enviadas aos pesquisadores antecipadamente via chamadas telefônicas, mensagens de WhatsApp e durante interações presenciais. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, garantindo a comparabilidade entre os casos e permitindo que os participantes refletissem livremente. Um roteiro de entrevista foi utilizado pelos autores e por um assistente de pesquisa treinado. Todas as entrevistas conduzidas pelo assistente seguiram o mesmo roteiro e protocolo para assegurar a consistência dos dados. Este assistente auxiliou na condução de entrevistas individuais com alguns participantes, enquanto os autores realizaram o mesmo com outros. Para os poucos que não puderam comparecer a uma entrevista presencial, foi acordado o contato por telefone ou WhatsApp. Cada entrevista teve duração de oito a quinze minutos. O estudo também se beneficiou do uso de observação de participantes e não participantes de atividades religiosas na Nigéria. Além do fato de os autores pertencerem a diferentes religiões, eles também estiveram diretamente envolvidos e observaram incidentes em todo o país, engajando-se em discussões com colegas e amigos, tanto no ambiente de trabalho quanto em comunidades religiosas.

Os dados primários coletados foram complementados por fontes secundárias, particularmente reportagens jornalísticas de atividades, bem como respostas e reações de diferentes órgãos e representantes religiosos. Materiais secundários adicionais incluíram livros, periódicos e documentos arquivísticos obtidos no Arquivo Nacional em Ibadan.

A análise primária foi conduzida pelo autor principal. O assistente de pesquisa que participou da coleta de dados forneceu esclarecimentos contextuais e auxiliou na revisão de transcrições selecionadas, mas as decisões finais de codificação e interpretação foram assumidas pelo autor principal. A posicionalidade dos autores como acadêmicos nigerianos familiarizados com o pluralismo religioso iorubá informou o processo interpretativo, permitindo sensibilidade contextual sem abdicar do rigor analítico crítico. Foi dada uma atenção reflexiva a como essa posição moldou a interpretação, particularmente em relação à religião, ao direito e às relações intergrupais. A análise dos dados seguiu uma abordagem temática qualitativa fundamentada na teoria gramsciana. As transcrições das entrevistas foram codificadas manualmente em temas alinhados às questões de pesquisa, incluindo leis e costumes, a natureza das relações Norte-Sul, as motivações por trás da defesa da *sharia* em solo iorubá e as implicações para as relações intergrupais. O estudo adotou uma abordagem interpretativa qualitativa em vez de um modelo de codificação positivista. A interpretação foi intersubjetiva, baseada na leitura interativa dos dados, na sensibilidade teórica aos conceitos gramscianos e no engajamento reflexivo com a posicionalidade do pesquisador. Embora a

análise não pretenda reprodutibilidade estatística, a transparência foi garantida por meio de categorias temáticas claramente definidas, procedimentos de codificação sistemáticos e a triangulação dos dados das entrevistas com fontes secundárias.

O estudo ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2025. O consentimento foi obtido de todos os participantes, que aprovaram o uso de codinomes ou pseudônimos em vez de seus nomes reais. A aprovação para o estudo foi concedida pelo Comitê de Ética do Departamento sob o número de protocolo PDS/ICGNS/Ethics Approval/Sharia/2025.Vol.3.

A Região Iorubá (*Yorùbáland*): História, Cultura e seu Povo

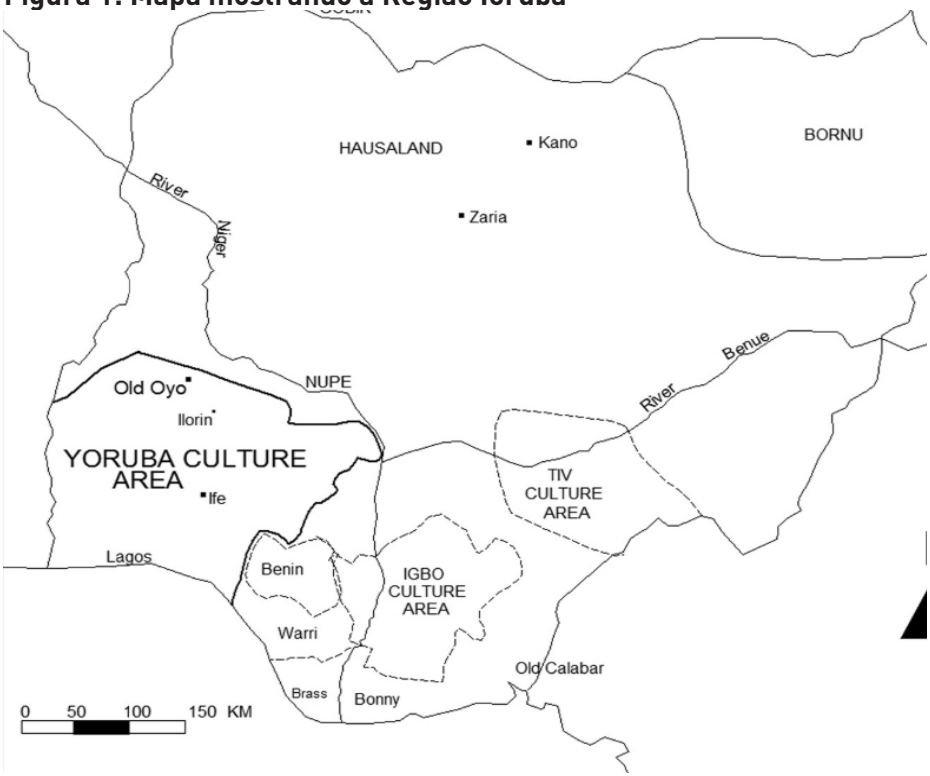
O povo iorubá traça suas origens tanto ao Oriente Próximo quanto à região do Rio Níger (Lange e Dietrich 2005). Sua figura fundadora, Oduduwa, teria se estabelecido em Ile-Ife, onde encontrou uma população pré-existente de fala iorubá. O filho de Oduduwa, Okanbi (ou Idekoseroake), teve sete descendentes que desempenharam papéis significativos na história iorubá (Atanda 1980; Thompson e Nwaorgu 2024). Atualmente, os iorubás residem predominantemente ao longo da costa da África Ocidental, especialmente na Nigéria, com comunidades também no Benin e no Togo. O tráfico transatlântico de escravizados estabeleceu populações de descendência iorubá no Brasil, em Cuba, no Caribe e nos EUA. Com estimadas 30 milhões de pessoas falantes, o iorubá é um dos três principais idiomas da Nigéria e expandiu-se para Gana, Serra Leoa e Reino Unido, desempenhando um papel vital na preservação cultural.

Na sociedade iorubá pré-colonial, os sistemas políticos eram liderados pelos *Oba* (governantes tradicionais), que nomeavam os *Baale* (líderes locais) para governar comunidades menores. Os *Oba* eram vistos como intermediários entre o povo e as divindades. O sistema espiritual iorubá inclui mais de 400 divindades (*Orisa*), cujo culto é frequentemente atribuído a cidades ou famílias específicas. O incesto era considerado uma ofensa grave, exigindo sacrifícios aos deuses familiares, enquanto as atitudes em relação ao suicídio dependiam da sua causa — aqueles que morriam em decorrência do sofrimento eram honrados, enquanto aqueles que tiravam a própria vida por vergonha eram marginalizados e privados de sepultamento[7]. A terra era tipicamente de propriedade familiar até a era colonial (Ajisafe 1924).

7 Entrevista oral, Baba Akeweje. Curandeiro tradicional (*Native doctor*) de Abeokuta. Entrevistado em 12 de fevereiro de 2025.

Títulos como a realeza não eram estritamente hereditários, apesar de serem reservados a linhagens reais. Os sistemas jurídicos iorubás eram sofisticados, com casos criminais submetidos às divindades e disputas civis julgadas pelo conselho *Osugbo*, pelas autoridades palacianas ou pelo *Baale*. Os procedimentos legais poderiam ocorrer a qualquer momento, refletindo a natureza adaptável do sistema de justiça da sociedade iorubá. A adivinhação, especialmente por meio do Ifá, era central para a resolução de problemas e a previsão de eventos. A feitiçaria e a medicina eram profissões incentivadas, frequentemente aprendidas por meio de regimes de aprendizagem sob a tutela de praticantes experientes (Ajisafe 1924).

Figura 1: Mapa mostrando a Região Iorubá



Fonte: Usman e Falola (2019, 2).

Os iorubás vivenciaram mudanças culturais significativas sob influências externas, incluindo as invasões Fulani que promoveram o Islã e os missionários europeus que introduziram o Cristianismo. É provável que o Cristianismo tenha chegado à Nigéria no século XV, com atividades mis-

sionárias registradas em cidades como Benin e Warri. Hoje, a religião e a etnia são centrais para a identidade iorubá, moldando seu senso de pertencimento. Apesar da dominância do Cristianismo e do Islã, as comunidades iorubás têm mantido a harmonia inter-religiosa, com casamentos e famílias de diferentes credos coexistindo frequentemente de forma pacífica, apesar das divergências religiosas (Adogame 2013; Usman e Falola 2019). A mistura de leis consuetudinárias indígenas e regulamentações estatutárias continua a orientar as comunidades iorubás, gerando debates sobre a integração de marcos jurídicos islâmicos ao lado das tradições existentes.

Um Histórico das Relações Norte-Sul (Muçulmano-Cristãs)

Antes do período colonial, o Norte e o Sul da Nigéria existiam como entidades distintas. O Islã penetrou na região Norte no século IX por intermédio de viajantes árabes, consolidando sua hegemonia naquela área. Inicialmente sob a liderança dos Hausa, o poder político migrou para os Fulani após a *Jihad* de 1804, a qual expandiu seu controle de Socoto a Yola, estendendo-se do Saara ao Cinturão Equatorial. Embora o Islã tenha enfrentado resistência nas regiões Centro-Norte e Sudeste da Nigéria, a religião estabeleceu-se no território iorubá, no Sudoeste do país.

As estruturas sociais e religiosas islâmicas, influenciadas pelo Império Songai, foram integradas às administrações locais. Diversos governantes do norte e do oeste adotaram o Islã para legitimar sua autoridade, unificar comunidades e aprimorar a administração, o poderio militar e as relações comerciais no âmbito do mundo islâmico (McLoughlin e Bouchat 2013). Tribunais islâmicos, presididos por acadêmicos da *sharia*, ofereciam uma justiça imparcial, e a lei *sharia* governou historicamente as regiões setentrionais de predominância muçulmana (Lugard 1920).

Sob o domínio colonial britânico na Nigéria, a Província do Norte caracterizava-se por despotismos fragmentados, marcados por incursões para captura de escravos, exploração camponesa, crueldade e corrupção (Lugard 1920). Os cavaleiros Fulani não lograram penetrar nas densas florestas do sul, onde cerca de 7,75 milhões de sulistas, descritos como sendo de "linhagem negra mais pura", destacavam-se na agricultura. Muitas tribos do delta adotaram estilos de vida semiaquáticos, subsistindo da pesca e da colheita de dendê para o comércio, tais produtos eram transportados por intermediários até os mercadores costeiros.

Lugard (1920) também retratou a região sul como sendo amplamente influenciada pelo culto a fetiches, ordálios de feitiçaria, sacrifícios humanos e o infanticídio de gêmeos. Ele descreveu o povo Igbo como "primitivo e selvagem", em contraste com os iorubá, no oeste, que possuíam um sistema de governança mais organizado sob governantes reconhecidos. As áreas costeiras eram habitadas por comerciantes e intermediários instruídos, alguns dos quais haviam frequentado escolas missionárias e controlavam o acesso ao interior. Cidades como Lagos e Calabar contavam com um pequeno estrato de profissionais liberais, incluindo médicos e advogados. Essas disparidades regionais fomentaram tensões que emergiram durante o início do movimento nacionalista na Nigéria. Apesar da unidade no combate ao domínio colonial, figuras centrais como Obafemi Awolowo, Alhaji Ahmadu Bello, Sir Tafawa Balewa e Nnamdi Azikiwe mantiveram-se cautelosos em relação às ambições políticas uns dos outros (Adebanwi 2009; Adebanwi 2014; Undiyaundeye 2021). Em uma sessão parlamentar de 1953, Ahmadu Bello declarou: "o erro de 1914 veio à tona", expressando oposição a uma maior integração entre o norte e o sul da Nigéria. Apesar de esforços posteriores para tranquilizar os nigerianos do sul, os sentimentos de Bello sobre as divisões regionais persistiram até a era da independência do país. Como ele observou:

> A nova nação chamada Nigéria deve ser o patrimônio de nosso bisavô, Uthman Dan Fodio. Devemos impedir implacavelmente a alternância de poder. Usaremos as minorias no norte como ferramentas dóceis e o sul como território conquistado; jamais permitiremos que governem sobre nós e nunca permitiremos que detenham o controle sobre seu próprio futuro (Iyekekpolo 2020, 757)[8].

Sobre os Igbos, o Sardauna de Sokoto opinou em 1962 que:

> Os Igbos são o tipo de povo cujo desejo principal é dominar a todos. Se eles vão a uma aldeia, desejam monopolizar tudo naquela área. Se você os colocar em um campo de trabalho como operários, eles tentarão emergir como os capatazes daquele campo (Unaegbu 2023, 55; Bello 1962, 161)[9].

8 Tradução nossa. No original: "*The new nation called Nigeria should be the estate of our great-grandfather, Uthman Dan Fodio. We must ruthlessly prevent the change of power. We use the minorities in the north as willing tools, and the south as conquered territory, and never allow them to rule over us and never allow them to rule over their future*" (Iyekekpolo 2020, 757).

9 Tradução nossa. No original: "*The Igbos are the type of people whose desire is mainly to dominate everybody. If they go to a village, they want to monopolize everything in that area. If you'll put them in a labor camp as a laborer, they would try to emerge as head man of that camp*" (Unaegbu 2023, 55; Bello 1962, 161).

Na década de 1980, Muhammadu Buhari apoiou o candidato nigerino Idi Omaro, um muçulmano fulani, em detrimento do representante de seu próprio país, Peter Onu, para o cargo de Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA), supostamente priorizando a identidade religiosa e étnica sobre a representação nacional. Isso exemplifica como a religião e a etnicidade, incluindo a questão da *sharia*, desempenharam papéis fundamentais na história da Nigéria.

Nos anos 1990, eclodiram protestos no sul contra o plano do chefe de Estado Ibrahim Babangida de envolver a Nigéria na Organização da Cooperação Islâmica (OCI), refletindo uma desconfiança profunda entre os principais grupos étnicos do país. A introdução da lei *sharia* em 1999, nos estados do norte, desencadeou conflitos violentos, resultando em perdas significativas de vidas e deslocamentos populacionais. De forma similar, uma proposta de 2016 para estabelecer Tribunais Eclesiásticos (cristãos) enfrentou forte rejeição no norte, evidenciando as persistentes tensões religiosas.

A eleição de Muhammadu Buhari em 2015 intensificou receios devido à sua retórica pregressa e ao percebido favoritismo em políticas e nomeações. Surgiram alegações de tentativas de "nortenizar" (*northernize*) e "islamizar" a Nigéria, especialmente com a controversa iniciativa das Áreas de Pastoreio Rural (RUGA, do inglês *Rural Grazing Area*) (Afolabi et al. 2020) e seu percebido silêncio diante da violência na região Centro-Norte da Nigéria. As tensões foram ainda mais acentuadas quando seu partido, o APC, indicou uma chapa presidencial composta por dois muçulmanos para as eleições de 2023, alimentando suspeitas de uma agenda nortista e islâmica.

O Ressurgimento da *Sharia* na Região de Iorubá, Sudoeste Nigeriano

Embora esteja estabelecido que painéis da *sharia* operam discretamente na maioria das mesquitas no sudoeste da Nigéria, o movimento audacioso de não apenas reintroduzir tais instâncias, mas de expandi-las por toda a região iorubá em tempos recentes, teve início com uma proposta apresentada em 20 de dezembro de 2024. A iniciativa partiu de AbdulQowiyy Olalekan Imam-Oníde, por meio de seu perfil na rede social X (anteriormente Twitter), identificado como *@A_QowiyyBadmus*. Em sua publicação, ele afirmou:

> Visto que os estados do sudoeste deixaram os muçulmanos desprovidos de um tribunal de jurisdição competente para tratar de suas questões, a despeito de a Seção 275 (1) da Constituição da República Federal da Nigéria (CFRN) de 1999 permitir que cada estado possua um, os muçulmanos recorreram aos Painéis Independentes da *Sharia* (ISPs). Oyo Alaafin lançará o seu próprio em janeiro (Imam-Oníde 2024)[10].

A referida postagem incluía um convite do Conselho Supremo para a *sharia* na Nigéria (seção de Oyo) para a inauguração de um tribunal da *sharia* na cidade de Oyo, em 11 de janeiro de 2025. O evento, previsto para ocorrer no Centro Islâmico da Comunidade Muçulmana, na área de Mobolaje, contaria com a presença de figuras proeminentes, como o Basorun da terra de Oyo, o Alto Chefe Yusuf Olayinka, e Alhaji Tajudeen Kamorise, o Aare Musulumi de Oyo. O convite também citava autoridades espirituais, incluindo Alhaji Abdul Lateef Eleyele (Mufasiru de Oyo) e Alhaji Yaqub Mainazara (Amir li-Mumeen de Oyo), entre outros. Após a repercussão negativa e o clamor público gerados pelo incidente, foi divulgada uma mensagem informando o adiamento da inauguração. O comunicado oficial declarava:

> Em nome dos cidadãos muçulmanos de Oyo, informamos ao público em geral que a cerimônia de inauguração do Conselho Supremo para a *sharia* na Nigéria (subsidiária de Oyo), anteriormente agendada para o dia 11 de janeiro de 2025, no Centro Islâmico da Comunidade Muçulmana, situado à Rua Oba Adeyemi High School, área de Mobolaje, Agbongangan, Oyo, foi suspensa até novo aviso. O Islã manifesta a paz (Sulaimon 2024, s.p.)[11].

O painel realizará uma nova reunião no estado de Ekiti. O Chefe Imam, Kewulere, confirmou a instituição do comitê, o qual já havia mediado uma disputa matrimonial e estava conduzindo um segundo caso, enfatizando que a instância foi formada exclusivamente para tratar de questões sucessórias entre membros da comunidade muçulmana, refutando quaisquer

10 Tradução nossa. No original: "*Since the Southwest states have left Muslims without any trial court of competent jurisdiction on their matters, despite S. 275 (1) of the 1999 CFRN allowing every state to have one, Muslims have resorted to ISPs. Oyo Alaafin is launching its own in January*" (Imam-Oníde 2024).

11 Tradução nossa. No original: "*On behalf of the Oyo Muslim indigenes, this is to inform the general public that the inauguration ceremony of the Supreme Council for Shari'ah in Nigeria (Oyo branch) previously scheduled for January 11th, 2025 at the Muslim Community Islamic Center, Oba Adeyemi High School Road, Mobolaje Area, Agbongangan, Oyo, has been suspended until further notice. Islam portrays peace*" (Sulaimon 2024, s.p.).

alegações de motivações escusas, fomento de crises ou influência externa. Contudo, a despeito do aparente encerramento do incidente, um evento similar manifestou-se pouco tempo depois no estado de Ogun. Um panfleto divulgado trazia a seguinte inscrição:

> Alhamdulillah, foi finalmente estabelecido no estado de Ogun. Um tribunal da *sharia*, pelo qual os muçulmanos de Ogun anseiam há eras, está finalmente presente. Agora é possível buscar reparação ou ter seu caso adjudicado com base no Alcorão e na Suna por juristas islâmicos de renome. O tribunal da *sharia*, sob a liderança de eminentes e eruditos acadêmicos islâmicos, como o Xeique Dr. Khidri Mustafa (Grão-Cadi), o Xeique Abdu-r-Rasheed Mayeleke, o Dr. Musa Afis e um corpo de juristas islâmicos competentes, está aberto a todos os muçulmanos, homens e mulheres. O tribunal da *sharia* atende casos de disputas matrimoniais, conflitos sucessórios de liderança religiosa (Imamship), controvérsias organizacionais, custódia e tutela de menores, além de imbróglios relativos a heranças (Taiwo, Akinselure e Olumense 2025, s.p.)[12].

Um missionário muçulmano declarou que não deveria haver oposição à *sharia*. Argumentou que, se o povo iorubá fosse sincero para com Deus e a humanidade, não se oporia a tal sistema, enfatizando que a questão da amputação de mãos, observada no norte do país, não se encerra no tribunal da *sharia* de primeira instância. Segundo sua explicação, os casos podem ser elevados ao Tribunal de Apelação da *sharia* e, inclusive, ao Supremo Tribunal, o qual conta com especialistas em *sharia*. Dessa forma, assegurou que não há motivos para receios quanto à aplicação da lei islâmica[13].

12 Tradução nossa. No original: "*Alhamdulillah, it's eventually established in Ogun State. A Sharia Court, which Ogun State Muslims have been yearning for, for ages, is finally here. You can now seek redress or have your case adjudicated based on Qur'an and Sunnah by reputable Islamic jurists. The Shari'ah Court, under the able leadership of eminent, reputable and erudite Islamic scholars like Shaykh Dr. Khidri Mustafa – Grand Qadi, Shaykh Abdu-r-Rasheed Mayeleke, Dr. Musa Afis and a host of competent Islamic jurists, is opened is to all Muslims, male and female. The Shariah Court handles cases on the marital dispute; Imamship tussle; organisational conflict; child custodian and guardianship; and inheritance imbroglio*" (Taiwo, Akinselure and Olumense 2025, s.p.).

13 Entrevista oral, Alhaji Sheik. Missionário Islâmico de Ibadan, Estado de Oyo, em 11 de janeiro de 2025.

A Política dos Tribunais da *Sharia* na Região Iorubá

O debate sobre o estabelecimento e o funcionamento de tribunais da *sharia*, ou painéis de arbitragem correlatos, na região iorubá evidencia a complexa interação entre religião, direito, identidade cultural e política na sociedade religiosamente pluralista da Nigéria. Esta seção examina as reações aos esforços voltados à introdução ou promoção de tribunais da *sharia* (e de painéis alternativos da *sharia*) no território iorubá, ressaltando como tais desdobramentos influenciam as relações inter-religiosas e a governança na região.

Antecedentes Históricos, Temor de Dominação/Extremismo e Incompatibilidade Cultural

Um dos pontos levantados na rejeição refere-se aos antecedentes históricos, ao temor de dominação e à incompatibilidade cultural. Tais respondentes argumentam que a presença de tribunais religiosos em uma sociedade legalmente pluralista pode comprometer a unidade nacional, levar à discriminação religiosa e infringir os direitos de cidadãos não muçulmanos. Linus sustenta que:

> É evidente que alguns iorubás esqueceram como Alimi (um fulani), em conluio ou colaboração com Afonja (generalíssimo iorubá), atuou para desintegrar o Império de Oyo. A noção de utilizar a religião em nome da *sharia* é um estratagema e uma tática para penetrar e conquistar silenciosamente a terra de Omoduduwa, empregada pelas mesmas pessoas que conquistaram a terra Hausa em 1804. É o momento de interrogar os motivos por trás da pressa e da busca por algo que existe desde tempos imemoriais. A intelectualidade iorubá deve questionar tal motivação, pois diz-se que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar[14][15].

14 Trecho da entrevista oral, Linus, empresário e líder político de Iyana Ipaja, Lagos, foi entrevistado em 11 de fevereiro de 2025.

15 Tradução nossa. No original: "*It is also clear that some Yorubas have forgotten how Alimi (Fulani man) in cohort or collaboration with Afonja (Yoruba generalissimo), to disintegrate the OYO empire. The notion of using religion in the name of sharia, is a ploy and tactics to penetrate and silently conquer the Omoduduwa land by the same people who conquered Hausa land in 1804. It is time to interrogate the motives behind the rush and quest for something that has been there for a long time immemorial. The Yoruba intelligencers should question the motive for it's said that thunder doesn't strike twice in one spot*".

Kunlele afirmou que as populações do Centro-Norte e até mesmo do Sul da Nigéria sofreram durante a presidência de Buhari devido às suas políticas e ao seu etnocentrismo, o que permitiu que pastores fulani ficassem impunes por assassinatos; portanto, como os iorubás poderiam agora confiar em qualquer questão relacionada ao Islã?[16] Ofana questiona se, caso os muçulmanos iorubás anunciassem o avistamento do Crescente lunar, o Norte muçulmano acataria tal decisão. Em sua opinião, os nortistas se veem como muçulmanos superiores, enquanto os muçulmanos do sul seriam considerados inferiores, de modo que não haveria razão para confiar neles[17]. Brukeme questiona:

> No norte, onde afirmam praticar a *sharia* e onde há cristãos, eles não mataram alguns cristãos ou os puniram por não jejuarem? Portanto, como podemos confiar que esta lei ou tribunal da *sharia* que desejam trazer para a terra iorubá não será, posteriormente, estendida a todos? Dê-lhes um passo e eles voarão[18][19].

Chi Baba teme que este possa ser um passo dos fulani para capturar a região iorubá, a qual ele acredita ser mais tolerante que o Norte, acrescentando que os iorubás devem manter-se vigilantes[20]. Yinks afirmou que o que se desenrola hoje é um roteiro preparado desde os dias da "chapa muçulmana-muçulmana" (*Muslim-Muslim ticket*), tratando-se de uma agenda oculta que Deus está expondo. Ela continuou: "eles querem islamizar a Nigéria, mas Deus não permitirá"[21].

Em 31 de janeiro, os Jovens da Nação Iorubá (*Yorùbá Nation Youths*), tanto na Nigéria quanto na diáspora, advertiram o Sultão de Socoto, Alhaji Muhammad Sa'ad Abubakar, contra a promoção de tribunais da *sharia* no

16 Trecho da entrevista oral, Kunlele. Agricultor de Ondo. Entrevistado em 18 de fevereiro de 2025.

17Trecho da entrevista oral, Ofana. Funcionário público de Ondo. Entrevistado em 18 de fevereiro de 2025.

18 Trecho da entrevista oral, Brukeme. Funcionário público, Ekiti. 21 de janeiro de 2025.

19 Tradução nossa. No original: "*In the north where they claim they practice Sharia and they have Christian, have they not killed some Christians or punished them for not fasting? So how do we trust them that this Sharia law or court that they want to bring to Yorùbáland will not later be extended to everybody. Give them a step and they will fly*".

20 Trecho da entrevista oral, Chi baba. Professor de Abeokuta, Estado de Ogun. Entrevistado em 3 de fevereiro de 2025.

21Trecho da entrevista oral, Yinks. Arquiteto/Professor de Mowe, Ogun. Entrevistado em 17 de janeiro de 2025. No original: "*they want to Islamise Nigeria but God will not allow them*".

sudoeste do país. Seus líderes, o Profeta Ayodele Ologunloluwa e o Camarada Oyegunle Oluwamayowa Omotoyole, condenaram a medida como desestabilizadora, citando a pobreza, a corrupção e o terrorismo nos estados do norte sob a lei da *sharia*. Argumentaram que a sharia contradiz a cultura e as tradições iorubás. A Aliança Regional Iorubá (YRA, do inglês *Yorùbá Regional Alliance*) e o Conselho Religioso da Nação Iorubá (YONAREC, do inglês *Yorùbá Nation Religious Council*) contestaram a proposta judicialmente. Falando em nome da YRA e do YONAREC, que incluem a Associação Muçulmana da Nação Iorubá (MAYON, do inglês *Muslim Association of Yorùbá Nation*), a Associação Cristã da Nação Iorubá (YORNCA, do inglês *Yorùbá Nation Christian Association*) e a Imo Oodaiye (Isese do território iorubá), entre outras, o Sr. Opeoluwa George Akinola, em pronunciamento a jornalistas, descreveu os iorubás como um povo historicamente pacífico, tolerante e harmonioso, cujas famílias frequentemente abrangem o cristianismo, o islã e as tradições Isese; um arranjo que perdura por séculos e deve ser preservado (Anyanwu 2025). Ele argumentou que as práticas da *sharia* são incompatíveis com os valores culturais iorubás e alertou que sua introdução possui motivação política e risco de comprometer a coexistência pacífica, questionando se a lei da *sharia* poderia alcançar resultados superiores aos códigos penais e marcos jurídicos vigentes. Alhaji Suraj observou que a extensão da *sharia*, em qualquer forma, para a região iorubá não será aceita, pois suas punições não se alinham ao ethos e à cultura iorubá. Acrescentou que seria um "sonho inalcançável" para qualquer pessoa tentar islamizar a Nigéria, dada a natureza heterogênea do Estado[22]. De acordo com um respondente que residiu no norte antes de se estabelecer no território iorubá:

22 Trecho de entrevista oral com Alhaji Sura, empresário de Osogbo, estado de Osun, realizada em 19 de fevereiro de 2025.

> Já estamos sofrendo os impactos negativos da *sharia* também no norte; antes da lei da *sharia* no norte, vivíamos pacificamente uns com os outros, ou seja, tínhamos tolerância religiosa, mas após a introdução da *sharia* tudo piorou. Eu não apoio isso de jeito nenhum, porque os muçulmanos iorubás não entendem o que os muçulmanos do norte estão trazendo para eles; todos aqueles terroristas começarão a ganhar espaço aqui e não haverá mais paz. Deixe-me dizer: se não fosse pelo fato de os governadores do sul terem se oposto ao plano RUGA de Buhari, a situação estaria péssima no sul, pois aqueles terroristas teriam causado problemas por aqui. Um menino de 12 anos foi amputado em Gombe por roubo de celular. Suas mãos foram decepadas por um tribunal da *sharia*. Isso é adequado para o território iorubá? De jeito nenhum![23][24].

O Chefe Imam da região iorubá, Sheik Abdulraheem Aduanigba, afirmou que a lei da *sharia* jamais poderia funcionar no Sudoeste devido à diversidade religiosa, à ausência de dominância muçulmana e a práticas culturais como os festivais de máscaras (*Masquerade festivals*), o consumo de álcool e as prósperas indústrias de entretenimento. Ele alertou que tal medida poderia desestabilizar a governança, contradizer tradições, causar inconsistências jurídicas e incitar agitação social (Elijah 2025). De forma semelhante, o Sheikh Muhammad Habbibullah Adam Abdullah El-Ilory, Diretor do *Markaz*, criticou os apelos por tribunais da *sharia* no território iorubá, classificando-os como motivados politicamente, e não por necessidade religiosa. Argumentando que os muçulmanos já praticam sua fé livremente e alertou contra a criação de crises desnecessárias (Elijah 2025). O Sheikh questionou: "Já estamos praticando a *sharia* ou não? Estamos. Então, por que exigi-la agora? Isso poderia criar uma crise, visto que ninguém está nos impedindo de viver de acordo com os princípios islâmicos" (Abdulkareem 2025, s.p.). Baba Kay diz:

---

23 Trecho de entrevista oral com Josh, professor de Apapa, Lagos. Entrevista realizada em 5 de janeiro de 2025.

24 Tradução nossa. No original: "*We are already having negative impact of sharia in the north too, before the sharia law in the north, we were living peacefully with one another i.e we were having religious tolerance but after the introduction of sharia everything went bad. I don't support it ooo, because Yoruba Moslems doesn't understand what our northern Moslems are bringing to them, all those terrorists will begin to have space down here and there will be no peace again ooo. Let me tell you, if not because Southern Governors kicked against Buhari's RUGA's plan, it would have been bad in the south because those terrorists would have caused trouble down south. A 12-year Old boy was amputated in Gombe for phone theft. His hands were chopped off by Sharia Court. Is this suitable for Yorùbáland? No Way!*".

> Acredito que influências externas sejam as responsáveis pela repercussão em torno da *sharia* no sudoeste nigeriano. É evidente que a própria população opõe-se veementemente à medida, inclusive os muçulmanos praticantes. O povo iorubá, por natureza, não é inclinado ao extremismo religioso, demonstrando uma postura marcadamente liberal no que tange à religião[25][26].

Alguns grupos situados fora do sudoeste da Nigéria também rejeitaram a *sharia* no território iorubá, mesmo não estando geograficamente localizados naquela região. Por exemplo, integrantes do povo Okun, no estado de Kogi, distanciaram-se de ameaças de *Jihad* contra os iorubás após a rejeição da lei da *sharia* no sudoeste nigeriano. O Embaixador Akenson Rotimi, Presidente-Geral da Associação de Desenvolvimento Okun (ODA, do inglês O*kun Development Association*), afirmou que o povo Okun, predominantemente iorubá, identifica-se como "*Yoruba Ponbele*" (iorubás puros) e está profundamente enraizado na história, língua, costumes e expressões culturais iorubás. Ele apelou pela reversão de injustiças históricas que remontam a 1903 e propôs a realização de um referendo para redefinir sua identidade política e cultural; além disso, enfatizou a importância de construir alianças com grupos que compartilham heranças e aspirações de desenvolvimento semelhantes (National Concord 2025).

Inconsistências Constitucionais e Direitos Humanos Fundamentais

A Constituição nigeriana garante a liberdade de religião (Seção 38) e o caráter laico do Estado (Seção 10), ao mesmo tempo em que permite tribunais da *sharia* em estados com populações muçulmanas significativas. Em dezembro de 2024, um grupo em Ibadan propôs um painel da *sharia*, o que despertou preocupação pública. Ahmed Raji (*Senior Advocate* da Nigéria) esclareceu que não se tratava de um tribunal, mas de um painel de mediação voluntária para muçulmanos anuentes, sem medidas punitivas ou autoridade vinculativa sem o consentimento mútuo. Os proponentes argumentam que os painéis da *sharia* oferecem uma justiça acessível e alinhada à fé islâmica. No entanto, persistem debates sobre a conformidade de tais instâncias com

25 Trecho de entrevista oral com Baba Kay, professor de Abeokuta, Ogun, realizada em 12 de fevereiro de 2025.

26 Tradução nossa. No original: "*I think external influence is responsible for the noise around sharia in the southwest. It is apparent the people themselves are vehemently against it including practicing Muslims. The Yoruba people by nature are not given to religious extremism, they're very Liberal when it comes to religion*".

as disposições constitucionais e os direitos humanos. Mallam AbulGaniy Ezra, Coordenador do Conselho Supremo da *sharia* na Nigéria no estado de Osun, declarou planos para persuadir o Governador Ademola Adeleke a elevar o painel da *sharia* do estado ao status de tribunal de jurisdição plena. Ele enfatizou que tanto os tribunais da *sharia* quanto os tribunais consuetudinários são constitucionais nos termos da Seção 278. O Imam Haroun Muhammad Eze, Assessor Jurídico Nacional Adjunto do NSCIA, também defendeu a criação de Painéis de Arbitragem da *sharia* em Ekiti, Oyo e outros estados do sudoeste, citando a Seção 275 da Constituição de 1999, que prevê Tribunais de Apelação da *sharia* de forma análoga aos Tribunais de Apelação Consuetudinários. Como NSCIA estabeleceu:

> O NSCIA apoia firmemente o estabelecimento de Painéis Independentes de Arbitragem da *sharia* nos estados de Ekiti e Oyo para os fins pretendidos, especialmente onde os muçulmanos nesses estados tiveram negado o seu direito constitucional a um Tribunal de Apelação da *sharia* em todos os estados do Sudoeste da Nigéria. O Conselho não encontra qualquer justificativa legal para o alarme desnecessário e a resistência injustificada. Todos os estados do Norte possuem tribunais da *sharia* e alguns, adicionalmente, possuem tribunais consuetudinários (NSCIA 2025, 1)[27].

Os opositores argumentam contra os tribunais da *sharia* utilizando dispositivos constitucionais. O Governador Dapo Abiodun, do estado de Ogun, rejeitou sua criação, afirmando que apenas tribunais legalmente reconhecidos podem mediar disputas, e que qualquer entidade da *sharia* não autorizada deve ser dissolvida (Taiwo, Akinselure e Olumense 2025). Papi afirma que a *sharia* é contrária aos direitos das mulheres, das crianças e aos direitos humanos, uma vez que aplicam amputações de mãos e pernas por crimes comuns, enquanto crimes de maior gravidade ocorrem no norte[28]. Outra personalidade do meio jurídico opinou que a *sharia* é uma espécie de direito consuetudinário presente no sul da Nigéria devido à pluralidade

27 Tradução nossa. No original: "*The NSCIA strongly supports the establishment of Independent Shariah Arbitration Panel in Ekiti and Oyo States for the purpose so intended, especially where the Muslims in the states have been denied their constitutional right to a Shariah Court of Appeal in all the states of South-Western Nigeria. The Council cannot find any legal justification for the unnecessary alarm and unwarranted resistance. All the states in the North have Shariah Courts, and some, in addition, have Customary Courts*" (NSCIA 2025, 1).

28 Trecho de entrevista oral com Papi, agente da lei do estado de Abeokuta, Ogun. Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2025.

religiosa, em contraste com o norte, onde há uma religião monolítica[29]. Ele acrescentou que a abordagem atual para sua implementação está equivocada. Conforme sustenta um respondente, embora a constituição seja clara sobre os direitos humanos fundamentais e o lugar do secularismo na Nigéria, a introdução da *sharia* é um anátema, pois a constituição estabelece que ela só pode ser aplicada na parte norte da Nigéria, assim como o código penal[30]. O Procurador-Geral de Ekiti, Dayo Apata, também observou que a estrutura legal do estado não reconhece tribunais da *sharia*. Líderes tradicionais, como o Ewi de Ado Ekiti, Oba Adeyemo Adejugbe, apoiaram a proibição. No entanto, o Oluwo de Iwo e apoiadores de Kogi defenderam a lei da *sharia*, citando a liberdade religiosa e os direitos dos muçulmanos. Alguns adotaram uma postura mais rígida, ameaçando a oposição e convocando ações políticas para as eleições de 2027 ("Kogi jihadist threatens..." 2025). Além disso, o ex-professor universitário Ishaq Oloyede aconselhou que, embora alguns painéis nos estados do sudoeste tenham tratado de casos de muçulmanos, o estabelecimento de um tribunal dedicado e de um marco legal deveria ser apoiado por todos. Ele enfatizou que os muçulmanos no sul sofrem há muito tempo por serem governados por tribunais consuetudinários ou civis, enquanto seus homólogos no norte se beneficiam da aplicação da lei da *sharia* (Sulaimon 2025).

Implicações Socioeconômicas

O Aare Ona Kakanfo do território iorubá, Gani Adams, expressou preocupação de que a introdução da lei da *sharia* no estado de Oyo criaria desafios significativos. Embora tenha declarado não ter objeções à lei da *sharia* em si, Adams observou que sua implementação é mais viável no Norte, enfrentando aplicação limitada inclusive no Cinturão Médio (*Middle Belt*), de maioria cristã. Ele enfatizou que o Sudoeste adere a uma constituição moderna que sustenta a coexistência religiosa e a unidade (Lawal 2024). Em 27 de janeiro de 2025, a Associação Cristã da Nigéria (CAN, do inglês *Christian Association of Nigeria*) e o grupo sociopolítico iorubá Afenifere rejeitaram firmemente a introdução da lei da *sharia* no território iorubá, baseando-se na secularidade, na modernização e na tolerância religiosa celebradas na região (Taiwo, Akinselure e Olumense 2025). Rem denunciou a medida, argumentando que seria comparável a um retorno à "idade das trevas" e

29 Trecho de entrevista oral com Buki, advogado de Ibadan, Oyo. Entrevista realizada em 11 de janeiro de 2025.

30 Trecho de entrevista oral com Abike, advogada de Ekiti, realizada em 21 de janeiro de 2025.

que impactaria negativamente os cristãos e o desenvolvimento da igreja. Da mesma forma, Baba Ropo opôs-se à iniciativa, afirmando que ela contradiz a cultura, as leis e as tradições iorubás. Ele destacou que medidas punitivas, como o apedrejamento e amputações, são inteiramente incompatíveis com os valores do povo iorubá[31]. Outros que se manifestaram contra a criação foram os membros do Afenifere, a organização sociopolítica pan-iorubá. Seu Secretário de Organização, Abagun Kole Omololu, afirmou que a importação de leis religiosas para a cultura iorubá não seria tolerada, declarando que o foco da região sudoeste é o desenvolvimento. Em suas palavras:

> O que os iorubás desejam não é o fanatismo religioso; somos uma raça com laços excessivamente estreitos. A religião é a última prioridade em nosso pedestal. Leis eclesiásticas ou a *sharia* não nos transformarão em uma Dubai ou Singapura. Meu avô, que faleceu em 1957, era um *Babalawo* (herbalista) e, ao mesmo tempo, um *Baba Egbe* (ancião) na igreja. A poção que ele preparava contra a varíola ainda está nos fundos da casa do meu pai. Contudo, meu pai também foi presidente de uma igreja. Por sermos uma raça unicamente homogênea, o que nos une é a nossa tradição, e não a religião. Dificilmente se encontra uma família no território iorubá que não coabite com crentes tradicionais, muçulmanos e cristãos. Introduzir leis religiosas em nossa família irá invadir a nossa configuração familiar tradicional (Akinselure et al. 2025, s.p.)[32].

O Professor Banji Akintoye, proeminente líder da nação Oduduwa, criticou os ataques de pastores fulani contra muçulmanos e não muçulmanos iorubás, atribuindo a rejeição à autoridade do Sultão de Socoto ao silêncio deste último. Ele afirmou que as tentativas de implementar tribunais da *sharia* no território iorubá falharam devido à tolerância religiosa iorubá e instou os fulani a abandonarem os esforços de dominação (Eric 2025). Akintoye aconselhou ainda que, em vez de buscarem o domínio sobre a Nigéria, os fulani deveriam focar na resolução de seus problemas internos, como o fato

31 Trecho da entrevista oral, Baba Ropo. Agricultor de Ekiti. Entrevistado em 21 de janeiro de 2025.

32 Tradução nossa. No original: "*What Yoruba wants is not religious bigotry, we are too closely knit as a race. Religion is the last on the pedestal of our priorities. Ecclesiastical or shari'a law will not make us Dubai or Singapore. My grandfather, who died in 1957, was a Babalawo (herbalist), and yet Baba Egbe (elder) in the church. The concoction he prepared against smallpox is still at the back of my father's house. Yet, my dad was a chairman of a church too. Because we are uniquely homogeneous as a race, what binds us together is our tradition and not religion. Hardly can you find any family in Yorùbáland that does not co-habit as traditional believers, Muslims and Christians. Introducing religious law into our family will encroach into our traditional family setting*" (Akinselure et al. 2025, s.p.).

de uma parcela significativa de sua população ainda praticar a espiritualidade tradicional em vez do Islã. Ele também exortou os fulani a abandonarem a mentalidade de "nascidos para governar" (*born-to-rule*) e a adotarem uma postura mais respeitosa e cooperativa para fomentar a unidade nacional (Eric 2025). Teju assevera que "não é responsável o Norte usar de artimanhas para introduzir a *sharia* no território iorubá enquanto rejeitam a cerveja em sua própria terra"[3334]. Haji Kay declarou que o que está sendo proposto equivale a uma *sharia* política, a qual ele acredita ser aplicável apenas aos pobres na território iorubá; portanto, argumentou que a ideia deve ser rejeitada[35]. Yem defendeu que a lei da *sharia* seria incompatível com a sociedade iorubá, que prospera com negócios não aceitos pelo Islã, como a prostituição e a produção de álcool, particularmente em Ogun e Lagos. Ele alertou que a implementação da *sharia* poderia afastar turistas, impactando negativamente a receita em polos comerciais como Ikeja, Lekki e Agbara[36].

Implicações para as Relações Norte-Sul, Intergrupais e para o Desenvolvimento Nacional

O imbróglio dos tribunais da *sharia* possui implicações significativas para as relações Norte-Sul, para a dinâmica entre grupos das duas regiões e para o desenvolvimento nacional como um todo. Quanto às relações Norte--Sul, ele leva, indubitavelmente, ao aumento das tensões religiosas. A medida exacerba tensões históricas entre o Norte, predominantemente muçulmano, e o Sul, religiosamente pluralista, aprofundando as suspeitas de uma agenda de islamização. A questão da agenda de islamização tem sido amplamente discutida por diversos estudiosos e o temor, em tempos recentes, parece não apenas estar fermentando, mas também se precipitando e atingindo um nível tóxico e pulsante. Além disso, acelera fricções políticas, pois poderia alimentar a desconfiança regional e ampliar ainda mais a divisão Norte-Sul existente, afetando, em última instância, as alianças políticas e a estabilidade da governança.

33 Trecho de entrevista oral com Teju, empresário de Abeokuta, Ogun. Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2025.

34 Tradução nossa. No original: *"it is not responsible for the North to use style to introduce Sharia in Yorùbáland while they reject beer in their own land"*.

35 Trecho de entrevista oral com Haji Kay. Corretor de imóveis de Epe, Lagos. Entrevista realizada em 9 de janeiro de 2025.

36 Trecho de entrevista oral com Yem, aposentado de Ondo, realizada em 18 de fevereiro de 2025.

O segundo aspecto diz respeito às implicações para as relações entre grupos. Não há dúvida de que a questão criará uma polarização étnica, identitária e religiosa dentro das comunidades iorubás, particularmente entre iorubás muçulmanos e não muçulmanos. Estes grupos, apesar de compartilharem a mesma identidade étnica, já se dividiram acentuadamente durante as eleições gerais de 2023. Como resultado, a identidade iorubá pode ser ameaçada. A questão da *sharia* poderia remodelar a identidade iorubá ao desafiar a reputação de longa data da região pela tolerância religiosa e pelo sincretismo, valores que os iorubás historicamente reivindicam como características definidoras de sua cultura. Ao longo dos anos, os temores de uma agenda de islamização persistiram, e a pressão recente para introduzir a *sharia* no sudoeste está agora ampliando essas preocupações. Adicionalmente, trata-se de uma receita potencial para o conflito e a violência. Conflitos violentos já ocorreram entre cristãos, muçulmanos e adeptos das religiões tradicionais africanas no sudoeste e até em algumas áreas do centro-norte, particularmente em Ilorin; o tema recente será mais um desses problemas. Assim, existe uma forte possibilidade de oposição por parte de tradicionalistas e cristãos, o que poderia levar a conflitos comunitários ou batalhas judiciais por jurisdição.

Em terceiro lugar, a questão ameaça o desenvolvimento e a coesão nacional. O Estado nigeriano tem oscilado entre a fraqueza e a fragilidade. Não há dúvida de que tais incursões e a renovada pressão pela *sharia*, sob qualquer pretexto, podem alimentar tensões, guerras e a desintegração de um país já considerado como à beira do abismo (Campbell 2011; Thompson, Afolabi e AbdulBaki 2019). Um sacerdote de Ifá afirmou que isso causará conflitos no território iorubá[37]. Quando questionado se essa introdução poderia causar conflitos, o missionário islâmico respondeu:

> Sim, pode levar a uma crise. E a raiz da questão é a relação desgastada entre muçulmanos e cristãos, o que não deveria existir. Somos irmãos e deveríamos reconhecer isso e viver em paz. Os cristãos podem apresentar sua própria ideia de tribunal ou leis e observar se os muçulmanos irão se opor a isso[38][39].

37Trecho de entrevista oral, Baba Onifa. Sacerdote Ifa de Oyo, estado de Oyo. Entrevistado em 11 de janeiro de 2025.

38 Trecho de entrevista oral, Alhaji Sheik. Missionário islâmico de Ibadan, estado de Oyo. Entrevistado em 11 de janeiro de 2025.

39 Tradução nossa. No original: *"Yes, it can lead to crisis. And the root of the matter is the sore relationship between the Muslims and the Christians which shouldn't be there. We are brothers and we should recognise that and live in peace. The Christian can put up their own idea of court/laws and watch if Muslims will go against it"*.

As fricções religiosas irão desestimular investimentos e interromper colaborações econômicas, não apenas entre o Norte e o Sul, mas também entre investidores estrangeiros. Notavelmente, as crises Norte-Sul em 2021 levaram o Norte a boicotar o envio de alimentos para o Sul. Não há dúvida de que tal medida pode não apenas levar à fome e à inanição, mas também resultar em uma alta taxa de mortalidade, especialmente entre populações vulneráveis, como mulheres, crianças e idosos. De fato, o protesto da Aliança Regional Iorubá (YRA) no estado de Ekiti foi mantido sob controle pela intervenção policial, evitando qualquer potencial caos ou violência. Por fim, isso pode afetar a governança e a estabilidade. Isso ocorre porque o aumento das tensões regionais pode distrair o Estado de questões nacionais prementes, desviando o foco do governo de áreas como segurança, infraestrutura e reformas econômicas.

De Hegemonias e Hegemonia: Discurso sobre o Debate Religioso em um Estado Multiétnico

Os resultados revelam que, historicamente, a prática das religiões tradicionais africanas antes da introdução do Islã e do Cristianismo — via fulani e missionários, respectivamente — produziu uma sociedade pluralista baseada na tolerância, que agora funciona como um recurso contra-hegemônico frente à expansão da *sharia*. Apesar da dominância dessas duas religiões, as comunidades iorubás têm coexistido pacificamente, com casamentos inter-religiosos e tolerância mútua sendo comuns, embora conflitos ocasionais ocorram e sejam tipicamente manejáveis. Bouchat (2013) observou que muitos iorubás muçulmanos, cristãos e animistas vivem em paz, não apenas nas mesmas cidades, mas nos mesmos domicílios. Peel (2016) enfatizou que os iorubás se orgulham de sua cultura de tolerância religiosa profundamente enraizada, moldada por experiências históricas e culturais. Diferentemente do Norte da Nigéria, onde ideologias extremistas como o fundamentalismo islâmico e o Boko Haram se estabeleceram, tais movimentos carecem de solo fértil na sociedade iorubá. Em 2025, Bola Tinubu, um presidente muçulmano, compareceu ao festival Eyo no estado de Lagos, um sinal de tolerância como forma de gerir a sociedade pluralista no território iorubá (State House 2025).

Os resultados também revelam que a relação Norte-Sul era interdependente antes do domínio colonial. A amalgamação dessas regiões culturalmente distintas criou animosidades subjacentes. Embora tenham colaborado para o fim do domínio colonial, os líderes pós-independência nutriram medos

e desconfianças mútuas que persistem nas políticas públicas, leis e questões sociais atuais. Kukah (2013) afirmou que a história das relações cristão-muçulmanas na Nigéria está intrinsecamente ligada à história do Estado, e o Estado colonial lançou as bases para muitas das tensões em curso.

A pesquisa também demonstra a controvérsia em torno da introdução de painéis e tribunais da *sharia* em partes do território iorubá, começando pelo estado de Oyo e estendendo-se posteriormente a Ekiti e outras áreas. Enquanto os proponentes, primordialmente muçulmanos, defenderam esses tribunais como um meio de abordar injustiças percebidas em tribunais civis e manter práticas religiosas caras a eles, a comunidade iorubá em geral condenou fortemente a medida. Olaniyi (2011) sugere que a reintrodução da *sharia* visava abordar desafios de policiamento. No entanto, a rejeição aos tribunais da *sharia* decorreu de vários fatores, incluindo antecedentes históricos, incompatibilidade cultural, debates constitucionais e jurídicos, questões socioeconômicas e preocupações políticas e sectárias. Historicamente, fizeram-se referências à conquista fulani do Império de Oyo, particularmente ao papel de Afonja, cujas ações simbolizam a percepção moderna de muçulmanos convidando influências externas para reintroduzir a *sharia*. Este evento histórico também marcou a entrada dos fulani em Ilorin e a disseminação do Islã no Império de Oyo. Bailey e Clegg (2007) argumentam que isso pode ocorrer de forma forçada ou por consentimento. Enquanto o desastre de Afonja foi uma via forçada, não há dúvida de que a população vê a introdução dos tribunais da *sharia* como uma estratégia mais sutil, o que explica seus temores.

Ainda, as diferenças culturais entre o norte da Nigéria, onde o Islã domina, e o território iorubá, onde coexistem três religiões, levantaram questões sobre a compatibilidade da *sharia* com as tradições e valores iorubás. A coexistência de múltiplos grupos religiosos na região iorubá torna os tribunais da *sharia* uma questão sensível. Enquanto alguns veem sua introdução como um potencial fomento à inclusividade, outros a percebem como um aprofundamento das divisões religiosas. O debate também se centra nas disposições constitucionais da Nigéria sobre liberdade religiosa e secularidade, destacando as tensões legais sobre o estabelecimento desses tribunais. Embora os painéis da *sharia* operem dentro de uma negociação hegemônica, e não à margem do Estado, o silêncio e a tolerância estatal ao longo dos anos, especialmente sob os governos do falecido Presidente Muhammadu Buhari e de Bola Ahmed Tinubu, ambos muçulmanos, exemplificam essa dinâmica. Os temores de silêncio estatal ou favoritismo em relação ao Islã e, por extensão, à *sharia* — em detrimento do Cristianismo — manifestaram-se nas declarações e posturas de ambos os líderes. Embora Buhari seja frequen-

temente percebido como extremista, Tinubu é visto como relativamente mais liberal (Owonikoko 2025).

Preocupações socioeconômicas também moldam a oposição à lei da *sharia* na região iorubá, com críticos alertando que sua expansão poderia minar a vida urbana, o turismo, o entretenimento e os negócios relacionados ao álcool, que são centrais para a economia da região. Embora a Nigéria opere um sistema jurídico plural, no qual tribunais consuetudinários e islâmicos são legalmente reconhecidos, sua autoridade permanece constitucionalmente subordinada à Constituição de 1999. Em princípio, qualquer decisão consuetudinária ou da *sharia* que viole direitos fundamentais, particularmente a igualdade de gênero, deveria ser anulada por tribunais superiores. Na prática, contudo, as instituições estatais frequentemente respondem com cautela ou permanecem em silêncio. As autoridades federais e os tribunais de apelação têm demonstrado relutância em contestar decisivamente decisões polêmicas devido a temores de retaliação política, instabilidade regional e acusações de intolerância religiosa ou cultural. Esse padrão reflete um compromisso hegemônico, em vez de neutralidade jurídica. Essa dinâmica é ilustrada no caso Y*ahaya Sharif-Aminu v. Attorney General,* no qual o Tribunal de Apelação da Nigéria confirmou a validade constitucional de um crime de blasfêmia estadual sob a *sharia*, envolvendo um cantor condenado à morte por supostamente insultar o Profeta Maomé via WhatsApp. Embora a Alta Corte tenha anulado a condenação por motivos processuais, o Tribunal de Apelação sustentou que a Seção 10 da Constituição proíbe a adoção de uma religião estatal, mas não invalida leis da *sharia* aplicáveis a muçulmanos, ordenando um novo julgamento. Um juiz dissidente, contudo, considerou o crime inconstitucional e defendeu a absolvição (Global Freedom of Expression s.d.). Tais desfechos jurídicos reforçaram a ordem patriarcal da Nigéria, onde os direitos das mulheres são frequentemente comprometidos (Makama 2013). Apesar das garantias constitucionais de igualdade, a justiça consuetudinária e a *sharia* frequentemente sustentam a dominância masculina no casamento, herança, divórcio e punição (Ogbe 2020; Bajaj 2024). Sob uma perspectiva gramsciana, essas desigualdades persistem por meio do consentimento hegemônico, com a inação do Estado subordinando os princípios constitucionais à estabilidade política.

Existem, também, preocupações de segurança, com temores de que os tribunais da *sharia* possam criar uma plataforma para elementos extremistas, aumentando as tensões religiosas e os riscos na região, bem como o medo de dominação étnica por meio da religião. Motivações políticas e sectárias também desempenham um papel, com algumas partes interessadas percebendo a pressão pelos tribunais da *sharia* como sendo movida por interesses

políticos, em vez de necessidade religiosa, potencialmente influenciada pelo Norte da Nigéria. Notavelmente, persistem preocupações sobre a influência política e socioeconômica do Norte muçulmano e seus esforços percebidos para afirmar o controle sobre o Sul cristão (Badmus e Lafenwa 2022). Isso levou a uma forte oposição de líderes tradicionais, líderes religiosos, juristas e grupos da sociedade civil, que temem a erosão da identidade cultural iorubá, o extremismo religioso e o potencial de conflito. Adicionalmente, preocupações com a identidade regional e étnica alimentam o debate, com alguns enquadrando-o como parte de uma luta mais ampla pela autonomia política iorubá e preservação cultural.

A controvérsia dos tribunais da *sharia* tem implicações significativas para as relações Norte-Sul da Nigéria, para a dinâmica entre grupos e para o desenvolvimento nacional. Ela acentua as tensões religiosas entre o Norte, predominantemente muçulmano, e o Sul, religiosamente diverso, alimentando suspeitas de uma agenda de islamização. Ejiofor (2021) argumentou que a consequência dessas suspeitas é a rejeição de iniciativas de políticas governamentais voltadas para a resolução de conflitos. Isso poderia aprofundar a desconfiança, escalar a fricção política e ampliar as divisões regionais, desestabilizando a governança e as alianças políticas. Nas comunidades iorubás, a controvérsia corre o risco de polarizar grupos muçulmanos e não muçulmanos, ameaçando a tolerância religiosa histórica e o sincretismo. Conflitos comunitários e disputas judiciais podem surgir, como visto em confrontos passados no Sudoeste e em Ilorin, com a oposição de tradicionalistas e cristãos. Conforme argumentam Lamidi e Raji (2025), ao contrário do Norte da Nigéria, propenso a conflitos, o Sudoeste mantém a harmonia religiosa por meio de práticas culturais iorubás inclusivas que promovem a coexistência inter-religiosa. A controvérsia também poderia minar a estrutura federal e laica da Nigéria, já tensionada pela fragilidade estatal e instabilidade econômica. O aumento das tensões regionais pode afastar investimentos estrangeiros, interromper cadeias de suprimentos alimentares e aumentar as taxas de mortalidade entre populações vulneráveis, de forma semelhante à crise Norte-Sul de 2021. Além disso, essas tensões podem distrair o governo da abordagem de questões nacionais críticas, como segurança, desenvolvimento de infraestrutura e reformas econômicas, comprometendo ainda mais a estabilidade e o desenvolvimento nacional.

Conclusão

A pressão pela introdução de tribunais da *sharia* no território iorubá transcende o discurso jurídico; trata-se de um teste decisivo para a democracia laica da Nigéria, para o equilíbrio federativo e para as frágeis relações entre grupos no país. Embora as comunidades muçulmanas no Sudoeste tenham direito à adjudicação religiosa dentro dos limites constitucionais, a forma e o momento da reintrodução da *sharia* amplificaram queixas históricas, alimentaram suspeitas de dominância do Norte e arriscaram minar a cultura de tolerância religiosa de longa data da região. A controvérsia ameaça aprofundar as divisões Norte-Sul, desestabilizar a ordem socioeconômica e erodir a confiança pública na governança. Mitigar esses riscos exige uma abordagem deliberada, transparente e participativa, fundamentada em um federalismo genuíno, em salvaguardas constitucionais e em um engajamento inter-religioso sustentado, para garantir que a diversidade religiosa fortaleça, em vez de fraturar, a unidade da Nigéria.

REFERÊNCIAS

Abdulkareem, A. .2025. "Demands for Shari'a in Yorubaland borne out of self-interest, political undertone — Mudir Markaz." *Nigerian Tribune*, 6 de fevereiro. https://tribuneonlineng.com/demands-for-sharia-in-yoruba-land-borne-out-of-self-interest-political-undertone-mudir-markaz/.

Adebanwi, W. 2009. "The cultural agency of elites: Awolowo and the re-making of the Yorùbá." *Journal of Historical Sociology* 22(2), 207–233. https://doi.org/10.1111/j.1467-6443.2009.01349.x.

Adebanwi, W. 2014. *Yorùbá elites and ethnic politics in Nigeria: Obáfemi Awólowo and corporate agency*. Cambridge University Press.

AAdenuga, G., A. Olajubu, S. Oyewole, e J. S. Omotola. 2023. "Ethno-religious conflicts and the challenges of national security in Nigeria's Fourth Republic." *South African Review of Sociology* 53(2): 130–149. https://doi.org/10.1080/21528586.2023.2233462.

Adesoji, A. 2010. "The Boko Haram Uprising and Islamic Revivalism in Nigeria." *Africa Spectrum* 45(2): 103-119.

Adogame, A. 2013. *The African Christian diaspora: New currents and emerging trends in world Christianity*. Bloomsbury Academic.

Afolabi, A. S., O. O. Thompson, E. O. Ademola, O. G. F. Nwaorgu, e C. A. Onifade. 2020. "Public reaction to federal government's farmer-herder conflicts

through the Ruga policy: Can one continuously do the same and expect different result?" *African Insight* 49(4): 88–103. https://www.ajol.info/index.php/ai/article/view/202422.

Agbiboa, D.E. 2015. "Boko Haram, Sharia Law and the Nigerian Constitution: An Unholy Alliance?" Paper written for the International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA). https://constitutionnet.org/sites/default/files/unholy_alliance_agbiboa.pdf.

Ajisafe, A. K. 1924. *History of Abeokuta*. Richard Clay & Sons.

Akinselure, W ., B. Taiwo, G. Olonininran, B. Bamigbola, A. Nejo, e P. Dada. 2025. "Afenifere, CAN, others oppose push for Sharia in S'West." *Punch*, 8 de janeiro. https://punchng.com/afenifere-can-others-oppose-push-for-sharia-in-swest/.

Anyanwu, S. 2025. "Yorùbá groups warn against proposed Sharia court in Oyo, Yorùbáland, write Makinde." *Federal Ministry of Information and National Orientation*, 15 janeiro. https://fmino.gov.ng/yoruba-groups-warn-against-proposed-sharia-court-in-oyo-yorubaland-write-makinde/.

Atanda, J. A. 1980. *An introduction to Yoruba history*. IUP.

Ateed, E. H., e O. Ozel. 2023. "Theorising the fall of hegemony: A neo-Gramscian perspective." *MANAS Journal of Social Studies* 12(2): 745–758.

Badmus, B. G., e A.S. Lafenwa. 2022. "Hegemony versus southern aversion: The politics of restructuring in Nigeria and its implications for national unity." *Indiana Journal of Humanities and Social Sciences* 3(4): 7–14.

Bailey, J. R., e S. Clegg. eds. 2007. *International encyclopedia of organization studies*. Sage.

Bajaj, A. 2024. "Examining Violence Against Women in Northern Nigeria: The Boko Haram Case." *Australian Institute of International Affairs*, 31 de maio. https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/examining-violence-against-women-in-northern-nigeria-the-boko-haram-case/.

Bello, A. 1962. *My life*. Cambridge University Press.

Boro, E., T. Sapra, J. de Lavison, C. Dalabona, V. Ariyaratne, e A. Samsudin. 2022. "The role and impact of faith-based organisations in the management of and response to COVID-19 in low-resource settings." *Religion and Development* 1: 132–146.

Bouchat, C. J. 2013. *The causes of instability in Nigeria and implications for the United States*. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.

Campbell, J. 2011. *Nigeria: Dancing on the brink*. Rowman & Littlefield.

Chigudu, D. 2024. "The Nexus between Religion, Conflict and Peace Building in Africa and Policy Implications." *Revista De Gestão - RGSA* 18(5). https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n5-034.

Chitando, E., e A. Adogame. 2012. *African Traditions in the Study of Religion in Africa*. Routledge.

CIA. s.d.. *Religions*. The world factbook. https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/religions/.

Durkheim, É. 1964. *The elementary forms of religious life*. Project Gutenberg. http://www.gutenberg.org/files/41360/41360-h/41360-h.htm.

Edewor, P. A. e Y. A. Aluko. 2007. "Diversity Management, Challenges and Opportunities in Multicultural Organizations." *International Journal of Diversity in Organisations,* Communities and Nations 6(6): 189–195.

Ejimabo, N. O. 2015. "The effective research process: Unlocking the advantages of ethnographic strategies in the qualitative research methods." *European Scientific Journal* 11(23): 356–383. https://core.ac.uk/download/pdf/236404786.pdf.

Ejiofor, P. F. 2021. "The fear of ethnic domination: Explaining the persistence of natural resource conflicts in Nigeria." *Ethnopolitics* 22(1): 1–21. https://doi.org/10.1080/17449057.2021.2006521.

Elijah, L. 2025. "Introduction of Shari'a'll ignite war in Yorubaland – Chief Imam warns." *Vanguard*, 6 de fevereiro. https://www.vanguardngr.com/2025/02/introduction-of-shariall-ignite-war-in-yorubaland-chief-imam-warns/.

Ellis, S., e G. Ter Haar. 2020. "Religion and Politics in Sub-Saharan Africa." *The Journal of Modern African Studies* 36(2): 175-201.

Eric. 2025. "Yoruba Nation replies Sultan of Sokoto on plans to install Sharia in South West." *The Boss Newspaper*, 1 de fevereiro. https://thebossnewspapers.com/2025/02/01/yoruba-nation-replies-sultan-of-sokoto-on-plans-to-install-sharia-in-south-west/.

Furcoi, S. e A. Essa. 2017. "Tensions between Muslims and Christians rise in CAR." *Aljazeera*, 14 junho. https://www.aljazeera.com/gallery/2017/6/14/tensions-between-muslims-and-christians-rise-in-car#.

Giddens, A. 2021. *Sociology: A brief but critical introduction (8th ed.)*. Polity Press.

Global Freedom of Expression. s.d. Yahaya Sharif-Aminu v. Attorney General. https://globalfreedomofexpression.columbia.edu/cases/commissioner-of-police-v-yahaya-sharif-aminu/.

Gramsci, A. 1991. *Gramsci's political thought: An introduction*. R. Simon ed. Lawrence & Wishart.

Gramsci, A. 2000. *The Gramsci reader: Selected writings, 1916–1935*.D. Forgacs ed. New York University Press.

Howard, N. 2021. "Literature review: Examining the strengths and limitations of ethnographic research: An evaluation of two studies in distinctive educational contexts." *International Journal of Asian Education* 2(4): 549–558. https://doi.org/10.46966/ijae.v2i4.212.

Imam-Oníde, AbdulQowiyy Olalekan (@A_QowiyyBadmus). 2024. "*Since the Southwest states have left Muslims without any trial court of competent jurisdiction on their matters, despite S. 275 (1) of the 1999 CFRN allowing every state*

to have one, Muslims have resorted to ISPs. Oyo Alaafin is launching its own in January." Twitter (now X), 20 de dezembro. https://x.com/A_QowiyyBadmus/status/1869977459547938894.

Iyekekpolo, W. O. 2020. "Political elites and the rise of the Boko Haram insurgency in Nigeria." *Terrorism and Political Violence* 32(4): 749–767. https://doi.org/10.1080/09546553.2017.1400431.

Jabo, S. M. 2025. "Manipulation of Ethno-Religious Sentiment in the 2023 General Elections: Implications on Nigeria's Unity." *Wukari International Studies Journal* 9 (1): 134-144. https://wissjournals.com.ng/index.php/wiss/article/view/590.

"Kogi jihadist threatens Yoruba people for rejecting Sharia law: 'It's time to start preaching Jihad in Yorubaland." 2025. *Sahara Reporters,* 1 de fevereiro. https://saharareporters.com/2025/02/01/kogi-jihadist-threatens-yoruba-people-rejecting-sharia-law-its-time-start-preaching.

Kukah, H. *2013*. "Origins of Christian-Muslim dialogue in Nigeria." *Bulletin of Ecumenical Theology* 25: 7–19.

Lamidi, K. O e T. A. Raji. 2025. "Religious Diversity and Tolerance in the Performance of Traditional Festivals in Òsun State, Southwestern Nigeria: A Multidisciplinary Perspective." *Dutse Journal of Peace and Conflict Resolution* 1(1): 98-111.

Lange, M e R. Dietrich. 2005. *States and Development: Historical Antecedents of Stagnation and Advance*. Palgrave Macmillan.

Lawal, M. 2024. "Sharia law'll cause anarchy in S'West, traditional leaders warn." *Punch*. 28 de dezembro. https://punchng.com/sharia-lawll-cause-anarchy-in-swest-traditional-leaders-warn/.

Lichtenheld, A., e E. Ogbudu. 2021. "Fear of the unknown': Religion, identity, and conflict in Northern Nigeria." *Mercy Corps,* julho. https://www.mercycorps.org/sites/default/files/2021-07/FearoftheUnknown_Full_6-30-21.pdf.

Lugard, F. D. 1920. *Nigeria report: Amalgamation of Northern and Southern Nigeria, and administration, 1912–1919*. His Majesty's Stationery Office.

Majemu, S. A. 2024. "Strengthening Interfaith Dialogue through Religious Moderation Discourse: An African Perspective." *International Journal of Civilization Studies and Tolerance Science* 2(1): 76–85. https://doi.org/10.54878/2apnq261.

Makama, G. A. 2013. "Patriarchy and Gender Inequality in Nigeria: The Way Forward." *European Scientific Journal* 9 (17): 115-144.

Martin, J. 2023. *Antonio Gramsci*. Stanford encyclopedia of philosophy. https://plato.stanford.edu/entries/gramsci/.

Mbiti, J. S. 1990. *African religions and philosophy*. Heinemann.

McLoughlin, G., e C. J. Bouchat. 2013. *Nigerian unity: In the balance*. US Army War College Press. https://press.armywarcollege.edu/monographs/525.

Meral, Z. 2018. *How Violence Shape Religion*. Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/9781108553964.

Michalopoulos, S., A. Naghavi, e G. Prarolo. 2018. "Trade and Geography in the Spread of Islam." *Economic Journal* 128(616): 3210–3241. https://doi.org/10.1111/ecoj.12557.

Mustapha, A. R. 2019. *Ethnicity and democracy in Nigeria*. Oxford University Press.

National Concord. 2025. "Okun people dissociate from the threat of Jihad against Yoruba kinsmen in South West over Sharia law." *National Concord*, 3 de fevereiro. https://nigerianconcord.com.ng/okun-people-dissociate-from-the-threat-of-jihad-against-yoruba-kinsmen-in-south-west-over-sharia-law/.

NSCIA. 2025. *Live and let live* [Press release], 29 de janeiro. https://www.facebook.com/photo/?fbid=1044137321094050&set=pcb.1044140347760414.

Nwauche, E. S. 2008. "Law, religion and human rights in Nigeria." *African Human Rights Law Journal* 8(2): 568–595. https://www.ahrlj.up.ac.za/images/ahrlj/2008/ahrlj_vol8_no2_2008_enyinna_s_nwauche.pdf.

Ogbe, Adah. 2020. "The Travails of Women and Girls in Northern Nigeria: A Human Rights Issue." *SSRN*, April 27. https://ssrn.com/abstract=3599122 or http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3599122.

Olaniyi, R. O. 2011. "Hisbah and Sharia law enforcement in metropolitan Kano." *Africa Today* 57(4): 71–96. https://doi.org/10.2979/africatoday.57.4.71.

Owonikoko, S. B. 2025. "Muslim–Muslim Ticket', Christian–Muslim Relations and Peacebuilding and Development in Nigeria: A Reflection on Nigeria's 2023 Presidential Elections." *Journal of Peacebuilding & Development* 20(2): 171-187. https://doi.org/10.1177/15423166241304805.

Paden, J. 2015. *Religion and Conflict in Nigeria: Countdown to the 2015 Elections*. Washington, DC: United States Institute of Peace. https://www.usip.org/sites/default/files/SR359-Religion-and-Conflict-in-Nigeria.pdf.

Peel, J. D. Y. 2016. *Christianity, Islam, and Orisa religion: Three traditions in comparison and interaction*. University of California Press.

Pew Research Center. 2015. *The future of world religions: Population growth projections, 2010–2050*. 2 de abril. https://www.pewresearch.org/religion/2015/04/02/religious-projections-2010-2050/.

Salawu, B. 2010. "Ethno-religious conflicts in Nigeria: Causal analysis and proposals for new management strategies." *European Journal of Social Sciences* 13(3): 345–353.

Salisu, A., I. I. Ibrahim, S. Yusuf, I. A. Ibrahim, e U. H. Sanni. 2024. "Analysis on the Influence of Religion and Ethnicity on 2023 Presidential Election in Nigeria." *Journal of Political Discourse* 4(2).

State House. 2025. "President Tinubu Participates In Historic Eyo Festival." *Villa Updates*, 28 de dezembro. https://statehouse.gov.ng/president-tinubu-participates-in-historic-eyo-festival-2/ accessed 21/1/2026.

Suberu, R. 2020. *Federalism and Ethnic Conflict in Nigeria*. US Institute of Peace Press.

Sulaimon, A. 2024. "Islamic group makes U-turn, postpones Sharia court unveiling in Oyo." *Punch*, 24 de dezembro. https://punchng.com/just-in-islamic-group-makes-u-turn-postpones-sharia-court-unveiling-in-oyo/.

Sulaimon, A. 2025. "Sharia panels good for religious harmony in South-West – JAMB registrar." *Punch*, 10 de fevereiro. https://punchng.com/sharia-panels-good-for-religious-harmony-in-south-west-jamb-registrar/#google_vignette.

Taiwo, B., W. Akinselure, e V. Olumense. 2025. "Abiodun kicks as group launches Ogun Sharia court, invites litigants." *Punch*, 25 de janeiro. https://punchng.com/abiodun-kicks-as-group-launches-ogun-sharia-court-invites-litigants/.

Thompson O. O e I. A. Adams. 2021. "Defying the Odds: Nigeria's Spiraling Insecurity and Failure of State Responses." *The Indian Journal of Politics* 55 (1&2): 89-113. https://www.researchgate.net/publication/361761209_DEYING_THE_ODDS_Nigeria's_Spiralling_Insecurity_Challenges.

Thompson, O. O., A. S. Afolabi, e A. S. Abdulbaki. 2019. "Beyond the capture of 'Camp Zero': Terrorism and insecurity in a failing-weak state." *India Quarterly* 75(3): 303–322. https://doi.org/10.1177/0974928419860921.

Thompson, O. O e O. G. F Nwaorgu. 2024. "When gods Return in Body Bags: The Evolution of Depositions, Exiles and Medical Tourisms among Yoruba Traditional Rulers in Southern Nigeria, c.1476-2016." *Social Evolution and History* 23 (1): 27–48. https://doi.org/10.30884/seh/2024.01.02.

Tounsel, C. 2025. "Religious Elements of the Sudanese Civil War." *Canopy Forum*, 4 de abril. https://canopyforum.org/2025/04/04/religious-elements-of-the-sudanese-civil-war/.

Ukah, A. F. 2020. "The political economy of religious violence in Africa". In *Themes in religious and human security in Africa,* editado por Ezra Chitando e Peter Mageto. Abingdon, Reino Unido: Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003017080-4.

Ukiwo, U. 2005. "The study of ethnicity in Nigeria." *Oxford Development Studies* 33(1): 7–23. https://doi.org/10.1080/13600810500099592.

Unaegbu, J. E. 2023. "Igbophobia in Lagos and Nigeria 2023 elections: Myth or reality?" *AMAMIHE: Journal of Applied Philosophy* 21(4): 54–71.

Undiyaundeye, U. A. 2021. "Yorùbá-Igbo rivalry 1937–1970: A historical analysis of the birth of Nigeria's political dilemma." *Indonesian Journal of Social and Educational Studies* 2(2): 190–201.

U.S. Department of State. 2021. *Country Reports on Terrorism 2020*. Washington, DC: Bureau of Counterterrorism, U.S. Department of State.

Usman, A. e T. Falola. 2019. *The Yoruba from Prehistory to the Present*. Cambridge University Press.

Yusuf, A. B. 1976. "Legal Pluralism in the Northern States of Nigeria: Conflict of Laws in a Multi-Ethnic Environment." Diss. de doutorado, State University of New York.

RESUMO

A reintrodução de tribunais da *sharia* no território iorubá reacendeu debates sobre pluralismo religioso, relações étnicas e constitucionalismo na democracia multiétnica da Nigéria. Este estudo examina as dimensões históricas, jurídicas, sociopolíticas e culturais da controvérsia da *sharia* no Sudoeste, avaliando suas implicações para a harmonia entre grupos, a governança e a unidade nacional. Ancorada na teoria da hegemonia de Antonio Gramsci, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas com 19 participantes nos seis estados iorubás, complementadas por registros de arquivo, reportagens e observações. Os resultados revelam que, enquanto os proponentes enquadram os tribunais da *sharia* como um direito constitucional para as comunidades muçulmanas, os opositores os percebem como instrumentos de dominação cultural, extremismo religioso e manipulação política. O estudo ressalta as tensões entre a constituição laica da Nigéria e seu sistema jurídico plural, destacando temores de islamização, incompatibilidade cultural e disrupção socioeconômica. Recomenda-se clareza constitucional, diálogo inter-religioso e um federalismo inclusivo para equilibrar os direitos religiosos com a coesão nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Etnicidade. Religião. Construção da paz. Conflito. Islamização. Nigéria. Iorubá. *Sharia*.

Recebido em 13 de novembro de 2025
Aceito em 24 de fevereiro de 2026[40]

Traduzido por Gabriele Lima de Souza

40 Como citar: Thompson, Olasupo, Tokunbo Stephen Dada, Olugbenga Seun Aina, Bamidele Jinadu, e Surajudeen Oladotun Oladele. 2025. "*Sharia* no território iorubá: explorando o pluralismo religioso e as tensões étnicas no sudoeste nigeriano." *Revista Brasileira de Estudos Africanos,* 10 (20): 190-227. https://doi.org/10.22456/2448-3923.151737.